



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TIAGO ROBERTO SILVA SANTOS

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR:
ANÁLISE DOS CIRCUITOS PRODUTIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES
NA DINÂMICA AGRÁRIA RONDONIENSE**

**PORTO VELHO
2025**

TIAGO ROBERTO SILVA SANTOS

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR:
ANÁLISE DOS CIRCUITOS PRODUTIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES
NA DINÂMICA AGRÁRIA RONDONIENSE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, como requisito avaliativo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Linha de Pesquisa: Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento - TRPD

**PORTO VELHO
2025**

Catalogação da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

S237p Santos, Tiago Roberto Silva.

A produção do espaço pela agricultura familiar: análise dos circuitos produtivos e suas implicações na dinâmica agrária rondoniense / Tiago Roberto Silva Santos. - Porto Velho, 2025.

266 f.: il.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva.

Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Núcleo de Ciências Exatas e da Terra. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Rondônia. 2. Agricultura familiar. 3. Circuitos espaciais de produção. I. Silva, Ricardo Gilson da Costa. II. Título.

Biblioteca Central

CDU 332.1(811.1)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE TESE

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO
TIAGO ROBERTO SILVA SANTOS

A Banca de Defesa de Tese de Doutorado presidida pelo Orientador/Presidente Professor Doutor **Ricardo Gilson da Costa Silva**, constituída pelos examinadores Profa. Dra. **Josélia Fontenele Batista** - Avaliadora Externa (IFRO), Profa. Dra. **Mariana Arzeno** - Avaliadora Externa (Universidad de Buenos Aires (UBA)), Prof. Dr. **Isaque dos Santos Sousa** - Avaliador Interno (PPGG/UNIR) e Profa. Dra. **Raiane Florentino** - Avaliadora Interna (PPGG/UNIR), reuniram-se em **17 de março de 2025**, às **13:00**, através de Videoconferência - Google Hangouts Meet - Link: meet.google.com/jjg-gdmw-jir, para avaliar a Tese de Doutorado intitulada "**A produção do espaço pela agricultura familiar: análise dos circuitos produtivos e suas implicações na dinâmica agrária rondoniense**", apresentada pelo discente **Tiago Roberto Silva Santos** - Matrícula: 20201000236. Após a explanação do pós-graduando e arguição da Banca Examinadora, a referida **Tese** foi avaliada e, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia, foi considerada **APROVADA**. O discente terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua Tese, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Tese revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno.

Porto Velho - RO, 17 de março de 2025.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Orientador/Presidente
Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG/UNIR
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
Avaliadora Externa

Profa. Dra. Mariana Arzeno

Facultad de Filosofía y Letras (FILO)
Universidad de Buenos Aires (UBA)
Avaliadora Externa

Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa

Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG/UNIR
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Avaliador Interno

Profa. Dra. Raiane Florentino

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR)
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Avaliadora Interna



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GILSON DA COSTA SILVA, Docente**, em 19/03/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista, Usuário Externo**, em 19/03/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isaque dos Santos Sousa, Usuário Externo**, em 20/03/2025, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **RAIANE FLORENTINO, Docente**, em 14/04/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Beatriz Arzeno, Usuário Externo**, em 12/06/2025, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2127972** e o código CRC **19C31D4D**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que nos capacita na busca pelo aperfeiçoamento profissional, dando-nos sabedoria para diante das dificuldades conseguir superá-los e a cada dia ampliar o nosso conhecimento sobre o mundo.

Agradeço imensamente à minha esposa e meus filhos, que são a sustentação emocional e o incentivo diário para que todas as atividades necessárias sejam realizadas e cumpridas. Pelo entendimento nos momentos de ausência, seja para pesquisa de campo, seja para participar de eventos e também para cumprimento dos créditos, ou até pela ausência mesmo estando em casa, para dedicação ao desenvolvimento desta tese. Sempre me apoiaram e demonstraram seus carinhos. Inclusive este doutorado é resultado de um empurrãozinho feito pela Thaila, lá em 2019. Amo vocês e faço tudo pensando em vocês.

Também agradeço à minha mãe, pai e irmãs, que na minha vida sempre me apoiaram e incentivaram meu desenvolvimento pessoal e profissional. Mesmo distantes, sei que torcem por mim.

Grande agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, sobretudo ao Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, que sempre se dispôs a orientar-me e compartilhar de seus imensos conhecimentos através de inúmeras discussões teóricas sobre a conjuntura atual das dinâmicas agrárias em Rondônia e na Amazônia. Além da contribuição do professor orientador, agradeço ao Prof. Dr. Josué da Costa Silva com as discussões de epistemologia da geografia; Prof. Dr. Adinilson de Almeida Silva e Prof. Dr. Daniel Belik, na disciplina de Populações Amazônicas e Sustentabilidade; e ao prof. Dr. Nilson César Fraga, na disciplina Território, Poder, Conflito e Fronteira, bem como a todas e todos os demais professores que, de alguma maneira, contribuíram para a conclusão desta etapa.

À CAPES com a disponibilização de uma bolsa de estudos, e ao Instituto Federal de Rondônia, que contribuiu muito para a conclusão desse doutorado ao permitir o afastamento de minhas funções para que pudesse me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Agradeço imensamente a cada pessoa que renunciou a seu tempo de trabalho para colaborar com o desenvolvimento desta pesquisa, nos mais diversificados setores possíveis, seja em instituições públicas como: Emater em diversos municípios,

Embrapa, Secretaria Estadual de Agricultura, seja em cooperativas e sindicatos como: OCB, Unicafe, CooperAndreazza, CooperCacoal, Fetagro, STTR e Associações rurais em diversos municípios. Agradeço também aos funcionários de empresas privadas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, em frigoríficos, máquinas de café, laticínios e comércios visitados. Por fim, agradeço aos agricultores familiares, que me receberam em suas casas, no meio de lavouras de mandioca e de café, no curral onde se tira o leite, nas instalações de suas agroindústrias e me explicaram suas atividades e a importância dessas para a sua sobrevivência e de sua família, além de transmitirem suas perspectivas sobre o desenvolvimento agrário em que estão inseridos.

Aos colegas do Laboratório de Gestão do Território – LAGET e Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia - GTGA: Wesley (com quem dividi muitas discussões e trabalhos, além da grande amizade que se formou), Carlos (que me recebeu em sua casa para que eu realizasse uma parte do campo), Francilene, Amanda, Viviane, Renata, Marcelo, Matheus e Eubia, que em diversos momentos de discussão teórica contribuíram para amadurecimento de ideias e compreensão de novos conceitos. Desde já peço desculpas em caso de esquecimento de alguém, pois são muitas pessoas que, seja em pequenos ou grandes gestos, acabaram contribuindo com o nosso êxito.

A todos os demais, que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

O estado de Rondônia teve seu processo de formação socioespacial motivado, sobretudo, pelo governo federal a partir da década de 1970, quando foram criados, na Amazônia, projetos de integração desta região às demais regiões do país. Os projetos, que tinham como propaganda a distribuição de terras e o assentamento de agricultores familiares, também possibilitavam a atuação de grileiros e madeireiros na região, facilitando a abertura de novas terras para atender ao capital, além daquelas distribuídas oficialmente pelo INCRA. Com tais iniciativas, a territorialização dos pequenos produtores foi consolidada em Rondônia, configurando-se, atualmente, como uma herança dos projetos de colonização dirigida. Esses pequenos produtores representam a maioria dos estabelecimentos agropecuários do estado, ainda que não ocupem a maior parte da área destinada a essa atividade. Além disso, com a territorialização das empresas do agronegócio latifundiário, consolidou-se em Rondônia um discurso de fomento e valorização desse modelo, que integra, na mesma lógica, a produção de *commodities* e a agricultura familiar. A agricultura familiar tem demonstrado grande capacidade de adaptação aos interesses do mercado produtivo, incorporando novas técnicas e adotando práticas inovadoras para a comercialização de sua produção. No entanto, essa capacidade de adequação às demandas do mercado não retira do agricultor familiar sua condição de agente produtor, cuja propriedade representa não apenas um espaço de produção, mas também um ambiente de vida compartilhado com sua família. Considerando este conjunto de fatores defendemos neste trabalho a tese de que a agricultura familiar exerce importante papel na produção espacial em Rondônia, pois a partir de suas atividades produtivas, estruturam-se circuitos espaciais de produção, que refletem a fluidez deste espaço, contrapondo-se à lógica do agronegócio latifundiário. Assim, analisamos as diferenças conceituais entre agronegócio latifundiário e agricultura familiar, além da compreensão do conceito de circuito espacial de produção. Também revisamos o contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia e seus reflexos na estrutura agrária e na organização das produções agropecuárias a partir das territorialidades de seus agentes. Também analisamos dados e características dos principais circuitos produtivos da agricultura familiar em Rondônia, sendo eles: café, mandioca e pecuária bovina de corte e leite. E por fim, analisamos a espacialidade formada pela agricultura familiar, identificando sua distribuição espacial, produtiva e capacidade de adoção técnica e organização coletiva, percebendo suas ações na produção do espaço geográfico. Portanto, concluímos que a atuação da agricultura familiar fomenta importantes circuitos espaciais de produção em Rondônia, refletindo em transformações e introdução de novos objetos técnicos ao espaço, de forma que possibilite a circulação da produção, atendendo as necessidades e demandas de produtos em escalas locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais, diferenciando-se na forma de organização em relação ao agronegócio latifundiário.

Palavras-Chave: Rondônia; Agricultura Familiar; Circuitos espaciais de produção.

ABSTRACT

The state of Rondônia underwent a socio-spatial formation process primarily driven by the Brazilian federal government starting in the 1970s, when integration projects were implemented in the Amazon region to better connect it with the rest of the country. These projects, which promoted land distribution and the settlement of family farmers, also facilitated the actions of land grabbers and loggers, opening up new areas for capital expansion beyond those officially distributed by INCRA. Through such initiatives, the territorialization of small-scale producers was consolidated in Rondônia, currently representing a legacy of state-led colonization projects. These small producers now account for most agricultural establishments in the state, even though they do not occupy most of the land designated for agricultural activities. Additionally, with the territorialization of large-scale agribusiness enterprises, a dominant narrative emerged in Rondônia that promotes and legitimizes a model which merges commodity production and family farming under a unified logic. Family farming has demonstrated a high degree of adaptability to market demands, incorporating new techniques and adopting innovative marketing strategies. However, this adaptability does not diminish the role of family farmers as productive agents, whose properties are not merely spaces of production but also serve as living environments shared with their families. Considering these factors, this study argues that family farming plays a key role in the spatial production of Rondônia. Through their productive activities, spatial circuits of production are established, reflecting the fluid nature of space and opposing the logic of large-scale agribusiness. Thus, we examine the conceptual differences between large-scale agribusiness and family farming, as well as the notion of spatial circuits of production. We also explore the historical context of Rondônia's socio-spatial development and its effects on agrarian structures and the organization of agricultural production based on the territorialities of its actors. Furthermore, we analyze data and characteristics of the main family farming production circuits in Rondônia, namely: coffee, cassava, and beef and dairy cattle. Finally, we assess the spatial configuration shaped by family farming, identifying its spatial and productive distribution, its capacity for technological adoption, and its forms of collective organization, recognizing its role in shaping geographic space. Therefore, we conclude that family farming promotes significant spatial circuits of production in Rondônia, leading to transformations and the introduction of new technical objects into the territory, enabling the circulation of goods and meeting demand at local, regional, national, and even international levels—distinguishing itself from large-scale agribusiness through its organizational structure.

Keywords: Rondônia; Family Farming; Spatial Circuits of Production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Slogan de divulgação da 10º Rondônia Rural Show, realizada em 2023 .60	60
Figura 2 - Folheto do município de Urupá/RO destacando a atividade rural como agronegócio.....61	61
Figura 3 – Rondônia: Espacialidade das principais produções agropecuárias por microrregiões.....90	90
Figura 4 – Rondônia: Projetos de Assentamentos Rurais do INCRA.....99	99
Figura 5 – Cacoal: Malha fundiária do município101	101
Figura 6 – Exemplos de marcas próprias de agricultores familiares de Rondônia, qualidade e comercialização143	143
Figura 7 –Cafeeiras (Capital Comercial) localizadas às margens das rodovias e linhas rurais na região central de Rondônia (2024)156	156
Figura 8 – Rondônia: Circuito espacial de produção do café <i>commoditie</i> e dos cafés especiais161	161
Figura 9 – Rondônia: Circuito Espacial de Produção da mandioca e seus subprodutos178	178
Figura 10 – Rondônia: Circuito Espacial de produção da pecuária de corte com a participação da agricultura familiar.....195	195
Figura 11 – Circuito Espacial de Produção do Leite em Rondônia207	207

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Marcas de leite e manteiga criados por agricultor familiar para fornecer produto ao PAA e PNAE através da COOPERCACOAL	129
Foto 2 – Sede do SENAR e do Sindicato dos Produtores Rurais de Cacoal (Sindrural)	133
Foto 3 – Rondônia: Integração de atividades agropecuárias à cafeicultura pela agricultura familiar (2024).....	138
Figura 4 – Portal no município de Novo Horizonte Do Oeste exaltando a produção de cafés especiais.....	144
Foto 5 – Modernização técnica na cafeicultura em Rondônia (2024).....	151
Foto 6 – Cacoal: Dia de campo realizado pela EMATER como atividade extensionista de café (2017)	152
Foto 7 – Placa de identificação de assistência técnica ofertada pelo SENAR (2024)	152
Foto 8 – Novo Horizonte do Oeste: Máquina de beneficiamento de café (2024)	156
Foto 9 – Novo Horizonte do Oeste: Cafeeira instalada às margens da RO – 010 ..	157
Foto 10 – Demonstração de Prateleira de supermercado com exposição de marcas de café	160
Foto 11 – Ji-Paraná: Produção e colheita de mandioca por agricultor familiar para comercialização em feira urbana (2024)	168
Foto 12 – Etapas da agroindustrialização de mandioca congelada em estabelecimento familiar (2024)	169
Foto 13 – Rondônia: Agroindústrias familiares de produção de farinha de mandioca (2024).....	172
Foto 14 – Rondônia: Marcas de subprodutos de mandioca produzidos no estado (2024).....	175
Foto 15 – Porto Velho: Estabelecimento no mercado central comercializando subprodutos de mandioca (2024).....	176
Foto 16 – Cacoal: Barraca de subprodutos da mandioca em feira livre (2024).....	176
Foto 17 – Rondônia: Espaço rural com a prática da pecuária (2024)	181
Foto 18 – Adesivo em veículo da IDARON em alusão à naturalidade da pecuária em Rondônia.....	182

Foto 19 – Indústria frigorífica instalada em Rondônia e que representa a reestruturação técnica do espaço geográfico (2024)	189
Foto 20 – Ji-Paraná: Curral coberto com instalações de ordenha elétrica em estabelecimento familiar (2024)	197
Foto 21 – Estruturas antigas e modernas de armazenamento do leite que será comercializado, presentes no espaço rondoniense (2024)	199
Foto 22 – Laticínio instalado no município de Rolim de Moura (2024).....	206
Foto 23 – Estabelecimento rural familiar que tem fazenda de soja na fundiária e que sofreu pressão para venda das terras (2024).....	215
Foto 24 – Candeias do Jamari: Placa indicando um sítio familiar à venda, tendo como vizinho a plantação de grãos (2024)	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Área destinada à produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e soja em hectares (1991/2001/2011/2021)	67
Gráfico 2 – Rondônia: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017)	111
Gráfico 3 – Rondônia: Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares, por grupos de área (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017)	112
Gráfico 4 – Rondônia: Principais produções agrícolas desenvolvidas (1970 a 2017)	122
Gráfico 5 – Rondônia: Efetivo de cabeças animais e produção de leite (mil litros) (1970 a 2017)	123
Gráfico 6 – Rondônia: Evolução da cafeicultura em relação a Área produzida (hectares), Quantidade produzida (toneladas) e Produtividade (Kg/hectares) (1990 a 2023)	137
Gráfico 7 – Rondônia: Evolução dos valores médios pagos pela saca de café (2014 a 2024)	146
Gráfico 8 – Rondônia: Quantidade de café não torrado em grão (Kg) comercializado com outra UF ou para exportação (2019 a 2024).....	157
Gráfico 9 – Rondônia: Quantidade de café torrado e industrializado no estado e comercializado no mercado interno ou interestadual (2019 a 2024)	158
Gráfico 10 – Rondônia: Produção (toneladas) e área plantada (hectares) de Mandioca (1974 a 2023).....	164
Gráfico 11 – Rondônia: Número de cabeças de gado (1974-2021)	180
Gráfico 12 – Rondônia: Valor médio de referência pago pelo leite padrão (2021 a 2024)	201
Gráfico 13 – Rondônia: Produção de agroindústrias familiares (Toneladas e Litros) (2017).....	229
Gráfico 14 – Rondônia: Estabelecimentos familiares que recebem e não recebem assistência técnica, por microrregiões (2017)	234
Gráfico 15 – Rondônia: Origem da orientação técnica recebida por agricultores familiares, por microrregiões (2017).....	234
Gráfico 16 – Rondônia: Distribuição dos tipos de associações feitos pelos agricultores familiares, por microrregiões (2017).....	235

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Rondônia: Distribuição espacial das atividades de pesquisa realizadas em campo (2024)	36
Mapa 2 – Rondônia: recorte espacial da pesquisa.....	38
Mapa 3 – Brasil: Tamanhos dos módulos fiscais (2022)	46
Mapa 4 – Rondônia: Acumulado do desmatamento em relação às Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por microrregiões (2008 a 2021)	116
Mapa 5 – Rondônia: Localização da Identificação Geográfica (IG) “Matas de Rondônia” (2022)	142
Mapa 6 – Brasil: Produção (kg) e produtividade (kg/ha) de mandioca por UF (2023)	163
Mapa 7 – Rondônia: Produção de mandioca por municípios (2021).....	165
Mapa 8 – Rondônia: Efetivo bovino criado por agricultura familiar e não-familiar (2017)	187
Mapa 9 – Rondônia: Distribuição espacial dos frigoríficos ativos com SIF (2023) e SIE (2021).....	191
Mapa 10 – Fluxo mundial da carne produzida em Rondônia (2024)	193
Mapa 11 – Rondônia: Distribuição da produção leiteira por município em relação ao tipo de produtor, agricultura familiar e não familiar (2017)	202
Mapa 12 – Rondônia: Dez principais municípios produtores de leite (2006 e 2017)	203
Mapa 13 – Rondônia: Quantidade de laticínios registrados no SIF (2023) ou SIE (2021) por municípios	204
Mapa 14 – Rondônia: Variação da população rural (%) por municípios (2010/2022)	211
Mapa 15 – Rondônia: Comparação da população rural em relação a população total (%), por municípios e a ampliação da produção de soja (toneladas) por municípios (2010/2022)	213
Mapa 16 – Rondônia: Número total de estabelecimentos familiares, por microrregiões (2006/2017)	218
Mapa 17 – Rondônia: Concentração espacial dos estabelecimentos familiares, por municípios e microrregiões (2006/2017)	220

Mapa 18 – Rondônia: Produção agrícola (toneladas) da agricultura familiar por microrregiões (2017)	223
Mapa 19 - Rondônia: Produção agrícola (toneladas) da agricultura não-familiar por microrregiões (2017)	224
Mapa 20 – Rondônia: Agroindústrias rurais familiares e não-familiares, por microrregiões (2017)	230
Mapa 21 – Rondônia: Associações rurais e cooperativas com DAP, por municípios (2025).....	236
Mapa 22 – Rondônia: Sindicatos Rurais por municípios (2025).....	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas de trabalho desenvolvidas na pesquisa	30
Quadro 2 – Cronograma de atividades desenvolvidas no decorrer da pesquisa de campo	34
Quadro 3 – Rondônia: Projetos de Colonização (PIC/PAD), área de abrangência e quantidade de lotes distribuídos entre 1970/1978.....	98
Quadro 4 – Rondônia: Círculo de cooperação da agricultura familiar em Rondônia	134
Quadro 5 – Rondônia: Periodização da cafeicultura conforme características da atividade (1970/2010).....	135
Quadro 6 – Classificações dos cafés robustas especiais de Rondônia no prêmio <i>Coffee of the year</i> (2020 a 2023).....	144
Quadro 7 – Dez principais torrefadoras de café do país e as duas indústrias de Rondônia entre as primeiras 100 do país.....	159
Quadro 8 – Rondônia - Indústrias frigoríficas de Abate bovino em atividade e com registro no SIF (2023) e SIE (2021)	190
Quadro 9 – Principais destinos da produção de carne nos frigoríficos visitados em campo (2024)	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Participação percentual da agricultura familiar por atividades e/ou características dos estabelecimentos rurais (2017)	53
Tabela 2 – Amazônia Legal: Número de áreas de conflitos e números de violência contra a pessoa no campo (2021).....	76
Tabela 3 – Grandes Regiões: Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos em hectares, entre agricultura familiar e não-familiar (2017).....	79
Tabela 4 – Brasil: Valor de produção por hectare em relação ao segmento familiar ou não-familiar (2017)	80
Tabela 5 – Brasil: Características do tamanho dos estabelecimentos rurais e de pessoal ocupado em estabelecimentos familiares e não-familiares (2017)	81
Tabela 6 – Rondônia: População total, urbana e rural (1960/2022)	103
Tabela 7 – Rondônia: Número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos em hectares e variação percentual, por microrregiões (2006/2017)	114
Tabela 8 – Rondônia: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área, por microrregiões (2006/2017)	118
Tabela 9 – Rondônia: Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares, por grupos de área, por microrregiões de Rondônia (2006/2017)	119
Tabela 10 – Rondônia: Principais produtos da agricultura familiar em relação a quantidade produzida, valor bruto da produção e participação destas produções em relação ao total produzido (2017).....	125
Tabela 11 – Rondônia: Proporção de atendimento da EMATER/RO (2023) em relação aos estabelecimentos familiares (2017)	131
Tabela 12 – Rondônia: Cinco principais produtos do Valor Bruto da Produção Agrícola da agricultura familiar e sua participação em relação ao total (2017)	166
Tabela 13 – Rondônia, Acre, Amazonas e Pará: Agroindústrias familiares de farinha e goma de mandioca em relação ao número de estabelecimentos, quantidade produzida (toneladas) e valor da produção (mil reais) (2017).....	171
Tabela 14 – Rondônia, Acre, Amazonas e Pará: Valores médios da produção de farinha e goma de mandioca por estabelecimentos (2017).....	171
Tabela 15 – Rondônia: Cabeças de gado por hectare de pastagem (1970 a 2017)	180

Tabela 16 – Rondônia: Efetivo da pecuária bovina conforme as etapas do processo de criação, entre agricultura familiar, não-familiar e total e participação (%) de cada em relação ao total (2017)	183
Tabela 17 – Rondônia: Valor de venda das cabeças de boi para cria, recria ou engorda e para abate, entre agricultura familiar e não-familiar e média do valor por cabeça (2017).....	185
Tabela 18 – Rondônia: População Rural e Urbana por microrregiões (2010 e 2022)	210
Tabela 19 – Rondônia: Principais produções agrícolas (toneladas) da agricultura familiar por microrregiões (2017).....	225
Tabela 20 – Rondônia: Efetivo animal conforme as principais espécies criadas, entre agricultores familiares e não-familiares, por microrregiões (2017)	227
Tabela 21 – Rondônia: Agroindústria rural familiar com maior número de estabelecimentos por microrregião (2017)	231
Tabela 22 – Rondônia: Adoção de técnicas/tecnologias (%) ao processo produtivo por agricultores familiares, por microrregiões (2017)	232

LISTA DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio;
ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;
ABIC – Associação Brasileira da Indústria do Café;
ABMRA – Associação Brasileira de Marketing Rural e Agro;
AF – Agricultura Familiar;
BM – Banco Mundial;
CAFERON – Cafeicultores Associados da Região das Matas de Rondônia;
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;
CONSELEITE/RO – Conselho Paritário de Produtores e Industriais de Leite do Estado de Rondônia;
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura;
COOPERANDREAZZA - Cooperativa de produção da agricultura familiar de Ministro Andrezza;
COOPERCACOAL - Cooperativa dos produtores e agricultores familiares de Cacoal;
CPT – Comissão Pastoral da Terra;
CUT – Central Única dos Trabalhadores;
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf;
DO – Denominação de Origem;
EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré;
EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural;
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz;
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura;
FAPERON – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia;
FEMUR – Feira dos Municípios de Rondônia;
FETAGRO – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia;
FINAPOP – Financiamento Popular da Agricultura Familiar;
FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária;
FLONA – Floresta Nacional;

GTGA – Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia;

HA – Hectares;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas;

IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia;

IFRO – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia;

IG – Identificação Geográfica

IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola;

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial;

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

LACOOOP – Cooperativa dos Agricultores Familiares da Amazônia;

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária;

MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia;

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra;

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;

PAM – Produção Agrícola Municipal;

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido;

PAR – Projetos de Assentamento Rápido;

PIC – Projeto Integrado de Colonização;

PIN – Projeto de Integração Nacional;

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil;

PPGG/Unir – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia;

PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal;

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais;

RESEX – Reserva Extrativista;

RRS – Rondônia Rural Show;

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura;

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;

SEFIN – Secretaria de Estado de Finanças;

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática;

SIDIEC – Sistema de Divulgação de Informações Econômicas;

SIE – Sistema de Inspeção Estadual;

SIF – Sistema de Inspeção Federal;

SINDILEITE – Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados de Rondônia;

SINDRURAL – Sindicato dos Produtores Rurais;

SISAGUA – Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano;

SRB – Sociedade Rural Brasileira;

STTR – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;

UFAL – Universidade Federal de Alagoas;

UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrária;

UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

USP – Universidade de São Paulo;

VBPA – Valor Bruto da Produção Agrícola;

ZSEE – Zoneamento Socioeconômico Ecológico;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
MÉTODO DE ANÁLISE	27
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
RECORTE ESPACIAL	38
1 AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO LATIFUNDIÁRIO: DIFERENÇAS CONCEITUAIS, PRODUTIVAS E DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO ..	40
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO ESPAÇO RURAL	40
1.2 POR UM NOVO ESPAÇO RURAL: DO ESPAÇO DO AGRONEGÓCIO LATIFUNDIÁRIO, PARA O ESPAÇO DE VIDA DA AGRICULTURA FAMILIAR	54
1.2.1 O ESPAÇO RURAL DO AGRONEGÓCIO, A FÁBULA QUE NOS CONTAM	56
1.2.2 O AGRONEGÓCIO LATIFUNDIÁRIO E SUA PERVERSIDADE	63
1.3 CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO: CATEGORIAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO PRODUTIVO	84
2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA – PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADES	92
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA	93
2.2 POVOAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RONDÔNIA	104
2.3 ESTRUTURA AGRÁRIA DE RONDÔNIA E TRANSFORMAÇÕES NO DECORRER DO TEMPO.	109
2.4 TERRITORIALIDADES E ESPACIALIDADES PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA EM RONDÔNIA	121
3 CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA	127
3.1 CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA	128
3.2 CAFEICULTURA EM RONDÔNIA: CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-ESPACIAL	134
3.2.1 CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ EM RONDÔNIA – PROTAGONISMO FAMILIAR	147
3.2.1.1. Protagonismo do agricultor familiar no circuito espacial de produção do café robusta.	148

3.2.1.2. Diferentes instâncias participantes do circuito espacial de produção do café em Rondônia.....	154
3.3 MANDIOCULTURA EM RONDÔNIA: UMA PRODUÇÃO FAMILIAR	161
3.3.1 CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA EM RONDÔNIA.....	167
3.4 PECUÁRIA EM RONDÔNIA: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA CARNE E DO LEITE.....	178
3.4.1 PECUÁRIA LEITEIRA E O PREDOMÍNIO FAMILIAR.....	196
4 ESPACIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PRODUTIVA E TECNOLÓGICA	208
4.1 POPULAÇÃO RURAL E A ESPACIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA	209
4.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA: ABASTECIMENTO DO MERCADO INTERNO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	221
4.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E TÉCNICA DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
REFERÊNCIAS.....	246

INTRODUÇÃO

A busca pela interpretação dos fenômenos geográficos presentes no espaço nos leva a uma profunda reflexão acerca das diversas variáveis existentes e que compõem tal espaço geográfico. Santos (2014a) resume de forma bem simples, mas ao mesmo tempo bem complexo, que o espaço é um conjunto de objetos e ações.

Os objetos correspondem aos elementos naturais ou artificiais existentes no espaço, já as ações são as intencionalidades exercidas pelo homem no uso dos objetos (Ibidem, 2014a). E esse é um processo contínuo, que resulta em uma construção e (re)construção constante do espaço no decorrer do tempo.

Partindo desta premissa ligada ao conceito de espaço geográfico, nos debruçamos sobre a compreensão em relação as contribuições possíveis da Agricultura Familiar (AF), como categoria de análise, no processo de produção deste espaço.

O estado de Rondônia tem, em seu contexto histórico, o processo de formação socioespacial, resultante das intervenções do Estado e do capital no direcionamento de políticas colonizadoras para a região (Costa Silva, 2012). A integração das instâncias econômicas, sociais e culturais, refletem no processo de formação socioespacial (Santos, 2014b) de Rondônia, que a partir da década de 1970, passa a receber diversos agentes em seu território, fruto de projetos de assentamentos dirigidos (Binsztok, 2006; Costa Silva, 2015; Santos, 2001).

A colonização de Rondônia, forjada no bojo das políticas do Governo Federal para integração da Amazônia às demais regiões do país, resultou em intensa transformação do meio natural, até então predominante na região, para um meio técnico, e que posteriormente viria a compor um meio técnico-científico-informacional (Costa Silva, 2014b; Santos, 2014a). Essa transição representa a expansão da fronteira agropecuária, com a mudança de uma lógica extrativista, para a produção comercial e atendimento às demandas do mercado nacional e internacional com a ampliação da fronteira (Becker, 2015; Costa Silva, 2014b; 2015).

Atualmente, a produção comercial, sobretudo representada pela produção de *commodities*, tem intensificado o uso do território rondoniense para o atendimento das demandas internacionais, ou seja, a produção globalizada do agronegócio fragmenta o território e impõe sua dinâmica, representando a instalação de objetos fixos e fluxos

(Santos, 2014a), que possibilitem o escoamento da produção e redefina o espaço a partir de sua territorialização (Costa Silva, 2014a; 2014b; 2015).

Apesar dessa crescente expansão do agronegócio de *commodities* no estado, Rondônia possui um espaço rural marcado por forte presença de agricultores familiares, herança do processo de colonização dirigida da década de 1970 e que resiste no campo através de sua reprodução social. É verdade que, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, a estrutura fundiária do estado tem caminhado para uma concentração. Porém, ainda assim, a agricultura familiar, mesmo pressionada e cada vez em menores estabelecimentos, tem demonstrado sua capacidade de adaptação e coexistência com o capital, como apontara Chayanov (Miralha; Hespanhol, 2002).

Atualmente, em Rondônia, tem-se tornado cada vez mais evidente a ideia de um “orgulho coletivo” por grande parte da população em torno do desenvolvimento do agronegócio, criando uma psicofera¹ (Santos, 2014a) que valoriza a primarização da economia e aglutina todas as atividades ligadas ao meio rural à essa perspectiva. Esta concepção totalizante do agronegócio em relação às demais atividades agropecuárias invisibiliza o agricultor familiar, pois inclui todos os agentes do espaço rural à mesma dinâmica, o que não corresponde à realidade.

Constatando essa condição, questionamos “Como a agricultura familiar contribui na produção do espaço rondoniense, frente à formação de uma psicofera do agronegócio, que é centrada na modernização agropecuária para a produção de *commodities* e que tende a pressionar esses territórios familiares?”

Tendo esse problema central da pesquisa, outros questionamentos também surgem na tentativa de responder à pergunta, sendo eles:

- Quais as características que definem a agricultura familiar e a torna diferente de forma conceitual e prática ao agronegócio?

- Como a formação socioespacial de Rondônia contribuiu para a consolidação da agricultura familiar e sua representação através da territorialidade de algumas atividades produtivas?

¹ Conforme apontado por Santos (2014a), a psicofera corresponde ao reino das ideias, uma espécie de imaginário que é criado como forma de impor as regras da racionalidade produtiva. Assim, o uso desta categoria neste trabalho se dá como uma espécie de criação imaterial de uma lógica em torno de um ou vários discursos que fomentem certa atividade produtiva e em consequência contribuam na produção do espaço geográfico.

- Como estão organizados espacialmente os circuitos produtivos da agricultura familiar em Rondônia, considerando os atores envolvidos e sua abrangência de atuação?

- Como se constitui a espacialidade da agricultura familiar em Rondônia, reorganizando no decorrer do tempo seu espaço e se reproduzindo socioespacialmente?

Entendemos que o agricultor familiar tem no espaço rural seu *lócus* de vida e de reprodução social (Wanderley, 2000) e, portanto, não pode ser reduzido à concepção produtivista do agronegócio e do capital. Além disso, o agricultor familiar é uma categoria de análise deste espaço rural, que passa a ter visibilidade a partir da década de 1990, com reconhecimento através de políticas públicas e assumindo relevante condição no desenvolvimento rural (Fagundes; Salamoni, 2016; Miralha; Hespagnol, 2002; Oliveira; Baccarin; Ferreira, 2015; Schneider; Cassol, 2013; Silva; Fonseca, 2016).

Pensar as dinâmicas envolvendo a atuação dos agentes do espaço rural rondoniense nos leva a refletir sobre as possibilidades e características do desenvolvimento de suas atividades na produção deste espaço, pois, para cada lógica de organização produtiva são necessários que objetos específicos sejam instalados. Além disso, cada atividade resulta na formação de circuitos espaciais de produção, que possibilitam a fluidez dos produtos ao longo de toda a trajetória até o consumidor (Barrios, 1976; Frederico; Castillo, 2004).

A agricultura familiar tem demonstrado capacidade de modernizar-se e especializar-se em algumas atividades produtivas específicas, além de complementar sua atuação no espaço rural com a policultura (Silva; Alves, 2016). Dessa forma, amplia sua condição de produtora e fornecedora para mercados específicos, sem perder sua essência familiar.

Portanto, acreditamos que, com a capacidade de produzir para o mercado e de adoção de melhorias técnico-produtivas, resultantes da atuação dos agentes do círculo de cooperação, a agricultura familiar assume importante papel na produção do espaço, pois suas principais atividades econômico-produtivas fomentam a formação de circuitos espaciais de produção no seu entorno, o que resulta em condições de permanência no campo e contraponto à lógica do agronegócio latifundiário produtor de *commodities*, que ainda é um dos fatores de estímulo ao êxodo rural no estado.

Como forma de tentar responder aos questionamentos apresentados e de validar a hipótese central da pesquisa, objetivamos, com este trabalho, evidenciar a importância exercida pela agricultura familiar na produção espacial de Rondônia, a partir de sua participação em importantes circuitos espaciais de produção e de sua espacialidade, representando um espaço que se distingue da homogeneidade do agronegócio latifundiário.

Deste objetivo central que buscamos alcançar, surgem outros específicos, que nos ajudam a responder os questionamentos levantados, além de se complementarem para a construção da tese a ser defendida neste trabalho, sendo eles:

- Analisar as características que definem a agricultura familiar como agente no espaço rural e que contribui para a formação de circuitos espaciais de produção, bem como sua diferenciação conceitual e empírica em relação ao agronegócio latifundiário;

- Demonstrar, a partir do contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia, a contribuição da agricultura familiar na consolidação da abertura do território a partir dos projetos de colonização dirigida, além de evidenciar a estrutura fundiária resultante destes projetos e a espacialidade de algumas atividades produtivas;

- Analisar dados e características das produções de café, mandioca e pecuária bovina de corte e leite com a participação da agricultura familiar, de forma a caracterizar o fluxo espacial das produções através dos circuitos espaciais de produção que revelam sua relevância na produção do espaço rural através dos objetos técnicos instalados;

- Analisar dados que evidenciem a espacialidade da agricultura familiar no espaço geográfico rondoniense, demonstrando sua distribuição, produção e capacidade de incorporação técnica e organização coletiva no espaço.

Diante da necessidade de entender as características que compõem o espaço geográfico, organizadas conforme a atuação social dos grupos que integram de forma local, mas também os interesses de agentes que atuam de forma global (Santos, 2014a), entendemos ser válido as contribuições que apresentamos neste trabalho, como já evidenciado através dos problemas levantados, da hipótese apresentada e dos objetivos elencados acima, pois apresentamos as diferenças conceituais e práticas entre a agricultura familiar e o agronegócio latifundiário, que por

consequência refletem na produção espacial e no modelo produtivo no uso do território.

Assim como apontam Miralha e Hespanhol (2002), também acreditamos ser importante desmistificar a ideia de agricultura familiar como agente atrasado no espaço. Portanto, com sua capacidade de adaptação às novidades tecnológicas e manutenção de seu modo de produção familiar, a valorização desta categoria de produtores, aliada à políticas públicas, resulta no desenvolvimento rural (Fagundes; Salamoni, 2016; Schneider; Cassol, 2013; Silva; Fonseca, 2016).

A apresentação de um trabalho que demonstre a efetividade produtiva da agricultura familiar, ao analisar uma das diversas instâncias que qualificam esse grupo social, pode contribuir para o seu reconhecimento, fomentando políticas públicas que valorizem as condições espaciais resultantes de suas atividades.

Destarte, defendemos a tese de que a agricultura familiar assume importante papel na produção espacial em Rondônia, sobretudo o espaço rural, pois a partir de suas atividades produtivas, cada vez mais modernas, estruturam-se diversos circuitos espaciais de produção que refletem a fluidez deste espaço. Assim, a agricultura familiar se contrapõe à lógica do agronegócio latifundiário produtor de *commodities*.

Para esclarecer o percurso teórico adotado e apresentar os resultados obtidos que confirmam a hipótese formulada, estruturamos este trabalho em quatro seções, nas quais discorreremos sobre cada problema e objetivo previamente apresentado, que, em conjunto, sustentam a tese defendida. Inicialmente, nesta introdução, apresentamos os problemas, hipóteses, objetivos, tese, método, procedimentos metodológicos e o recorte espacial da pesquisa.

Ao longo da Seção 1, intitulada 'Agricultura familiar e o agronegócio latifundiário: diferenças conceituais, produtivas e de produção do espaço', abordamos a importância da compreensão do conceito de espaço rural, além de definir perspectivas sobre a agricultura familiar como categoria de análise. Também discutimos as dimensões político-ideológicas envolvidas na idealização do agronegócio latifundiário, cuja generalização frequentemente oculta seus problemas. Por fim, exploramos as definições conceituais de circuito espacial de produção e círculos de cooperação, considerando sua relação com o processo de globalização, as especializações produtivas e a formação de regiões produtivas, destacando características específicas do estado de Rondônia sobre o tema.

Para a seção 2, intitulada “Formação socioespacial de Rondônia – produção do espaço e territorialidades”, esclarecemos inicialmente a definição conceitual de formação socioespacial, para então discutirmos o contexto histórico envolvendo a transformação espacial resultante dos projetos de colonização dirigida, promovidos pelo governo federal na década de 1970 e suas consequências territoriais, como estrutura fundiária e as territorialidades da agricultura familiar e do agronegócio latifundiário, que permanecem em constante movimentação com as dinâmicas do mercado e expansão da fronteira.

Na seção 3, com o título “Circuitos espaciais de produção da agricultura familiar em Rondônia”, nos propomos a analisar a efetividade e abrangência dos principais circuitos espaciais de produção, que foram formados a partir da especialização produtiva da agricultura familiar, sendo eles: cafeicultura, mandiocultura e pecuária bovina de corte e leite. Nesta seção apresentamos os resultados de nossa pesquisa, estruturando a organização do circuito espacial de produção e o círculo de cooperação, focando sobretudo na atuação da agricultura familiar.

Por fim, na seção 4, “Espacialidade da agricultura familiar em Rondônia: organização social, produtiva e tecnológica”, discutimos a espacialização da agricultura familiar no território rondoniense, analisando os impactos do avanço do agronegócio e do êxodo rural na produção do espaço rural. Também discutimos sobre a capacidade produtiva dos agricultores familiares e sua policultura, demonstrando através dos dados do censo agropecuário, as diversas produções deste grupo. Encerramos essa seção com uma análise sobre a capacidade de adoção técnica e de organização coletiva, que representam a condição espacial da agricultura familiar em Rondônia.

Após a discussão de cada seção, considerando os problemas e objetivos levantados, bem como a confirmação da tese defendida, apresentamos, ao final, nossas considerações sobre o trabalho. Dessa forma, com base no que expusemos ao longo das quatro seções desta tese, podemos delinear a base conceitual utilizada na pesquisa, explicitar o contexto histórico e as características do espaço rural rondoniense e, por fim, analisar a forma como a agricultura familiar tem se organizado nesse espaço, modernizando sua produção e se especializando. Esse processo resulta na formação de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação,

evidenciando sua eficiência e capacidade de influenciar a configuração do espaço produtivo.

Método de Análise

O desenvolvimento de uma pesquisa científica está atrelada às características e objetivos previstos a serem alcançados em sua conclusão e, para tanto, é necessário para sua execução, a definição do método de análise, que norteará o pesquisador na sua forma de conceber os resultados e também de analisar, pois está ligado à sua percepção de mundo, conforme aponta Marradi (2002), ao considerar que o método revela a forma de olhar do pesquisador e corresponde a uma característica própria.

Definir o método de análise envolve a perspectiva do pesquisador sobre o quadro a ser analisado. Nesse sentido, nos propomos a uma análise crítica da transformação do espaço rural em Rondônia, compreendendo que a partir da agricultura familiar, como categoria de análise do território, pode-se haver a valorização do espaço como forma social e ambiental. Santos (2012) alerta que “Quando a natureza se torna natureza social, cabe à geografia perscrutar e expor como o uso consciente do espaço pode ser um veículo para a restauração do homem na sua dignidade” (p. 267).

A partir dessa consciência da necessidade de pensar o espaço como meio de dignidade humana, buscamos entender as discussões que envolvem o uso do espaço rural, pois, enquanto para uns esse é *lócus* da produção, criação e recriação do capital, para a agricultura familiar é um espaço de vida e de valores (Santos; Hespanhol, 2013; Wanderley, 2003). Considerando, portanto, essa dicotomia de visões sobre o uso do espaço, nos pautamos na criticidade para questionar a forma como se tem visualizado o meio rural, utilizando o método dialético, em que “geralmente, os trabalhos que se utilizam desse método se caracterizam por ser mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado” (Sposito, 2004, p. 46 e 47).

A dialética está presente nessa pesquisa em diversos momentos analisados, que contribuíram para a construção das seções desenvolvidas e apresentadas nesse trabalho. Na primeira seção, a contradição epistemológica, existente entre a ideia de

agronegócio latifundiário e agricultura familiar, reforçam a dialética existente, em que o primeiro se baseia em uma organização de exploração capitalista para a extração da renda da terra, na produção de *commodities*, através da concentração fundiária (Camacho, 2010; Fabrini; 2008), enquanto a segunda se pauta na atividade centrada no modelo familiar de produção, em que o estabelecimento agropecuário é um espaço de trabalho e de moradia, com capacidade de produzir e atender ao mercado, mas manter sua essência policultora e de pluriatividade (Fagundes; Salamoni, 2016; Schneider; Cassol, 2013; Silva; Alves, 2016; Silva; Fonseca, 2016).

Ainda nesta seção, além de utilizar a agricultura familiar como categoria de análise, também conceituamos espaço geográfico e espaço rural, com base nas definições de Santos (2014a; 2014b), Santos e Hespanhol (2013), Kageyama (2008) e Oliveira (2022). Outra categoria de análise adotada em nossa pesquisa é a de circuito espacial de produção (Barrios, 1976; Castillo; Frederico, 2010; Frederico; Castillo, 2004; Moraes, 1985; Santos, 1994, 2008, 2014b), que permite compreender todo o trajeto de um produto primário até seu consumidor final. No entanto, nosso olhar também se volta para as transformações espaciais necessárias para viabilizar esse trajeto, evidenciando as territorialidades marcadas pelos diversos agentes envolvidos nas atividades rurais, bem como a dialética presente na atuação desses agentes.

Como método de análise para compreensão do contexto histórico de transformação do espaço rondoniense, também constatamos a dialética nas intenções do processo da colonização dirigida, em que apesar do discurso de efetivação de uma reforma agrária, ocorria uma contrarreforma, ampliando a fronteira sobre a Amazônia. A dialética presente nas intencionalidades dos agentes que atuam na formação socioespacial também fica evidente no decorrer da pesquisa, com a valorização do agronegócio e expansão do capital.

A definição conceitual utilizada foi de formação socioespacial, utilizando Santos (2014b) e Degrandi e Silveira (2011). Entendemos que mais do que uma simples aglutinação dos termos social e espacial, a formação socioespacial é um processo de relações sociais, econômicas e culturais que imprimem ao espaço seus objetos técnicos, produzindo e organizando o espaço geográfico de forma conjunta, conforme as intencionalidades dos agentes/atores envolvidos no processo.

Utilizamos também, nessa pesquisa, a técnica de análise qualiquantitativa, pois possibilita uma perspectiva mais ampla e profunda do objeto a ser analisado (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Minayo (1997) também aponta que no método qualiquantitativo, os dados estatísticos associados à análise qualitativa, possibilita melhor compreensão da realidade. Portanto, buscamos a partir dos dados estatísticos oficiais, sobretudo do IBGE, informações quantitativas em relação à população e dados econômicos da produção agropecuária no Brasil e em Rondônia, qualificando estes dados a partir de pesquisas de campo e verificação *in loco* da influência desses números na percepção da realidade, utilizando-se de entrevistas não estruturadas e observação. Portanto, a análise qualiquantitativa possibilita ampliar as possibilidades de verificação da realidade, possibilitando identificar as contradições do espaço geográfico e sua análise crítica.

Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu através de algumas etapas que foram de grande importância para alcançar os objetivos propostos e responder os problemas apresentados anteriormente, resultando na confirmação da tese. Dessa forma, organizamos a pesquisa em duas etapas principais de trabalho: o trabalho de gabinete e o trabalho de campo, que após seu desenvolvimento foram compilados e organizados neste texto (Quadro 1).

Quadro 1 – Etapas de trabalho desenvolvidas na pesquisa

Trabalho de gabinete	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Levantamento Bibliográfico; ➤ Levantamento de dados estatísticos; ➤ Levantamento documental; ➤ Levantamento midiático na internet;
Trabalho de campo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pesquisa de campo desenvolvida com agentes do circuito espacial de produção e do círculo de cooperação do café, mandioca, carne e leite em diversos municípios de Rondônia; ➤ Participação em feiras e eventos relacionados às atividades agropecuárias praticadas pela agricultura familiar em Rondônia; ➤ Pesquisas em feiras-livres e comércios locais;
Compilação dos dados coletados e elaboração do texto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organização dos dados levantados em gráficos e tabelas; ➤ Elaboração de mapas temáticos utilizando os <i>softwares</i> Philcarto e Qgis. ➤ Ilustração dos circuitos espaciais de produção utilizando o programa Canva; ➤ Estruturação e elaboração do texto de tese.

Org.: o autor.

A partir desta organização metodológica das atividades desenvolvidas no decorrer da pesquisa, resumimos a seguir a especificação de como foram desenvolvidas cada uma das atividades:

Trabalho de Gabinete:

1) Levantamento Bibliográfico: o levantamento bibliográfico envolveu um conjunto de pesquisas teóricas sobre os conceitos e categorias de análise abordadas no conjunto da pesquisa, como: espaço geográfico e espaço rural, agricultura familiar, agronegócio latifundiário, circuito espacial de produção, círculo de cooperação, formação socioespacial e espacialidade. Também correspondeu à pesquisa de trabalhos já desenvolvidos sobre o contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia e dos projetos de integração nacional desenvolvidos pelo governo federal

na década de 1970. Além disso, por meio do levantamento bibliográfico, buscamos trabalhos que apresentem pesquisas já desenvolvidas sobre as atividades agropecuárias abordadas em nosso trabalho, como o cultivo de café e mandioca, além da pecuária de corte e de leite.

A pesquisa bibliográfica envolveu a constante investigação no periódico Capes; Catálogo de Teses e Dissertações; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; revistas acadêmicas; livros físicos e digitais; base de publicações do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA); publicações do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/Unir). Após a busca por material teórico e pesquisas já desenvolvidas, desenvolvemos a leitura do material e fichamento, para uso da construção teórico-conceitual dessa tese.

2) Levantamento de dados estatísticos: os dados estatísticos têm origem secundária, levantados a partir de sites de órgãos oficiais e que estão relacionados aos temas discutidos em nossa pesquisa. A principal fonte de dados utilizada foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), através de seu sistema de dados, o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Para obter dados que demonstrem de forma separada a atuação da agricultura familiar e não-familiar, utilizamos as informações presentes nos Censos Agropecuários, sobretudo de 2006 e 2017. Por outro lado, para obtermos dados específicos de algumas atividades agropecuárias, como área, quantidade e valor da produção, recorreremos aos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), que possui divulgação anual e nos permite entender melhor a evolução das atividades agropecuárias. Também buscamos dados do Censo Demográfico, para compreender a dinâmica entre a população rural e urbana.

Além dos dados do IBGE, buscamos junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do caderno de conflitos no campo, informações sobre estes conflitos, sobretudo na Amazônia. Por fim, buscamos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Terrabrasilis, para identificar informações sobre o acumulado do desmatamento entre o período censitário de 2006 e 2017.

Utilizamos também dados estaduais, através do Sistema de Divulgação de Informações Econômicas (SIDIEC) de Rondônia, no site da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN), para obter dados relacionados à cadeia produtiva e ao fluxo de

algumas produções; ainda em relação a dados estaduais, buscamos dados junto à Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) sobre o preço do leite. Ou seja, todos os dados secundários que foram apresentados no decorrer da pesquisa passaram por um levantamento sistemático junto aos órgãos relacionados ao tema em análise.

3) Levantamento documental: o trabalho documental envolveu a análise da legislação que envolve a agricultura familiar e também a legislação da propriedade industrial, que versa sobre as indicações geográficas; também realizamos levantamento de documentos ligados a estudos da CPT e da Kanindé, sobre áreas protegidas em Rondônia; por fim, buscamos documentos que apontassem os registros do Sistema de Inspeção Federal (SIF) e Sistema de Inspeção Estadual (SIE), que demonstraram os frigoríficos legalizados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), respectivamente;

4) Levantamento midiático na internet: a busca de mídias na internet envolve informações disponibilizadas em sites e blogs de opinião, que neste caso, foram sites ligados à defesa do agronegócio; também sites de instituições e organizações, como o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Cooperativa dos agricultores Familiares da Amazônia (LACCOOP).

Foram também utilizados dados e informações disponíveis em filmes/documentários realizados sobre a temática, como: Sob a Pata do Boi (Sob, 2018); Nuvens de Veneno (Nuvens, 2013) e Nas Cinzas da Floresta (Nas Cinzas, 1983).

Trabalho de Campo:

1) Com caráter qualitativo, a pesquisa de campo foi desenvolvida junto aos agentes do circuito espacial de produção e círculos de cooperação do café, da mandioca, da carne e do leite. Percorreremos diversos municípios de Rondônia e dialogamos com agricultores familiares, representantes do capital comercial e industrial, como: Secadoras de café, Laticínios, Frigoríficos e agroindústrias familiares de mandioca congelada e de farinha de mandioca; estabelecimentos comerciais e feirantes; órgãos públicos como: EMATER, EMBRAPA e SEAGRI/RO; Cooperativas e suas representatividades, como: União das Cooperativas de Agricultura Familiar e

Economia Solidária (UNICAFES), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), LACCOOP, Cooperativa de produção da agricultura familiar de Ministro Andreazza (COOPERANDREAZZA) e Cooperativa dos produtores e agricultores familiares de Cacoal (COOPERCACOAL); e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado de Rondônia (FETAGRO).

Portanto, com o objetivo de qualificar as informações e dados previamente levantados, a pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da entrevista não estruturada como método de coleta de dados. Dessa forma, não utilizamos um questionário com perguntas fechadas para os entrevistados, mas nos posicionamos como ouvintes de relatos relacionados às atividades por eles desenvolvidas. Apesar da ausência de uma estrutura fixa de perguntas, buscamos, em todas as conversas, explorar aspectos fundamentais para a compreensão do tema, estabelecidas a seguir:

Circuitos Espacial de Produção

- Agricultores Familiares: Identificar quais atividades são desenvolvidas em seu estabelecimento e o que levou a atuar nesta atividade; compreender como ocorre a comercialização da produção, tanto abrangência como valores de negociação; verificar se possui assistência técnica, características técnicas e de melhorias de sua produção; perceber quais as perspectivas que estes agricultores familiares possuem de sua atividade;
- Capital comercial e industrial: entender a logística de compra e venda da produção, tanto em relação a negociações, captação de fornecedores e relação de preços; identificar como são desenvolvidas as relações com os agricultores familiares; identificar a área de abrangência da compra de matéria-prima e da venda;
- Comerciantes e feirantes: entender a origem dos produtos comercializados; verificar em embalagens a origem dos produtos disponíveis para comercialização;

Círculo de Cooperação

- Órgãos Públicos (SEAGRI, EMBRAPA e EMATER): compreender as políticas desenvolvidas para a agricultura familiar; entender como são realizadas as pesquisas e melhorias genéticas e técnicas das produções; compreender o processo de assistência técnica para a

agricultura familiar; identificar junto a esses órgãos agricultores que são assistidos e que pudessem contribuir com a pesquisa;

- Cooperativas e suas representatividades: entender como a organização cooperativa pode contribuir para a participação da agricultura familiar em circuitos espaciais de produção; identificar casos de relevância da organização coletiva que contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar;
- FETAGRO: compreender a atuação da federação na organização e fortalecimento da agricultura familiar em Rondônia; identificar quais ações a FETAGRO tem desenvolvido junto aos agricultores familiares; perceber os desafios enfrentados pelos agricultores familiares na relação com o agronegócio latifundiário e que é fruto de ações da FETAGRO.

O desenvolvimento da pesquisa de campo e a coleta das informações acima elencadas, se distribuiu sobretudo no decorrer do ano de 2024, onde percorremos alguns municípios de Rondônia e visitamos os agentes acima citados. A definição dos municípios e instituições a serem pesquisados esteve associada ao levantamento quantitativo prévio, onde buscamos alcançar instituições com relevante participação no circuito espacial de produção ou círculos de cooperação analisados, bem como identificar a realidade dos agricultores nos municípios que se destacam em produções, além de buscarmos ampliar a percepção das atividades em grande área de abrangência no território rondoniense. O cronograma da pesquisa ocorreu conforme disposto no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Cronograma de atividades desenvolvidas no decorrer da pesquisa de campo

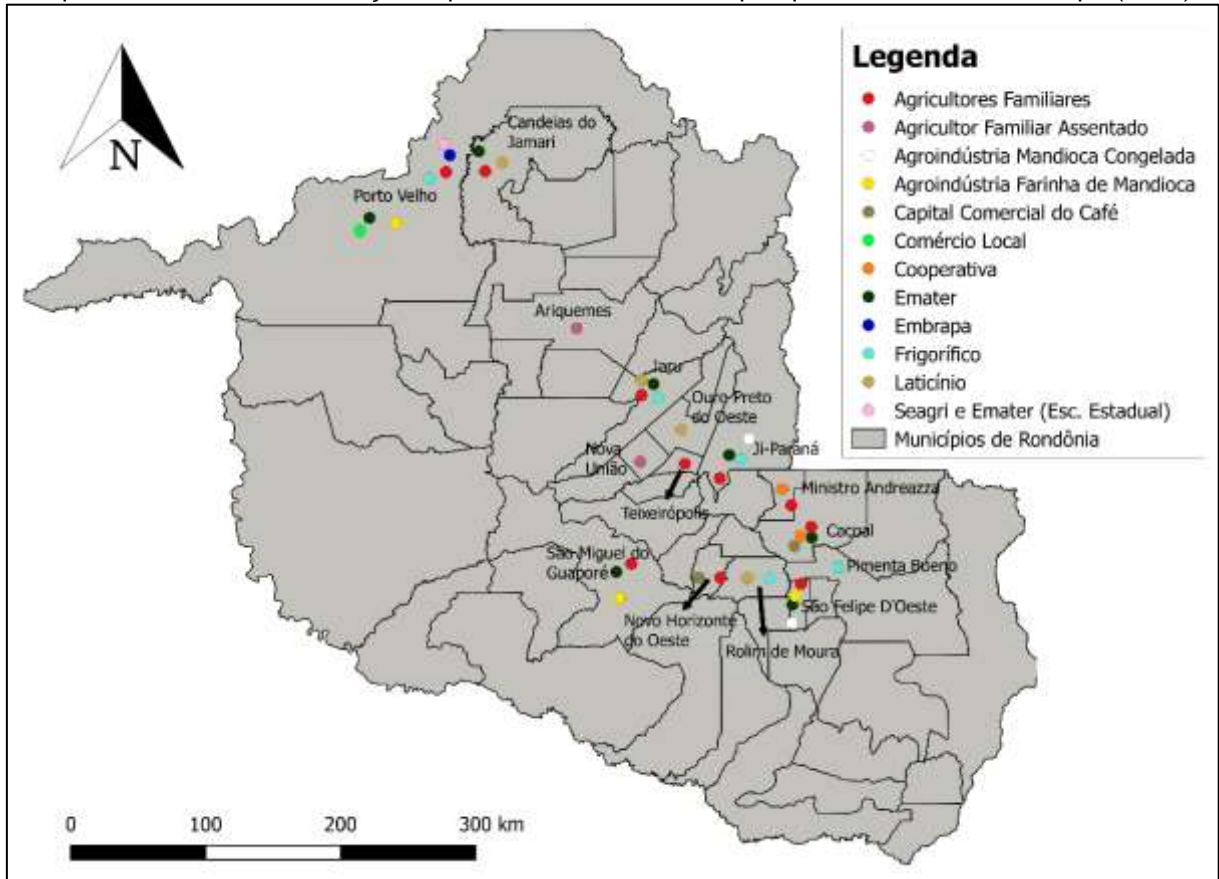
Período	Local	Entrevistados
19/03/2024	Cacoal	OCB; LACOOOP; Feirantes;
17/04/2024	Ministro Andreazza	COOPERANDREAZZA; UNICAFES; Agricultores Familiares.
18/04/2024	Cacoal	COOPERCACOAL; Agricultores Familiares; Capital Comercial do Café; EMATER;

07/05/2024	Ji-Paraná	EMATER; Agroindústria de mandioca congelada; Agricultores familiares; Frigorífico;
08/05/2024	Ouro Preto Do Oeste	Laticínio;
08/05/2024	Teixeirópolis	Agricultores familiares;
08/05/2024	Nova União	Agricultores familiares assentados;
09/05/2024	Jaru	EMATER; Frigorífico; Laticínio; Agricultores Familiares;
09/05/2024	Ariquemes	Agricultores familiares assentados;
10/05/2024	Ji-Paraná (Nova Londrina)	Frigorífico; EMATER (Nova Londrina); Agricultores Familiares;
27/05/2024	Pimenta Bueno	Frigorífico;
27/05/2024	São Felipe	EMATER; Agricultores familiares; Agroindústria de mandioca congelada; Agroindústria de farinha de mandioca;
28/05/2024	Rolim de Moura	Frigoríficos; Laticínio;
28/05/2024	Novo Horizonte Do Oeste	Capital comercial do café; Agricultores familiares;
29/05/2024	São Miguel do Guaporé	EMATER; Agricultores familiares; Agroindústria de farinha de mandioca;
04/06/2024	Porto Velho (Jaci-Paraná)	EMATER; Agricultores familiares; Comércio local; Agroindústria de farinha de mandioca;
05/06/2024	Porto Velho	SEAGRI – Agricultura Familiar; EMATER; EMBRAPA; Agricultores familiares; Frigorífico;
06/06/2024	Candeias do Jamari	EMATER; Agricultores familiares; Laticínio.

Fonte: Trabalho de campo. Org.: o autor

Com base nesse cronograma, desenvolvido em nossa pesquisa de campo, organizamos o mapa 1, que representa espacialmente as atividades realizadas.

Mapa 1 – Rondônia: Distribuição espacial das atividades de pesquisa realizadas em campo (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Org.: o autor.

Sobre a espacialidade das atividades desenvolvidas em campo e apresentadas no mapa 1 acima, esclarecemos que é demonstrado, nesse, as categorias de agentes entrevistados em cada município, não representando a localização geográfica exata de cada agente, tampouco a quantidade de agentes entrevistados em cada município, por exemplo: apesar de conter apenas 1 marcação em vermelho nos municípios que conversamos com agricultores familiares, isso não representa que tenha ocorrido em apenas 1 estabelecimento familiar, da mesma forma em outras categorias.

2) A participação em feiras e eventos ligados à agricultura familiar foram:
 a) I e II Cafecau, festa do café e do cacau, promovidas pela prefeitura municipal de Cacoal, onde ocorreram palestras sobre a produção de café e cacau por instituições públicas, como: IFRO, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e EMATER; b) I Feira dos Municípios de Rondônia (FEMUR), ocorrida em 2022 no município de Cacoal, onde ocorreram palestras de fomento da economia no

estado, dentre elas, ligadas a agropecuária; c) X e XI Rondônia Rural Show (RRS), ocorrida no município de Ji-Paraná, onde há o encontro de diversos agentes do capital atuantes no espaço agrário, realizando suas exposições e fomentando a ideia de agronegócio forte em Rondônia, apesar de muitas produções serem da agricultura familiar; 1º Feira Tecnológica dos cafés de Rondônia, realizada em Cacoal, reunindo diversos setores do círculo de cooperação e do circuito espacial de produção do café de Rondônia, com palestras e exposições de agroindústrias de café especial produzido no estado.

Nessas atividades também entrevistamos agricultores expositores, representantes das instituições envolvidas, assistimos palestras e analisamos a atmosfera criada em torno do desenvolvimento agropecuário, sobretudo através da valorização ideológica do agro, suprimindo em muitos casos a relevância e presença particular dos próprios agricultores.

3) As pesquisas com feirantes e comerciantes serviram para entender as origens de alguns produtos comercializados, onde a partir da entrevista não-estruturada, buscamos entender o percurso tomado pela produção até chegar ao consumidor final. Dentre as ações realizadas, visitamos redes de supermercados em diversos municípios, para analisar as exposições de produtos de café, os tipos de produtos de mandioca, como farinhas, tapioca e a própria raiz congelada, como forma de identificar a localização das agroindústrias fornecedoras, além de identificar a diversidade de ofertas dos produtos ao consumidor local; também visitamos o mercado central de Porto Velho, onde entrevistamos um dos diversos comerciantes de farinhas; percorremos algumas feiras livres locais em diversos municípios, onde também entrevistamos os feirantes sobre a origem dos produtos comercializados, sobretudo a farinha e goma de tapioca.

Compilação dos dados:

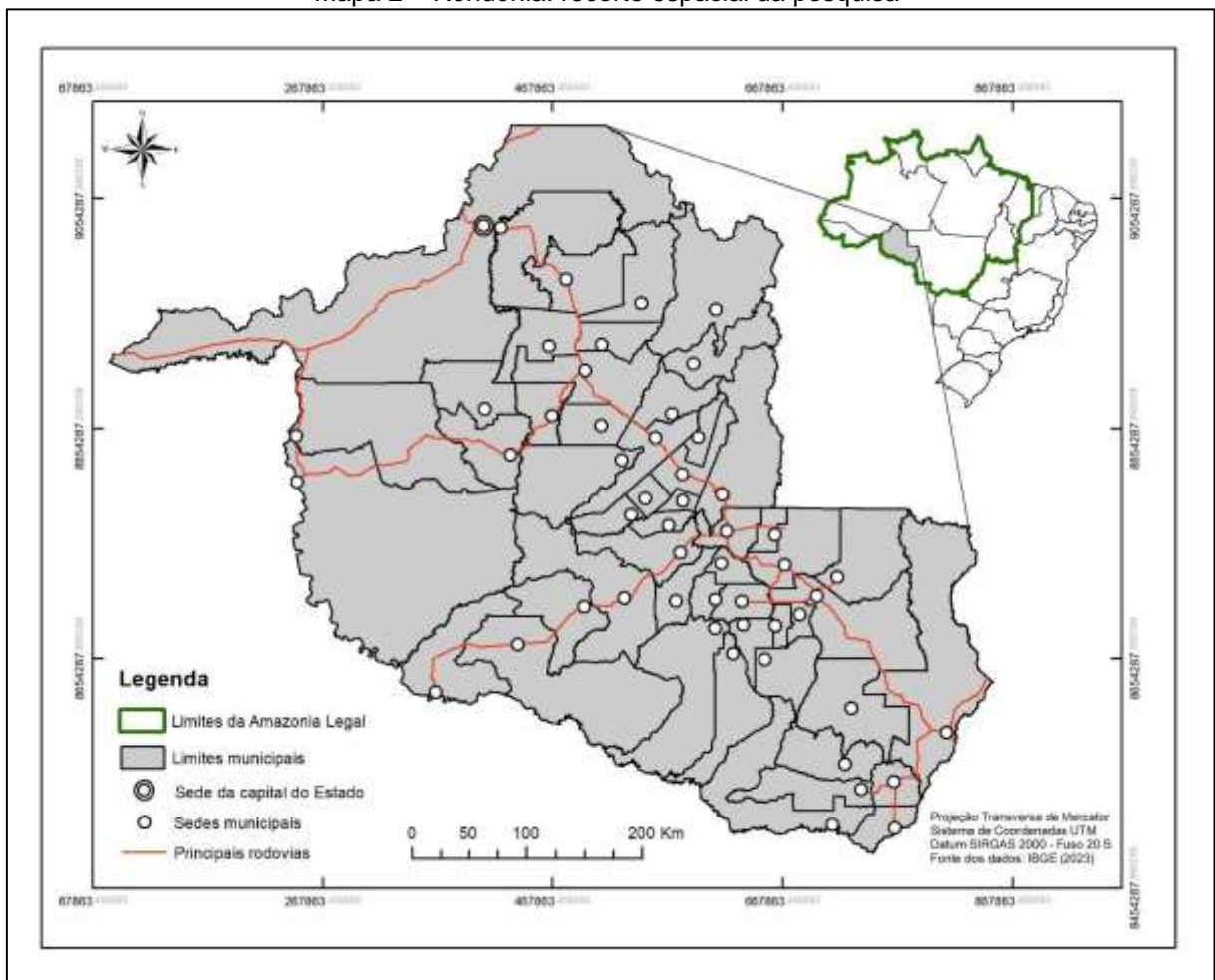
Essa etapa abrange a organização das informações obtidas tanto em gabinete quanto em campo, culminando na elaboração deste trabalho de tese. Ela engloba a sistematização dos dados, bem como a confecção de tabelas, quadros, gráficos e mapas, apresentados ao longo do texto. Na elaboração dos quadros, tabelas e gráficos foram utilizando os recursos do *software* Word e Excel, enquanto os mapas foram desenvolvidos utilizando os *softwares* Philcarto e Qgis. Os esquemas do circuito espacial de produção foram elaborados a partir da plataforma Canva.

Essa etapa de compilação de dados é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, onde há a efetiva análise quali-quantitativa do que foi levantado e então sistematizado, para que exista coerência entre os objetivos esperados e os alcançados, bem como a confirmação da tese proposta e apresentada.

Recorte espacial

A pesquisa apresentada tem como recorte espacial o estado de Rondônia, Unidade Federativa do Brasil, localizada na região norte do país e pertencente à Amazônia Legal (Mapa 2). O estado de Rondônia está na porção ocidental sul da Amazônia, organizada territorialmente em 52 municípios e possui uma população estimada de 1.616.319 pessoas, conforme apontam os dados preliminares do Censo demográfico 2022 (IBGE, 2022), tendo a cidade de Porto Velho como sua capital.

Mapa 2 – Rondônia: recorte espacial da pesquisa



Org.: Rafael Carlos Bispo.

Apesar de apresentarmos o estado de Rondônia como recorte espacial, é importante frisarmos que, apesar das atividades da agricultura familiar ocorrerem de forma especializada em todos os municípios do estado, algumas delas se concentram em algumas regiões, o que nos leva a dedicarmos maior concentração de dados e análises a estas, o que não desconsidera as atividades ocorridas em outros municípios onde não foram analisados de forma específica. Essa consideração é importante justamente por não ser possível realizar uma análise aprofundada em todo o território estadual. Assim, as definições se deram conforme a relevância da atividade para as regiões onde estão inseridas.

Nesse sentido, o recorte utilizado para análise dos circuitos espaciais de produção da agricultura familiar, predominou nos municípios do eixo da BR-364, Porto Velho, Candeias do Jamari, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno. Além disso, percorremos a RO-010, passando pelos municípios de São Felipe d'Oeste, Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. Nesse último município, percorremos também o trecho da BR-429. Por fim, passamos pela RO-473, para chegar à Teixeiraópolis e a RO-470, para chegar à Nova União. Apesar das descrições acima destacarem as rodovias federais e estaduais, utilizamos muitas estradas rurais para percorrer distâncias entre duas cidades e observar as paisagens resultantes das dinâmicas produtivas do espaço rural rondoniense.

Portanto, as análises, apontamentos, discussões e considerações realizadas nesta tese apresentam uma perspectiva sobre o espaço rural de Rondônia e sua constituição efetiva, resultante da atuação dos agentes que ocupam este espaço, sobretudo voltando as atenções para a atuação dos agricultores familiares.

1 AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO LATIFUNDIÁRIO: DIFERENÇAS CONCEITUAIS, PRODUTIVAS E DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Abordaremos nesta seção uma análise teórica sobre as categorias de análise que utilizaremos nesse trabalho, onde, através de levantamento bibliográfico, esclarecemos a nossa base teórica-conceitual adotada na pesquisa, tanto em relação ao entendimento sobre a definição da agricultura familiar como categoria de análise, sobre o agronegócio latifundiário, sobre o circuito espacial de produção e sobre os círculos de cooperação.

1.1 Agricultura familiar como categoria de análise do espaço rural

O contexto que envolve a compreensão do espaço rural é diverso e complexo, estudado por diversas áreas do conhecimento, com variadas correntes teórico-metodológicas e refletindo um campo de estudo com inúmeras definições conceituais e perspectivas de análise. Santos e Hespanhol (2013) apontam que a concepção do espaço rural é compreendida por suas múltiplas faces em diversas dimensões. Portanto, cabe ao pesquisador compreender, a partir de sua perspectiva teórico-metodológica, a conceituação do espaço rural.

Não propomos, nesse momento inicial da pesquisa, reduzir a concepção conceitual sobre o espaço rural a uma única opção, como sendo a verdade em relação ao tema, mas construir um caminho que contribua para a tese aqui defendida.

Partindo desse pressuposto, baseado em nossa perspectiva miltoniana do espaço geográfico, esse é um espaço híbrido, formado por um conjunto de objetos e ações (Santos, 2014a), em que,

Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade [...] Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer destinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos 'valorizam' diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não separado, objetos e ações 'agindo' em concerto (Ibidem, 2014a, p. 72 e 86).

Partindo desta concepção geral de Santos, o espaço é um conjunto de objetos, naturais ou artificiais, organizados e/ou produzidos conforme as intencionalidades daqueles que o criam ou pensam, resultando, portanto, em objetos frutos das ações. Entendemos que o espaço rural possui a mesma natureza, porém com objetos e ações específicas. Santos (2014a) também define que os objetos possuem formas e funções conforme as condições necessárias para atender às demandas de determinado momento, sendo essas o resultado da transformação do espaço.

A partir disso, o espaço rural assume características específicas do seu meio, conforme as condições e necessidades do período a ser analisado. Abramovay (2000) aponta que, dentre as características do meio rural estão as relações com a natureza, regiões não densamente povoadas e a inserção de dinâmicas urbanas. Nessa perspectiva, o autor tenta não caracterizar o rural como oposição ao urbano, mas como relacional, em que as ações praticadas no espaço rural refletem na organização do espaço urbano e vice-versa.

Santos (1994) alerta que, com a modernização técnico-científica da produção, as relações cidade-campo se dão cada vez de forma mais ampla e diversificada, não se restringindo apenas à cidade mais próxima. Assim, a construção do espaço rural se dá a partir de diversas intencionalidades e também sofrem e promovem influências em diversas escalas, possibilitadas através das redes de fluxo material e imaterial.

Kageyama (2008) destaca que o rural tem uma característica territorial ou espacial e não setorial. Ou seja, o espaço rural, para a autora, não se resume à atividade agropecuária, como o *locus* do setor primário, mas uma porção do espaço total, em que há um predomínio desta atividade econômica.

Santos e Hespanhol (2013), após um levantamento teórico sobre diversas concepções do espaço rural em variadas áreas do conhecimento, defendem que “o rural é uma construção de valores e modos de vida no espaço e, também, um processo histórico” (p. 92). De acordo com a definição das autoras, também não há uma restrição do espaço rural à atividade econômica da produção agropecuária, pois o centro desta definição está “na relação que os sujeitos estabelecem no/com o espaço” (Ibidem, 2013, p. 93).

No caso do espaço rural brasileiro, houve uma construção baseada nos interesses de uma elite agrária, que valorizam a concentração de terras e a formação de latifúndios. Dessa lógica, aparece uma nova concepção do espaço rural, concebida

por pesquisadores da teoria crítica, que tratam este espaço a partir da estrutura agrária e, portanto, como campo de luta entre campesinato e latifundiário pelo acesso à terra (Santos; Hespanhol, 2013). Oliveira (2022), ao revisar os estudos ligados à concepção de rural, no Boletim Paulista de Geografia, identifica a predominância dessa perspectiva do rural como espaço do conflito entre modos de vida e de produção distintos, em que a terra assume centralidade e o trabalho constrói formas espaciais funcionais aos interesses daqueles que a usam, refletindo em um espaço múltiplo e complexo, como a sociedade capitalista.

Portanto, a partir das percepções de espaço geográfico e espaço rural apresentados, entendemo-lo como um meio em que predominam objetos com formas-conteúdo para atendimento das demandas no decorrer do tempo. Neste sentido, com a transição para um meio técnico-científico-informacional (Santos, 2014a), o espaço rural também se adequa às inovações técnicas, cada vez mais conectado aos centros urbanos, em uma relação de complementaridade.

Se, conforme apontamos anteriormente, o espaço é composto por objetos e ações, o espaço rural também é caracterizado por essas ações, que se refletem na ocupação e no modo de uso do território. Assim, esse espaço é complexo e múltiplo, pois cada ator, com sua intencionalidade, atua impondo a sua impressão ao espaço, seja a partir de uma organização produtiva-econômica, seja a partir de sua organização sociocultural.

Os agentes que atuam no espaço rural são diversos e cada um atua conforme as suas características socioeconômicas. Para a agricultura familiar, foco dessa parte do trabalho, o espaço rural não é o *locus* da produção agropecuária, mas o lugar de vida, de trabalho e de reprodução social (Wanderley, 2000).

Para essa pesquisa, optamos pelo uso da agricultura familiar como importante categoria de análise do espaço rural. O termo agricultura familiar ganhou força no Brasil e na América Latina a partir da década de 1990, com a criação de políticas públicas destinadas a esse grupo e seu reconhecimento (Arzeno et. al, 2015; Fagundes; Salamoni, 2016; Miralha; Hespanhol, 2002; Oliveira; Baccarin; Ferreira, 2015; Schneider; Cassol, 2013; Silva; Fonseca, 2016).

Um dos exemplos de reconhecimento da agricultura familiar na América Latina é apresentado por Arzeno *et al* (2015), ao destacar as políticas públicas destinadas ao setor, a partir da década de 1990. De acordo com os autores, a busca pela

soberania alimentar envolveu o fomento da agricultura familiar no país, tornando responsabilidade destes a produção de alimentos para o abastecimento interno. Porém, esses projetos apresentam contradição ao subordinar os agricultores familiares aos grandes produtores e complexos agroindustriais.

Manzanal *et al* (2014) apontam que, na Argentina a agricultura familiar é uma categoria política, resultado de negociações entre diversos atores. Porém, as disputas ideológicas desses atores, acabam por gerar políticas públicas contraditórias e que não necessariamente alcançam as melhorias sociais. Essas disputas políticas em torno das definições de agricultura familiar também se identificam no Brasil. Apesar disso, os avanços foram grandes com o reconhecimento dessa categoria social ocupante do espaço rural.

Um dos frutos do reconhecimento da agricultura familiar perante o poder público é a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida popularmente como lei da agricultura familiar, que estabelece as diretrizes para a formulação de políticas públicas. Nesta legislação, foram criados os parâmetros legais para a definição de quem se enquadra nessa categoria.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)
 VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)
 (BRASIL, 2006, s/p.)

É importante destacar, em relação à definição desta lei, que sua formulação é fruto de histórico processo de busca de visibilidade, haja visto que o desenvolvimento rural do Brasil tem como base uma modernização conservadora e voltada à produção não-familiar (Oliveira, Baccarin, Ferreira, 2015). Os autores complementam ainda que esta visibilidade alcançada através da lei, teve início na década de 1980 por discussões no âmbito da academia e ações dos movimentos sociais (Ibidem, 2015). Antes deste período, houve pouca ou nenhuma participação do Estado no reconhecimento e auxílio aos pequenos produtores, o que acabou não criando uma unidade na sua tipificação, dificultando o uso do termo camponês, como aponta Schneider e Cassol (2013).

Tomando-se o Brasil de norte a sul, é possível encontrar uma diversidade de definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, tais como colono, sitiante, morador, ribeirinho, geraiseiro, entre outras. É muito frequente identificar um pequeno proprietário ou mesmo pequeno posseiro de terra com a denominação de lavrador rural, reservando-se a alcunha de “trabalhador rural” aos que desempenham atividades na condição de empregados. O termo camponês, quando usado, era palavra que os mediadores políticos e intelectuais (sejam militantes do partido comunista na década de 1950 ou cientistas sociais que faziam estudos de comunidades rurais nos anos 1970) preferiam utilizar em suas referências. Obviamente que o interstício forçado da ditadura militar contribuiu para restringir e evitar que o interesse pelos camponeses amadurecesse e pudesse avançar no Brasil. (p. 8),

Portanto, é importante destacar que muitos termos eram utilizados para se referir à atividade produtiva familiar, contudo, o termo camponês que era predominante com os movimentos sociais, foi de certa forma silenciado com as opressões da ditadura militar. Além disso, no decorrer desse período, outras expressões também foram debatidas e utilizadas, porém sempre com um viés ideológico de menosprezo (Fossá; Renk, 2021).

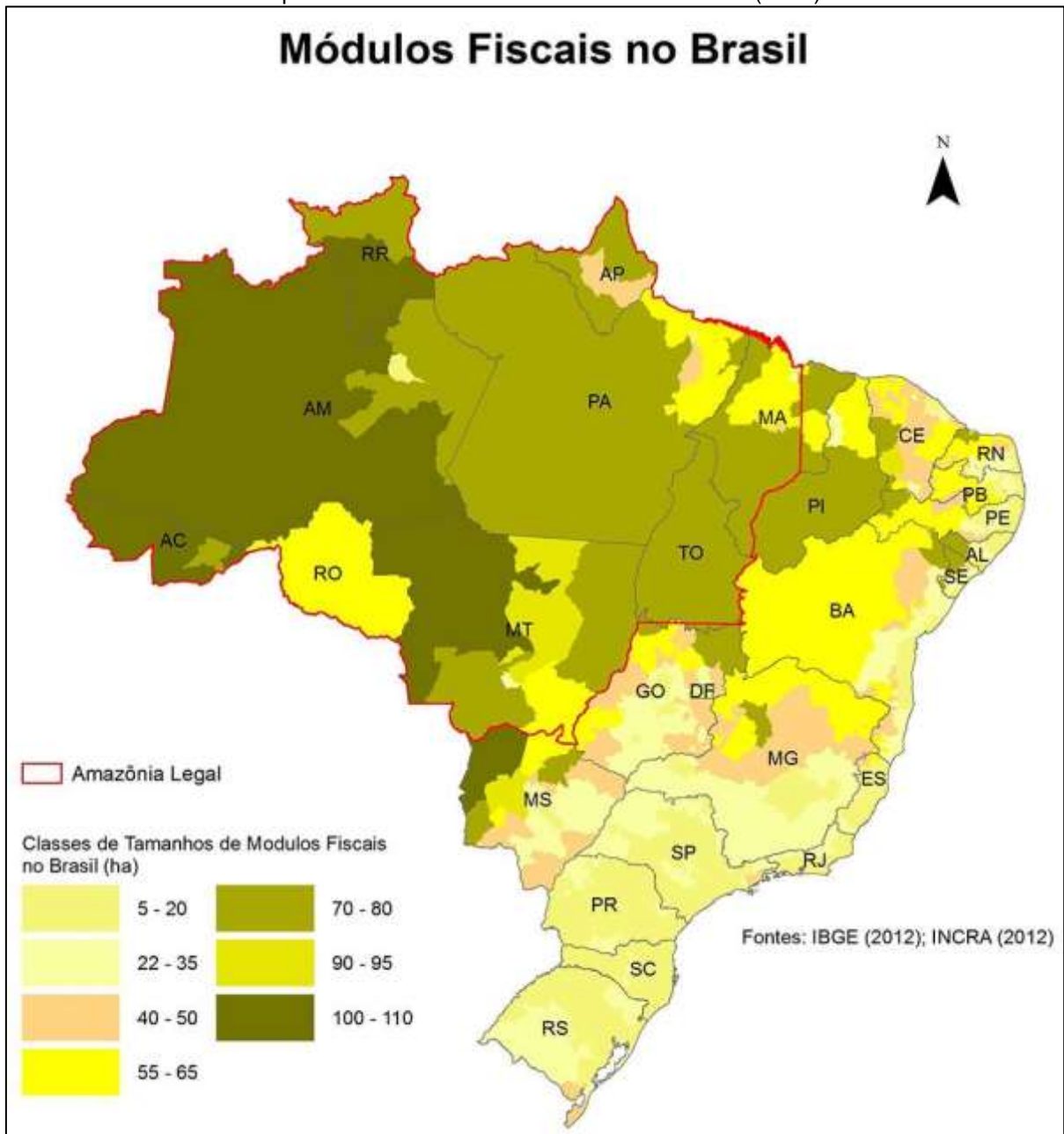
Somente a partir da década de 1980 que a organização sindical, movimentos sociais e a academia conseguem trazer à luz a importância e relevância social da agricultura familiar, reforçando que a definição conceitual em torno da AF não é única, visto sua multiplicidade como categoria de análise, resultante da inclusão de diversos

grupos e segmentos sociais com distintas organizações socioeconômicas (Fossá; Renk, 2021), conforme se verifica no §2º da legislação trazida acima.

Compreendidas as circunstâncias históricas da criação da lei que legitimou a agricultura familiar perante as ações do Estado, através da definição de diretrizes que os definem como um grupo social e importante segmento atuante no espaço rural brasileiro, retornamos ao conteúdo da referida lei, para compreender quem pode ser beneficiado em seu contexto. Nesse sentido, os parâmetros legais para definir o agricultor familiar estão presentes no artigo terceiro, entre os incisos I a IV.

O inciso I estabelece a delimitação da área do agricultor familiar, limitando a quatro módulos fiscais, exceto quando se tratar de propriedade coletiva ou condomínio rural, desde que a fração ideal por proprietário se enquadre nas medidas já apontadas. Conforme resumido por Embrapa (2022), os módulos fiscais são medidos em hectares e fixada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para cada município, variando de 5 a 110 hectares, conforme o mapa 3, abaixo:

Mapa 3 – Brasil: Tamanhos dos módulos fiscais (2022)



Fonte: EMBRAPA, 2022

Tomando por base as informações constantes no mapa 3, percebe-se que as regiões de maior concentração urbana do Centro-Sul do país e na região litorânea do Nordeste, são as áreas com menores tamanhos nos módulos fiscais. Por outro lado, na porção mais ao norte, principalmente na Amazônia Legal, encontram-se os municípios com módulos fiscais maiores. Em relação ao estado de Rondônia, objeto deste trabalho, os módulos fiscais correspondem a 60 hectares, o que possibilita que um agricultor se enquadre como familiar, em um estabelecimento de até 240 hectares.

Percebe-se, portanto, que a agricultura familiar pode assumir características diversas no país, visto que o seu tamanho máximo pode variar de acordo com a localização, variando também a possibilidade de organização interna da produção. Apesar da agricultura familiar poder assumir estabelecimentos que possuam até 440 hectares, os dados do Censo Agropecuário 2017 demonstram que os 3.897.408 estabelecimentos familiares ocupam 80.891.084 hectares (IBGE, 2017), resultando em uma média de 20,75 hectares por estabelecimento, o que evidencia sua característica de pequena produção.

Além da definição em relação ao tamanho da propriedade, a legislação define, nos incisos II, III e IV, características em relação à produção nos estabelecimentos familiares, sendo necessário a predominância da mão de obra familiar, parte da renda extraída do estabelecimento, além de a gestão ocorrer com a família. Esses pontos destacados exprimem uma ideia de envolvimento da agricultura familiar à lógica produtiva econômica, não tomando parte de aspectos sociais. Além disso, a própria lei procura tratar esse agricultor como pequeno empreendedor.

Essa perspectiva, disposta na legislação, exhibe a visão do Estado aliada aos interesses do capital, na concepção de subordinação do agricultor familiar não apenas à lógica produtiva moderna do mercado, mas à concepção de empresas rurais, ou seja, associando a atividade desenvolvida em estabelecimento familiar ao controle de uma elite capitalista do campo, conhecida como agronegócio, onde será ampliado o debate no próximo tópico.

Tomando por base essa análise em torno da Lei 11.326, percebemos que apesar dos avanços alcançados com sua promulgação, sobretudo o reconhecimento da categoria que até então era invisibilizada pelo Estado através de políticas públicas, há ainda resquícios de interesses da elite agrária que compõe o Congresso Nacional, desconsiderando a relevância do contexto histórico social na constituição do agricultor familiar. Esse fato reforça o que também ocorre na Argentina, como destacam Manzanal *et al* (2014). A partir dessa perspectiva, Wanderley (2003) destaca que esse não é um ator social gestado pelo Estado, mas possui uma história, uma história camponesa.

A perspectiva posta por Wanderley demonstra a capacidade de adaptação da agricultura familiar como categoria de análise do espaço rural, pois conforme destacado por Miralha e Hespanhol (2002), a produção da agricultura familiar não

deixou de existir em nenhum momento, reforçando os pressupostos de Chayanov. Porém, a partir da modernização do campo e intensificação do capitalismo, os agricultores familiares integram-se à essa modernização técnica, sem deixar de possuir uma produção essencialmente familiar.

Hespanhol e Costa (2002), reforçam que, apesar das divergências teórico-metodológicas existentes em torno da concepção de agricultura familiar como categoria de análise, passa a haver um entendimento geral de que se trata de atividades realizadas em unidades produtivas em que o trabalho, a terra e a família exercem íntima vinculação.

A partir da definição da agricultura familiar como grupo social presente no espaço rural, com capacidade de adaptação às necessidades da sociedade e sem deixar sua característica primordial, que é a relação familiar na gestão do território e da produção, essa passa a ser a principal conceituação em torno da possibilidade de direcionamento de políticas públicas ao espaço rural, que não sejam destinadas aos grandes negócios agropecuários, como sempre ocorreu no contexto histórico brasileiro (Ibidem, 2002).

Surgem, portanto, diversas correntes teóricas que divergem sobre suas concepções, mas que no final acabam por defender os interesses dos mesmos grupos sociais. Há aqueles que defendem a utilização do termo camponato, como forma de demonstrar sua essência histórica de luta social (Fernandes, 2008; Paulino, 2012); por outro lado, há aqueles que entendem a agricultura familiar se adaptando à modernidade sem perder sua essência camponesa (Wanderley, 2003); e por fim, aqueles que defendem que a agricultura familiar representa o avanço da capacidade de desenvolvimento rural em torno da modernização técnica, em unidades produtivas familiares (Abramovay, 2012; Hespanhol; Costa, 2002).

Para os estudos propostos neste trabalho, consideramos a definição de agricultura familiar e camponato como sinônimos, mesmo sabendo de suas ponderações conceituais em relação à questão de classe social ou na questão agrária, afinal, os fins deste trabalho é a perspectiva da agricultura familiar como modelo de uso democrático do território, com capacidade produtiva e de se apropriar do espaço rural conforme seu modo de vida. Portanto, delimitamos para este trabalho, a contradição ao modelo organizacional da agricultura familiar sendo o agronegócio latifundiário e não o camponato.

Como forma de corroborar com essa perspectiva, trazemos alguns pontos de ambos os autores das correntes acima citadas, que dialogam em torno da possibilidade de consenso teórico na validação da categoria de agricultura familiar. Fernandes (2008) destaca que o camponês tem a capacidade de se reinventar com o avanço do capitalismo, sem perder sua essência de luta e sobrevivência; já Paulino (2012), apesar de tecer inúmeras críticas à definição conceitual de agricultura familiar, aponta sobre a necessidade de lapidação de alguns pressupostos pelo camponês em caso de áreas com elevada tecnificação. O camponês não está descolado do capitalismo, pelo contrário, é parte integrante desse modo de produção, apesar de apresentar uma relação não capitalista de produção (Oliveira, 2007; Paulino, 2012).

Wanderley (2003) defende que o agricultor familiar mantém uma essência histórica e social camponesa, mas também adaptando-se e atendo às demandas do futuro, servindo como uma espécie de conexão entre estes dois opostos. Por fim, Abramovay (2012), apesar de suas críticas ao campesinato, entendendo a necessidade de modernização da produção através da agricultura familiar, demonstra, de certa forma, que é nas relações íntimas da família, ou seja, no bojo social e cultural, que se desenvolvem as possibilidades do desenvolvimento do espaço rural.

Portanto, o esforço proposto neste momento do trabalho é de demonstrar que apesar das diversas vertentes em torno da agricultura familiar, cada qual em suas disciplinas e teorias, contribuem para o avanço e repercussão da agricultura familiar como importante categoria de análise do espaço rural.

Ainda em relação à importância que vemos da unificação dos esforços para o fortalecimento da agricultura familiar como protagonista no espaço rural brasileiro e até mesmo mundial, lembramos o trabalho de Fossá e Renck (2021), levantando os retrocessos que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar tiveram com as políticas liberais desde 2016 e o golpe político em Dilma Rousseff, pois, como os autores apontam, políticas que já eram consideradas como consolidadas foram modificadas, a exemplo de: redução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT); reducionismo da diversidade da atividade familiar às atividades agrárias, através do Decreto Presidencial nº 9.064/2017, definindo a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA); alteração na lei da agricultura familiar, com a definição de que 50% da renda

da família seja de produção agropecuária; e, por fim, a transformação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Secretaria subordinada à Casa Civil.

Essa ofensiva em direção aos avanços e ganhos da agricultura familiar foram orquestrados pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), também conhecida como bancada ruralista e que, em partes, foram contornadas com o retorno ao governo de um presidente progressista, Luiz Inácio Lula da Silva, a partir do ano de 2023.

De toda forma, mesmo com as diversidades encontradas e com as múltiplas perspectivas sobre a agricultura familiar, sua caracterização se dá como um grupo social formado por pequenos proprietários e que trabalham no seu estabelecimento com a força de trabalho familiar, seja para o consumo ou para comércio. Nesse sentido, vender sua produção não o torna um agente capitalista no mercado (Schneider; Cassol, 2013).

A base da organização produtiva da agricultura familiar é atender às demandas internas de seu estabelecimento e do mercado, pois com a policultura ela consegue produzir todo o alimento necessário para o seu consumo e, também, para comercialização, onde a renda obtida reverte em parte para a manutenção da própria casa. Paulino (2012) aponta esse caráter importante do campesinato, onde aquilo que se produz em excesso e é colocado para comercialização, não o torna menos camponês, pois o dinheiro conquistado será revertido na aquisição daquilo que lhe é necessário.

A condição de produzir para consumo e para o mercado representam a capacidade produtiva da agricultura familiar, refletindo em um importante papel social e econômico, como apontado por Medeiros (2002), que destaca essa relevância mesmo com as dificuldades e a estrutura agrária e econômica do país, que historicamente favoreceu o desenvolvimento de grandes latifúndios.

Schneider (2010) e Silva e Fonseca (2016) apontam como, na atualidade, a ideia de um desenvolvimento rural está ligado à capacidade da agricultura familiar em desenvolver algumas ações que reflitam em boas condições sociais, econômicas e até mesmo ambientais. Essa perspectiva representa uma mudança na compreensão sobre o desenvolvimento rural no país, que teve desde a década de 1950, na revolução verde, a incorporação técnica e a chamada modernização conservadora como desenvolvimento. Porém, a partir de 1980, com o envolvimento de diversos segmentos da sociedade, ampliam-se os debates em torno da valorização da

agricultura familiar e de sua capacidade de desenvolver o espaço rural através de sua multifuncionalidade e pluriatividade, integrando-se ao mercado, mas mantendo sua essência familiar (Silva; Fonseca, 2016).

Miralha e Hespanhol (2002) apontam que a agricultura familiar seria uma alternativa à essa concentração fundiária histórica do país, através do fomento de uma reforma agrária. Além disso, sua competitividade se daria a partir da organização coletiva e a pluriatividade seria uma forma para sua reprodução social.

Nesse contexto, a agricultura familiar assumiu um papel fundamental ao ser considerada parte importante do processo de desenvolvimento rural no Brasil, pois tem capacidade de empregar a mão de obra familiar, produzir para subsistência para o mercado interno local e participar de circuitos produtivos com maior abrangência, como o caso do café em Rondônia (Santos, 2021).

De acordo com o que aponta Fagundes e Salamoni (2016), sobre o desenvolvimento rural

deve ser entendido como um movimento na direção de novas propostas para a agricultura, buscando a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala, o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais, buscando superar o paradigma da modernização da agricultura (Ibidem, 2016, p. 147).

Nesse sentido, a condição para a ocorrência de um desenvolvimento rural perpassa pela valorização, sobretudo, da agricultura familiar, que consegue exercer uma prática produtiva em consonância às características locais, potencializando as regionalidades em detrimento das lógicas produtivas globais, que encenam uma lógica externa às particularidades regionais. Apesar disso, não exclui a integração mercantil.

De acordo com Lobão e Staduto (2020), “a adoção de novas trajetórias tecnológicas redutoras de custos, o entendimento da agricultura para além de estabelecimentos rurais, integrando-se em termos regionais e fortalecendo a economia rural como um todo, também marcam essas mudanças” (p. 4).

Assim sendo, as práticas para o desenvolvimento rural não se limitam ao espaço rural das cidades, mas sua capacidade de integração regional, o que representa o fortalecimento local adotando-se mudanças tecnológicas modernas, que não é sinônimo da modernização entendida nos anos 1970 com a revolução verde,

mas da capacidade dos agricultores familiares em absorver condições técnicas que melhorem e potencializam sua condição produtiva e de reprodução social.

Nessa perspectiva, a valorização da agricultura familiar reflete o desenvolvimento do campo com a incorporação técnica ao processo produtivo e à possibilidade de melhoria de condições econômicas do próprio agricultor. Além disso, há a capacidade de integração mais intensa entre as cidades locais com o mercado regional e até em escalas maiores, dinamizando aspectos socioeconômicos locais. Por fim, reflete a importância da luta pela reforma agrária e o acesso à terra pelo campesinato, pois, com a democratização do campo, esse processo descrito brevemente amplia-se, propiciando a reprodução social do campesinato e valorizando o trabalho de sua família, seja na produção agrícola, como em pluriatividade (David, 2008). Confirmando essa premissa, os dados do Censo Agropecuário de 2017 ressaltam que a agricultura familiar, ocupando apenas 23% da área destinada a prática agropecuária, é responsável por 67% do pessoal ocupado (IBGE, 2017), ou seja, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico ao proporcionar a condição de ocupação do trabalhador.

Apresentamos nesse tópico uma breve compreensão teórica sobre a concepção adotada na pesquisa sobre a agricultura familiar, que apesar de estar demonstrando capacidade de participar das dinâmicas do mercado e até mesmo de absorver aparatos técnicos, não deixa de possuir uma organização social familiar em seu território, imprimindo ações que refletem na produção do espaço a partir de seu fortalecimento, resultando no desenvolvimento rural.

Sendo assim, apresentamos alguns dados que demonstram o atual momento da agricultura familiar no Brasil, considerando alguns critérios, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017 (tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: Participação percentual da agricultura familiar por atividades e/ou características dos estabelecimentos rurais (2017)

Atividade ou característica do estabelecimento	Participação da Agricultura Familiar 2017 (%)
Lavoura Permanente	25,5
Lavoura Temporária	7,6
Horticultura	59,4
Extrativismo Vegetal	76,7
Pecuária Total	44,3

Efetivo Bovino	31
Efetivo Suíno	51,4
Efetivo galinhas, galos, frangos e pintos	45,5
Produção de Leite de vaca	64,2
Pessoal ocupado	67
Valor da produção total	23
Número de estabelecimentos	77
Área dos estabelecimentos	23
Produção orgânica	76

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

Tomando por base os dados apresentados na tabela 1, torna-se possível obter uma primeira impressão sobre a atual participação da agricultura familiar na produção agropecuária no país, além de sua relevância socioeconômica. Em relação a produção agrícola, a agricultura familiar obteve uma participação de 25,5% em relação à lavoura permanente, sobretudo na produção de frutas e café para o mercado interno, já na lavoura temporária, onde predomina a produção de *commodities* para exportação, sua participação foi de apenas 7,6% do total produzido, porém com importantes produções de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e até mesmo a própria soja. Nesse caso específico, sua participação relativa é baixa não por incapacidade produtiva, mas devido à elevada produção de soja patrocinada pelo mercado internacional.

Outro dado de destaque em relação à produção agrícola, se dá na classificação da horticultura, onde a agricultura familiar é responsável por 59,4% da produção nacional. É essa produção que abastece as feiras livres e supermercados em relação a legumes e verduras no país. A agricultura familiar também aparece com importante participação na extração vegetal, com cerca de 76,7% do total extraído, sobretudo em relação ao açaí, babaçu e erva-mate.

Em relação à atividade pecuária, a agricultura familiar, mesmo com a pequena área ocupada, é responsável por 44,3% da produção total do país, sendo que destes, 31% são em relação à pecuária bovina, 51,4% à pecuária suína e 45,5% em relação a galináceos. Além disso, quando se analisa a produção de leite de vaca, a produção alcança 64,2%. Ou seja, mesmo com as limitações de área e capital, apresenta importante atividade produtiva, sobretudo de alimentos que são consumidos

internamente no país, isso sem considerar a produção orgânica, que representa 76%, demonstrando sua relevância social, econômica e ambiental.

Esse cenário demonstrado, mesmo que de forma breve, nos permite auferir o importante papel desempenhado pela agricultura familiar na produção do espaço rural, e justamente por seu caráter mais social, acaba sendo associado pelos diversos agentes, sejam públicos ou privados, como integrantes do agronegócio, uma alternativa para amenizar os impactos daqueles que se convencionaram a se denominarem agro. É justamente essa contraposição entre os modelos de agricultura familiar e do agronegócio latifundiário que nos propomos a debater no próximo tópico.

1.2 Por um novo espaço rural: do espaço do agronegócio latifundiário, para o espaço de vida da agricultura familiar

Conforme buscamos evidenciar no tópico anterior, sobre a agricultura familiar como uma importante categoria de análise do espaço rural, neste espaço de nossa pesquisa, nos propomos a evidenciar as características contraditórias entre o modelo do agronegócio latifundiário e da agricultura familiar na contribuição do desenvolvimento rural.

A dinâmica proposta para o desenvolvimento do espaço rural, através do agronegócio, é baseada na produção de *commodities* e na concentração fundiária, evidenciados a partir da década de 1960, com as políticas de modernização das técnicas e formas de produção, que resultaram em intensificação do êxodo rural (Hentz; Aristides; Hespanhol, 2015).

A defesa da existência de uma unidade entre os agentes envolvidos na organização do espaço rural, agronegócio e agricultura familiar, como integrantes de um mesmo processo, passa por diversos setores da sociedade, desde os agentes representantes do capital internacional até, muitas vezes, pelos próprios agricultores, que acabam envolvidos pelo discurso midiático de unificação. Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021), destacam o contexto desta articulação que propõe a valorização do “Agro” a todo custo no país, porém discutindo sua efetividade.

Alguns estudos tentam demonstrar o agronegócio como uma alternativa ao latifundiário, em que o primeiro representa a modernidade e produtividade do espaço rural, enquanto o segundo seria a terra parada, sem produção. Apesar disso, Fabrini

(2008) destaca que “enquanto o agronegócio geraria a “exclusão” pela produção, o latifúndio geraria pela não-produção” (p. 60). Dessa constatação, já podemos entender a utilização em nossa pesquisa, do termo agronegócio latifundiário, pois apesar de haver certa produção, o agronegócio mantém uma estrutura agrária-política-econômica de exclusão da agricultura familiar do espaço rural.

[...] verifica-se que o agronegócio não possui sustentabilidade econômica e sobrevive à custa de intervenções políticas mantidas pelo Estado na forma de subsídios, perdão de dívidas, juros baixos, etc. Acrescenta-se ainda a ausência de uma racionalidade mercadológica capitalista ao agronegócio, semelhante ao latifúndio, e à reprodução de relações típicas de uma acumulação primitiva de capital como a superexploração do trabalho, violências, trabalho escravo, peonagem, dentre outras formas degradantes da vida humana (Ibidem, 2008, p. 60-61).

Outro autor que aponta uma definição sobre as características do agronegócio latifundiário é Camacho (2010), que define:

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca (Ibidem, 2010, p. 171)

Apesar disso, os discursos valorosos do agronegócio e da produção rural no Brasil, tem passado pela aglutinação em torno do termo “Agro”, que carregada de um trabalho de marketing, tem aparecido em todas as comunicações ligadas à produção agropecuária e dos complexos agroindustriais.

Diante desse contexto, ao analisar o conteúdo visitado para a construção deste texto, envolvendo a compreensão do agronegócio latifundiário, ou simplesmente agro, como tem sido chamado, nos veio a percepção de grande semelhança a outro tema bastante discutido na ciência geográfica: a globalização, que acabou sendo muito bem elucidado por Milton Santos no livro *Por uma Outra Globalização* (Santos, 2008).

Em seu livro, o autor aponta três formas de globalização: a globalização como nos contam (fábula), a globalização como é (perversa) e a globalização como poderia ser (por uma outra globalização) (Santos, 2008). Assim, utilizando da estrutura proposta pelo autor para analisar a globalização, organizamos nesse tópico um paralelo metodológico para a compreensão do espaço rural a partir dessa perspectiva do agronegócio, dividindo em três partes: o espaço rural do Agronegócio, a fábula que nos contam; o Agronegócio latifundiário e sua perversidade; e o espaço rural com vida, como ele poderia ser. Destacamos que este paralelo trata-se de análises preliminares,

visto ser impossível, nesse espaço, analisar as três perspectivas apontadas com a mesma profundidade e capacidade que Milton Santos fez sobre a globalização.

1.2.1 O espaço rural do Agronegócio, a fábula que nos contam

Não tem como começar este tema sem considerar o contexto da série de propagandas chamada “Agro: A Indústria-riqueza do Brasil”, veiculadas na Rede Globo e que provavelmente seja responsável por um dos principais bordões envolvendo a atividade agropecuária no Brasil. “O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo” é veiculado em diversos momentos da programação, resultando em uma espécie de doutrinação ideológica em massa, induzindo as pessoas a defenderem o agro, mesmo que dele não dependam ou que não compreendam os danos sociais e ambientais dessa economia.

A lógica difundida na série comercial propõe um agronegócio completo, responsável pela movimentação da economia do país, preocupado com as questões ambientais e sociais, como a produção de alimentos e integrando produções de larga escala, com as produções familiares em todos os setores da economia. Em todos os casos, são destacados a incorporação tecnológica para seu desenvolvimento, o que coloca o país como responsável mundial pela produção de alimentos.

A partir de uma produção de marketing bem-produzida e difundida em muitos momentos à população, a ideia de um *agro pop, tech e tudo*, torna-se cada vez mais próximo e verdadeiro à população urbana, que pouco se aproxima do campo. Essa é a ideia desse meio de divulgação, conforme aponta Roberto Schmidt, diretor de marketing da TV Globo, evidenciado em matéria do portal Startagro: “o objetivo da campanha “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” é conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana” (Startagro, 2022).

Segundo Pereira e Romeiro (2018) apontam no livro *Agro é Paz*, em capítulo específico que aborda a questão de comunicação do Agro, entre as ações necessárias para difundir a atividade, seria necessária uma pesquisa que aponte justamente a percepção que o urbano tem desse setor. Para os autores, a visão prévia de um resultado para essa possível pesquisa é de que o campo passa uma percepção negativa, considerando que as respostas possivelmente serão desagradáveis e poderia demonstrar certa indiferença em relação ao que se produz no campo.

O portal Todos a Uma Só Voz apresenta os resultados da pesquisa desejada por Pereira e Romeiro (2018), demonstrando a percepção da população sobre o agro. Os dados apresentados revelam que a expectativa negativa dos autores não se confirmou, sendo que 7 a cada 10 brasileiros tem uma percepção positiva em relação ao chamado agro (Todos [...], 2022).

Apesar dos dados desta pesquisa demonstrarem uma percepção positiva da população em geral em relação ao agronegócio, os defensores desse modelo de produção insistem em um discurso vitimista e de falta de valorização, como aponta Rosa (2018), no portal da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agro (ABMRA), ao alegar que o Agro não é POP justamente por não ter celebridades defendendo o setor publicamente, pelo contrário, apenas celebridades com críticas, o que pode prejudicar a imagem do agronegócio e como consequência à economia do país.

Nesse sentido, percebemos sentimentos contraditórios expressos pelas entidades representativas do agronegócio, pois, ao mesmo tempo que propagam uma visão ufanista de que o agro é tudo, expressam uma visão vitimista de falta de valorização e reconhecimento. Tomando por base a pesquisa feita pelo portal Todos a Uma Só Voz, percebemos que a fábula em torno do Agro está sendo muito mais efetiva do que as críticas, envolvendo a sociedade em torno de uma narrativa de progresso e desenvolvimento.

Outra proposta que está na pauta do agronegócio, para o favorecimento de sua imagem, é demonstrar e criar à população brasileira certo orgulho pela responsabilidade de alimentar o mundo. Higino (2017) aponta isso, quando afirma em artigo publicado no site eletrônico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), “o agronegócio cumpre com desenvoltura o papel que assumiu como protagonista para a recuperação econômica e também para fazer do país um dos maiores provedores de alimentos do planeta” (p. 2). Este tipo de afirmação é recorrente nos noticiários envolvendo o agronegócio brasileiro, criando uma percepção de que temos uma espécie de “vocaçãõ”, um “chamado a ser atendido” ou então uma “responsabilidade” de alimentar o mundo, como o artigo publicado por Contini e Aragão (2021), que afirma já em seu título que “o Agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas no mundo”.

Essa perspectiva caridosa e o discurso de “bom moço” do agronegócio brasileiro é fundamental para reforçar a visão externa da população urbana sobre o

setor, compreendendo que é necessário valorizar a atividade agropecuária, sobretudo, pelo “Agro ser pop”. Além da questão alimentar, a relevância econômica é outra característica recorrente na retórica do agro, pois, como apontado no trecho acima de Higino (2017), é através do agronegócio que a economia do país irá se recuperar.

Xico Graziano (2021) ressalta, em artigo de opinião publicado no portal Poder 360, que o Agro é responsável pelo avanço da economia do país, mesmo em tempos de pandemia. Para o autor, compreender a diferença entre o PIB do agronegócio e o PIB do país é fundamental para entender a relevância econômica do setor, pois este não se restringe ao processo produtivo agropecuário, mas abrange toda a cadeia produtiva, tanto a montante quanto a jusante da produção, incorporando números que compõem o chamado PIB do agronegócio, para além da mera produção agropecuária.

O apontamento do autor tem como conclusão que “o agro moderno, tecnológico e integrado nas cadeias produtivas, está ‘puxando’ a economia brasileira” (Ibidem, 2021, p. 5), contribuindo, portanto, para reforçar a ideia de que a economia do país é dependente do setor.

Assim, o agro se propõe a criar uma perspectiva holista em relação ao campo, incorporando todas as atividades, como forma de demonstrar sua relevância e importância econômica e social. Tal perspectiva está inserida na lógica da criação de seu termo, como aponta Pompeia (2021). Segundo o autor, o termo *agribusiness* foi cunhado pela primeira vez por Davis e Goldberg, em 1957, na faculdade de negócios de Harvard, englobando em uma mesma área de estudos toda a articulação existente em todas as etapas do processo produtivo (Ibidem, 2021).

Para os criadores do neologismo que agrega em uma única palavra a ideia de negócio e agropecuária, pensar a produção agropecuária em conjunto com a administração das corporações industriais, tanto antes como após a produção, contribui para a ampliação da produtividade, além de potencializar a economia e a geração de alimentos. Esse discurso incorporou-se na política e na academia dos EUA, expandindo ao mundo sob o pretexto de “guerra contra a fome” (Pompeia, 2021).

A partir dessa concepção, o *agribusiness* se expandiu e se tornou, no Brasil, agronegócio, atualmente sendo reduzido a “Agro”. De acordo com Pompeia (2021), o papel da mídia na difusão do novo termo para designar a atividade produtiva do campo, não apenas nos EUA, mas no mundo como um todo, foi muito importante,

apesar de alguns posicionamentos críticos que abordaremos mais adiante, pois popularizou a ideia e potencializou o discurso de uma “revolução verde”.

O uso da mídia e dos diversos sites ligados ao setor do agronegócio também possuem importante papel, como apontamos no início desse tópico, com a propaganda dos canais Globo, ao difundirem a concepção ideológica do agro. Além disso, se alastram por outros programas e canais da televisão brasileira, como o Globo Rural, também da Rede Globo e o canal Agromais, do Grupo Bandeirantes. Além da televisão, a perspectiva abrangente e positiva do agronegócio também está presente em portais na internet, tanto em aqueles criados por associações oficiais, como a CNA, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), quanto em diversos outros portais particulares que se espalham pelo país, alguns dos quais são citados neste trabalho.

Em Rondônia, é possível identificar o mesmo formato de divulgação do agronegócio, com o fortalecimento do discurso englobante, desde agentes públicos até as diversas empresas e representantes do setor, na tentativa de homogeneizar a atividade agropecuária como agronegócio. A perspectiva de que tudo faz parte do chamado agro está presente em discursos e ações do Estado, como a realização da feira agropecuária Rondônia Rural Show (RRS), que tem como slogan “a maior feira de *agronegócios* da região norte” (Figura 1), mesmo quando a feira é composta por diversas atividades desenvolvidas pela agricultura familiar no Estado, conforme a descrição no site eletrônico do evento: “Embora o foco inicial tenha sido a agricultura familiar, a RRS internacional passou a receber grandes investidores e expositores de projeção nacional e internacional de todos os segmentos do agronegócio” (Rondônia, 2023, s/p.). Ou seja, a concepção de agronegócio se apropria de uma ideia que teve início no fortalecimento da agricultura familiar regional.

Figura 1 - Slogan de divulgação da 10ª Rondônia Rural Show, realizada em 2023



Fonte: rondoniaruralshow.ro.gov.br

Outro exemplo da incorporação do discurso de agronegócio de forma generalizada às atividades do campo, está no folheto disponibilizado pelo município de Urupá na 1ª FEMUR, realizada em junho de 2022 em Cacoal, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Folheto do município de Urupá/RO destacando a atividade rural como agronegócio



Fonte: Prefeitura de Urupá (2022).

Esses são apenas dois exemplos em relação a Rondônia, mas tanto nesses apresentados, como em diversos outros, a difusão é da ideia de que o agronegócio passa desde a produção de *commodities* até a produção de hortaliças, da extração de madeiras até a criação de animais, da produção familiar até os grandes latifúndios etc., envolvendo diversos setores e sendo responsável por movimentar a economia estadual.

Dessa forma, o que apresentamos, mesmo que de forma sucinta, evidencia a articulação política, econômica e midiática em torno da valorização do agronegócio como atividade imprescindível para o desenvolvimento econômico do país, elevando o Brasil ao patamar de um dos principais responsáveis pela produção de alimentos no mundo, com implantação de tecnologia e criando trabalho no campo. Assim sendo, concluo a fábula do agronegócio com o texto a seguir, que representa a visão que os setores que controlam a economia do agronegócio tentam incutir na sociedade, sobretudo através da mídia.

Onde está o agronegócio? A gente muitas vezes nem percebe, mas ele está em quase tudo o que a gente faz, todos os dias!

Ouvimos muitas pessoas se posicionarem, a favor ou contra o agronegócio, mas será que realmente temos noção do quanto o agronegócio está presente em nossas vidas?

Cada dia a mais de vida é um presente de Deus, então ao abrirmos nossos olhos todas as manhãs percebemos o lugar onde descansamos, uma cama, uma rede, aquele lençol com travesseiros cheirosos e macios, enfim, são feitos pelo agronegócio.

Você entra no banheiro e vai direto para a pia, logo, usa o creme dental de hortelã e depois do sabonete de breu branco ou erva doce. E os seus cabelos são cuidados com shampoo de glicerina com creme de babosa.

E as mulheres ainda têm o batom, rímel, base, blush. Para os homens simplesmente um perfume com essência amadeirada. A indústria de cosméticos também faz parte do agronegócio.

Você vai à gaveta e escolhe suas roupas íntimas, renda para as mulheres e algodão para os homens.

Na hora de sair, os mais sofisticados usam gravata de seda, ternos de lã fria ou linho.

Para os mais despojados, o bom e velho jeans e a camisa polo de malha em poliéster.

Já elas ainda têm uma infinidade de opções, cetim, crepe, viscosa, cambraia, organza, veludo, tafetá...

Eita!

E antes de lembrar que a indústria têxtil também está no agronegócio, você ainda tira os pés de sua sandália tradicional de borracha legítima e calça um sapato de couro legítimo ou um tênis de camurça.

No caminho para a cozinha, o aroma do café lembra o amor da família, doce como o açúcar. O leite dá aquela corzinha mais amena ao chocolate, que vem junto com aquele pão quentinho, uma tapioca, uma bolacha ou ainda um cuscuz, sem esquecer o bom e velho ovo frito.

Se vai de carro para o trabalho, tem biodiesel, se vai na moto tem o lubrificante; se vai a pé tem o agro no solado do sapato também! Na empresa ou na repartição, tem madeira da porta até a cadeira, MDF, angelim, cedro, mogno, andiroba ou acapu.

Se for pensar na hora do almoço, vale lembrar que no supermercado é agro para todo lado, aliás, nuca (*sic*) vi um lugar mais agro do que ele:

das hortaliças às verduras, o frango, o peixe e o suíno, chegando ao enlatado, processado, congelado, resfriado, enfim, deu até água na boca!

Isso porque nem falei das bebidas, o vinho para quem gosta, a cerveja com aquele lúpulo especial, como também uma variedade de sucos e até o chá.

Se não quiser cozinhar hoje, dá para ir a um restaurante ou na quitanda do bairro, pode ir de picanha, sushi ou vatapá, afinal tem agro no Amapá e em tanto lugar que a gente nem para pra pensar!

E ainda tem um mundaréu de gente para produzir tudo isso, do pequeno ao grande produtor, gerando tanto trabalho, do motorista ao doutor.

Hoje tem os engenheiros, os agrônomos, os veterinários, os administradores, advogados, contadores, professores. Do homem mais simples que pega a terra com as mãos até os trabalhos mais avançados, como aquele técnico que voa com o drone e lá de cima conta o gado ou o crescimento da planta.

O agronegócio emprega 37% das pessoas que trabalham de carteira assinada em nosso país e responde por 1 a cada 4 reais que o Brasil produz de riqueza.

Sem agronegócio não seria possível ter a vida que temos hoje, o que vestimos, o que comemos ou bebemos, então todo respeito ao agronegócio que ele merece!

Nem na pandemia, essa verdadeira tragédia humana que se abateu sobre o planeta este ano foi capaz de parar o agronegócio, ao contrário, nunca se precisou tanto dele.

É isso amigos e amigas, saibam todos que viemos hoje celebrar a vida, reverenciar o campo, mas lembrar de sua ligação com a cidade. E a vida é agro, pois agro é tudo como diz aquela propaganda! (Monteiro; Barbosa, 2020)

O contexto apresentado no texto acima evidencia a fábula que o agronegócio latifundiário conta à sociedade, que exalta possíveis qualidades, mesmo quando essa não lhe é referida, como o caso da valorização da agricultura familiar; que distorce dados e a realidade como forma de demonstrar sua eficiência, como o caso da criação do PIB do agronegócio; e que se utiliza do poder político exercido por uma elite agrária, na construção de leis que lhe beneficiem em detrimento daqueles que mais necessitam de políticas públicas para se desenvolver.

Portanto, partindo dessa fábula, apresentaremos a seguir uma outra versão desse agronegócio, retratado em sua perversidade.

1.2.2 O Agronegócio latifundiário e sua perversidade

No tópico anterior apresentamos a organização midiática/política/econômica envolvendo o agronegócio, que busca apresentar uma visão bonita e enfeitada sobre o recém-nomeado agro. Acontece que apesar de dados, em muitos casos inflados, o agronegócio não corresponde a um setor sustentável, responsável e que contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Alguns trabalhos recentes têm proposto desmistificar a fábula do agronegócio, pautando-se, sobretudo, na desconstrução do lema propagado no comercial anteriormente citado. Santos (2018), Cardoso (2019), Cardoso, Sousa e Reis (2019), Souza (2019), Porto-Gonçalves (2020), Mitidiero Jr e Goldfarb (2021), isso para citar apenas alguns autores, apresentam diversos relatos que apontam as contradições entre o que é divulgado pelos agentes representantes do agronegócio e a realidade, com seus diversos impactos, como desemprego (Cardoso, 2019), desigualdades socioespaciais (Santos, 2018), redução das áreas de produção de alimentos para produção de *commodities* (Porto-Gonçalves, 2020), além de diversas outras informações que desconstruem cada uma das propagandas do agro tech, agro pop e agro tudo (Cardoso; Sousa; Reis, 2019; Mitidiero Jr Jr; Goldfarb, 2021).

Além disso, há ainda o trabalho de Pompeia (2020), que analisa as formas do discurso totalizante do agronegócio. Pompeia e Schneider (2021) analisam as narrativas em torno da questão alimentar, discutindo segurança alimentar e alimentação adequada e saudável. Por fim, Pompeia (2021) apresenta as bases da

formação política do agronegócio, desde seu início e disseminação nos EUA e sua repercussão no Brasil, tema tratado também por Mendonça (2013).

Nesse sentido, o que se percebe, e apontado por Fernandes (2008), é que a perspectiva de agronegócio é apenas uma roupagem moderna que se colocou na agricultura capitalista monocultora. Pompeia (2021) aponta que, na origem do termo e sua disseminação nos EUA, sobretudo na mídia, muitas críticas apontavam que o neologismo *agribusiness* não se tratava de novidade, apenas nova perspectiva na organização da cadeia produtiva, valorizando a atuação corporativa em detrimento do processo produtivo em si. Completando esta análise sobre a nomenclatura, Cardoso (2019) aponta que:

Trata-se na verdade, de uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente do modelo monocultor, exportador e químico-dependente para dar relevância somente ao caráter produtivista, econômico, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias, sem revelar as benesses e as facilidades creditícias. (p. 5)

O autor destaca, portanto, alguns pontos que o agronegócio latifundiário tenta esconder da sociedade, apresentando apenas a perspectiva produtivista e econômica. É a partir dessa lógica que partiremos para demonstrar a perversidade desse agronegócio.

Nesse sentido, podemos iniciar apontando que o “agro”, como gostam de ser chamados, é **CENSURA**, pois, não se contenta em apenas financiar propagandas que apresentem suas fábulas, mas tem atuado na interferência da forma como conteúdos escolares abordam temáticas envolvendo o setor. O setor tem interferido na forma como conteúdos escolares abordam temáticas relacionadas à sua atuação. Além disso, tem investigado de que maneira questões ambientais e sociais, como desmatamento, invasões de terras indígenas e fome, estão sendo associadas ao agronegócio em livros didáticos e salas de aula. O resultado foi a criação de um grupo de análise e denúncia, denominado “mães do agro”, que segundo matéria publicada no portal Canal Rural (2020), tem apoio da CNA, que criou e-mail com provedor da própria organização, para receber denúncias de materiais didáticos que critiquem o agronegócio.

Ainda, o movimento “mães do agro” conseguiu acesso ao Ministro da Educação no ano de 2021, alegando que materiais didáticos apresentam uma visão preconceituosa sobre o agro brasileiro e, portanto, prejudicial à atividade econômica (Ferreira; Góes; Duarte, 2021). A partir de tal encontro, o ministro sinalizou

atendimento à demanda, de forma a inserir na equipe que analisa os livros didáticos, representantes do movimento, conforme aponta a matéria disponível no site O Globo (Ibidem, 2021).

Percebe-se, nesse caso específico, uma tentativa do agronegócio em impor a sua lógica e criar um revisionismo e, até mesmo, uma censura sobre temas que tem urgência de serem discutidos e pensados nos ambientes escolares. De acordo com Costa Silva, Suave e Neves (2021), inserir temas ligados à questão agrária no conteúdo escolar são de grande importância na aproximação do currículo escolar ao mundo vivido, proporcionando uma perspectiva crítica da realidade e dos fatos.

Portanto, diferente do fabuloso agro propagandeado pela mídia, ao nosso ver, está em processo a criação de uma *psicosfera* (Santos, 2014a) do agronegócio, em que há toda uma estrutura em torno de uma ideia, criando normas e estimulando a sua adoção pela sociedade, para que ela se sinta inserida, como o exemplo apresentado, em que o setor cria uma ofensiva para definir a forma como se discute o tema nas escolas.

Além do mais, a relativização e o negacionismo científico tem se tornado mecanismos do agronegócio latifundiário ao pautar temas, sobretudo ligados à questão ambiental, travestidos de autoridades científicas, como apontam Girardi *et al* (2023), em relação a Ricardo Felício, ex-professor de geografia da Universidade de São Paulo (USP), Luiz Carlos Molion, meteorologista aposentado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Evaristo de Miranda, agrônomo aposentado da EMBRAPA. Girardi *et al* (2023) destacam diversos pontos em que o discurso negacionista do agronegócio tem sido colocado em pauta e distorcido as informações, inclusive servindo como argumentos para a FPA no Congresso Brasileiro, e, portanto, direcionado a fragilização das políticas ambientais do país.

Outro ponto que é possível afirmar sobre o “agro” é que ele é sinônimo de **ATRASSO** e **RETROCESSO**. Tal afirmação não se dá em relação aos aspectos técnicos, pois neste âmbito, tem havido grande incorporação técnica à produção, sobretudo com tecnologia e biotecnologia importada em grandes propriedades. Nosso ponto aqui se refere ao atraso econômico e retrocesso histórico, pois a insistência na primarização econômica mantém o país em uma posição de submissão e dependência dos interesses do mercado, além de uma condição colonial, retornando às lógicas das *plantations*, o que corrobora com a definição de agronegócio

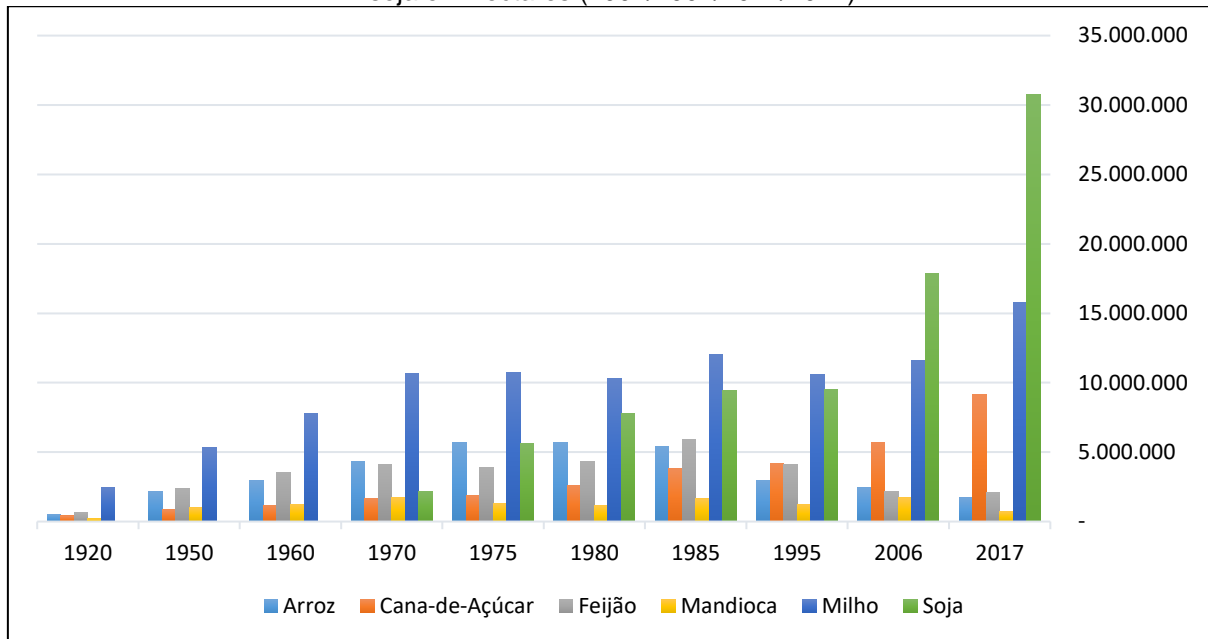
latifundiário (Camacho, 2010; Fabrini, 2008; Fernandes, 2010; Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021; Souza, 2019).

Pompeia (2021) destaca que a origem e a premissa inicial do termo *agribusiness*, que posteriormente passou a ser nomeada de agronegócio no Brasil, tem como objetivo demonstrar a perspectiva intersetorial, envolvendo a agropecuária, com atuação da indústria à montante, com insumos e maquinários e o processamento e distribuição à jusante. Ocorre que a percepção do agronegócio em países desenvolvidos e subdesenvolvidos são diferentes, pois, enquanto os primeiros têm o controle da tecnologia e do capital industrial e financeiro, os segundos têm apenas o uso da terra para produção agropecuária, sendo dependentes dos outros setores envolvidos no processo produtivo (Mendonça, 2013; Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021).

Oliveira (2004), Souza (2019) e Mitidiero Jr e Goldfarb (2021) apontam as contradições envolvidas na ideia apresentada pelo agronegócio, de que este setor representa o desenvolvimento econômico. Oliveira (2004) destaca os mitos em torno do agronegócio, que possui uma pauta exportadora muito bem definida, inclusive proporcionando a falta de alimentos dentro do próprio país. Souza (2019) faz menção à grande participação da agricultura familiar no processo produtivo de alimentos no país, em contraposição aos grandes estabelecimentos que produzem *commodities* para exportação, porém sendo o setor com maior participação no investimento público. Enquanto isso, Mitidiero Jr e Goldfarb (2021) apontam dados recentes, demonstrando que a lógica do agronegócio brasileiro é se manter na posição de colônia do mundo, ao exportar, sobretudo grãos *in natura*, que possibilitam o *superávit* na balança comercial, resultando, porém, em uma participação na divisão internacional do trabalho de exportação da matéria-prima e importação de bens industrializados. Isso quando não acaba até mesmo importando produtos agropecuários (Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021; Oliveira, 2004).

A consequência desse processo é a redução de produção de alimentos que compõem a cultura alimentar da população e a ampliação da área destinada à produção de grãos e *commodities* para exportação. Os dados do gráfico 1 a seguir, demonstram esta situação.

Gráfico 1 – Brasil: Área destinada à produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e soja em hectares (1991/2001/2011/2021)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

Os dados apresentados no gráfico 1 evidenciam que a área destinada à produção de alimentos que compõem os itens da mesa do brasileiro, apresentaram certo crescimento entre o início do séc. XX até pouco mais de sua metade. Porém, tanto arroz, feijão e mandioca, tem em 2017, a mesma área destinada à produção que em 1950, quando a população brasileira era cerca de quatro vezes menor que a atual. Por outro lado, a produção de *commodities*, que são destinados à exportação, como a cana-de-açúcar, milho e soja, estão em constante aumento de área, com destaque para a soja, que só aparece nos dados a partir da década de 1970, com pouco mais de 2 milhões de hectares, chegando em 30,7 milhões de hectares em 2017. Por fim, em relação à área destinada à produção, percebe-se visualmente no gráfico a tendência de crescimento das *commodities* em 2017, enquanto os produtos que compõem o hábito alimentar da população nacional está bem abaixo e com tendência de queda (IBGE, 2017).

Assim sendo, outra fábula do agronegócio cai por terra. Afinal, diferente do que é propagado, o agronegócio não representa a guerra contra a fome e/ou a produção de alimentos para o mundo (Pompeia, 2021). O agronegócio representa a **FOME** e a **MISÉRIA**, consequências da substituição da produção de alimentos por *commodities*.

Um dos argumentos que buscam a defesa do agronegócio é a ideia de que o país dependia de importação de alimentos, quando hoje é responsável por alimentar grande parte do mundo. Apesar desse argumento ser utilizado por diversos sites e

canais digitais de representantes do agronegócio, ele apresenta algumas distorções. De acordo com Pomar (2021), entre 1962 e 2000, o país obteve maior importação do que exportação em leguminosas, pescados e cereais. Porém, apenas os cereais, como o trigo, eram suficientes para compor a demanda pelo produto, ou seja, os demais itens tinham compra em quantidades bastante baixas. Por outro lado, após a mundialização da agropecuária brasileira, apesar dos recordes de exportação recorrentes, o país tem necessitado importar alimentos que compõem a base nutricional do brasileiro.

Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados); carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações. Mas, quis a ironia que em 2003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além, evidentemente, do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país (Oliveira, 2003, p. 121/122).

Os dados trazidos por Oliveira (2003) ressaltam a contradição do discurso do agronegócio, de que antes da modernização técnica, conhecida como revolução verde, o país era dependente de importação de alimentos, e/ou, que eles são responsáveis por alimentar o mundo, quando o que se percebe, é que o agronegócio não está atrelado à lógica de produção de alimentos, mas em gerar lucro e capital a partir da extração de renda da terra, sobretudo de países subdesenvolvidos.

Percebe-se, a partir da lista apresentada pelo autor, que determinados produtos, mesmo após terem sido exportados, posteriormente precisaram ser importados para suprir as necessidades do país. Ou seja, exporta-se *in natura* e, posteriormente, importa-se com algum grau de beneficiamento, o que acaba encarecendo o próprio produto. Tal relato é recorrente e não um caso isolado referente a 2003. Mitidiero Jr e Goldfarb (2021) apontam, em relação ao ano de 2020, situação semelhante quando o país registrou elevados índices de importação de arroz, sendo esse o nono produto mais importado naquele ano, chegando em quase 1 milhão de toneladas, sendo 730 mil toneladas de arroz sem casca, ou seja, semielaborado. Essa situação levanta a seguinte reflexão pelos autores:

O que faz um país com uma das maiores disponibilidades de terra e água para produção agrícola depender do mercado externo para suprir a demanda de um produto que é a base da alimentação de seu povo? A resposta não é difícil: a falta de uma política agrícola que assegure a soberania alimentar e demais interesses da economia nacional tem permitido que produtores rurais priorizem o lucro obtido com exportações, elevando à importação onerosa e descabida para compensar a falta do produto no mercado interno (Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021, p. 11)

Esse processo é resultante da lógica especulativa do agronegócio latifundiário, definida a partir do capital financeiro, estipulando as atividades fins do espaço agrário, independentemente de onde se encontrem e/ou o que produzam, desde que possibilitem a reprodução ampliada do capital (Lima, 2019). Assim, o controle e os interesses da produção de alimentos, deixa de atender a uma lógica de soberania alimentar, para o discurso de segurança alimentar, transformando alimentos em *commodities* que serão negociadas na bolsa e fruto de especulação e ganhos fictícios (Ibidem, 2019).

Oliveira (2012) aborda a questão da mundialização da agricultura capitalista e da política neoliberal a partir de 4 (quatro) pontos, que fomentam este aspecto da substituição da produção de alimentos por *commodities*, sendo eles:

Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (Ibidem, 2012, p. 6)

Constrói-se, a partir desse processo, grande oportunidade para o avanço do capital financeiro sobre as decisões da atividade agropecuária no mundo, sobretudo interferindo na forma de produção em países subdesenvolvidos, que por sua vez, perdem sua soberania alimentar ao perder o controle estratégico em relação a produção de alimentos e da gestão dos preços através dos estoques nacionais, como tem ocorrido no Brasil e se acentuou no período da pandemia do Coronavírus (Donadia Jr. *et al*, 2021).

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em relação ao mês de outubro de 2022, apontam que os estoques reguladores do país estavam com apenas 1.759 toneladas de arroz, 43.081 toneladas de milho e incríveis 1 tonelada de café (CONAB, 2022). O baixo volume de produtos em estoque no principal órgão

público para regulação de preços dos alimentos, comparado à elevada produção e exportação do país, resultam em menor disponibilidade interna e aumento no preço ao consumidor, dificultando o acesso pela população mais pobre.

Os exemplos do período de ocorrência da pandemia da covid-19 reforçam o que se apontou até o momento, sobretudo destacando a diferente atuação entre o agronegócio latifundiário-exportador, que tem como foco a acumulação de capital e a agricultura familiar, que através dos movimentos sociais, reforça a luta pela soberania e segurança alimentar, demonstrados a partir de ações de caridade, com constantes doações de alimentos à população carente (Donadia Jr. *et al.*, 2021).

Segundo o site eletrônico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde o início da pandemia até setembro de 2022, o movimento doou mais de 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e ultrapassou 2 milhões de marmitas solidárias (MST, 2022). Por outro lado, a campanha Agro Fraternal, que arrecada doações de diversos agentes envolvidos no agronegócio e coordenado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), desde o início da pandemia registrou no mesmo período apenas 2,6 mil toneladas de alimentos doados (Agro Fraternal, 2022).

Comparar os incentivos públicos e o poder político do agronegócio e da agricultura familiar, com os resultados da solidariedade em meio a pandemia, reforçam a perspectiva de cada setor, onde um está focado na participação econômica a nível mundial, enquanto o outro está preocupado com as mazelas que a população local enfrenta.

Esse exemplo da pandemia apenas reforça que a fome passa a ser projeto político e consequência das orientações baseadas em um agronegócio que se apresenta como tecnológico e rico, mas que na verdade promove a pobreza e a miséria de grande maioria da população (Thomaz Junior, 2017), concentrando terras, produzindo para alimentar um sistema, mas que não alimenta efetivamente as pessoas, apesar de utilizar este argumento como forma de expandir a fronteira agropecuária e aumentar sua capacidade de monopolizar o território, ou territorializar o capital (Oliveira, 2012).

De acordo com o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2023”, publicado em julho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil possuía cerca de 70 milhões de pessoas em

insegurança alimentar moderada ou grave, equivalente a 32,8% da população do país (FAO; FIDA; UNICEF; PAM; OMS, 2023). Por outro lado, o país terminou o ano de 2022 com U\$159 bilhões exportados pelo agronegócio, com destaque para soja, carnes, produtos florestais, cereais, farinhas e preparações e o complexo sucroalcooleiro (MAPA, 2023c)

Portanto, o agronegócio que se julga responsável por alimentar o mundo, não consegue realizar isso nem no próprio país. Pelo contrário, enquanto a segurança alimentar está comprometida no Brasil, o setor bateu recordes de exportação de *commodities*, demonstrando sua principal preocupação e interesse.

Outra consequência desse processo de mundialização da agricultura é a ampliação do **DESEMPREGO** e da **DESIGUALDADE**, como afirma Thomaz Junior (2017) e Cardoso (2019), quando apontam que a incorporação técnico-científica ao processo produtivo resulta não apenas no aumento da produtividade, mas na maior exploração da mais-valia da mão-de-obra realizada, através da intensificação desse trabalho, diminuindo a oferta de emprego e exigindo maior qualificação, sem necessariamente valorizar o trabalho realizado, resultando em um processo de degradação do trabalho, tanto por esforço, quanto pelos produtos utilizados (Cardoso, 2019; Thomaz Junior, 2017).

Além da precarização do trabalho e da formação de um exército de reserva resultante do desemprego estrutural, o agronegócio latifundiário também reflete a desocupação do campo, uma vez que amplia sua territorialização sobre áreas de agriculturas familiares, terras indígenas e povos tradicionais, concentrando terras e expropriando os territórios desses grupos, que tem na sua essência a geração de trabalho para os integrantes da família. Assim, o resultado pode ser o êxodo rural, que ocupa as cidades e amplia as desigualdades, ou a expansão da fronteira com a intensificação de movimentos migratórios desses trabalhadores expulsos de suas terras, para as regiões de expansão do capital (Donadia Jr. *et al*, 2021).

Costa Silva (2014a) aponta sobre os impactos da formação de uma cidade do agronegócio da soja em Rondônia, reduzindo a população no campo e ampliando as cidades, representando o uso corporativo do território para o atendimento das demandas externas do capital.

Elias e Pequeno (2007) trazem as desigualdades que se formam nas cidades do agronegócio, resultantes da intensa reestruturação produtiva no campo para

atender ao capital, reproduzindo os mesmos problemas de grandes centros urbanos e elevando drasticamente a taxa de urbanização destes municípios, o que representa um esvaziamento do campo, valorização imobiliária e exclusão social. Segundo os autores “surge uma série de problemas atrelados à circulação e à mobilidade urbana e regional, atingindo tanto as áreas centrais das cidades como as periféricas, os espaços de transição e as localidades rurais mais longínquas” (Ibidem, 2007, p. 31).

Neste sentido, Santos (2018) reforça os problemas de desigualdade socioespacial resultantes da expansão do agronegócio em Primavera do Leste no Mato Grosso, com a especulação e valorização imobiliária nos centros urbanos, resultando na segregação espacial daqueles que são atraídos pela fábula do desenvolvimento, ocasionada pelo agronegócio, que acabam ocupando as periferias. Favareto *et al* (2019) também analisam as desigualdades criadas pelo agronegócio na região conhecida como MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, evidenciando a ampliação da pobreza e do desemprego, apesar do discurso dominante do agronegócio de promoção do desenvolvimento, sobretudo nesta região, em que não havia uma dinâmica econômica expressiva.

Segundo os autores, o agronegócio apresenta ganhos locais a curto prazo para alguns segmentos da economia local, resultando no apoio da sociedade, apesar dos efeitos de médio e longo prazo em aspectos sociais, como desemprego, problemas urbanos e desterritorialização de comunidades tradicionais, que acabam perdendo o controle de seus territórios com as grilagens e a submissão do Estado aos interesses do capital (Ibidem, 2019). Some-se a estes problemas sociais, os custos ambientais, que são apontados pelo discurso dominante do agronegócio, como um custo inerente ao progresso, além de que tratam como exceção aqueles que desrespeitam a legislação em relação ao meio ambiente, apesar de desconsiderar as pressões políticas do setor ao enfraquecimento das leis ambientais (Ibidem, 2019).

A partir disso, podemos também afirmar que o agro é **DESTRUIÇÃO**, pois seu avanço sobre qualquer bioma resulta em destruição ambiental, além da degradação e contaminação dos solos, dos recursos hídricos, das pessoas e animais, devido ao uso de agrotóxicos, além do impacto causado através dos desmatamentos e queimadas, como forma de expandir a fronteira (Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021). Daí a necessidade de recorrer ao negacionismo travestido de ciência, que foi apontado anteriormente.

Segundo Padulla (2021) o agro é tóxico por potencializar o *lobby* das grandes corporações que produzem os insumos para a produção, como sementes transgênicas e agrotóxicos. Dentre elas, a principal é a Bayer, que se fundiu em 2016 com a Monsanto. Segundo o autor, são várias as tentativas da corporação em esconder e intimidar estudos que apontem os efeitos nocivos de seus produtos, sobretudo o glifosato, presente nas sementes transgênicas e mais atualmente o glifosinato de amônio, cerca de quinze vezes mais tóxico. Nos anos do governo Bolsonaro, encontraram maior facilidade de aprovação para o uso no Brasil, quando houve autorização de uso de mais de 475 novos agrotóxicos em 2019 e mais 395 em 2020, em plena crise sanitária.

O uso deliberado de sementes transgênicas e de agrotóxicos causam inúmeros problemas sociais, como demonstra o documentário *Nuven de Veneno*, produzido pela Terra Firme e que apresenta os problemas de saúde, tanto em quem aplica os produtos, como em quem consome os produtos (Nuvens, 2013). Há ainda a contaminação indireta, através do consumo de água contaminada, que segundo dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), do Ministério da Saúde, em março de 2022, foi encontrado na água para consumo de 2,3 mil cidades do país, um “coquetel” de 27 agrotóxicos, sendo que destes, 11 foram considerados como responsáveis por doenças crônicas, enquanto os outros 16 foram categorizados como extremamente tóxicos (Rodrigues, 2022). Por fim, ainda ocorrem as contaminações resultantes da deriva do vento no processo de aplicação dos venenos, sobretudo aquelas que utilizam avião (Nuvens, 2013).

Portanto, apenas com este pequeno agrupamento de situações, percebe-se a grande problemática ambiental e de saúde em torno do intenso uso de agrotóxicos no Brasil. Mitidiero Jr e Goldfarb (2021), contribuem ainda em outra perspectiva, a econômica e do bem público, ao apresentar diversos dados e estudos que mostram que apesar do mercado de agrotóxicos movimentar cerca de U\$ 10 bilhões/ano no país, as diversas isenções e reduções de impostos para esta indústria corresponde cerca de R\$ 10 bilhões/ano. Essas desonerações, caso não ocorressem, poderiam desestimular o uso abusivo de agrotóxicos, além de ampliar o orçamento destinado para a saúde ou para o meio ambiente, que são diretamente afetados pelos impactos causados. Por outro lado, os lucros obtidos retornam às matrizes das corporações,

não apresentando retorno direto à economia local e à sociedade (Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021).

Ainda para fortalecer o caráter destruidor do agronegócio, Pompeia (2021) aponta os diversos contextos políticos que atuaram e ainda atuam na influência e direcionamento das políticas ambientais no país. O autor aponta as articulações exercidas pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), CNA, ABAG e FPA, dentre outras organizações diretamente ligadas ao agronegócio, junto ao governo federal, na intervenção sobre políticas públicas, nomeação de presidente da EMBRAPA, definição do novo código florestal, demarcação de terras indígenas, políticas de sustentabilidade e questão climática, dentre outros diversos temas, como forma de flexibilizar as políticas ambientais e que são entendidas por estes setores, como entraves para o avanço do agronegócio (Ibidem, 2021).

Esse contexto de atuação política dos diversos setores do agronegócio, apontado por Pompeia (2021), reforça aquilo que Favareto *et al* (2019) descreve sobre a destruição do cerrado, em que os agentes do agro entendem que estão dentro da lei quando desmatam ou utilizam agrotóxicos.

O processo de destruição proporcionado pelo agronegócio resulta em ampliação do desmatamento, para expansão da produção de *commodities*, como aponta estudo realizado pela Trase em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), demonstrando que 562 mil hectares da soja de 2020 no Brasil foram provenientes de terras desmatadas em, no máximo, cinco anos anteriores. Desses, 264 mil hectares são no Cerrado e 196 mil hectares nos Pampas. Em relação à Amazônia, o estudo faz menção ao acordo firmado em 2008 e denominado de moratória da soja, que não financiaria ou comercializaria soja produzida em áreas desmatadas após 2008 na região, mas que em 2020 registrou 133 mil hectares de soja colhidas nessas áreas (Cultivo, 2022).

Segundo Costa Silva (2021), o processo de destruição e alteração do bioma amazônico para territorialização do capital, através do agronegócio, promove a desamazonização da Amazônia, com ampliação dos desmatamentos e da incorporação de uma lógica capitalista de produção de *commodities* na região, pressionando terras públicas e áreas de preservação, além da expropriação e violência em relação aos povos tradicionais e agricultores familiares camponeses.

As chamadas forças do agronegócio, assumindo a liderança dos grupos das economias neoextrativistas, estabeleceram uma agenda territorial de apropriação em larga escala das terras públicas, de desterritorialização dos povos amazônicos, fragilidades dos órgãos públicos de gestão territorial e de disputa política na sociedade com a defesa incondicional do modelo de territorialização do agronegócio. (Costa Silva, 2021, p. 105)

Nesse sentido, percebe-se que a lógica do agronegócio não é de produzir alimentos e resolver o problema da fome no mundo, como era propagado em sua origem, mas atender os interesses do capital internacional na ampliação da acumulação, que nos casos de fronteira, como na Amazônia, corresponde a acumulação primitiva a que Marx (2015) apontava, com a incorporação da violência como *modus operandi* para destruir organizações sociais e culturais tradicionais, transformando a forma de vida e de produção.

As ofensivas do agronegócio, como as relatadas por Costa Silva (2021), revelam mais um caráter perverso do agronegócio: a **VIOLÊNCIA**. O mesmo agronegócio que se considera e propaga modernidade, constantemente é vinculado a trabalhos escravos ou em condições análogas à escravidão e atuado pelo Ministério do Trabalho. Segundo Pompeia (2021), não foram poucos os casos ligados a fazendas e ou empresas multinacionais ligadas ao agronegócio. Porém, as pressões políticas tentaram alterar a legislação em relação ao que se caracterizava como trabalho escravo, além de tentar impedir a divulgação de listas atuadas pelo Ministério do Trabalho.

O documentário Sob a Pata do Boi, lançado em 2018, apresenta um relato autêntico de um pecuarista do Pará, que descreve como o trabalho escravo foi utilizado para abrir a floresta e possibilitar a formação de fazendas na região. No entanto, aqueles que trabalharam em condições precárias na destruição da floresta acabam sendo considerados os pioneiros desbravadores, em detrimento dos que sofreram com a exploração (Sob, 2018).

Não são poucos os conflitos e a violência da atuação do agronegócio na sua territorialização em áreas de fronteira. Para destacar estes casos, a CPT organiza todo ano o caderno “Conflitos no Campo Brasil”, como forma de publicar informações e dados dos conflitos e tensões proporcionadas pelo agronegócio sobre comunidades tradicionais e camponesas. Os dados da Tabela 2 apontam os casos de conflito nos estados da Amazônia Legal.

Tabela 2 – Amazônia Legal: Número de áreas de conflitos e números de violência contra a pessoa no campo (2021)

Estado	Nº de Áreas de Conflitos	Nº de ocorrência de violência contra a pessoa
Acre	56	61
Amapá	46	54
Amazonas	56	68
Maranhão	72	138
Mato Grosso	53	108
Pará	95	236
Rondônia	38	76
Roraima	16	55
Tocantins	33	62
Total	465	858

Fonte: CPT, 2022. Org.: o autor.

A partir das informações apresentadas na Tabela 2, é possível identificar elevado número de áreas em conflitos quando se trata de Amazônia Legal, sobretudo se considerarmos que no país como um todo, foram registrados em 2021, 934 áreas em conflito. Ou seja, só na Amazônia Legal temos cerca de 49% das áreas em conflito no país. Em relação às ocorrências de violência contra a pessoa, os números nacionais são 1.768 casos. Assim, cerca de 48,5% ocorrem na Amazônia Legal (CPT, 2022).

Esses dados demonstram efetivamente a atuação violenta e repressiva do agronegócio, em conjunto do aparelho do Estado, na expansão da produção capitalista sob territórios de povos tradicionais e camponeses na Amazônia. Tal atuação é o que Costa Silva (2021) chama de “Agrobandidagem”, que corresponde a uma atuação violenta e destrutiva do agronegócio. Reforçando este posicionamento, Chagas (2022) também aponta, em relação aos casos de conflitos e violência na Amazônia Legal, que:

A violência nesta região reflete não só a ferocidade da grilagem e do latifúndio, como também o emparelhamento protetor do Estado brasileiro ao setor ruralista. A atuação da “pistolagem sob encomenda” e das “agromilícias”, ao lado da repressão estatal-militar ocasionaram 35 assassinatos por conflitos no campo, no Brasil, em 2021.[...] E na Amazônia Legal, a violência segue o ritmo do desmatamento, da pastagem e da soja, sempre rumo ao norte, em uma verdadeira cruzada de saque (desmatamento e minério), apropriação ilícita de terras públicas (grilagem) e violência física contra povos tradicionais, em seus territórios ocupados (expulsão, pistolagem e assassinatos) (Ibidem, 2022, p. 122).

Como forma de validar as intervenções violentas, o agronegócio atua na questão política como forma de flexibilizar as legislações ambientais e territoriais de

proteção da Amazônia, com áreas de proteção e terras indígenas (Pompeia, 2021). Por outro lado, alimentam a expansão de atividades extrativistas sobre essas áreas, acompanhado de violência, grilagem, desmatamento, mineração e projetos energéticos (Silva; Costa Silva, 2022; Silva; Costa Silva; Lima, 2019).

Evidencia-se, portanto, que o caráter moderno, dinâmico e tecnológico do agronegócio, amplamente difundido, constitui-se claramente como uma fábula, dada as diversas faces perversas apresentadas ao longo deste trabalho. Ademais, é importante ressaltar que não foi possível abarcar todas as características negativas e contraditórias que envolvem este setor, amplamente aclamado e protegido no país.

Por fim, aproveitando-se da questão proteção, há uma outra característica que podemos afirmar sobre o Agro: **APROVEITADOR**. Mitidiero Jr e Goldfarb (2021) apresentam um conjunto de informações pertinentes, que demonstram como o agronegócio se aproveita de sua força política, para conseguir isenções de impostos, perdões de dívidas e ainda promover um *lobby* para obter maior parte do financiamento/investimento público no desenvolvimento da produção agropecuária no país.

Essa característica, de aproveitar-se do aparato público para o desenvolvimento do agronegócio, também veio importado com a lógica do *agribusiness* americano, conforme Pompeia (2021) relata. Pois, em uma participação de Goldberg, um dos criadores do termo *agribusiness*, em evento Internacional realizado no Brasil em 1990, ele discursou em favor da

[...] importância de o governo dar *tratamento fiscal, financeiro e comercial adequado ao agribusiness*, sob pena de o desenvolvimento econômico do país ficar comprometido, o que poderia ameaçar o bem-estar da população” (Pompeia, 2021, p. 126 – *grifo nosso*).

Utilizando-se do discurso de desenvolvimento e produção de alimentos, o que se vê é a incorporação do discurso de aproveitamento da máquina pública, para financiar o desenvolvimento do capital. Conforme nos apontam Mitidiero Jr e Goldfarb (2021) e Fatorelli (2021), o que o setor arrecada de imposto é quase nulo, diante de todo o investimento, isenções e subsídios fornecidos. Ou seja, recebe muito incentivo público e entrega muito pouco para a sociedade, que de forma indireta, através do Estado, é quem lhe financia.

Destarte, mesmo sabendo que os meandros por trás das temáticas aqui apresentadas ainda seriam muito mais estarrecedores, podemos perceber que o

agronegócio latifundiário, ou agro como recém-batizado, não corresponde às maravilhas que são televisionadas diariamente, mas possui algumas características muito mais perversas como apresentamos aqui. Assim, de forma resumida, definimos este setor como: censura; atraso e retrocesso; fome e miséria; desemprego e desigualdade; destruição; violência; e aproveitador.

1.2.3 O espaço rural com vida, como ele poderia ser

Santos (2008) apresenta uma projeção de como a transição para uma globalização mais justa e inclusiva poderia transformar a forma de uso dos meios técnicos-científicos-informacionais, para a valoração do ser humano como central nas preocupações do modelo econômico-produtivo. Nos atrevemos, neste ponto do trabalho, a projetar **alternativas** para que o espaço rural, não represente os interesses corporativos acima de qualquer outra questão social, mas possa ser realmente englobante ao envolver diversos setores na promoção do bem-estar social, acima dos interesses econômicos.

O próprio Santos (2008), mesmo não abordando especificamente a questão agrária, aponta a necessidade do rompimento com o mercado global para o pensamento social ao defender que,

A atual subordinação ao modo econômico único tem conduzido a que se dê prioridade às exportações e importações, uma das formas com as quais se materializa o chamado mercado global. Isso, todavia, tem trazido como consequência para todos os países uma baixa de qualidade de vida para a maioria da população e a ampliação do número de pobres em todos os continentes, pois, com a globalização atual, deixaram-se de lado políticas sociais que amparavam, em passado recente os menos favorecidos, sob o argumento de que os recursos sociais e os dinheiros públicos devem primeiramente ser utilizados para facilitar a incorporação dos países na onda globalitária.

Mas, se a preocupação central é o homem, tal modelo não terá mais razão de ser (Ibidem, 2008, p. 72/73).

Assim, percebe-se que a lógica apontada pelo autor, sobre as prioridades do mercado globalizado, gera as mesmas consequências que alertamos anteriormente, sobre a priorização da comercialização de *commodities* em detrimento da população mais pobre, que fica sem acesso à alimentação saudável, isso quando consegue ter acesso a algum tipo de alimento.

Ainda acompanhando o pensamento de Santos (2008), em que o modelo ideal seria a preocupação com o homem como problema central, entendemos que ao comparar as diferentes ações dos movimentos camponeses e do agronegócio no

decorrer da pandemia do Covid-19, como demonstramos anteriormente, nós temos um direcionamento de possíveis alternativas para que o meio rural possa contribuir efetivamente para um desenvolvimento social.

Analisar a atuação da agricultura familiar e da não-familiar, através dos dados oficiais disponíveis, também nos possibilita vislumbrar melhores resultados, tanto em relação à produção agropecuária, como em aspectos sociais de soberania e segurança alimentar, emprego e dignidade, sobretudo à população mais pobre.

Os dados da Tabela 3 apresentam informações em relação ao número de estabelecimentos agropecuários e à área ocupada por estes estabelecimentos em relação à agricultura familiar e à agricultura não-familiar, nas cinco grandes regiões do Brasil.

Tabela 3 – Grandes Regiões: Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos em hectares, entre agricultura familiar e não-familiar (2017)

Grandes Regiões	Número de estabelecimentos agropecuários				Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)			
	Agricultura não-familiar	% do total	Agricultura Familiar	% do total	Agricultura não-familiar	% do total	Agricultura Familiar	% do total
Norte	100.038	17	480.575	83	45.446.150	70	19.767.199	30
Nordeste	483.873	21	1.838.846	79	44.968.122	63	25.925.743	37
Sudeste	280.470	29	688.945	71	46.567.098	77	13.735.871	23
Sul	187.547	22	665.767	78	31.382.790	73	11.492.520	27
Centro-Oeste	123.988	36	223.275	64	102.034.572	91	9.969.750	9
Total	1.175.916	23	3.897.408	77	270.398.732	77	80.891.083	23

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

A partir dos dados apresentados, podemos perceber quão desigual é a estrutura agrária no Brasil. A agricultura familiar, mesmo representando 77% dos estabelecimentos agropecuários, ocupa apenas 23% da área total voltada para a atividade agropecuária. Quando se observa os dados da região Centro-Oeste, local onde se concentra a maior produção de grãos do país e o agronegócio latifundiário modernizado, o que se vê é um esvaziamento muito grande do campo, visto que essa é a segunda maior região do país com 1.606.358,682 km² (IBGE, 2021a), atrás apenas da região norte. Contudo, possui o menor número de estabelecimentos agropecuários,

sendo que destes, 64% correspondem à agricultura familiar, ocupando apenas 9% da área total destinada à agropecuária na região.

O que se vê, portanto, é que a agricultura familiar, apesar de ser a grande maioria no campo, está enclausurada em pequenos estabelecimentos e cercada por imensos latifúndios produtores de *commodities*, enquanto ela produz alimento para atender a demanda nacional.

Segundo dados do censo agropecuário de 2017, o valor da produção da agricultura não-familiar foi de R\$355.889.076 (mil reais), ou 76,9% do total, enquanto a agricultura familiar alcançou um valor de R\$106.472.475 (mil reais), ou 23,1% (IBGE, 2017). Se compararmos o valor total produzido por cada segmento, ao tamanho de sua área ocupada, obteremos valores exatamente iguais, como demonstra a Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Brasil: Valor de produção por hectare em relação ao segmento familiar ou não-familiar (2017)

Agricultura não-familiar			Agricultura Familiar		
Valor da produção (mil reais)	Área ocupada (ha)	Valor produzido por hectare (reais)	Valor da produção (mil reais)	Área ocupada (ha)	Valor produzido por hectare (reais)
355.889.076	270.398.732	1.316	106.472.475	80.891.083	1.316

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

Portanto, como se percebe, a agricultura familiar, mesmo sem o investimento, tecnologia e o prestígio do agronegócio latifundiário, consegue gerar por hectare o mesmo valor de produção, porém, com maior ocupação de trabalho e responsabilidade ambiental e social, visto que o espaço de produção também é o espaço de vida e suporte para as relações sociais (Wanderley, 2000). Não à toa, o setor político do agronegócio contabiliza os resultados da agricultura familiar como integrantes do setor, propondo a subordinação dos pequenos produtores à lógica capitalista e prevendo o desaparecimento daqueles que não conseguirem se integrar ao mercado.

Como forma de compreender as características gerais dos estabelecimentos rurais do país, apresentamos, na Tabela 5, um comparativo entre os estabelecimentos familiares e não-familiares, em relação ao tamanho e pessoal ocupado.

Tabela 5 – Brasil: Características do tamanho dos estabelecimentos rurais e de pessoal ocupado em estabelecimentos familiares e não-familiares (2017)

	Nº de estab.	Área dos estab. (ha)	Área média dos estab. (ha)	Pessoal Ocupado	% do total de pessoal ocupado	Hectares para cada trabalhador
Agricultura não-familiar	1.175.916	270.398.732	230	4.989.566	33%	45,7
Agricultura Familiar	3.897.408	80.891.083	21	10.115.559	67%	6,9
Total	5.073.324	351.289.815	69	15.105.125	100%	20,2

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

A partir da compreensão de que tanto a produção familiar como a não-familiar apresentam uma média de R\$ 1.316,00 produzidos por hectare, em qualquer um dos cenários, trabalhamos com valor total da produção semelhantes. Porém, como já apontamos neste trabalho, o espaço rural não é composto apenas pela sua condição setorial produtiva, mas é uma estrutura territorial, que serve como espaço para a reprodução social, e, portanto, outras variáveis devem ser consideradas ao analisar a contribuição de cada setor ao desenvolvimento rural.

A partir dos dados apresentados na Tabela 5, temos novamente a caracterização de uma estrutura agrária concentradora nas mãos do agronegócio latifundiário, em que apesar da média geral ser de estabelecimentos com 230 ha/estabelecimento, o Censo Agropecuário 2017 revela haver 51.203 estabelecimentos rurais com mais de 1.000 ha no país e que ocupam 167.227.511 hectares. Por outro lado, a agricultura familiar apesar de maioria no campo, está reduzida a apenas 23% da área total, conforme apontado na tabela 3 acima, resultando em uma média de 21 ha/estabelecimento, o que evidencia a grande disparidade estrutural do espaço rural e seu evidente esvaziamento pelo agronegócio latifundiário.

Outro dado apresentado na tabela 5 é em relação ao pessoal ocupado, que nos permite visualizar justamente este esvaziamento do campo. Apesar de ocupar a maior área total do território destinado à produção agropecuária, a agricultura não-familiar é responsável por apenas 33% do pessoal ocupado no campo, enquanto a agricultura familiar é responsável por 67% deste pessoal. Ainda é possível perceber nos dados da tabela 5 que a agricultura não-familiar tem uma média de 45,7 hectares para cada pessoa ocupada, evidenciando o esvaziamento do campo, enquanto a agricultura

familiar ocupa uma pessoa a cada 6,9 hectares, ocupando mais o meio rural e dando vida a esse espaço.

Portanto, pensar o desenvolvimento rural passa pela ideia de uma efetiva reforma agrária, pois quando se fala de desenvolvimento rural, não se pensa unicamente em incremento tecnológico, mas também em questões sociais, econômicas e culturais, além é claro, de aspectos ambientais de sustentabilidade (Silva; Fonseca, 2016), e o que se verifica a partir dos dados apresentados nas últimas 3 tabelas acima, de forma resumida, é que a agricultura familiar possui muito maior capacidade de uso racional do território. Ou seja, as características do modelo de organização familiar condizem com a lógica do desenvolvimento rural sustentável (Ibidem, 2016), diferentemente do agronegócio latifundiário, em que a racionalidade é do capital.

Nessa perspectiva posta, a incorporação de políticas públicas exclusivas à agricultura familiar e reforma agrária, além de preencher os vazios populacionais causados por décadas de valorização do agronegócio latifundiário, também resulta em maiores cuidados ambientais. A agricultura familiar exerce com a terra uma relação de simbiose com o ecossistema, isso porque possui uma identificação com a terra, que é espaço de trabalho, mas também de vida (Finatto; Salamoni, 2008).

Além da preocupação ambiental associada ao seu estabelecimento, a incorporação de um modelo de produção baseado na valorização da agricultura familiar e na sua capacidade de suprir as demandas nacionais poderia contribuir para a redução do avanço da fronteira agropecuária sobre a Amazônia e, conseqüentemente, para a diminuição do desmatamento. Isso ocorre porque a expansão da produção de *commodities*, especialmente grãos e pecuária bovina, resulta na movimentação da fronteira agrícola e exerce pressão sobre áreas de conservação e terras indígenas, como exemplificado pela situação em Rondônia (Costa Silva; Michalski, 2021).

David (2008) reforça também o papel da agricultura familiar para a sobrevivência, sobretudo, das pequenas cidades, além da perspectiva de um desenvolvimento rural. Isso porque a agricultura familiar exerce grande influência na economia urbana, sobretudo os municípios menores, mas não apenas, pois:

De forma geral, a agricultura familiar tem grande importância na geração/produção de alimentos e matérias-primas; no desenvolvimento dos municípios, no abastecimento dos centros urbanos e industriais, liberando

recursos até então usados na importação de produtos agrícolas, expandindo o mercado interno, contribuindo para o crescimento econômico, disponibilizando mão de obra para indústria, favorecendo a modernização do campo e o rebaixamento dos salários urbanos. (Fagundes; Salamoni, 2016, p. 150)

Nesse sentido, o desenvolvimento do espaço rural passa pela relação intrínseca entre as dinâmicas do campo e da cidade, em que a valorização da agricultura familiar não se restringe apenas à produção agropecuária, mas à sua multifuncionalidade e pluriatividade, que vai além de apenas produzir produtos para exportação, mas também produzir alimentos, cultura e desenvolvimento social através da melhor distribuição de renda, aumento da massa de consumidores, alimentos a baixo custo, geração de emprego e renda e a fixação da população no campo (Fagundes; Salamoni, 2016).

Portanto, partindo de uma reforma agrária como forma de redução das desigualdades territoriais na estrutura fundiária do país, aliado a uma política agrícola consistente, pode-se ampliar a oferta de produtos agrícolas, tanto para abastecimento do mercado interno como externo (Oliveira, 2003), priorizando a atividade da agricultura familiar através de políticas públicas.

Dessa forma, o espaço rural pode ser mais representativo em relação aos grupos sociais, além de possuir capacidade de ampliar a produção de alimentos para atender a demanda nacional, fortalecendo sua soberania e segurança alimentar, demonstrando, também, ter capacidade de atuar no cenário internacional, integrado ao capital e se apropriando desse para sua própria evolução, como realizado por sete cooperativas do MST, através do Financiamento Popular da Agricultura Familiar (FINAPOF), que captou R\$ 17,5 milhões através da negociação de títulos de renda fixa negociados no mercado balcão (Furtado, 2021).

Destarte, a agricultura familiar possui condições de produzir com qualidade, diversidade e de forma efetivamente sustentável, além de valorizar a diversidade cultural e com possibilidade de ampliar a produção para manter o abastecimento interno, sem perder o protagonismo nacional na participação nos circuitos produtivos internacionais. Isso é possível por não se tratar de apenas capitalistas buscando lucro, mas um segmento social, que acima da acumulação, tem como característica a manutenção de sua subsistência e de seus semelhantes. Ou seja, a predominância de uma relação horizontal entre os agentes envolvidos. Este poderia ser o novo

espaço rural, mais social, mais sustentável e sobretudo, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico, refletindo em um espaço com vida.

1.3 Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação: categorias de análise do espaço produtivo

A produção espacial globalizada, integrada por objetos técnicos que possibilitam a criação de fixos e fluxos (Santos, 2014a), estabelece as condições materiais e imateriais para uma divisão internacional do trabalho fragmentada, resultando na formação de espaços de produção e espaços de consumo.

Considerando essa composição espacial, formada por condições técnicas e políticas, Silveira (2011) destaca que,

[...] cada período produz suas forças de aglomeração e dispersão, resultado da utilização combinada de condições técnicas e políticas, que não podem ser confundidas com as de momentos pretéritos e que redefinem os limites. Hoje, verifica-se a difusão do sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais que cria uma concentração e uma dispersão combinadas. Dão-se, no território e na sociedade, bruscas mudanças de papéis, que são ao mesmo tempo mudanças de lugares. De tal modo, os chamados equilíbrios precedentes se rompem e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização. Longe de provocar a homogeneização do espaço, o período da globalização é responsável pelo aumento da especialização. (p. 5)

É a partir dessa lógica dialética de globalização e unificação, ao mesmo tempo em que se fragmenta e especializa os lugares, que se forja a categoria de análise do circuito espacial de produção que, segundo Santos (1994), ocorre através da compreensão de todas as etapas do processo produtivo, desde a sua produção até o consumo, o que torna possível uma análise espacial das relações produtivas. Ou seja, é a partir de uma análise totalizante dos agentes e processos que se compreende a produção espacial local (Idem, 2014a). Da mesma forma, apesar de parecer uma autonomia entre os espaços de produção, circulação, distribuição e consumo, esses são interligados e indivisíveis, afinal o espaço é uma totalidade (Idem, 2014b).

Portanto, as relações entre o que é efetivamente definido localmente e o que é definido globalmente se dá de formas diferentes no território.

A sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes. Hoje, o centro de decisão pode encontrar-se no estrangeiro, no mesmo continente ou em outro.

São as cidades locais que exercem o comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação. (Idem, 2014a, p. 273)

Assim, com a globalização, as relações de controle da produção e das normas e técnicas se dão de forma global, conforme os interesses do capital na sua expansão e controle, enquanto a execução do processo produtivo e suas particularidades se dão de forma local. Nessa conformidade da organização espacial é que se formam os espaços de produção, circulação e consumo, em alguns casos ocorrendo no mesmo lugar, mas em outros, em lugares totalmente distintos.

Santos (2014b) destaca que a eficiência da circulação é uma característica espacial que reflete na territorialização do capital e sua efetiva produção, pois, de nada adianta produzir em grande quantidade e não conseguir levar esta produção até o consumidor. Portanto, a efetividade dos espaços de circulação constitui na contribuição da organização espacial no seu todo. Conforme apontamos em Santos (2021), com o avanço das etapas do capitalismo e expansão da lógica de mercado, os lugares não precisam mais produzir tudo que lhe é necessário, pois é a partir dos diversos circuitos produtivos que os mercados são abastecidos, sendo que estes circuitos apresentam variadas escalas de abrangência.

Aracri (2022) chama a atenção para os estudos em torno do conceito de circuito espacial de produção, que buscam compreender as interações espaciais, ou seja, as trocas entre os agentes produtivos em suas multiescalaridades, representando a fluidez do espaço a partir da circulação, possibilitando a distribuição daquilo que é produzido nas mais diversas localidades.

Quando dizemos que o processo produtivo se dá em múltiplas escalas, significa que cada etapa ou cada parcela desse processo estabelece interações com o espaço que vão desde a escala regional (quando, por exemplo, estamos falando das relações entre cidade e campo), até a escala internacional (comércio exterior, exportações). Essas interações espaciais multiescalares são efetivadas pela circulação, que é o que possibilita os fluxos e os intercâmbios entre os lugares, sejam eles próximos ou distantes. (Ibidem, 2022, p. 48)

Nessa perspectiva, a partir das características estruturais, culturais e econômico-produtivas de cada local, objetos com formas e funções são instalados no espaço para fomentar atividades específicas, promovendo uma especialização do espaço e formando novas espacialidades, que passam a ser caracterizadas por esta

condição de organização, em muitos casos criando *psicosferas* (SANTOS, 2014a) que intensifiquem essa especialização.

Tal especialização produtiva, estimulada pelos agentes do capital conforme as características e potencial de produção dos lugares (Santos, 1994), resulta na não necessidade de se produzir tudo que será consumido, pois será possível adquirir aquilo que não é produzido localmente, através da aquisição de outros lugares que se especializaram em sua produção. Conforme aponta Silveira (2011), a formação de áreas especializadas em práticas produtivas possui um conjunto de vantagens no desenvolvimento dessas atividades, bem como na configuração territorial e desenvolvimento do capital, sendo eles:

Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais. (Silveira, 2011, p. 7)

Com a especialização produtiva, forjam-se no território regiões produtivas que se estruturam com objetos fixos para o atendimento de determinadas atividades (Santos, 2014b). Tal configuração regional não remete à compreensão antiga de região como espaço fechado com características únicas, mas uma fração da totalidade espacial, que possuem formas e conteúdos específicos para o desenvolvimento de determinadas atividades produtivas, interligadas ao todo através dos objetos fluxos, que possibilitam sua circulação.

A formação de regiões produtivas especializadas não exclui a existência de outras formas de produção. Pelo contrário, em um mesmo subespaço pode haver um mosaico de diversas produções, cada qual integrando um circuito espacial de produção (Castillo; Frederico, 2010; Santos; Costa Silva, 2021). Portanto, as regiões produtivas se referem à identificação de certa concentração da produção em determinada porção do espaço, com características próprias ao seu desenvolvimento e que representam uma fração do espaço com certa funcionalidade, construída e explicitada no decorrer do tempo (Santos, 2014b).

Nesse sentido, com a formação de regiões produtivas especializadas, estruturam-se círculos de cooperação que fomentam e estimulam o avanço de

atividades ligadas a este produto primário, que define a área especializada, contribuindo para sua consolidação no mercado e ampliação da produção.

Aracri (2022) destaca que falar de circuito espacial de produção sem analisar a organização e atuação do círculo de cooperação, não tem sentido, pois é o círculo de cooperação que media os fluxos imateriais entre os agentes do circuito espacial de produção, fomentando o desenvolvimento de suas atividades.

Tal estímulo ocorre desde políticas públicas até a instalação de objetos técnicos para possibilitar a fluidez daquilo que se produz, passando pela verticalização das normas que criam as condições e especificidades daquela produção, conforme apontam Frederico e Castillo (2004) ao descrever o que são os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação.

Os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os *círculos de cooperação no espaço*, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção. (Ibidem, 2004, p. 237 – grifo do autor)

Os autores apontam que o circuito espacial de produção não se estrutura de forma espontânea, mas a partir da construção de uma rede de circulação material que, distribuídos em espaços dispersos territorialmente, possibilita o movimento produtivo em diversas etapas, até chegar ao consumidor. Esta organização estrutural e técnica, se dá a partir dos círculos de cooperação, que criam as normas e articulam cada etapa do circuito. Neste sentido, conecta os lugares através da comunicação e dos fluxos imateriais.

O círculo de cooperação se caracteriza então por instituições públicas e/ou privadas que também, em diversas escalas de atuação, contribuem com o desenvolvimento do circuito espacial de produção. No caso dos circuitos espaciais de produção ligados às atividades agropecuárias, a cooperação se dá através das pesquisas desenvolvidas em universidades, institutos de pesquisas, além de pesquisas particulares desenvolvidas por empresas especializadas, que buscam a melhoria tecnológica da produção. Além disso, há as assistências técnicas, agências bancárias no fomento creditício, empresas de insumos, setor político através das secretarias municipais e estaduais, além dos ministérios, parlamentares etc.

Enfim, o círculo de cooperação é uma espécie de trabalho coletivo em prol do desenvolvimento e produção do espaço em torno do circuito de um produto específico, normalmente organizado para atender às demandas e interesses do capital no uso do território.

O que caracteriza um circuito espacial de produção é sua análise a partir de um produto primário que, no decorrer de sua circulação até o consumidor final, perpassa por diversas etapas de transformação, circulação e comercialização (Barrios, 1976). Entender a circulação da produção entre todas essas etapas contribui com a compreensão da espacialidade inerente em todo o contexto produtivo, desde o início de seu desenvolvimento até o seu fim, com o consumo.

[...] discutir os circuitos espaciais da produção é discutir a espacialidade da produção distribuição-troca-consumo como movimento circular constante. Captar seus elementos determinantes é dar conta da essência de seu movimento (Moraes, 1985, p.4).

Assim, a geografia presente na interpretação dessa fluidez se dá no entendimento das influências que cada etapa do circuito imprime no espaço através de seus objetos, que possuem formas e conteúdos específicos àquelas atividades, além de suas dinâmicas socioespaciais.

Em sua análise conceitual e metodológica, Santos (1994) afirma que, nos moldes atuais da globalização e do mercado internacionalizado, não se pode mais falar em circuitos regionais de produção, mas sim em circuitos espaciais de produção. Essa ideia se confirma, pois mesmo quando se trata de atividades econômicas de abrangência e circulação regional, elas estão inseridas em um território influenciado pelas dinâmicas e lógicas do capital internacional e seus agentes, além de contribuírem para as valorizações locais no contexto do domínio global.

A produção espacial que se constitui no meio técnico-científico e informacional, cria objetos que configuram a possibilidade do uso do território de forma internacional e em rede, mesmo que alguns circuitos se organizem de forma regional. Castillo e Frederico (2010) apontam que:

A presença de formas, com conteúdos funcionais aos interesses das grandes corporações, possibilita a instalação, num mesmo subespaço, de diversos circuitos espaciais produtivos, tornando o espaço um mosaico, no qual convivem formas com racionalidades e conteúdos diversos, concebidas e implantadas em momentos distintos (p. 463).

Portanto, mesmo que a estrutura de rede tenha como fim o atendimento principal de uma demanda do mercado, as demais instâncias produtivas que tenham interesse no uso dessa estrutura poderão fazê-la, mesmo que não seja na mesma escala.

A partir dessa consideração, compreendemos que a organização de circuitos espaciais de produção da agricultura familiar, no espaço rondoniense, se dá na mesma lógica, pois a existência de formas funcionais das corporações, destinadas ao agronegócio de grãos e da pecuária, acabam por atender também, mesmo que de forma indireta, outras atividades econômicas produtivas não ligadas diretamente a essas corporações, como o caso da melhoria viária da rodovia BR-364 e a estruturação da Hidrovia do Madeira para circulação, integrando a uma lógica globalizada de produção através de um meio técnico-científico-informacional (Costa Silva, 2014a; 2014b; 2015).

A incorporação do território rondoniense como integrante do circuito espacial de produção de grãos, tem avanço com a implantação de objetos técnicos e a criação de redes territoriais para o fluxo material e imaterial da produção, que possibilitaram a modernização produtiva e incorporação territorial dessa porção da Amazônia à lógica globalizante (Idem, 2015). Ocorre que essa ampliação da fronteira e incorporação territorial à dinâmica global, possibilita a formação de novos circuitos produtivos em diversas escalas, formando-se as “regiões do fazer”, que são as áreas onde se concentram as etapas produtivas e que com a expansão da fronteira, cada vez mais distantes das chamadas “regiões do mandar”, que são os centros do capital global e que definem as regras produtivas, ou seja, produzem o fluxo e não a matéria (Frederico, 2014; Santos; Silveira, 2008).

A integração do circuito espacial de produção se caracteriza a partir da circulação global dos produtos, que demandam, para sua efetiva realização, insumos de diversos outros lugares, criando um emaranhado de circuitos que se comunicam, mas que se diferem em seu fim. Formam-se assim, dinâmicas locais associadas, em muitos casos, ao contexto histórico de sua formação territorial, aproveitando de uma estrutura pretérita para criar os mecanismos de estímulo, através dos círculos de cooperação, para avanço da produção e introdução da área/região ao circuito espacial de produção de produtos específicos e conseqüentemente a formação de regiões especializadas.

Apenas para exemplificar o exposto, conforme apontamos em Santos (2021) e que aprofundaremos ao tema mais adiante, a atividade cafeeira em Rondônia se estruturou de forma rudimentar a partir dos projetos de colonização criados na década de 1970, com migrantes oriundos de áreas produtoras de café no Paraná e Espírito Santo. Com a necessidade de ampliação da oferta do produto a nível mundial e a existência de uma estrutura para o café na região, houve a formação de um círculo de cooperação que atuou para a reestruturação produtiva local, com incremento técnico-científico e participação no circuito espacial de produção do café.

No caso de Rondônia, não existe apenas a especialidade produtiva do café, como apontamos, mas a formação de outros circuitos produtivos, conforme apresentamos a partir do mapa da Figura 3, que demonstra a espacialidade das atividades produtivas por microrregiões do Estado.

Figura 3 – Rondônia: Espacialidade das principais produções agropecuárias por microrregiões



Fonte: IBGE (2017; 2021b; 2023) e Trabalho de Campo. Org.: o autor.

De acordo com o que apresentamos na figura acima, o estado de Rondônia, apesar de possuir grande diversidade na produção agropecuária, tem seis produtos que se destacam em suas microrregiões: grãos (soja e milho) em Vilhena e Colorado Do Oeste; soja em Ariquemes; café em Cacoal e Alvorada D'Oeste; mandioca em Guajará-Mirim e Porto Velho; pecuária de corte bovino em Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná; e pecuária leiteira em Ji-Paraná e Cacoal. Esta demonstração espacial da distribuição das principais atividades agropecuárias de Rondônia nos possibilita ter

uma compreensão inicial da espacialidade e os principais circuitos espaciais de produção existentes em Rondônia.

Ainda em relação ao mapa, destacamos que café, mandioca e leite, são atividades quase exclusivas de estabelecimentos familiares. A pecuária tem uma importante participação dos pequenos produtores, sobretudo nas etapas iniciais de criação do gado. Por outro lado, a soja e o milho, apesar de possuírem pequena participação de agricultores familiares, se enquadram em produções de larga escala, relacionadas às grandes propriedades.

Tendo esta premissa locacional das regiões produtivas da agricultura familiar em Rondônia, e a compreensão de que o circuito espacial de produção envolve todo o contexto organizacional do espaço geográfico para tal finalidade produtiva, buscaremos utilizar esta categoria de análise para entender os espaços da agricultura familiar.

A consolidação da agricultura familiar na formação socioespacial de Rondônia é o que discutiremos na próxima seção deste trabalho, analisando o contexto histórico dos projetos de colonização e dos agricultores familiares, as variações na estrutura agrária proveniente destes projetos e a evolução e expansão produtiva da agricultura local.

2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA – PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADES

Discutir o contexto de formação socioespacial de Rondônia recai sobre a necessidade anterior de esclarecimentos sobre a perspectiva adotada em sua definição conceitual. Formação socioespacial não corresponde a um termo aglutinador da relação entre sociedade e espaço, mas uma categoria de análise do espaço a partir das relações intrínsecas entre sociedade, economia e cultura, em que todas são instâncias que contém e são contidas, inclusive o espaço (Santos, 2014b).

Partindo dessa premissa, compreender a formação socioespacial é um processo de relações sociais, econômicas e culturais que imprimem ao espaço seus objetos técnicos, produzindo e organizando o espaço geográfico, sem que uma instância se sobressaia em relação a outra, mas todas de forma conjunta promovem essa transformação e transição.

Degrandi e Silveira (2011) destacam que uma análise através da concepção de formação socioespacial, como fruto desta relação social, econômica e cultural, é uma alternativa teórico-metodológico da percepção do uso do território em relação ao conceito ainda incompleto de desenvolvimento. Para os autores, a perspectiva analítica de formação socioespacial possibilita um caminho mais completo, pois relaciona as condições locais ao global, como resposta da totalidade do espaço geográfico.

A formação socioespacial de Rondônia, como será tratado nesta seção, é fruto de um conjunto de ações político-econômicas que intensificaram um processo de ocupação territorial, promovendo uma metamorfose espacial. Através das diversas relações sociais, econômicas e culturais, criaram um espaço, diferente daquilo que aqui existia de forma pretérita, e portanto, dando nova funcionalidade ao mesmo, que passa de um meio natural, para um meio técnico-científico-informacional (Costa Silva, 2014b; Santos, 2014a).

Esclarecimentos realizados, buscaremos elucidar as características do processo de integração da região amazônica às demais regiões do país, primeiramente através de um contexto histórico dos fatos que sucederam à formação socioespacial de Rondônia, além da constituição da agricultura familiar atualmente presente no estado. Posteriormente, trataremos dos reflexos desse processo de

colonização dirigida e formação socioespacial na estrutura agrária de Rondônia, que resultou em uma forte presença de agricultores familiares, que diversificam o uso do território, mas também refletiu na possibilidade de expansão do agronegócio latifundiário.

Para concluir, buscaremos, na última subseção, entender as espacialidades produtivas do espaço rural rondoniense, em partes fruto do processo de colonização dirigida, mas também fruto das intencionalidades do capital no uso do território estadual, consolidando o processo de formação socioespacial em Rondônia atrelado aos interesses do mercado.

2.1 Contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia

Caracterizada pela exuberante floresta, a Amazônia não pode ser reduzida a uma região vazia e desocupada, como ainda hoje é denominada por alguns. Desde a antiguidade a Amazônia já era habitada e as relações entre as sociedades antigas e a floresta se dava de forma harmônica, desfrutando da extensa bacia hidrográfica e dos recursos ali existentes (Porto-Gonçalves, 2017). Algumas frentes de ocupação se deram a partir da colonização portuguesa e do avanço territorial ao tratado de Tordesilhas, de forma lenta e gradativa, baseando suas expedições na exportação das “drogas do sertão”, conforme aponta Becker (2007).

Porto-Gonçalves (2017) aponta que apesar das diversas frentes de exploração sobre a Amazônia, no decorrer da história recente, todas se davam de forma descontínua no espaço-tempo, para atividades extrativistas, exceto nos chamados ciclos da borracha, onde havia uma organização do capital na internacionalização dessa matéria-prima.

Costa Silva (2018) destaca que até a primeira metade do séc. XX, predominava na Amazônia um meio natural ou pré-técnico (Santos, 2014a). Somente após a década de 1960, o Estado estrutura uma política territorial de ocupação na região, com um projeto geopolítico de modernização prioritário para os interesses nacionais, como: solução às tensões sociais na luta pela terra no Sudeste; inibir a possibilidade de formação de focos revolucionários na região; e por fim, impedir a transformação da região aos interesses internacionais (Becker, 2007).

Contudo, a lógica rio-várzea-floresta, até então predominantes na dinâmica local amazônica, passa a ser substituída por uma lógica estrada-terra firme-subsolo (Porto-Gonçalves, 2017), ou seja, a utilização dos rios como meio de locomoção deixa de ser a única alternativa, pois os projetos estatais previam a criação de redes rodoviárias e de telecomunicações, além da formação de cidades em meio à floresta (Becker, 2007). As transformações impostas não se dão apenas no contexto técnico de incorporação de novos objetos logísticos, mas constituindo a formação de uma nova identidade social à Amazônia, propondo uma integração territorial às demais regiões do país, mas também desconsiderando as formas de organização social pré-existentes na região, como aponta Porto-Gonçalves (2017), não integrando povos/etnias/nacionalidades ali presentes, mas impondo uma lógica produtivista externa à realidade local.

Ao assumir a gestão e o ordenamento territorial da Amazônia, o Estado, através do governo militar, implantou alterações institucionais que privilegiam a estruturação, em 1970, de um grande Projeto de Integração Nacional (PIN), com a expansão da malha rodoviária e implantação de projetos de colonização (Santos, 2001). Desta feita, há uma transformação territorial na Amazônia, em que a integração proporcionada apenas pelos rios é substituída pela integração por terra através da abertura de estradas, direcionando a ligação regional às regiões de economia mais dinâmica no país, além de ampliar as territorialidades dos colonos migrantes e de grandes empresas do capital agropecuário e mineral aos territórios dos povos tradicionais (Costa Silva, 2018), engendrando uma expansão técnico-agropecuária e, conseqüentemente, ampliando a fronteira econômica sobre a Amazônia (Becker, 2007).

A estratégia de integração da Amazônia brasileira às demais regiões do país foi o modelo encontrado pelo Estado em vislumbrar uma forma efetiva de explorar economicamente a região (Souza; Pessôa, 2009), incorporando a economia de mercado a uma região com outra lógica socioeconômica, resultando naquilo que Porto-Gonçalves (2017) chamou de “a grande transformação sociometabólica” (p. 31) da Amazônia, visto que não se trata de apenas uma distribuição de terras e integração, mas de uma mudança no cotidiano social, cultural, econômico e ambiental da região, desconsiderando todas as possibilidades de contribuição daqueles que ali já estavam territorializados.

Segundo Costa Silva (2018), dois pontos são cruciais ao compreender a dinâmica inserida na colonização da Amazônia: “a metamorfose da terra em propriedade privada – fruto da colonização – e a formação de um estoque de terras/propriedades – regularização fundiária – para a apropriação e dominação do agronegócio na região” (Ibidem, 2018, p. 27). Dentro dessa perspectiva, o que se vê na transformação amazônica com o PIN é a distribuição de terras a colonos oriundos de outras regiões do país, para abrir novas áreas e incorporar a prática agropecuária comercial, onde predominava a produção de subsistência, além é claro, da possibilidade de posteriormente, com a titulação das terras, serem incorporadas por empresas capitalistas, corroborando com o avanço do agronegócio e, conseqüentemente, pressionando a fronteira para nova expansão, resultando na consolidação de uma contrarreforma agrária (Porto-Gonçalves, 2017; Souza; Pessôa, 2009).

A instalação de objetos fixos e fluxos (Santos, 2014a), para dinamizar o deslocamento material e imaterial na Amazônia, independente dos cursos dos rios, conectou a região à capital do país, concretizando a capacidade de escoamento da produção, mas ainda mais importante, o deslocamento populacional com maior facilidade, através das rodovias Belém-Brasília e Porto Velho-Brasília. Isso sem considerar a abertura da Transamazônica, ligando o sul do Amazonas ao Nordeste (Souza; Pessôa, 2009). Em conjunto a isso, a parceria Estado-capital proporcionou um acelerado processo de povoamento regional através da colonização dirigida e do avanço da prática agropecuária, alcançando os objetivos do governo de ocupação territorial para atender o lema “integrar para não entregar” (Ibidem, 2009).

O processo de colonização dirigida na Amazônia contou com a participação tanto pública quanto privada, sendo prioritariamente privada no Mato Grosso e pública em Rondônia. No Pará, na região da Transamazônica, teve início com investimento público do PIN, que previa, entre 1970 e 1975, o assentamento de 100.000 famílias. Porém, as dificuldades de manutenção dos colonos na terra, devido à falta de infraestrutura, resultaram, em 1978, na ocupação de apenas 8% da previsão inicial, possibilitando a incorporação da iniciativa privada, que passou a privilegiar a agropecuária e a mineração (Costa Silva, 2018; Kohlhepp, 2015; Santos, 2001).

Em relação à Rondônia, a colonização dirigida teve início na década de 1970, com a formação de grandes projetos fundiários. Porém, antes desse período, seguiu

o mesmo padrão geral da Amazônia, com algumas frentes de ocupação dispersas e acompanhando alguns dos ciclos econômicos, conforme aponta Ferreira (2012) ao destacar quatro fases na ocupação/formação territorial de Rondônia: 1) entre os séculos XVII e XVIII, com a procura de ouro e as frentes colonizadoras dos Bandeirantes (São Paulo) e Missionárias (Belém), deixando rastros da ocupação e territorialização, como o Forte Príncipe da Beira no vale do Guaporé; 2) Extração de látex no início do séc. XX, com forte migração e o início da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que possibilitaria o escoamento da borracha e que resultou na formação de cidades como Porto Velho e Guajará-Mirim, além de vilas ao longo de sua extensão e um segundo ciclo em meados do séc. XX, para atender a demanda por borracha devido à Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, a autora destaca também a instalação da linha telegráfica de Marechal Rondon, entre 1907 e 1915, abrindo uma picada em meio a floresta e ligando Porto Velho a Cuiabá. 3) A terceira fase apontada pela autora corresponde ao ciclo da mineração e da agropecuária, na década de 1950, onde a descoberta de cassiterita atrai fluxo de migrantes para atuarem na extração, exigindo a instalação de infraestrutura para escoamento da produção, resultando na rodovia BR-364. Com a construção da rodovia, detecta-se solos férteis, propiciando a introdução da agropecuária. 4) Por fim, a partir dos anos 1970, o INCRA desenvolve projetos de colonização para ocupação e desenvolvimento da prática agropecuária (Ibidem, 2012).

A autora reforça que, no decorrer do séc. XX, houve algumas tentativas de organização do espaço agrário, sobretudo através de projetos de colonização privadas, mas que esbarravam em aspectos legais e que com falta de infraestrutura, não alcançaram grande desenvolvimento, produzindo em pequenas quantidades para o abastecimento de Porto Velho. Assim, a efetiva colonização da região se deu a partir da década de 1970 com os projetos de colonização oficial do governo federal (Ibidem, 2012). Costa Silva (2012) aponta que “nesse período, a produção literal do território é proeminente, manifestada na colonização agrícola, na formulação de cidades, na migração populacional e no fomento à agricultura camponesa” (p. 59).

Portanto, é a partir dessa perspectiva de uma formação socioespacial pautada na incorporação da prática agropecuária, com criação de núcleos urbanos, construção da rodovia e políticas de estímulo à migração acompanhada de assentamento em lotes para abertura da floresta amazônica, que o Estado geriu a transformação de

Rondônia, de um meio natural para um meio técnico (Costa Silva, 2014b; Santos, 2014a), fragmentando a configuração espacial na incorporação à lógica global, metamorfoseando as condições e características locais conforme as demandas externas, como aponta Becker (2015).

Nesse sentido, a atuação do Estado na fronteira amazônica não pode ser analisada apenas na perspectiva de uma distribuição de terras para os pioneiros, ou então, como uma colonização agrícola, como apontara a narrativa oficial, mas através da compreensão do cumprimento de seu papel na gestão territorial de forma a propiciar o avanço das relações capitalistas na região.

Portanto, em Rondônia a política de reorganização territorial perpassa pela capacidade de integração através da rodovia BR-364, a partir da década de 1970, facilitando o movimento migratório para a região, conectando através da via terrestre, a Amazônia ao Centro-Sul do país. Além disso, a apropriação de terras devolutas pelo Estado, sua posterior distribuição através dos projetos de colonização e as propagandas incentivavam a migração, fortalecendo a atuação do Estado de gerir o território através da ocupação e transformação do espaço amazônico (Ibidem, 2015).

Inicialmente foram criados dois projetos de colonização em Rondônia: no decorrer da década de 1970, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), onde o primeiro se voltava para o assentamento de famílias camponesas, em lotes de 100 hectares e que possuíam certa infraestrutura básica fornecida pelo Estado através do INCRA como estradas e serviços de assistência técnica (Santos, 2001; Souza; Pessôa, 2009); já o segundo, estava destinado a agricultores mais experientes, voltados para uma atividade agropecuária mais comercial e com capacidade de trabalhar com créditos bancários, o que introduziria a atividade financeira e do capital na região e, com isso, possuía lotes que variavam de 250 a 1000 hectares, com suportes técnicos e sociais assumidos pela iniciativa privada (Amaral, 2004; Santos, 2001; Santos, 2021; Souza; Pessôa, 2009).

A distribuição desses projetos de colonização no decorrer do tempo, conforme suas áreas e municípios, são possíveis de serem observadas no quadro 3 e figura 4 a seguir.

Quadro 3 – Rondônia: Projetos de Colonização (PIC/PAD), área de abrangência e quantidade de lotes distribuídos entre 1970/1978

PROJETO	CRIAÇÃO	MUNICÍPIO(S)	ÁREA EM HA	LOTES
PIC				
Ouro Preto	1970	Ouro Preto D'Oeste e Ji-Paraná	512.585	4.222
Sidney Girão	1971	Guajará-Mirim	60.000	635
Ji-Paraná	1972	Cacoal, Presidente Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste.	486.137	4.755
Paulo de Assis Ribeiro	1973	Colorado D'Oeste	293.580	3.533
Adolph Rohl	1975	Jaru	407.219	3.406
PAD				
Burareiro	1974	Ariquemes	304.925	1.540
Marechal Dutra	1978	Ariquemes	490.178	4.675

Fonte: elaborado pelo autor com base em Santos (2001) e Binsztok (2006)

As informações dispostas no quadro 3 demonstram a diversificação e características de cada um dos projetos criados pelo Estado, na definição da colonização dirigida em Rondônia. Enquanto os PIC's tinham uma fragmentação maior dos lotes e ocupavam maiores números de cidades, os PAD's centravam onde hoje é o município de Ariquemes, com menor número de lotes, destinados a estabelecimentos maiores e com características empresariais, conforme apontado anteriormente. A distribuição desses assentamentos e a forma do planejamento do território rondoniense pelo estado, fica mais bem entendido na figura 4, que demonstra a espacialidade destes assentamentos criados pelo Incra.

Os novos projetos apontados por Becker (2015) correspondem aos Projetos de Assentamento Rápido - PAR, que a partir de 1980 passa a assentar cada vez mais camponeses, em lotes com máximo de 50 hectares e com nenhuma assistência do Estado (Souza; Pessôa, 2009), assentando cerca de 23 mil famílias que já aguardavam o acesso à terra (Santos, 2001). As consequências deste fluxo migratório acelerado e as ocupações até certo ponto desordenadas, são demonstradas por Becker (2015) ao apontar o PIC Ji-Paraná na região de Cacoal e as ocupações “espontâneas”.

Inicialmente, em 1973, previu-se o assentamento de 1.000 famílias para o primeiro setor; já em 1974, em face do excedente de pretendentes à terra que se acumulavam na área, estenderam-se as linhas do primeiro setor e criou-se um novo, ao sul, onde o assentamento foi feito através do “mutirão” (ajuda mútua) entre os colonos sob a supervisão do INCRA e adotando o modelo oficial. Em 1976, em face da intensa ocupação espontânea, criou-se um novo setor onde a ação estatal se reduziu à abertura do eixo viário central e à demarcação de lotes; concomitantemente, famílias sem terra, num total de 3.500, ocuparam desordenadamente uma área que após a regularização oficial veio a constituir um novo setor. A malha fundiária do município de Cacoal é expressiva das três formas de povoamento: o desenho dos lotes e estradas passa do geométrico ao caótico (Ibidem, 2015, p. 404).

O destaque de Becker sobre a ocupação e assentamento de Cacoal no decorrer da década de 1970 é mais bem compreendido com o mapa disponibilizado pela autora (Figura 8) com as características territoriais empreendidas na região em cada período de loteamento e colonização criados, além de evidenciar a menor capacidade do Estado em atender às demandas da população que chegava à região.

O desmatamento também acelera, devido à taxa crescente de derrubada pelos colonos, quando o acesso a um lote por estrada é iniciado ou melhorado. Mesmo se o colono não vender o seu lote, quando o valor da terra aumenta subitamente devido a chegada de uma estrada, ele normalmente desmata bem mais rapidamente, sendo que a agricultura se torna mais lucrativa com a melhoria do acesso ao mercado. A melhoria de estradas também aumenta a motivação para desmatar e plantar pastagens, visando a aumentar o valor de revenda do lote e assegurar os direitos de posse da terra contra posseiros invasores. (p. 19)

Portanto, o que se tem no decorrer dos primeiros 15 anos de colonização dirigida e “espontânea” em Rondônia, entre 1970 e 1985, é um acelerado processo de derrubada da floresta, incorporação de áreas de pastagens, ocupação populacional através dos assentamentos rurais oficiais, mas também a incorporação de grileiros e posseiros, resultando em conflitos pela posse da terra e a configuração de uma contrarreforma agrária (Amaral, 2004; Fearnside, 1989; Souza; Pessôa, 2009).

A partir de 1985, as pressões ambientais sobre os impactos causados em Rondônia se tornam pauta em âmbito internacional, com pressões ao BM e aos agentes estatais que atuavam nos projetos em vigência em Rondônia, como retratado no filme *Nas Cinzas da Floresta* (Nas Cinzas, 1984). Então, inicia-se a busca por recuperar possíveis erros do Polonoroeste, com o início dos estudos para criação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) de Rondônia (Santos, 2021).

Diante desse cenário, a ampliação da fronteira agropecuária com os projetos de integração do governo militar e financiados pelo capital internacional, resultou em acelerada transformação socioespacial em Rondônia, ampliando de 2 para 52 municípios, em um período de cerca de 25 anos (1970-1995). Além disso, para entender a intensa migração e ocupação da fronteira, os dados disponibilizados na tabela 6 evidenciam a elevada explosão demográfica.

Tabela 6 – Rondônia: População total, urbana e rural (1960/2022)

	TOTAL	URBANA	RURAL	% URB.	% RUR.
1960	70.783	30.842	39.941	43,57	56,43
1970	116.620	60.541	56.079	51,91	48,09
1980	503.125	239.436	263.689	47,59	52,41
1991	1.130.874	658.172	472.702	58,20	41,80
2000	1.379.787	884.523	495.264	64,11	35,89
2010	1.562.409	1.149.180	413.229	73,55	26,45
2022*	1.581.196	1.241.672	339.524	78,5	21,4

Fonte: IBGE, 2022

O que se verifica com os dados apresentados é um elevado incremento demográfico em Rondônia já a partir de 1960, mas evidenciado, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1991, quando nesse período a população aumentou em 869%, um efetivo de mais de 1 milhão de pessoas. Para se ter noção de tal aumento, entre os anos de 1980 e 1991, apenas uma década, houve maior aumento populacional em Rondônia, do que entre 1991 e 2022, três décadas acumuladas.

Nesse sentido, o que se percebe é uma ampla aceleração do crescimento populacional em meio à Amazônia em um curto espaço de tempo. Na primeira década (1960-1970), a chegada dos migrantes com a expectativa de receber um lote de terra; Na segunda década (1970-1980), um aumento em quase 5 vezes o número de pessoas, resultando em dificuldades de assentamento dessa população nos projetos já existentes, ampliando novas frentes com os PAR. Na terceira década (1980-1991), novamente um incremento de mais de 500 mil pessoas, porém com um crescimento urbano, devido às dificuldades de assentamento de todas essas famílias. Por outro lado, a última década representou pouco ganho populacional no estado e grande redução na população do campo.

Essa expansão da fronteira em Rondônia representou, até a década de 1980, certo equilíbrio entre a população urbana e rural no estado. Porém, a partir de 1991, o contingente urbano passa a predominar e ampliar década a década sobre o total de pessoas que vivem no meio rural, evidenciando o esgotamento da fronteira e dos projetos de colonização, restando aos novos migrantes a instalação nas cidades, o que fomentou o setor de comércio e serviços nos novos centros urbanos do estado (Santos, 2021).

Diante desse cenário, brevemente apresentado, temos a formação socioespacial de Rondônia, que acompanha os interesses do capital e do Estado na ocupação e integração da Amazônia à economia internacional. O resultado evidenciado é a ampliação da fronteira econômica, introdução de objetos técnicos de infraestrutura ao espaço, para atrair novas pessoas e investimento à região e a fragmentação do território, que passa de uma lógica de subsistência e comércio local, para uma lógica econômica, voltada ao mercado global, integrando agricultores familiares camponeses que buscam acesso à terra, agricultores empresariais que ampliam sua atuação na Amazônia, além de grileiros e posseiros, intensificando a especulação por terra e os conflitos agrários em Rondônia.

2.2 Povoamento e as características dos agricultores familiares de Rondônia

Buscamos, no início deste trabalho, esclarecer as definições conceituais que nos levaram a estabelecer a agricultura familiar como categoria de análise central de nossa pesquisa, realizando um aporte teórico que sustentasse as discussões posteriores e os resultados apresentados. Ocorre que, baseando-se no contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia e na estrutura agrária resultante dos projetos de colonização e que permanecem em constante transição rumo à concentração fundiária, ficou claro a necessidade de um esclarecimento sobre quem é o agricultor familiar que ocupa o espaço rondoniense.

Esse esclarecimento se baseará nas características desses, que são categorizados como agricultores familiares. É verdade que, em uma classificação fria, os agricultores familiares já estão estabelecidos legalmente através da Lei nº 11.326/2006. No entanto, as inúmeras contradições conceituais existentes em torno deles, é fruto da diversidade de atores incluídos sobre uma mesma categoria, “agricultor familiar”, que fornece uma condição plural (Silva; Alves, 2016), mas que de certa forma inviabiliza a dimensão social e particular daqueles que a compõem (Paulino, 2012).

Schneider e Nierdele (2008) apontam sobre a grande heterogeneidade abarcada pelo consenso em relação à caracterização dos agricultores familiares:

[...] o agricultor familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras.

Tomando-se o Brasil de norte a sul, é possível encontrar uma diversidade muito grande de agricultores familiares, muitos deles obedecendo a denominações locais e regionais como a de colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, entre outras (Ibidem, 2008, p. 36)

A diversidade regional que caracteriza o agricultor familiar também está prevista na legislação, ao incluir silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais como beneficiárias da Lei N° 11.326/2006.

Portanto, é justamente dentro dessa amplitude conceitual que surgem as discussões sobre a viabilidade do termo “agricultura/agricultor familiar”. Apesar disso, não nos propomos, neste momento, a retomar essa discussão, pois, como já apontado na seção 1 deste trabalho, optamos metodologicamente pela adoção dessa categoria de análise para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, também consideramos fundamental diferenciar as características dos agricultores familiares presentes em Rondônia, como forma de compreender melhor suas especificidades enquanto grupos sociais diversos e suas diferentes formas de uso do território.

Partindo dessa premissa, buscamos através de um resgate histórico sobre a ocupação territorial de onde hoje se denomina Rondônia, como forma de compreender os processos levaram à territorialização dos diversos grupos que hoje são classificados como agricultores familiares no cenário legal. A cronologia da chegada dos principais grupos no contexto da formação de Rondônia e as características de organização social reproduzidas no espaço.

Amaral (2017) destaca que a ocupação territorial de onde hoje é delimitado como Rondônia, historicamente sofreu avanços dos colonizadores. Apesar das tentativas de formação de aglomerados urbanos, o acesso remoto pelos rios e as doenças eram grandes empecilhos para sua efetivação. Desta feita, a área era ocupada por diversas etnias indígenas, que tinham no meio da floresta a sua forma de vida.

Em todas as incursões realizadas para adentrar à Amazônia, através dos rios, as intenções sempre estiveram voltadas à exploração econômica da região. Por se tratar de finalidades externas ao local, a territorialização daqueles que chegavam era muito dificultosa, resultando em ocupações pontuais e beradeiras (Ibidem, 2017). Ainda segundo o autor:

Até meados do século XVIII, a região Amazônica apresentava-se como eminentemente indígena. Passado um século, os índios na sua grande

maioria, já se encontravam em áreas de refúgio nas matas hostis. Contudo, até meados do século XIX, o elemento humano que ainda predominava era o índio (Ibidem, 2017, p. 21).

Acompanhando esse processo de ocupação territorial pelos portugueses bandeirantes na Amazônia e a definição dos limites brasileiros, muitos escravos foram levados ao vale do rio Guaporé para construir a cidade de Vila Bela de Santíssima Trindade, no Mato Grosso. Como forma de resistência à escravização, os negros fugiam para o meio da floresta e pelos afluentes do rio Guaporé, formando comunidades quilombolas, que se instituíram na região. Apesar das constantes perseguições dos bandeirantes a estes quilombos, no final do século XVIII e início do século XIX, a decadência do ouro em Vila Bela resulta no abandono da região pelos senhores brancos, deixando a região para ocupação apenas pelos negros (Cruz, 2013).

Tudo indica que, a partir do processo de abandono da região do Vale do Guaporé pelos senhores brancos, muitos dos quilombolas que se refugiaram em afluentes do Guaporé, como do Riozinho e de São Miguel, vieram para as margens deste rio principal, sendo que não havia mais perigo de serem recapturados, estabelecendo-se como agricultores e extrativistas. Assim, desde Vila Bela da Santíssima Trindade até o Forte Príncipe da Beira, temos a constituição de vários povoados negros como Laranjeiras, Rolim de Moura do Guaporé, Tarumã, Pedras Negras, Santo Antônio do Guaporé, Santa Fé e Forte Príncipe da Beira. A partir da falência desse sistema, a população afrodescendente construiu novas formas de viver e saber, baseadas na liberdade, na sustentabilidade ambiental (Ibidem, 2013, p. 5)

A partir do desenrolar desse processo de expansão territorial da colonização portuguesa sobre o Vale do Guaporé, formam-se, portanto, os primeiros aglomerados populacionais que efetivamente se territorializam e ocupam as terras do que seria Rondônia futuramente. Organizados em comunidades, povos indígenas e quilombolas viveram por séculos de forma integrada à natureza amazônica, sobrevivendo de atividades extrativistas e agriculturas de subsistência.

Já no final do séc. XIX, com o chamado 1º Ciclo da Borracha, grande leva de migrantes, sobretudo nordestinos, deslocaram-se para a Amazônia para trabalhar nos seringais, ocupando grandes áreas de floresta para extração do látex. Souza (2020) destaca que algumas comunidades foram formadas a partir de nordestinos que vieram para Rondônia para trabalhar, bem como a intensa utilização da mão-de-obra desse povo em alguns importantes projetos da formação socioespacial, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a Comissão Telegráfica chefiada por Marechal Cândido Rondon, estas já no início do séc. XX.

Como resultado desse importante ciclo econômico no contexto histórico de Rondônia, surgem duas cidades: Porto Velho e Guajará-Mirim. No entanto, além desses incipientes centros urbanos, com a decadência da economia da borracha, os povos que chegaram à região, assim como os caboclos amazônidas, passaram a viver de forma autônoma no meio da floresta (Ibidem, 2021). Já em meados do séc. XX, com a Segunda Grande Guerra e a parceria Brasil e Estados Unidos, cria-se uma efetiva força-tarefa em prol da extração do látex, como o governo brasileiro instalando uma secretaria de recrutamento de “soldados da borracha” no nordeste brasileiro, retomando o fluxo de migrantes para trabalharem no extrativismo de borracha na Amazônia (Souza, 2020; Amaral, 2017).

Com o fim da guerra e a decadência do segundo ciclo econômico da borracha, os seringalistas abandonam os territórios concedidos pelo Estado para a exploração, resultando aos seringueiros, seja nordestino, seja os caboclos amazônidas, a viverem de forma autônoma nesses territórios (Souza, 2020).

Como se percebe, o povoamento e ocupação territorial em Rondônia é sempre impulsionado por ações político-econômicas, com interesses territoriais ou econômicos que direcionam intensos fluxos populacionais para a região, onde a miscigenação promove não apenas a união de diferentes povos, mas também a cultura de viver em meio à floresta. Souza (2020) define que “do encontro de seringueiros, quilombolas e indígenas nasce Rondônia” (p. 83). Desse grupo, temos portanto, os primeiros camponeses agricultores em Rondônia, que produzem e sobrevivem de agricultura de subsistência em meio a vida na floresta e que hoje são reconhecidos como agricultores familiares.

Conforme apontamos no tópico anterior sobre a formação socioespacial de Rondônia, a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, a intervenção do governo federal, criando um projeto de colonização dirigida em Rondônia, intensificou a migração de agricultores familiares de diversas partes do Brasil, sobretudo do Centro-Sul, para aliviar as tensões de movimentos sociais sem-terra, mas também como forma de expansão da fronteira agropecuária sobre a Amazônia (Becker, 2007). A partir desse fato histórico, é introduzido na região uma lógica diferente ao costume e cultura local de subsistência integrada à natureza.

Conforme Cunha (2015) aponta, a divergência na forma de pensar e conceber o território, proporcionou um choque cultural em Rondônia ao interesse do capital,

quando caboclo, indígenas e seringueiros foram colocados como força de trabalho para os interesses da produção agropecuária. A lógica de produção não se dava apenas na relação com os grandes fazendeiros, mas também com os pequenos agricultores colonos que chegavam.

Portanto, enquanto a lógica de uso do território pelos primeiros ocupantes de Rondônia se dava na perspectiva de integração com a floresta e produção de subsistência, com a colonização dirigida e a intervenção do Estado, os colonos que se territorializaram a partir da década de 1970 traziam consigo a práxis de uma produção capitalista, voltada ao mercado e que demandava a abertura da floresta para incorporação de pastagens e lavouras, também incentivados pelo INCRA, conforme apontado anteriormente.

Em um estudo realizado na década de 1980 com um grupo de famílias territorializadas em Rondônia, Léna (1991) aponta que, apesar de certa semelhança na forma de pensar a atividade agropecuária entre os camponeses migrantes, suas condições socioeconômicas eram diversas, pois nem todos os camponeses que chegavam em Rondônia possuíam capital para iniciar a produção, outros que tinham gastavam tudo no deslocamento e na abertura da terra, bem como outros que chegavam em melhores condições financeiras.

Desta feita, nem todos os camponeses conseguiam ficar nas terras nas mesmas condições, sendo que alguns se capitalizaram e permaneciam ampliando as produções, enquanto outros viam na venda da terra a sua forma de reprodução social, migrando novamente para novas frentes de expansão. Nessa condição, a agricultura familiar que hoje está presente no espaço rural rondoniense, é fruto desta diversidade cultural, mas também socioeconômica, implantada através de um projeto de colonização e com condições de reprodução de formas mais diversas. Em alguns casos integrando-se ao mercado, através de inovações tecnológicas, em outros casos com práticas e costumes rudimentares, mas que também reflete na produção do espaço geográfico.

A partir da pesquisa de campo, em entrevista com agricultores familiares nos mais variados municípios de Rondônia, ficou clara esta diversidade de pensamento em relação à atividade produtiva, econômica e cultural do espaço agrário rondoniense. Alguns agricultores familiares que têm origem do Sul e Sudeste, principalmente, e que possuem certa capitalização, reverberam o discurso produtivista do agronegócio,

mesmo sendo pequenos produtores rurais. Por outro lado, percebemos que aqueles que possuem uma referência tradicional da Amazônia (caboclos, indígenas, quilombolas e seringueiros) ou então, aqueles que possuem maior integração com movimentos sociais e sindicais, mesmo que tendo sua origem familiar no Centro-Sul, apresentam maior criticidade em relação à sua condição como classe social no campo rondoniense, prezando pela valorização da natureza, subsistência e reprodução social, apesar das relações mercantis efetivadas nos centros urbanos.

Para concluir essas considerações sobre o agricultor familiar de Rondônia, ressaltamos a importância em sua valorização, como agente ativo na ocupação do território estadual e que possui, devido à grande miscigenação cultural, capacidade de produzir integrado ao mercado, mas também com respeito à floresta e ao meio ambiente, desde que sejam criadas as políticas públicas ou ações que direcionem para tal condição. Pois, diante da influência do discurso do agronegócio, onde a produção e destruição são meios para um objetivo maior de alimentar o mundo, muitos agricultores acabam adotando a narrativa, mesmo possuindo pequenos lotes de terra.

2.3 Estrutura agrária de Rondônia e transformações no decorrer do tempo

A partir do cenário previamente apresentado, em que buscamos expor as características e interesses envolvidos na expansão da fronteira econômica sobre a Amazônia, com foco específico em Rondônia e seu contexto histórico, propomos, nesta subseção, a análise das configurações agrárias resultantes desse processo de colonização, originado pelas políticas de assentamento do INCRA e sua evolução ao longo do tempo. Essa análise nos permite compreender a efetiva participação da agricultura familiar na agropecuária do Estado e sua relevância para a valorização do campo e sua democratização.

Como já apontado, o contexto envolvendo as políticas de colonização e integração da Amazônia perpassam pelos interesses do Estado na ocupação e na possibilidade de territorialização de capital. Costa Silva (2012) e Oliveira e Amaral (2018) destacam o interesse de redução de conflitos agrários em outras regiões do Brasil, resultantes da modernização técnica e do acelerado êxodo rural. Assim, o poder público, ao invés de promover uma reforma agrária que inibisse o esvaziamento

do campo e automaticamente os conflitos pelo acesso à terra, optou pela manutenção da política de valorização de latifúndios que predomina desde o Brasil colônia.

As políticas de territorialização e assentamento dos agricultores familiares camponeses se dá milhares de quilômetros distante de suas origens. A lógica imposta é usar a política desenvolvimentista de “marcha para o oeste”, já pensada lá na década de 1940 por Getúlio Vargas.

Fazendo um retrospecto, verifica-se que durante o chamado Estado Novo, surgiu uma política desenvolvimentista, denominada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era ocupar aqueles espaços considerados vazios, controlar a migração de nordestinos para os centros urbanos do Sudeste do país, povoar as regiões fronteiriças do país e, conseqüentemente, promover a integração dos estados brasileiros (sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste). (Oliveira; Amaral, 2018, p. 27)

Os projetos de colonização colocados em prática na Amazônia, no decorrer da década de 1970, sobretudo em Rondônia, que é nosso foco de análise, apresentavam como característica o assentamento dos agricultores familiares camponeses que haviam sido expulsos da terra no Centro-Sul do país, devido à modernização técnica do campo, utilizando como argumento para o deslocamento deste contingente populacional, a grande disponibilidade de terras, com o lema “terra sem homens para homens sem-terra” (Ibidem, 2018).

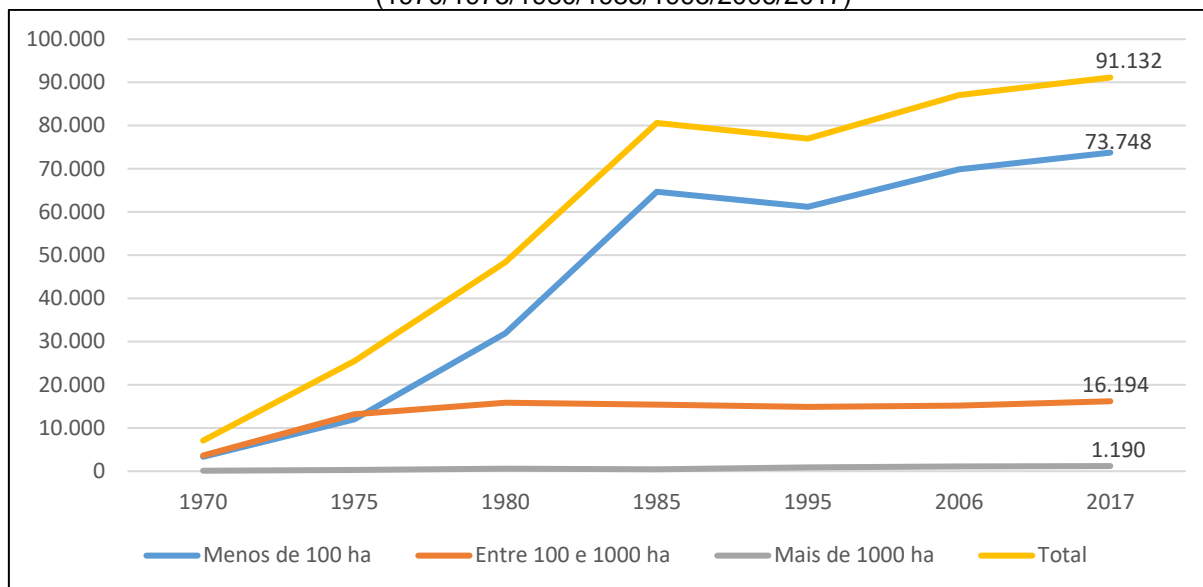
Nesse cenário, se consolidou o processo de transformação da estrutura agrária e territorial de Rondônia, que a partir de 1970 passa servir como o local de chegada de milhares de migrantes em busca de acesso à terra. Costa Silva (2012), destaca o contexto contraditório desse processo, ao apontar não se tratar de uma reforma agrária, mas sim uma contrarreforma agrária, pois

contraditoriamente, a colonização agrícola serviu a reprodução do capital e dos camponeses, delineando a funcionalidade da fronteira agrícola quanto à obstrução da reforma agrária, cujo resultado é assegurar a manutenção da concentradora estrutura fundiária brasileira (Ibidem, 2012, p. 66)

Portanto, as políticas de colonização de Rondônia, apesar das propagandas de assentamento de pequenos produtores e valorização da agricultura camponesa, na verdade estavam fortalecendo a estrutura agrária concentradora no restante do país, além de possibilitar, com a ampliação da fronteira, a expansão da lógica do capital na produção agropecuária e na apropriação territorial, ou seja, ampliando as possibilidades de concentração de terras na Amazônia.

Os dados dos gráficos 2 e 3, a seguir, nos permitem analisar a evolução da estrutura agrária de Rondônia em relação ao número de estabelecimentos e da área ocupada.

Gráfico 2 – Rondônia: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

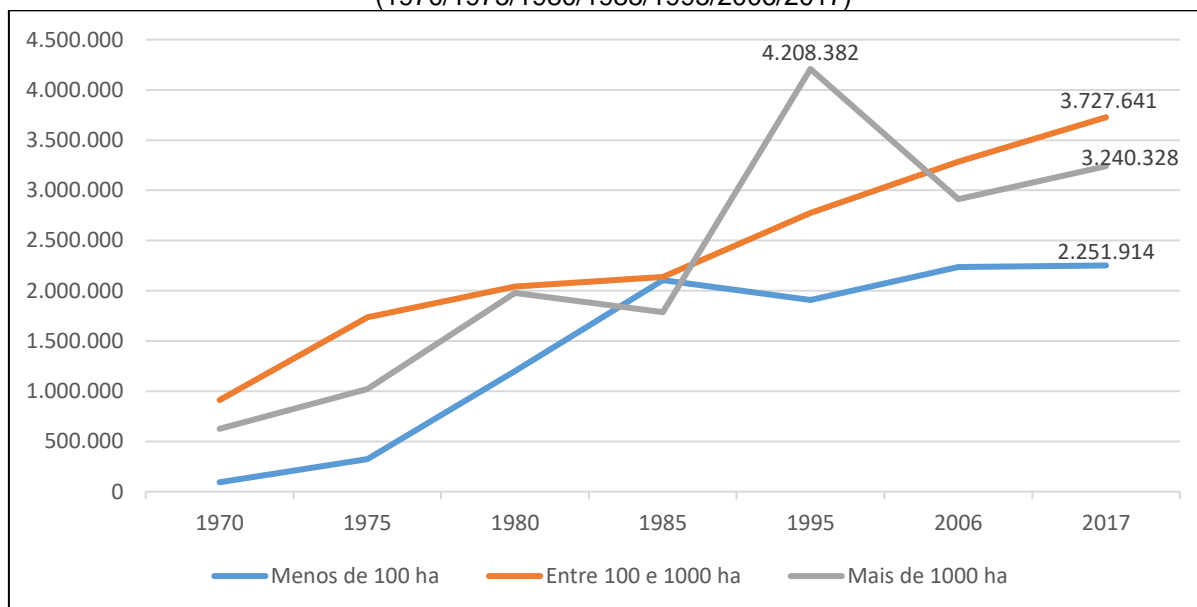
Os dados da evolução em relação ao número de estabelecimentos agropecuários em Rondônia, nos mostra o grande salto no número de estabelecimentos abertos no estado, visto que em seus primeiros 15 anos (1970 a 1985) houve um incremento de 1.038% no total, passando de 7.082 estabelecimentos para 80.615. Desse total, os estabelecimentos com até 100 hectares, que corresponde aos agricultores familiares assentados no estado, passou de 3.334 em 1970 para 64.716 em 1980, um aumento de cerca de 1.841%, ficando evidente pelo gráfico, o grande efetivo de produtores camponeses assentados em Rondônia neste período.

Por outro lado, quando se observa os estabelecimentos médios, entre 100 e 1.000 hectares e os grandes, com mais de 1.000 hectares, percebe-se que não há grande variação em seu quantitativo, apesar do aumento nos estabelecimentos maiores a partir do ano de 1995, chegando em seu maior patamar em 2017 com 1.190 estabelecimentos.

Diante destes dados em relação ao quantitativo de estabelecimentos agropecuários, podemos de certa forma fortalecer a premissa inicial dos projetos estatais de colonização de Rondônia, quando se propagandeava a distribuição de terras para homens sem-terra, sobretudo agricultores familiares camponeses. Porém, ao observar os dados do gráfico 3, que demonstra a evolução em relação à área

ocupada pelos estabelecimentos, considerando os grupos por área, percebe-se uma inversão nesta consideração.

Gráfico 3 – Rondônia: Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares, por grupos de área (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

Os dados do gráfico acima já nos permitem uma nova percepção sobre o contexto da colonização agrária, realizada a partir da década de 1970 em Rondônia, pois ela nos demonstra que os estabelecimentos com menos de 100 hectares, predominantemente formado por agricultores familiares, ocupam a menor área em relação aos estabelecimentos médios e grandes, com exceção do ano de 1985. Assim, estes estabelecimentos, que em 1985 correspondiam a pouco mais de 64 mil, ocupavam uma área total de pouco mais de 2 milhões de hectares, uma média de 32,5 hectares por estabelecimento. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que totalizavam apenas 468 em 1985, ocupavam cerca de 1,7 milhão de hectares, uma média de 3.821 hectares por estabelecimento.

Portanto, os dados demonstram que apesar do efetivo assentamento de milhares de famílias e do predomínio de estabelecimentos destinados a pequenos produtores rurais em Rondônia, a estrutura agrária ainda se mantém concentradora, pois desde o início da colonização em 1970, persiste a grande maioria de terras agropecuárias do estado, destinados a médias e grandes propriedades.

Quando se analisa o comparativo entre os dois últimos censos agropecuários, percebe-se no gráfico uma tendência forte de aumento da área nos estabelecimentos médios e grandes, que demonstra maior concentração de terras, onde a média dos

estabelecimentos entre 100 e 1.000 hectares, passou de 217 ha em 2006 para 230 ha em 2017. Em relação aos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares também há um aumento no tamanho médio dos estabelecimentos, passando de 2.627 ha em 2006, para 2.722 ha em 2017.

Em contrapartida, os pequenos estabelecimentos, aqueles com até 100 hectares, apresentam certa estagnação na expansão de sua área, apesar do aumento no número de propriedades. Isso resulta na redução do tamanho médio dos estabelecimentos, que passa de 32 hectares em 2006 para 30 hectares em 2017. É importante ressaltar que a diminuição do tamanho médio dos estabelecimentos menores (familiares) não ocorre apenas devido a um processo de (re)concentração fundiária, mas também em razão do próprio processo de reprodução social do agricultor familiar, que fragmenta seus lotes.

Estas características apontadas, em relação ao contexto da estrutura agrária de Rondônia, evidenciam um processo de reconcentração fundiária, confirmando a ideia de uma contrarreforma agrária inserida como pano de fundo dos projetos de colonização, pois a partir dos projetos de assentamentos e a transformação da natureza em espaços destinados à produção agropecuária ligada ao mercado, abre-se a possibilidade de uma reconcentração de terra, mesmo que o número de estabelecimentos seja maior para os pequenos produtores, a maior quantidade de área é destinada a poucos empresários, que se territorializam e iniciam a expansão na Amazônia.

Nesse sentido, o contexto da colonização e assentamento rural em Rondônia, iniciado na década de 1970, reflete em uma mudança estrutural planejada pelo Estado e pelo capital para transformar esse território em expansão do agronegócio. Àquela época criava-se “uma reserva espacial de reprodução do capital” (Costa Silva, 2012) e atualmente, com os dados dos últimos dois censos agropecuários (2006/2017), conforme apontado anteriormente em relação à média do tamanho dos estabelecimentos, fica mais evidente que tal reserva espacial planejada, está se efetivando em uso para o capital, sobretudo pela expansão da produção de *commodities* e aumento do preço da terra (Ibidem, 2022).

Apoiando-se neste comparativo entre os dados do censo agropecuário de 2006 e 2017 e reduzindo a escala de análise do estado para microrregiões e municípios, é

possível identificar a movimentação da fronteira agropecuária dentro do estado, como demonstram os dados da tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Rondônia: Número de estabelecimentos, Área dos estabelecimentos em hectares e variação percentual, por microrregiões (2006/2017)

	Num. Est. 2006	Num. Est. 2017	Variação (%)	Área Est. 2006 (ha)	Área Est. 2017 (ha)	Variação (%)
Porto Velho	12.315	15.943	29,4%	1.344.027	1.925.751	43,2%
Guajará-Mirim	3.192	4.052	26,9%	472.119	545.684	15,5%
Ariquemes	13.747	14.475	5,3%	1.390.311	1.401.651	0,8%
Ji-Paraná	19.345	20.141	4,1%	1.378.326	1.382.643	0,3%
Alvorada D'Oeste	9.894	8.999	-9%	654.214	612.809	-6,3%
Cacoal	18.198	16.861	-7,3%	1.359.037	1.377.103	1,3%
Vilhena	4.997	5.706	14,1%	1.043.550	1.114.157	6,7%
Colorado D'Oeste	5.390	5.261	-2,4%	792.283	860.084	8,5%
Rondônia	87.078	91.438	5%	8.433.867	9.219.882	9,3%

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

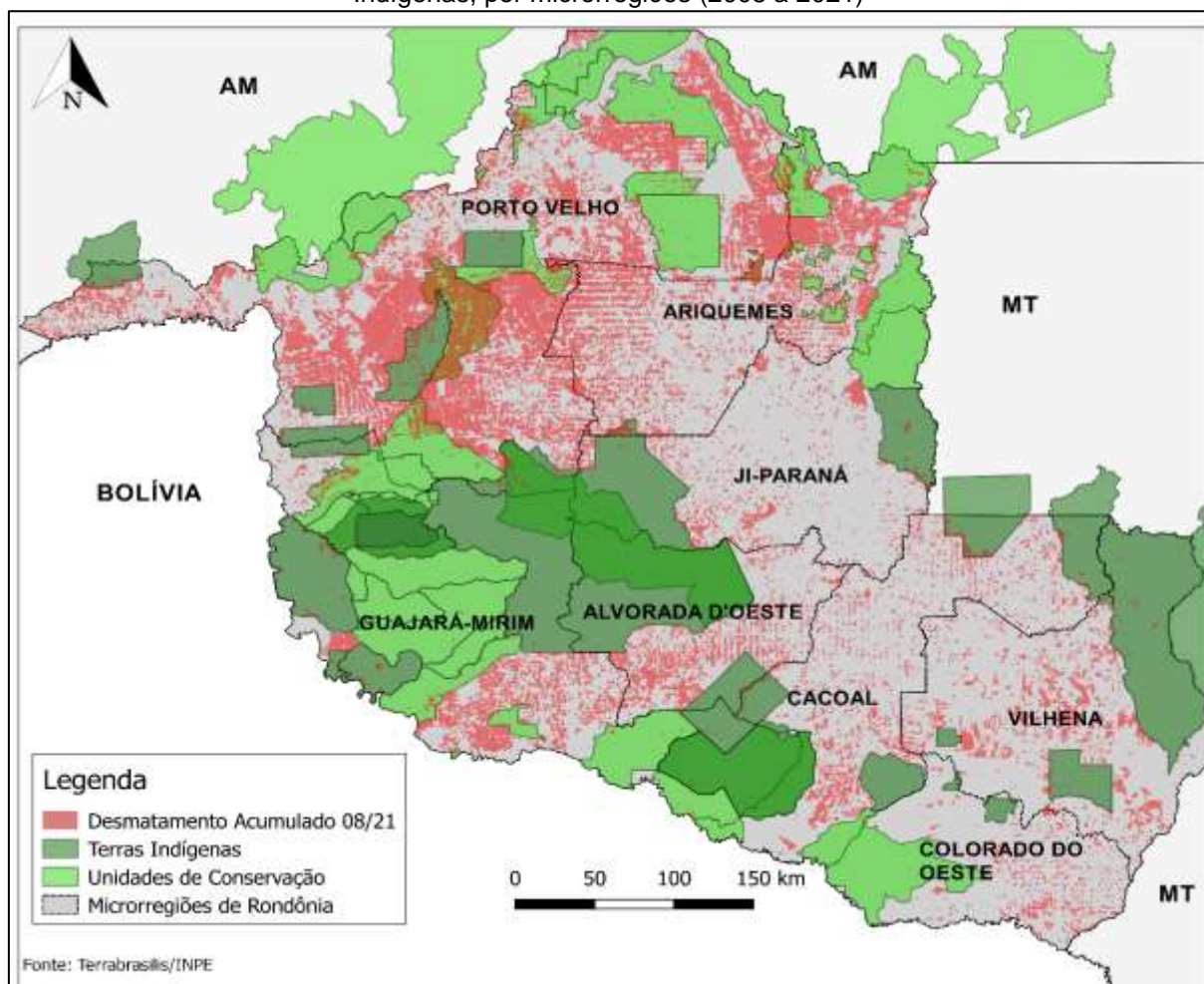
A partir dos dados apresentados, é possível perceber aumento de 5% no número de estabelecimentos rurais em Rondônia, além de uma ampliação de 9,3% na área estadual destinada à prática agropecuária. O incremento de terras para os estabelecimentos agropecuários demonstram a ampliação da fronteira agropecuária, em que áreas públicas, sejam Parques, Florestas, Reservas extrativistas ou até mesmo Terras Indígenas, são pressionados e ocupados por madeireiros, grileiros, grandes capitais que investem na produção de grãos e posseiros, resultando em desmatamentos e conflitos agrários, além da pressão aos órgãos públicos para reconhecimento e legalização destas áreas ocupadas.

No caso da legalização das áreas ocupadas, o *lobby* dos agentes do agronegócio intermedia, junto à Assembleia Legislativa do estado, a incorporação dessas terras à lógica produtivista, distribuindo títulos de terras aos posseiros, criando espaços de reserva para uso do capital, pois com a movimentação da fronteira, essas áreas poderão ser expropriadas pelo agronegócio sem infringir diretamente a legislação, pois já foi legalizada pelo Estado.

Ampliando a análise dos dados, que demonstram a expansão da fronteira, é possível perceber que as microrregiões de Porto Velho, mais ao norte do estado, e

Guajará-Mirim, mais ao oeste, apresentam os maiores aumentos em números de estabelecimentos, sendo 29,4% e 26,9%, respectivamente. A localização das microrregiões está na divisa com os estados do Amazonas e Acre, além da divisa com a Bolívia, sendo uma porção territorial de Rondônia ainda com muitas áreas de preservação, que estão sendo constantemente invadidas para incorporação da prática agropecuária, como se percebe nos trabalhos presentes no caderno “Áreas protegidas de Rondônia em perigo: a luta dos povos da floresta na defesa dos seus territórios” (CPT; Kanindé, 2021). Ao observar a área incorporada nessas microrregiões, verifica-se que, somadas, foram abertos 655.289 hectares, enquanto o total do estado, no mesmo período, foi de 786.015 hectares. Ou seja, 83,3% das novas terras destinadas à agropecuária em Rondônia foram concentradas nas microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, sendo Porto Velho a que apresentou o maior incremento, chegando a um aumento de 43,2% em relação aos dados de 2006. O Mapa 4, a seguir, permite relacionar os avanços do desmatamento com as respectivas microrregiões.

Mapa 4 – Rondônia: Acumulado do desmatamento em relação às Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por microrregiões (2008 a 2021)



Fonte: Terrabrasilis/INPE, 2022. Org.: o autor

Apesar das informações de desmatamento não corresponder ao exato período intercensitário de 2006 a 2017, a maior parte do período analisado em relação ao desmatamento acumulado é compatível com o intervalo dos Censos Agropecuários, o que nos possibilita compreender uma fração dos avanços da fronteira agropecuária em Rondônia, sobretudo nas microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim. É possível verificar nos dados do desmatamento acumulado que, quando esses não ocorrem dentro das unidades de conservação ou terras indígenas, acontecem em seu entorno, criando tensões e conflitos territoriais.

Na microrregião de Porto Velho, percebe-se que grande parte do desmatamento ocorre no entorno ou dentro da Floresta Nacional (FLONA) Bom Futuro, Reserva Extrativista (RESEX) Jacy-Paraná e Terra Indígena Karipuna, além dos distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo (Costa Silva, 2021; Costa Silva; Michalski, 2021), onde a Resex já foi grandemente desmatada.

Dentro da microrregião, o principal impacto da expansão ocorre justamente sobre o município de Porto Velho, onde, entre os anos de 2006 e 2017, houve um aumento de 1.785 estabelecimentos, além de um acréscimo de 368.558 hectares. Os demais municípios da região apresentam também variações positivas ou negativas em relação aos números de estabelecimentos e áreas, porém não apresentam dados tão enfáticos como os da capital.

Já na microrregião de Guajará-Mirim, percebe-se, a partir das informações do mapa, que os desmatamentos têm pressionado as diversas unidades de conservação e terras indígenas, porém sem tanto impacto como se percebe em Porto Velho. Nota-se, portanto, a importância da existência das reservas para a manutenção da floresta. Porém, mesmo diante dessas condições, a microrregião foi a segunda com maior área aberta entre 2006 e 2017, cerca de 73,5 mil hectares, ou seja, reforçando a ideia de movimentação da fronteira sobre esta região.

Em relação à distribuição da estrutura agrária do estado de Rondônia, os dados da tabela 7, acima, também demonstram que as microrregiões que estão localizadas na porção mais central do estado, apresentam certo esgotamento, pois a variação no incremento de novas áreas está de certa forma estabilizado nas microrregiões de Ariquemes (0,8%), Ji-Paraná (0,3%), Alvorada D'Oeste (-6,3%) e Cacoal (1,3%). Apesar disso, com o aumento do número de estabelecimentos nas microrregiões de Ariquemes e Ji-Paraná, a média simples do tamanho dos estabelecimentos apresenta ligeira redução. Por outro lado, nas microrregiões de Alvorada D'Oeste e Cacoal, com a diminuição no número de estabelecimentos, fica evidente uma maior concentração de terras, que será possível compreender melhor ao analisar os dados por grupos de áreas, que será apontado mais adiante neste texto.

Para concluir uma primeira análise sobre a evolução da estrutura agrária nas microrregiões de Rondônia, quando comparado os dois últimos censos agropecuários, as microrregiões de Vilhena e Colorado D'Oeste, mais ao sul e área de domínio da produção de *commodities* de grãos, percebe-se aumento na área destinada à agropecuária. Além disso, na microrregião de Colorado do Oeste, com a redução no número dos estabelecimentos, fica evidente uma concentração de terras na região.

Como forma de aprofundarmos a compreensão das transformações da estrutura agrária de Rondônia e principalmente o seu impacto sobre a atuação da agricultura familiar, analisaremos os dados de número e a área dos estabelecimentos

por grupos de áreas, sendo elas: 0 a 100 hectares; 100 a 1.000 hectares; e maiores de 1.000 hectares. Esta fragmentação possibilita identificar a participação da agricultura familiar, que em média ocupa estabelecimentos de no máximo 100 hectares, como abordamos no início do capítulo 1. Além disso, os outros grupos de áreas podem ser classificados como médias e grandes propriedades, respectivamente, e com característica empresarial (Tabela 8).

Tabela 8 – Rondônia: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área, por microrregiões (2006/2017)

	Até 100 Hectares			Entre 100 e 1.000 hectares			Mais de 1.000 Hectares		
	2006	2017	Δ%	2006	2017	Δ%	2006	2017	Δ%
Porto Velho	9.078	11.875	31%	2.623	3.796	31%	174	208	20%
Guajará-Mirim	2.057	2.786	35%	999	1.131	12%	82	73	-11%
Ariquemes	10.499	11.272	7%	3.023	2.974	-2%	158	168	6%
Ji-Paraná	15.849	16.962	7%	3.286	3.052	-8%	83	92	11%
Alvorada D'Oeste	8.879	8.014	-10%	905	906	0%	69	75	9%
Cacoal	15.432	14.229	-8%	2.411	2.406	0%	183	194	6%
Vilhena	3.821	4.423	16%	915	984	7%	257	253	-2%
Colorado do Oeste	4.271	4.187	-2%	1.007	945	-7%	103	127	23%

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

A partir dos dados da tabela 8, verifica-se que as microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim apresentam grande aumento no número de estabelecimentos em todos os segmentos, com exceção dos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares em Guajará-Mirim. Essa característica é típica de regiões de fronteira, onde diversos grupos buscam se territorializar. Ou seja, há uma disputa por terras em áreas de expansão, o que acaba gerando tensões e conflitos entre aqueles que buscam adquirir uma propriedade, sejam posseiros ou grandes investidores do agronegócio, mas também entre esses grupos e os povos tradicionais amazônicos.

Em relação aos estabelecimentos menores de 100 hectares, percebe-se a discrepância nos dados dessa região de fronteira, onde o aumento ficou acima de 30%, se comparado às demais microrregiões. Também se percebe nas microrregiões de Cacoal e Alvorada D'Oeste uma redução no número de estabelecimentos, conforme já havia sido detectado na tabela 7, anteriormente. Porém, ao analisar essa redução pelos estratos de área, detecta-se que em Alvorada D'Oeste, dos 895

estabelecimentos a menos na microrregião, 865 são menores de 100 hectares, ou seja, 96,6% da redução dos estabelecimentos é de pequenos produtores familiares. A mesma análise em relação à microrregião de Cacoal mostra que, dos 1.337 estabelecimentos rurais a menos entre 2006 e 2017, 1.203 estabelecimentos têm até 100 hectares, correspondendo a 89,9% do total.

Outra microrregião que apresentou decréscimo em relação ao número de estabelecimentos foi Colorado do Oeste, que além dos estabelecimentos pequenos, os médios também apresentaram redução em quantidade. Por outro lado, os estabelecimentos maiores de 1.000 hectares tiveram aumento de 23% no mesmo intervalo de tempo.

A partir da análise dos dados em relação aos números de estabelecimentos agropecuários, percebe-se que o efetivo aumento se dá na região de fronteira, enquanto as demais microrregiões estão de certa forma estabilizadas ou em lento processo de esvaziamento do campo, com a redução do número de estabelecimentos agropecuários, sobretudo os menores de 100 hectares, que abriga a agricultura familiar.

A partir da análise dos dados em relação a variação da área nas microrregiões entre os Censos 2006 e 2017 (Tabela 9), podemos efetivamente compreender que a concentração fundiária nas regiões de ocupação já consolidadas têm ampliado.

Tabela 9 – Rondônia: Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares, por grupos de área, por microrregiões de Rondônia (2006/2017)

	Até 100 Hectares			Entre 100 e 1.000 hectares			Mais de 1.000 Hectares		
	2006	2017	Δ%	2006	2017	Δ%	2006	2017	Δ%
Porto Velho	330.581	422.449	27,8%	563.937	841.289	49,2%	449.508	662.013*	47,3%
Guajará-Mirim	79.128	92.682	17,1%	233.645	290.766	24,4%	159.346	162.235	1,8%
Ariquemes	385.587	379.764	-1,5%	629.217	655.390	4,2%	375.506	366.497*	-2,4%
Ji-Paraná	541.228	536.137	-0,9%	611.309	618.669	1,2%	225.791	227.837*	0,9%
Alvorada D'Oeste	231.990	198.730	-14,3%	222.052	230.726	3,9%	200.173	183.353*	-8,4%
Cacoal	401.626	366.401	-8,8%	548.920	581.238	5,9%	408.492	429.464*	5,1%
Vilhena	109.635	118.918	8,5%	259.923	279.925	7,7%	673.992	715.313	6,1%
Colorado do Oeste	155.392	136.827	-11,9%	216.165	229.639	6,2%	420.726	493.618	17,3%

Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor Nota: Os dados apresentados com o sinal (*) corresponde a dados aproximados, pois não está preciso nos dados do IBGE².

² O IBGE tem como metodologia a não identificação de seus entrevistados, assim, dados que representam apenas 1 ou poucos entrevistados e que poderiam resultar em sua identificação, são apresentados pelo órgão pelo símbolo "X". Sendo assim, por questão metodológica e evitando grandes distorções nos dados de área dos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares, no Censo de 2017, optamos por trabalhar com valores aproximados, calculados da seguinte forma: a) No grupo de área entre 2.500 e 10.000 hectares, a média do tamanho desses estabelecimentos é de 3.500 hectares, assim, utilizamos o número de estabelecimentos e multiplicamos por essa média. b) No grupo de área

Considerando os dados do Censo Agropecuário apresentados na tabela 9, percebe-se de imediato o impacto que vem ocorrendo nos estabelecimentos menores de 100 hectares, em que a maioria apresentou redução na área destinada a este grupo, exceto as microrregiões da área de fronteira e de Vilhena. Essa última apresentou um leve incremento de pouco mais de 9 mil hectares, enquanto as médias e grandes propriedades aumentaram pouco mais de 61 mil hectares, ou seja, 86,8% do total de área acrescentada foi para estabelecimentos não-familiares.

O mesmo ocorre nas microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, em que, apesar do elevado incremento de áreas para os agricultores familiares, se comparado às outras áreas, ainda é baixo, como no caso da primeira microrregião, onde os grupos de mais de 100 hectares agregaram 489.857 hectares de terra, 84% das áreas abertas em Porto Velho. Em Guajará-Mirim, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares apresentaram pouco crescimento e, ainda assim, a área dos estabelecimentos com mais de 100 hectares correspondeu a 81% das áreas acrescidas na microrregião.

Já nas demais microrregiões de Rondônia, fica evidente o decréscimo de área para os estabelecimentos que ocupam no máximo 100 hectares. Mesmo nas regiões onde houve aumento no número dos estabelecimentos há redução da área, demonstrando maior fragmentação do território para a agricultura familiar, que cada vez mais acaba por trabalhar em menores propriedades, quando não são expropriadas, como tem se desenhado na estrutura agrária estadual. Ao analisar os estratos médios e grandes, percebe-se aumento de área em um panorama geral, com algumas exceções nos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares, mas que também pode ser explicado pela falta de clareza nas informações do IBGE, conforme nota disponibilizada na tabela.

Portanto, Rondônia está cada vez mais cumprindo o papel que já havia sido planejado no período de colonização, que seria de entrada do capital em meio a Amazônia através da integração ao capital. A estrutura que outrora foi propagandeada como reforma agrária e de assentamento de famílias sem-terra, hoje tem se apresentado cada vez mais concentrada para atendimento da produção de *commodities*, além da pressão as áreas ainda preservadas, proporcionando conflitos

de 10.000 hectares ou mais, para alcançarmos dados aproximados, calculamos o número de estabelecimentos pelo tamanho mínimo dentro deste grupo, ou seja, 10.000 hectares.

com povos tradicionais, tornando a agricultura familiar, uma herança dos projetos de colonização, mas que nunca foram o objetivo principal.

2.4 Territorialidades e espacialidades produtivas da agropecuária em Rondônia

O contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia perpassa por amplas ações de exploração econômica em seu território, conforme apontamos anteriormente. A partir dessas expedições ocorreram marcações territoriais colonizadoras, que efetivaram características produtivas para o interesse do capital na região.

Consoante às incursões econômico-extrativistas praticadas no passar dos anos em Rondônia, novas territorialidades se formaram e passaram a criar e reorganizar novos espaços resultantes das atividades desenvolvidas, conforme aponta Abrão, Briskievicz e Meira (2013), sobre a territorialidade:

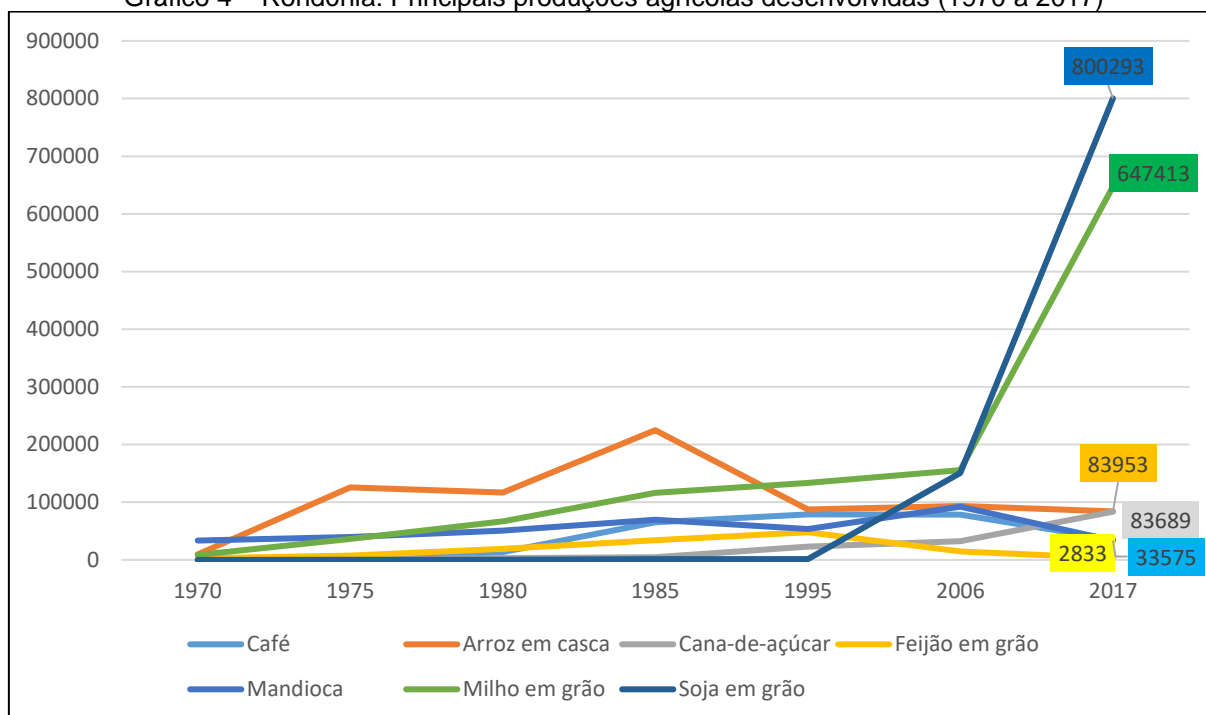
[...] o conjunto das múltiplas territorialidades que constituem o território historicamente, o configuram a fim de (re)organizá-lo espaçotemporalmente, conforme as novas relações de poder e as novas formas e objetos materializados. (p. 89)

Neste sentido, as múltiplas territorialidades que compõem Rondônia em seus diversos ciclos econômicos, resultam em um espaço complexo, com constante incorporação de objetos para atender às demandas econômicas, como o caso da instalação da EFMM ou a Linha Telegráfica no início do século XX, servindo de ponto de partida para uma integração regional ao restante do país, ou seja, uma incipiente formação de redes.

Acompanhando esta formação socioespacial de Rondônia, fluxos migratórios e ciclos econômicos foram fundamentais para a abertura de estradas e formação de vilarejos, que posteriormente à colonização dirigida se tornaram cidades, estruturando o espaço rondoniense e fomentando a possibilidade de novos usos do território, que não apenas para extração ou subsistência, assim, com os projetos de integração e colonização do governo federal, passa a predominar em Rondônia a atividade agropecuária e a formação de cidades.

Os dados abaixo, no gráfico 4, apontam a evolução da produção agrícola em Rondônia, a partir de 1970 até o último censo, em 2017.

Gráfico 4 – Rondônia: Principais produções agrícolas desenvolvidas (1970 a 2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

A partir do gráfico é possível verificar que, com o início dos projetos de colonização em Rondônia e a intensa territorialização de agricultores familiares camponeses oriundos de outras regiões do país, iniciou-se uma produção de alimentos para atender à demanda de pessoas que chegavam à região, sobretudo arroz, mandioca, feijão e milho entre os anos de 1970 e 1985. A partir de 1980 o café também passa a apresentar grande aumento na produção, apesar de já estar sendo plantado desde o início da colonização. Entretanto, por ele ser uma cultura perene, pode apresentar maior demora no início da produção.

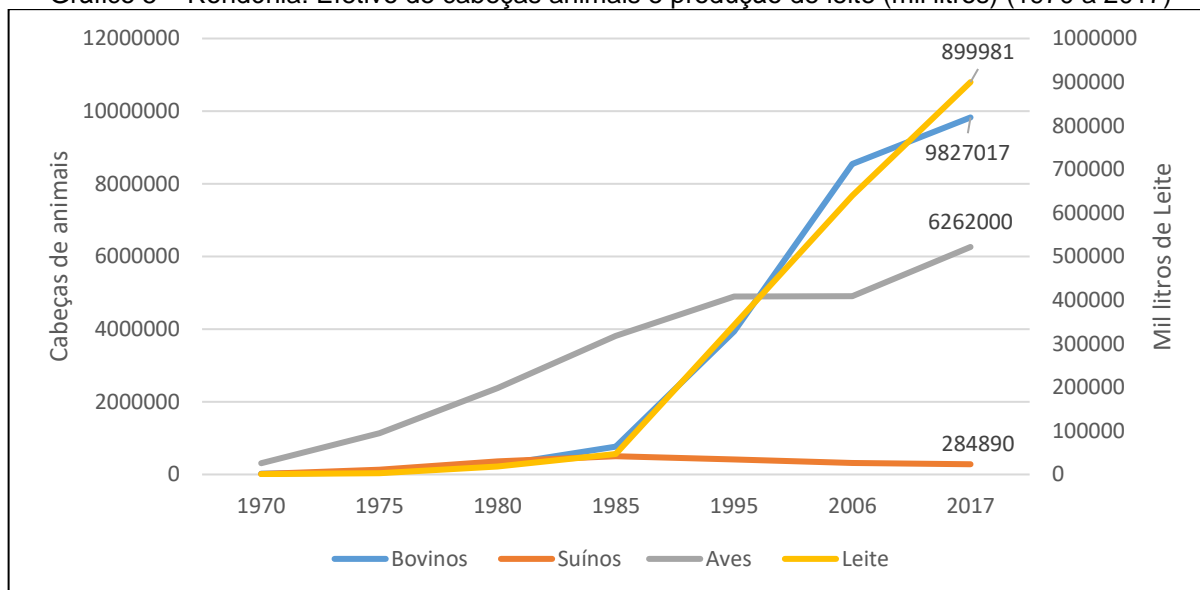
De 1985 em diante, a produção de arroz apresenta declínio e em 1995 verifica-se também redução no feijão, dois produtos de grande importância para a base da alimentação da população brasileira. Verifica-se, nesta breve análise dos dados históricos agropecuário, que as principais produções agrícolas em Rondônia entre os primeiros 25 anos após a colonização, são aqueles em que o principal produtor é o agricultor familiar, que se voltava para atividades que lhe servissem como meio de sobrevivência, tanto para consumo próprio, como para venda nos comércios locais ainda em estruturação.

Outro destaque identificado no gráfico 4 é o amplo crescimento da atividade de grãos em Rondônia a partir dos anos 2000, resultante de aspectos internacionais, como a demanda internacional, sobretudo chinesa, mas também a estruturação

interna para o escoamento da produção através da Hidrovia do Madeira (Costa Silva, 2014a; 2014b).

Essa territorialidade expressa através da atividade produtiva demarca os territórios criados a partir dos projetos de colonização e que foram entregues aos agricultores familiares em Rondônia, caracterizado a partir das relações destes atores sociais com o meio em que passam a viver (Moreira; Medeiros, 2013), diferenciando-se dos territórios e das territorialidades marcadas pelos latifundiários, que apresentavam outra relação de produção e de característica, sendo prioritariamente voltado para a atividade pecuária, impondo ao espaço outras técnicas com formas e conteúdos diferentes (Santos, 2014a). Os dados do gráfico 5 a seguir nos permitem uma análise de como ocorreu a evolução da atividade pecuária em Rondônia a partir de 1970.

Gráfico 5 – Rondônia: Efetivo de cabeças animais e produção de leite (mil litros) (1970 a 2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor.

A partir dos dados disponíveis no gráfico é possível perceber inicialmente na colonização um panorama de elevado número de aves, com constante crescimento até o último censo, onde aparece que a maioria dessa criação é realizada pela agricultura familiar. Os suínos não apresentam grande expressão, enquanto o efetivo bovino só apresenta elevado acréscimo a partir de 1985.

Dessa forma, o processo do desmatamento adquiriu a seguinte característica: forte expansão da fronteira agrícola, por meio da ocupação das terras virgens, a extração da madeira-de-lei para limpeza da área, a instalação da pecuária, e por fim, atividade agropecuária (Peixoto, 2008, *apud* Taborda, 2015, p. 23).

De acordo com o que foi apontado por Peixoto (2008), a pecuária inicialmente servia para ocupação do espaço desmatado e aberto pelos “colonos”, intensificando-se após a efetivação desse processo, o que se justifica na análise do gráfico, quando é possível verificar intenso aumento a partir de 1985, quando as pressões ambientais se amplificam. Nesse momento, com a fronteira agrícola aberta na Amazônia, a territorialidade dos latifundiários expandindo a produção pecuária, fica marcado cada vez com maior intensidade em Rondônia, com alguma participação dos agricultores familiares

Por fim, a partir do gráfico, verifica-se a produção de leite tendo um aumento na quantidade produzida, acompanhando o aumento do efetivo bovino, a partir de 1985 e conforme os dados do atual censo agropecuário, a principal atuação é da agricultura familiar nesse segmento.

Portanto, percebe-se, no contexto apresentado, que a produção agropecuária efetiva em Rondônia, resultante da colonização dirigida pelo Estado, originou-se, prioritariamente, da agricultura familiar. Enquanto isso, os latifundiários beneficiados por terras, ou até mesmo grileiros, estabeleceram uma territorialidade marcada pelo desmatamento e pela manutenção da abertura da fronteira com uma pecuária incipiente. Esse modelo se consolidou a partir de meados da década de 1980, com a comoditização da pecuária de corte, e, desde o início dos anos 2000, com a intensificação do cultivo de soja e milho para exportação, viabilizada pela Hidrovia do Rio Madeira (Costa Silva, 2014a; 2014b).

Consoante a essa configuração territorial, marcada pelas diversas instâncias atuantes no espaço agrário rondoniense, atualmente as espacialidades produtivas estão distribuídas territorialmente conforme algumas características naturais do espaço, bem como sociais, ou seja, com o avanço do capital agropecuário em Rondônia, espaços da pecuária estão sendo ocupados pela soja (desde que as características geomorfológicas sejam compatíveis) e a pecuária tem expandido sobre as áreas de preservação, sobretudo ao norte do estado na região de União Bandeirantes (Costa Silva; Michalski, 2021). Por outro lado, na porção central do estado, onde houve os principais PIC's no projeto de colonização, a agricultura familiar apresenta uma territorialidade marcada pela predominância de alguns produtos específicos, como café e pecuária de leite e corte, essa em seu estágio inicial, além da policultura característico desse grupo social. Assim, apontamos a seguir, os

principais produtos que compõem a produção da agricultura familiar, conforme os dados do censo agropecuário 2017 (Tabela 10).

Tabela 10 – Rondônia: Principais produtos da agricultura familiar em relação a quantidade produzida, valor bruto da produção e participação destas produções em relação ao total produzido (2017)

Produto	Qtd. Produzida	Participação em relação ao total	Valor Bruto da Produção (mil R\$)	Participação em relação ao total
Milho em grão (Toneladas)	32.144	5,0%	18.843	7,0%
Café (Toneladas)	32.071	90,4%	172.368	90,4%
Mandioca (Toneladas)	29.826	88,8%	41.455	90,4%
Soja em grão (Toneladas)	26.582	3,3%	24.608	3,2%
Pecuária (cabeças)	4.862.134	49,5%	1.279.287	33,9%
Leite (mil litros)	792.494	88,1%	630.949	88,0%

Fonte: IBGE (2017). Org.: o autor.

Tomando por base os dados do censo agropecuário 2017, verifica-se a predominância da produção agrícola da agricultura familiar em 4 produtos principais: milho, café, mandioca e soja, respectivamente. Porém, quando se verifica o percentual da participação da agricultura familiar em relação ao total produzido em Rondônia, percebe-se que a produção de milho, mesmo sendo a maior, representa uma pequena participação no conjunto estadual, correspondendo ao menor valor bruto de produção. Portanto, apesar da relevância da atividade no montante produzido pela agricultura familiar, parte dessa produção é destinada ao mercado de *commodities*, tornando sua participação no circuito espacial de produção pouco significativa. Além disso, a produção também é utilizada para a fabricação de ração para a pecuária, o que não gera um grande retorno econômico direto aos agricultores familiares.

Situação semelhante ocorre em relação ao quarto produto agrícola produzido pela agricultura familiar, a soja, pois apesar de corresponder a uma produção de 26.582 toneladas, corresponde a cerca de 3,3% do total produzido no estado, ou seja, demonstra uma sujeição do produto da agricultura familiar aos interesses do capital (Oliveira, 2007), porém não representa uma efetiva participação no circuito espacial de produção da agricultura familiar em Rondônia.

Por outro lado, quando se analisa os dados da produção de café, verifica-se um segundo principal produto da agricultura familiar, correspondendo a 90,4% do total produzido, tanto em quantidade como em valor bruto da produção. Assim, fica evidente a importante atuação dessa atividade na economia dos agricultores

familiares, bem como na própria economia estadual, conforme apontamos em (Santos, 2021). Outro produto da agricultura familiar que se assemelha ao café, é a mandioca, que representa 88,8% da produção estadual por este grupo social, além de resultar em 90,4% do total do valor produzido.

Quando se analisa a participação da agricultura familiar na pecuária de corte e leite, percebe-se também a importante atuação, pois é responsável por 49,5% das cabeças de gado e 88% da produção de leite e do valor bruto da produção. Quando analisados os dados da pecuária de corte, verifica-se importante atuação dos pequenos produtores nas etapas iniciais, por isso não se identifica no valor bruto da produção pecuária um percentual maior.

Diante dos dados apresentados aqui, considerando o contexto histórico da evolução das produções agropecuárias praticadas no território rondoniense, fica evidente a importante participação socioeconômica da agricultura familiar nas atividades agrícolas da mandioca e de café, além da pecuária de corte e leite. Nesse sentido, nos propomos, no transcorrer do próximo capítulo, a analisar cada um desses produtos de forma individualizada, identificando a organização de seu circuito espacial de produção, sobretudo em relação à atuação da agricultura familiar.

3 CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA

Conforme evidenciamos na seção 2, o contexto da formação socioespacial de Rondônia envolveu diversas intencionalidades do poder público e do capital na integração da Amazônia à lógica comercial de produção, incorporando ao espaço novos objetos e atraindo agricultores familiares como forma de ocupação e abertura das novas terras (Costa Silva, 2014a; 2014b; 2015).

Apesar da agricultura familiar representar uma espécie de herança da colonização dirigida, sua capacidade de reprodução social lhe possibilita a permanência no campo, ainda que com constantes avanços do agronegócio latifundiário sobre seus territórios. Porém, a relevância da agricultura familiar em Rondônia não se dá apenas na resistência às investidas do agronegócio latifundiário na concentração de terras, mas em sua capacidade de participar das dinâmicas produtivas do mercado e adotar inovações tecnológicas para a produção, como já demonstramos na subseção 2.4, mantendo sua essência organizacional familiar.

A agricultura familiar, apesar de possuir como característica a policultura e pluriatividade, busca também mecanismos de modernização e especialização produtiva (Silva; Alves, 2016). Portanto, formam-se regiões produtivas especializadas em Rondônia, que passam a integrar circuitos espaciais de produção em diversas escalas e, em conjunto, uma gama de agentes atuam na contribuição da difusão de informações e normas que fomentam esses circuitos. A esses agentes chamamos de círculo de cooperação.

Propomos nesta seção, apresentar os resultados encontrados no decorrer de nossa pesquisa em relação ao círculo de cooperação da agricultura familiar em Rondônia e o circuito espacial de produção do café, mandioca, pecuária bovina de corte e de leite no estado de Rondônia, a partir da atuação do agricultor familiar. A importância deste capítulo é de evidenciar a capacidade produtiva da agricultura familiar, que estimula a formação de circuitos espaciais de produção no entorno de suas atividades, refletindo na forma como o espaço se organiza, fomentando estas atividades e os diversos setores que atuam em seu entorno, promovendo e difundindo aquilo que é produzido pela agricultura familiar.

3.1 Círculos de cooperação da agricultura familiar em Rondônia

Conforme apontamos na subseção 1.3, o círculo de cooperação é a conjunção de diversos agentes em torno de algum circuito espacial de produção, atuando na organização desses circuitos através da circulação imaterial, ou seja, as normas, capital, informações técnicas, dentre diversas outras atividades (Aracri, 2022; Frederico; Castilho, 2004).

Ocorre que a agricultura familiar possui condições de atuar em diversos circuitos espaciais de produção, em suas mais variadas escalas de abrangência, desde os circuitos locais de menor escala, onde circulam as produções diversificadas de subsistência, como hortifrutigranjeiro, abastecendo as cidades mais próximas, até os circuitos mais especializados, com maior escala de abrangência, alcançando mercados nacionais e até mesmo internacionais, a exemplo do café rondoniense.

Independentemente do tamanho do circuito analisado, algumas instituições e/ou organizações atuam como agentes de cooperação desses agricultores familiares, contribuindo no fomento de políticas públicas, organização coletiva, assistência técnica, dentre outras ações que orientem e contribuam para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. Bem verdade que atividades que integrem circuitos espaciais de produção de grande abrangência obtêm maior atenção dessas instituições, sobretudo aquelas de desenvolvimento técnico como a EMATER e EMBRAPA, enquanto as instituições de organização social e coletiva, como cooperativas e sindicato, atuam no fortalecimento da categoria como um todo.

A diversidade produtiva é uma característica fundamental da produção espacial interna dos agricultores familiares. Mesmo quando ingressam em circuitos especializados de determinadas *commodities*, como café e carne, esses agricultores normalmente destinam parte de seus estabelecimentos à produção de hortifrúti granja. Tal característica, que reflete a sociobiodiversidade da agricultura familiar no espaço rural, fomentou a criação de políticas públicas que garantam a compra de parte da produção, como o PAA e o PNAE.

A existência dos programas fortalece os agricultores familiares, que atuam como fornecedores de alimentos para o Estado, seja para atendimento de instituições públicas e socioassistenciais, como o PAA, seja para o atendimento das demandas da educação por alimentos que compõem a merenda escolar. As duas políticas

públicas contribuem para a integração familiar no próprio estabelecimento, ao envolver todos os integrantes no desenvolvimento das atividades, contribuindo para a permanência no campo e diminuindo as possibilidades de êxodo rural.

Como forma de organizar os agricultores familiares para o atendimento das demandas dos programas citados, organizações coletivas, como associações e cooperativas, atuam na coordenação de projetos que são submetidos aos órgãos responsáveis pelas compras dos produtos, agrupando as famílias que serão as fornecedoras dos alimentos para as instituições. Portanto, as associações e cooperativas atuam como mediadoras entre os agricultores fornecedores e as instituições públicas que adquirem produtos por meio do PAA e do PNAE. Além disso, por meio dessas associações, há um sistema de ajuda mútua na aquisição de maquinários, no beneficiamento da produção e, em alguns casos, na negociação para sua comercialização.

No decorrer de nossa pesquisa de campo, entrevistamos representantes de cooperativas, como a UNICAFES, OCB, COOPERCACOAL e COOPERANDREAZZA. Ficou claro em nossos diálogos a importância da atuação dessas cooperativas na organização coletiva dos agricultores familiares, que agrupados conseguem obter a diversidade de produtos demandados pelas instituições públicas nesses programas. Além disso, estimulam a organização na criação de marcas próprias para fornecimento, como as marcas apresentadas na foto 1.

Foto 1 – Marcas de leite e manteiga criados por agricultor familiar para fornecer produto ao PAA e PNAE através da COOPERCACOAL



Fonte: Trabalho de campo. Foto: o autor.

A criação de uma marca voltada para atender às exigências dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar fortalece a atuação desses agricultores em um mercado cada vez mais competitivo. E é justamente nesse tipo de situação que as cooperativas atuam no círculo de cooperação, contribuindo para que os agricultores familiares consigam se posicionar nos circuitos produtivos, sobretudo verticalizando sua atividade através da criação de agroindústrias familiares.

Outra forma de organização coletiva, mas agora como organização de classe e que atua como círculo de cooperação da agricultura familiar, são os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais (STTR), através da FETAGRO. De acordo com a presidente da FETAGRO, a organização é filiada à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo como objetivo defender os interesses coletivos dos agricultores familiares, buscando valorizar suas atuações no campo, bem como possuir papel de representatividade em todas as esferas, para dialogar com o poder público na elaboração de políticas públicas em prol dos agricultores, como a participação no Conselho Paritário dos Produtores Rurais/Indústria de Leite de Rondônia (Conseleite/RO). Dentre as principais ações atualmente desenvolvidas pela FETAGRO e pelos sindicatos, destaca-se a organização da feira da agricultura familiar e agroecológica, a regularização fundiária, os processos de previdência, a contabilidade, a formação social e diversas outras atividades sindicais em prol dos agricultores familiares.

Quando se pensa no aspecto da efetiva melhoria na qualidade da produção agropecuária desenvolvida pelos agricultores familiares, o principal agente do círculo de cooperação, que atua diretamente com os agricultores, é a EMATER, trabalhando com a assistência técnica e a extensão rural, disseminando as informações aos agricultores familiares através de atendimento e acompanhamento individual nos estabelecimentos, ou através de eventos chamados “dias de campo”.

Além da orientação técnica em campo, os escritórios da EMATER distribuídos pelos municípios e distritos de Rondônia, auxiliam os agricultores familiares na elaboração de projetos que possibilitem o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cadastro de agricultores para participarem do PAA e PNAE municipal, emissão de notas fiscais rurais para os agricultores, dentre outras orientações e auxílios.

A partir do levantamento realizado em campo, que incluiu visitas a diversos escritórios da EMATER, além do escritório estadual em Porto Velho, entendemos que essa é uma das principais políticas públicas de apoio efetivo ao agricultor familiar no estado. Esse suporte contribui para a potencialização das práticas produtivas e influencia diretamente na permanência desses agricultores no campo. Inclusive, em conversa com o gerente da EMATER, em Jaru, uma das ações principais desenvolvidas pela agência no último ano, tem sido a orientação e conscientização dos agricultores familiares em pensar a sucessão familiar na propriedade, mantendo os jovens interessados pela permanência na terra.

De acordo com o que conversamos com o responsável pela secretaria da agricultura familiar, dentro da SEAGRI/RO, existem algumas políticas públicas que são desenvolvidas pela secretaria e que impactam os agricultores familiares, porém quando conversado sobre o acesso dos agricultores à tais políticas públicas, o responsável pela secretaria deixou claro que eles elaboram as políticas e fazem sua gestão, porém a efetivação delas ocorre através da EMATER, que é uma porta de entrada dos agricultores a estas políticas.

Porém, apesar da importância percebida em relação à atuação da EMATER para a valorização da agricultura familiar no estado, há um ponto crítico que demonstra o direcionamento dos interesses políticos na valorização do agronegócio latifundiário em detrimento dos agricultores familiares, pois há um certo sucateamento da agência, com falta de contratação de técnicos e precarização das condições de trabalho. Em diversos escritórios que percorremos, os relatos dos gerentes e técnicos foi da dificuldade em atender às demandas de trabalho, para a efetiva assistência técnica aos agricultores familiares. Esta baixa capacidade de atendimento é perceptível através dos dados da tabela 11, a seguir.

Tabela 11 – Rondônia: Proporção de atendimento da EMATER/RO (2023) em relação aos estabelecimentos familiares (2017)

Estabelecimentos Atendidos (2023)	Número de Estabelecimentos familiares em RO (2017)	Proporção de atendimento (%)
9.531	74.329	12,8

Fonte: EMATER (2024) e IBGE, 2017. Org.: o autor.

Os dados evidenciam a baixa capacidade de atendimento da EMATER em relação ao número de estabelecimentos familiares existentes em Rondônia. Por outro lado, considerando a falta de investimentos na agência, sobretudo pessoal, é um trabalho que tem conseguido contribuir para alavancar alguns circuitos produtivos no

estado, como o café, leite e o cacau. Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pela EMATER para realização de sua função como agência pública, interfere diretamente na organização do espaço rural e no cotidiano dos agricultores familiares.

Também tem atuado no círculo de cooperação da agricultura familiar, em Rondônia, as instituições de pesquisa e capacitação profissional, como EMBRAPA, IFRO e UNIR. A EMBRAPA atua diretamente com a pesquisa direcionada ao melhoramento técnico e produtivo da agropecuária, onde apesar de grande foco na melhoria de atividades do agronegócio como soja, milho, algodão e pecuária, também desenvolve diversas pesquisas voltadas para atividades desenvolvidas por agricultores familiares, como melhorias em cultivares de café, cacau e mandioca. A Unir e o IFRO atuam no processo formativo de capacitação técnica, com diversos cursos ligados às atividades agropecuárias em todo o estado, mas também com desenvolvimento de pesquisas destinadas às melhorias da produção e da própria organização dos agricultores.

Outro agente que tem atuado e ampliado sua participação no círculo de cooperação da agricultura familiar é o chamado Sistema S, através do SEBRAE e do SENAR. Enquanto o SEBRAE contribui com o processo formativo dos agricultores familiares, em uma perspectiva empreendedora de suas atividades e estabelecimentos rurais, o SENAR tem um papel um pouco mais controverso em sua atuação com esse público, por estar ligado à CNA, que tem uma atuação forte no agronegócio latifundiário, evidenciando o avanço dessa perspectiva sobre a dinâmica produtiva familiar, incorporando características do chamado “agro” aos pequenos agricultores (Foto 2).

Foto 2 – Sede do SENAR e do Sindicato dos Produtores Rurais de Cacoal (Sindrural)



Fonte: trabalho de campo. Foto: o autor.

Dentre as diversas atuações do SENAR no espaço rural rondoniense e que tem ampliado sua abrangência de público, destacamos a assistência técnica destinada à melhoria da produção, concorrendo com a EMATER e com o sindicato de produtores rurais, concorrendo com a atuação do STTR e a FETAGRO. Nota-se, portanto, que mesmo contribuindo com a melhoria técnica e oferecendo mais uma opção de sindicato aos agricultores familiares, a ligação do SENAR à CNA evidencia uma ofensiva político/ideológica do agronegócio na integração dos agricultores familiares à sua lógica.

Por fim, dentre os agentes atuantes no círculo de cooperação da agricultura familiar em Rondônia, apontamos as instituições financeiras de crédito, como os grandes bancos, sobretudo Banco do Brasil e Banco da Amazônia, além das cooperativas de crédito, como Sicoob, Sicredi e CredSis. Em todas essas instituições há a efetivação da oferta do crédito agrícola aos agricultores familiares, seja através do Plano Safra da Agricultura Familiar, seja através do Pronaf. Como forma de sistematizar a atuação dos agentes do círculo de cooperação da agricultura familiar em Rondônia, organizamos de forma mais enxuta a atuação de cada agente no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Rondônia: Círculo de cooperação da agricultura familiar em Rondônia

Organização/Instituição	Tipo de Cooperação
Associações, Cooperativas e organizações de Cooperativas (UNICAFES e OCB)	Formado pelo coletivo de agricultores familiares, atuam no fortalecimento do setor em relação a comercialização da produção e no auxílio da produção através de maquinários. Também organizam os fornecedores para participação em políticas públicas como o PAA e PNAE e na capacitação profissional e social, através de uma solidariedade orgânica.
FETAGRO e organização sindical	Atua na defesa e amparo do interesse coletivo e na organização como categoria social dos(as) trabalhadores(as) rurais em Rondônia.
EMATER	Agência pública de atuação nas atividades extensionistas e de assistência técnica. Voltada para a capacitação técnica dos agricultores familiares, contribuindo com a difusão das inovações ligadas a atividade produtiva rural. Exerce papel técnico, assistencialista e social com os agricultores familiares. A EMATER tem enfrentado grande defasagem estrutural e de corpo técnico, o que dificulta a execução de sua atividade.
Secretarias de Agricultura (Estadual e Municipal)	Atuam no auxílio dos agricultores familiares, através de setores específicos, contribuindo com a manutenção de infraestrutura do escoamento da produção, execução e gestão de políticas públicas municipal, estadual e federal, como o PAA.
Pesquisa e Capacitação (Unir, IFRO e EMBRAPA)	A Universidade Federal de Rondônia, o Instituto Federal de Rondônia e a EMBRAPA, atuam no desenvolvimento de pesquisas para o fomento e auxílio do desenvolvimento técnico e social da agricultura familiar. A EMBRAPA tem um papel mais destinado ao fomento da ideia de agronegócio.
Sistema S (SENAR e SEBRAE)	O SENAR, ligado à CNA, instituição ligada ao agronegócio, atua em diversas frentes em Rondônia, desde a formação profissional técnica, assistência técnica e atividade de promoção social através de organização sindical. O SEBRAE se coloca como uma opção de capacitação profissional, sobretudo no empreendedorismo, contribuindo com a gestão dos estabelecimentos rurais pelos agricultores familiares.
Instituições Bancárias e Cooperativas Financeiras	Fomento ao crédito, sobretudo através da execução do plano safra da agricultura familiar, Pronaf. Possibilitando aos agricultores o acesso a recursos para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Fonte: Trabalho de campo. Org.: o autor.

A partir do que foi exposto neste tópico, buscamos evidenciar todos os agentes que atuam na contribuição para a agricultura familiar em Rondônia. Cada instituição possui sua própria orientação ideológica e política, bem como sua função no desenvolvimento da sociedade. No entanto, de certa forma, essas instituições se integram de maneira colaborativa ao refletir sobre mecanismos para o fortalecimento da agricultura familiar.

3.2 Cafeicultura em Rondônia: características da organização técnico-espacial

Importante atividade econômica desenvolvida pela agricultura familiar, a cafeicultura representa bem a territorialidade desse grupo social a partir do processo de colonização dirigida, promovido pelo governo federal na década de 1970. Foi a partir da tradição dos camponeses migrantes no trato do café, sobretudo aqueles oriundos do Espírito Santo e Paraná, que se introduziu tal cultura na Amazônia (Binsztok, 2006).

O contexto envolvendo a incorporação da produção passa pela necessidade dos camponeses assentados em Rondônia de desmatarem os lotes recém-recebidos para atenderem às demandas de incorporação de uma lógica produtiva à região. Assim, o café, por ser uma cultura perene, evidenciava o interesse real destes na fixação e trabalho na terra recebida (Santos, 2017; 2021).

Tomando por base nossa pesquisa desenvolvida entre 2015 e 2017, onde analisamos o circuito espacial de produção do café e os círculos de cooperação em Cacoal, entendemos que a atividade tem transformado o espaço geográfico em torno do agricultor familiar produtor de café, pois com o passar dos anos, tornou-se cada vez mais necessário a incorporação técnico-científica à atividade. Com isso, em Santos (2017; 2021), apresentamos uma periodização que evidencia a evolução técnica produtiva e as transformações que se verificam no espaço a partir dos objetos técnicos (Santos, 2014a), organizada em um quadro, conforme reproduzido abaixo (quadro 5).

Quadro 5 – Rondônia: Periodização da cafeicultura conforme características da atividade (1970/2010)

Período	Escala geográfica	Características territoriais do período	Região
1970 a 1990 Formação territorial de Rondônia e territorialização do migrante	Local e Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Colonização do INCRA e abertura dos lotes rurais; - Territorialização dos colonos; - Solidariedade orgânica; - Prática tradicional; 	- Eixo da BR-364, região central de Rondônia.
1990 a 2001 Afirmação da cafeicultura rondoniense	Local, Regional e Nacional;	<ul style="list-style-type: none"> - Afirmação da cafeicultura em Rondônia; - Aumento da área plantada e da produção de café; - Alternância como 5° e 6° maior produtor nacional; - Infraestrutura para a cafeicultura 	<ul style="list-style-type: none"> - Região central no eixo da BR-364 (Cacoal, Ji-Paraná, Ouro Preto D'Oeste, Jarú e Ariquemes). - Rolim de Moura, saindo do eixo da BR-364. - Machadinho D'Oeste.

<p>2002 a 2010</p> <p>Desaceleração da produção de café.</p>	<p>Local e Regional;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desaceleração da cafeicultura; - Concorrência internacional; - Queda no preço do café; - Dificuldade de participação no mercado nacional devido à baixa qualidade do produto; - Substituição do cafeeiro pelo gado leiteiro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Região de Cacoal, Ministro Andreazza e Espigão D'Oeste; - Frente pioneira em direção ao Vale do Guaporé pela BR-429 (Alvorada D'Oeste e São Miguel do Guaporé); - Zona da Mata (Rolim de Moura, Nova Brasilândia D'Oeste e Alta Floresta D'Oeste); - Machadinho D'Oeste;
<p>A partir de 2010</p> <p>Modernização e incremento técnico-científico à produção.</p>	<p>Regional e Nacional;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização tecno-científica na produção; - Aumento da produtividade; - Atração de torrefadoras multinacionais; - Solidariedade organizacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Região de Cacoal; - Região da Zona da Mata e Vale do Guaporé; - Região de Machadinho D'Oeste.

Fonte: Santos, 2017; 2021

Conforme apontado no quadro apresentado, a cafeicultura representou uma importante atividade no contexto da colonização dirigida ocorrida em Rondônia, representando a tradição daqueles que migravam e traziam consigo o conhecimento adquirido e compartilhado através de uma solidariedade orgânica (Santos; Silveira, 2008), sobretudo aqueles oriundos do Espírito Santo e Paraná, conforme aponta Binsztok (2006).

Nesse primeiro momento, a incorporação técnica era extremamente baixa e a cafeicultura não representava grande relevância na economia local. Já a partir da década de 1990, a substituição técnica no plantio do café rondoniense, principalmente em relação à espécie plantada que substituiu o *Coffea arábica L.* pelo *Coffea canephora*, contribuiu para que alcançasse o pico de produção no início dos anos 2000, isso porque a nova espécie era mais propícia às condições edafoclimáticas de Rondônia (Souza *et al.*, 2004).

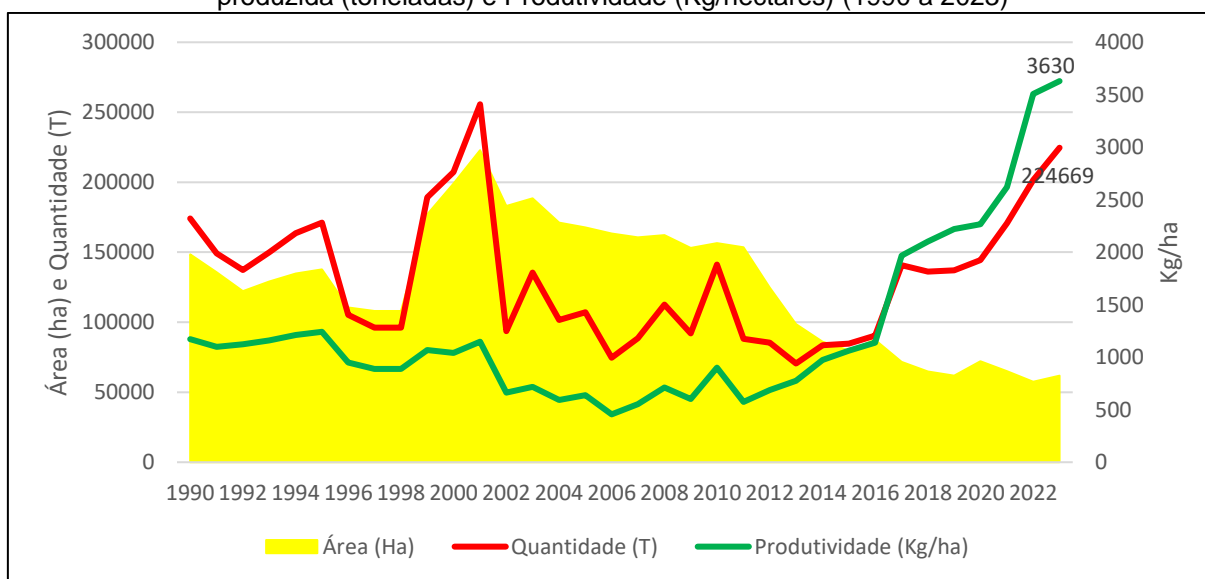
Com a elevada produção em 2001 e a entrada de novos concorrentes internacionais como o Vietnã, o valor pago pela produção reduziu drasticamente (Oliveira; Veneziano, 2001; Rosa Neto; Collares, 2006), resultando em um momento de grande crise na cafeicultura estadual. Nesse período, em que denominamos de “desaceleração da produção de café” (2002 a 2010), muitos agricultores familiares abandonaram a atividade cafeeira como sua principal produção, voltando-se para a pecuária de corte e leite. Binsztok e Werneck (2021), retratam a análise em seu

estudo, apontando a redução e/ou substituição do café conilon pela pecuária leiteira no centro de Rondônia, expandindo para outras áreas de fronteira no estado.

A partir de 2010, um conjunto de políticas públicas e a atuação direcionada de empresas públicas e privadas impulsionaram a cafeicultura rondoniense praticada por agricultores familiares. Esse movimento levou à incorporação de inovações técnicas que aprimoraram a produtividade e a qualidade do café produzido, atraindo novos mercados e possibilitando sua inserção em um circuito espacial de produção em escala nacional e até mesmo internacional (Santos, 2017; 2021).

Tomando por base a breve revisão dos estudos que realizamos outrora, percebe-se que a prática da cultura do café está presente em diversos momentos do contexto da agricultura familiar em Rondônia. Não por acaso, essa é uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas pelo grupo social. O gráfico a seguir apresenta a evolução da atividade do café em Rondônia (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Rondônia: Evolução da cafeicultura em relação a Área produzida (hectares), Quantidade produzida (toneladas) e Produtividade (Kg/hectares) (1990 a 2023)



Fonte: IBGE, 2023 Org.: o autor

Os dados apresentados no gráfico acima demonstram a evolução técnica da atividade cafeeira em Rondônia, onde mesmo em momentos em que a produção atingiu elevados índices (entre 1998 e 2001), a rentabilidade por hectares não era tão grande, ou seja, era necessário grande área para se produzir muito. Porém, atualmente os dados têm demonstrado que, apesar da redução da área destinada à cafeicultura, a quantidade produzida tem elevado constantemente (a partir de 2011), o que representa a maior produtividade, ou seja, eficiência.

Santos (1994) destaca sobre a artificialização do espaço a partir da introdução técnica e científica, em que “a agricultura passa, então, a se beneficiar dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terra menores” (p. 43). Nessa perspectiva, compreendemos que a atuação da agricultura familiar na produção de café em Rondônia, tem evoluído tecnicamente conforme as demandas do capital e transformado o uso do território.

Reforçando este contexto, conforme o que verificamos em campo e em conversa com agentes de cooperativas da agricultura familiar em Rondônia, o aumento da produção em menor área, favorece com que o agricultor atue em mais de uma cadeia produtiva, como se verifica na foto 3 a seguir.

Foto 3 – Rondônia: Integração de atividades agropecuárias à cafeicultura pela agricultura familiar (2024)



Legenda: A) Propriedade com integração de produção de café e mamão e maquinário de colheita de café em Ministro Andreazza; B) Propriedade com produção de café e leite, com tanque de resfriamento do leite em Novo Horizonte do Oeste; C) Propriedade com produção de café e estrutura para criação de gado de corte em Ministro Andreazza; D) Propriedade com produção de café, terreiro de secar café improvisado e curral para retirada de leite de vaca no distrito de Jaci-Paraná em Porto Velho. Fotos: o autor. Fonte: Trabalho de Campo.

O que se identifica nas imagens apresentadas na foto 3 é a capacidade da agricultura familiar em incorporar ao espaço inovações tecnológicas que contribuam para a maior produtividade de café, da mesma forma que adaptações/improvisações, como demonstrado na última imagem, mas que de uma forma ou de outra, possibilitam a integração da atividade a outras cadeias, justamente pela maior disponibilidade de área resultante da melhoria na quantidade produzida por hectare. Ou seja, apesar de certa especialização produtiva, tendo o café como principal atividade econômica da

família, é possível atuar também em outras áreas, diversificando a produção em pequenos estabelecimentos.

A cafeicultura em Rondônia, apesar de estar atrelada à agricultura familiar e em um contexto de colonização dirigida, como apresentado anteriormente, com a atual incorporação técnico-científica e ampliação da escala de participação no mercado, tem resultado na sua efetiva participação no circuito espacial de produção do café. Porém, com a participação de grandes torrefadoras e *tradings* dentro desse circuito, impondo as normas do mercado, os agricultores familiares perdem parte de seu protagonismo, apesar de serem o responsável por produzir a matéria prima que lhe dá origem, resultando em um paradoxo, que Daviron e Ponte (2007, *apud* Frederico, 2014) chama de “paradoxo do café”³.

Frederico e Barone (2013) apontam que o circuito espacial de produção do café convencional, por ter maior quantidade de atravessadores, exclui a participação efetiva do agricultor na definição do preço. Contudo, o surgimento dos cafés especiais e o comércio *fair trade* (comércio justo) podem ser um caminho para a retomada do protagonismo do agricultor familiar, devido à sua capacidade de encurtar o tamanho do circuito espacial de produção.

Sendo assim, a transição técnica incorporada à lógica produtiva do café pela agricultura familiar resulta na necessidade de novas organizações, para tornar os produtores em protagonistas do circuito espacial de produção do café. Em Santos e Costa Silva (2017) apontamos como a introdução técnica estava subordinando a agricultura familiar rondoniense à lógica do capital. Na ocasião, apontamos que uma alternativa para sua maior participação seria a organização em cooperativas ou associações, acompanhando aquilo que fora proposto por Frederico e Barone (2013).

De acordo com Carvalho (2017), muitos agricultores de Rondônia ainda têm buscado apenas o aumento da produção, mas a preocupação com a qualidade do café tem se tornado uma realidade para muitos produtores, o que tem resultado em aumento no valor do produto na hora da venda. Ou seja, a capacidade de imposição no mercado do café, por parte daqueles que produzem, depende de alguns fatores que vão além de simplesmente produzir em grande quantidade e esse é um grande

³ O Paradoxo do café apontado por Daviron e Ponte (2007, *apud* Frederico, 2014), destaca que com o aumento da produção de café, houve aumento significativo no valor comercializado nas etapas finais do circuito, por outro lado, os produtores rurais obtém a menor parcela deste mercado.

desafio que tem sido superado pelas organizações envolvidas na valorização da cafeicultura rondoniense.

É verdade que muitos agricultores familiares ainda estão inseridos à lógica tradicional na comercialização do café, produzindo em quantidades para atender o circuito espacial do café convencional, onde o cafeicultor não possui condição de influenciar na definição de preços, conforme aponta Frederico (2013), ficando dependente das oscilações do mercado. Por outro lado, há um movimento de valorização do produto estadual, sobretudo a partir da parceria de diversas instituições na criação de uma Identificação Geográfica (IG) ao café rondoniense.

De acordo com Lourenzani *et al* (2013), a criação de IG é uma alternativa para a agricultura familiar se aproximar de mercados especiais. Além disso, “a adoção dessa estratégia representa possibilidade de fortalecimento da atividade, acesso a nichos de mercado e maior possibilidade de renda” (p. 3). Portanto, essa se mostra uma importante alternativa para a valorização da agricultura familiar dentro de mercados competitivos, em que prevalece grandes representantes do capital industrial e *tradings*, que intermediam as negociações entre as etapas do circuito espacial de produção.

De acordo com Nierdele (2013), a identificação geográfica reflete a mobilização dos atores locais e induz o desenvolvimento territorial. Para Lourenzani *et al* (2013), “o papel das IGs vai além do acesso a mercados, é também uma ferramenta que reflete o desenvolvimento local, valorizando os territórios, ressignificando a agricultura familiar que possui forte vinculação com o local de origem” (p. 4). Nesse sentido, percebe-se, através dos estudos, que a identificação geográfica como ferramenta de introdução de um produto ao mercado, nesse caso o café, contribui para a valorização de toda uma região e não apenas o agricultor que está diretamente ligado à produção do café.

No caso específico de Rondônia, desde junho de 2021 foi reconhecido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, a identificação geográfica Matas de Rondônia para os Robustas Amazônicos, esta IG é do tipo Denominação de Origem (DO) (Silva, 2021), em que segundo a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 em seu artigo 178:

Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas

qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 1996, p. 25)

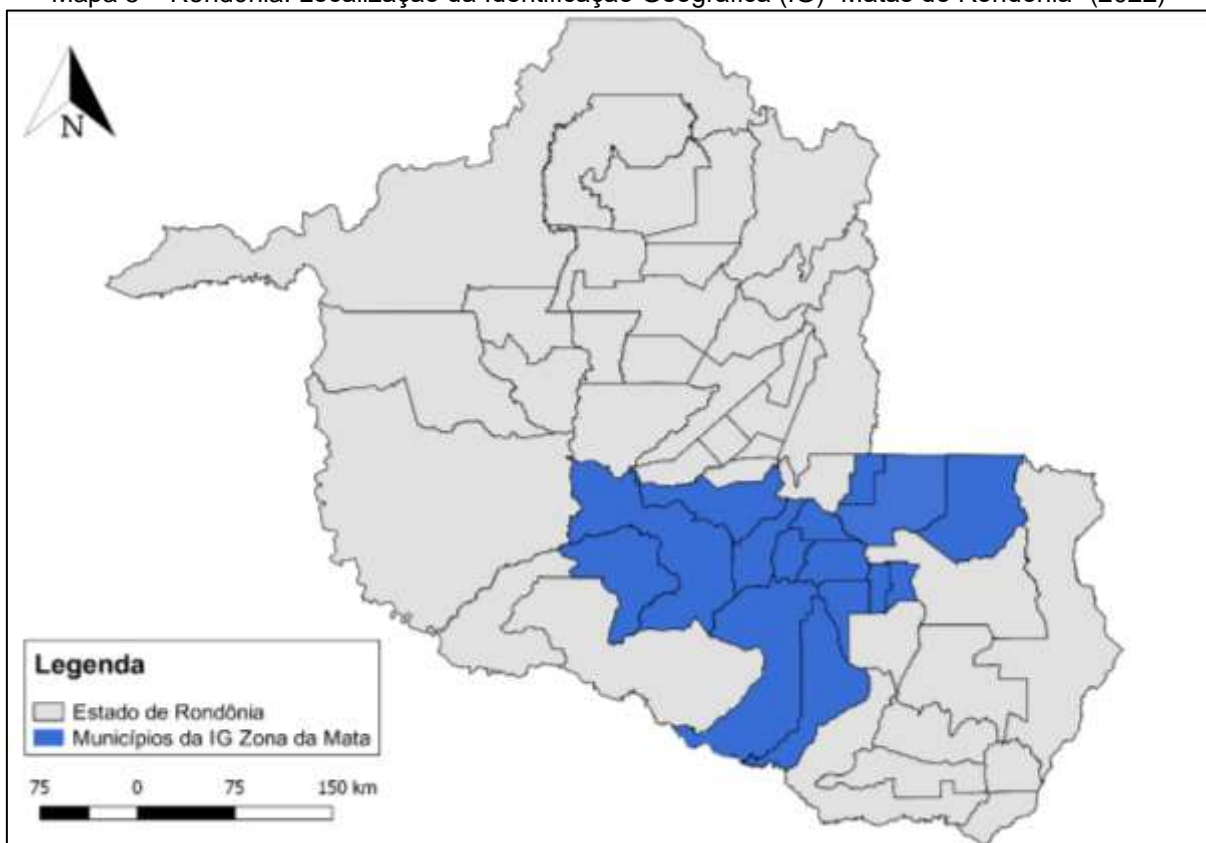
Esta tipologia define, portanto, que os cafés produzidos na região, além de apresentarem o *terroir*⁴ como fator importante, possuem também qualidades intrínsecas à bebida, resultantes das características deste *terroir* (Silva, 2021). De acordo com Silva *et al* (2022), um desafio da IG Matas de Rondônia é a característica de sustentabilidade que ele passa, além disso, representa o primeiro IG da espécie *Coffea canephora* sustentável do mundo (Ibidem, 2021).

A consolidação da conquista da IG Matas de Rondônia contou com a atuação de diversos agentes do círculo de cooperação do café em Rondônia, como: SEAGRI; EMATER; IDARON; EMBRAPA; Câmara Setorial do Café; IFRO – campus Cacoal e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em conjunto com os Cafeicultores Associados da Região das Matas de Rondônia - CAFERON (IFRO, 2022).

A certificação define as características de qualidade da bebida produzida em uma região que envolve 15 municípios: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cacoal, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueira e Primavera de Rondônia, localizados conforme o mapa 5 a seguir.

⁴ *Terroir* corresponde uma análise que considera um conjunto de fatores, como: clima, solo, genética e aspectos culturais da população envolvida na produção (Ibidem, 2021).

Mapa 5 – Rondônia: Localização da Identificação Geográfica (IG) “Matas de Rondônia” (2022)



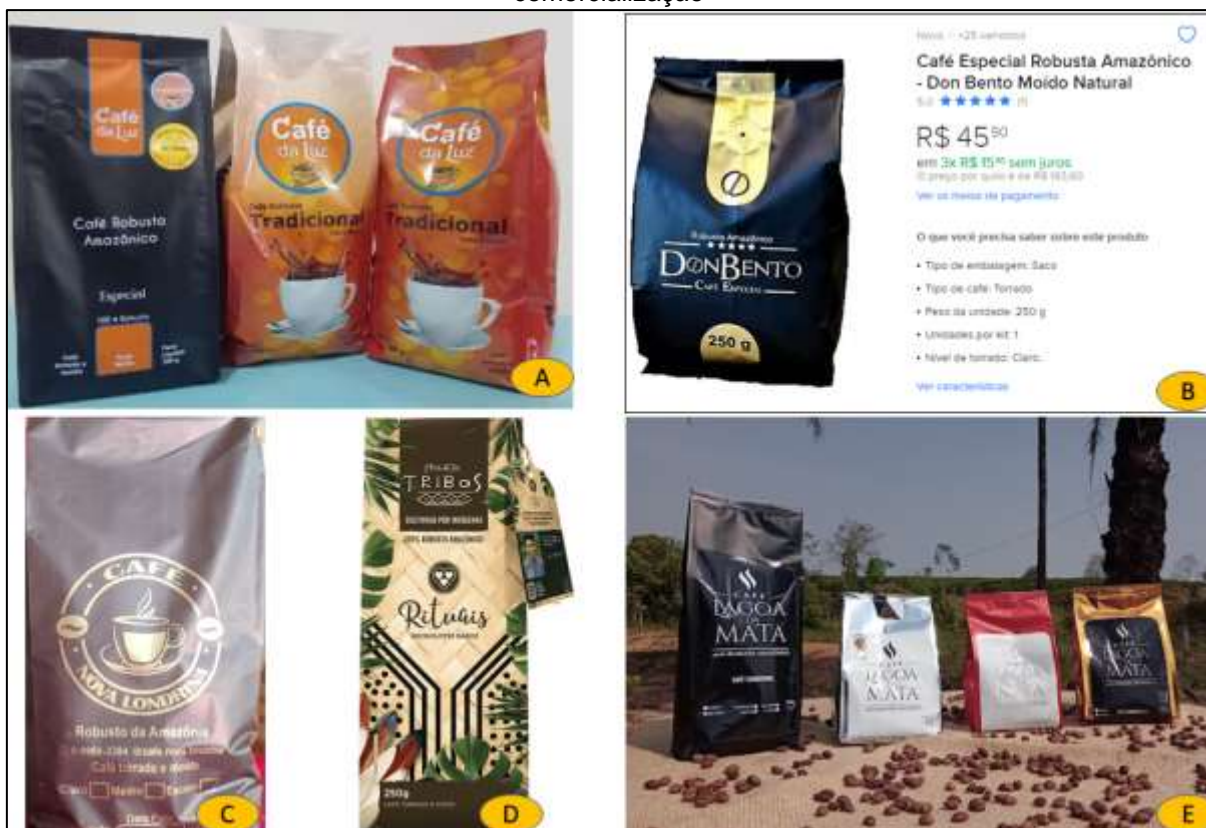
Fonte: IFRO, 2022 Org.: o autor. Elaborado com Qgis.

Além da certificação de IG obtida pelos agricultores familiares da CAFERON na região acima demonstrada, há ainda a organização da LACOOOP, que tem se organizado no desenvolvimento da qualidade e produtividade do café rondoniense (LACOOOP, 2023). De acordo com o site eletrônico da cooperativa, em 2020 conquistaram o selo *Fair Trade*, que garante o comércio justo da produção, possibilitando sua comercialização com o mercado internacional como Coréia do Sul e Espanha (Ibidem, 2023).

Verifica-se, portanto, que o fomento da cafeicultura em Rondônia tem incorporado ao espaço um conjunto de objetos que contribuem para a efetiva participação no circuito espacial de produção do café, em nível nacional e internacional. Com a melhoria da produtividade, além da atuação no circuito do café convencional, onde o protagonismo do agricultor familiar é reduzido, tem havido uma preocupação com a qualificação do produto, inclusive com a participação e conquista de prêmios do café rondoniense em concursos estaduais e nacionais de qualidade do café, o que possibilita o ingresso no mercado dos cafés especiais.

O cenário de melhoria da qualidade da bebida, resultante de produções selecionadas de cafés especiais, tem transformado as expectativas de muitos agricultores familiares, que têm criado suas próprias marcas para comercialização em diversas escalas (Figura 6).

Figura 6 – Exemplos de marcas próprias de agricultores familiares de Rondônia, qualidade e comercialização



Legenda: A) Café da Luz, produzido em Cacoa/RO, classificado entre os melhores cafés em diversos concursos de café estadual, nacional e internacional. Fonte: Robusta da Luz; B) Café Dom Bento, produzido em Cacoal/RO, classificado entre os melhores cafés em diversos concursos de café estadual e nacional, disponível à venda no site de vendas Mercado Livre. Fonte: Mercado Livre; C) Café Nova Londrina, produzido no distrito de Nova Londrina em Ji-Paraná/RO, classificado como melhor café da regional de Ji-Paraná no concurso de qualidade do café estadual. Fonte: Trabalho de Campo; D) Café Tribos, da marca 3 Corações, produzido em Cacoal/RO por indígenas da etnia Suruí e de comercialização nacional. Fonte: Mercafé; E) Café Lagoa da Mata, produzido em Novo Horizonte do Oeste/RO, classificado entre os melhores em concursos estadual, nacional e internacional. Fonte: Google Maps, Lagoa da Mata.

O que se identifica nas diversas imagens apresentadas é justamente a capacidade de articulação dos agricultores familiares na organização de suas próprias agroindústrias e de ampliar a capacidade de comercialização de seus produtos, resultando em maior visibilidade e maior autonomia dentro do circuito espacial de produção, destacando-se que essas são apenas algumas das marcas existentes. Outro ponto nesse cenário, é que em sua grande maioria, os cafés especiais são trabalhados em microlotes, de forma quase artesanal, também diferenciando-se dos

cafés tradicionais de mercado, apesar de algumas marcas trabalharem também com esse tipo de café.

Além disso, com a criação da IG, tem incorporado ao território a psicosfera de um café especial, ou seja, um conjunto de técnicas modernizantes, em um território específico, que resulta em produções de qualidade, que valorizam a atuação da agricultura familiar na cafeicultura (Foto 4).

Foto 4 – Portal no município de Novo Horizonte Do Oeste exaltando a produção de cafés especiais



Fonte: Trabalho de campo. Foto: o autor.

O portal do município de Novo Horizonte do Oeste destaca o município como terra do café especial, justamente porque desde 2020, agricultores do município tem alcançado colocações expressivas no concurso de café *Coffee of the year*, disputado na Semana Internacional do Café, em evento realizado todo ano, em novembro em Belo Horizonte, que tem premiado não apenas os café desse município, mas de agricultores de vários municípios de Rondônia, conforme demonstrado no quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Classificações dos cafés robustas especiais de Rondônia no prêmio *Coffee of the year* (2020 a 2023)

2020			
Colocação	Nome	Categoria	Município
1°	Ediana Capich	Fermentação induzida	Novo Horizonte do Oeste
2021			
2°	Diegson Mendes Bento	Canéfora	Cacoal

3°	Dione Mendes Bento	Canéfora	Cacoal
1°	Poliana Perrut de Lima	Fermentação induzida	Novo Horizonte do Oeste
2°	Alessandra Inácio Lopez Frez	Fermentação induzida	Novo Horizonte do Oeste
3°	Geanderson Gambarte Vieira	Fermentação induzida	Novo Horizonte do Oeste
4°	Licleison Sebastião da Silva		Novo Horizonte do Oeste
2022			
1°	Licleison Sebastião da Silva	Canéfora	Novo Horizonte do Oeste
2°	João Alves da Luz	Canéfora	Cacoal
3°	Edvaldo Sigoli	Canéfora	Cujubim
4°	Roniele Hel	Canéfora	Novo Horizonte do Oeste
5°	Altivo Eduardo Berdes	Canéfora	Rolim de Moura
6°	Tchainy Batista do Carmo	Canéfora	Novo Horizonte do Oeste
7°	Poliana Perrut de Lima	Canéfora	Novo Horizonte do Oeste
2023			
1°	Lucilene de Jesus Maia Santos	Canéfora	Cacoal

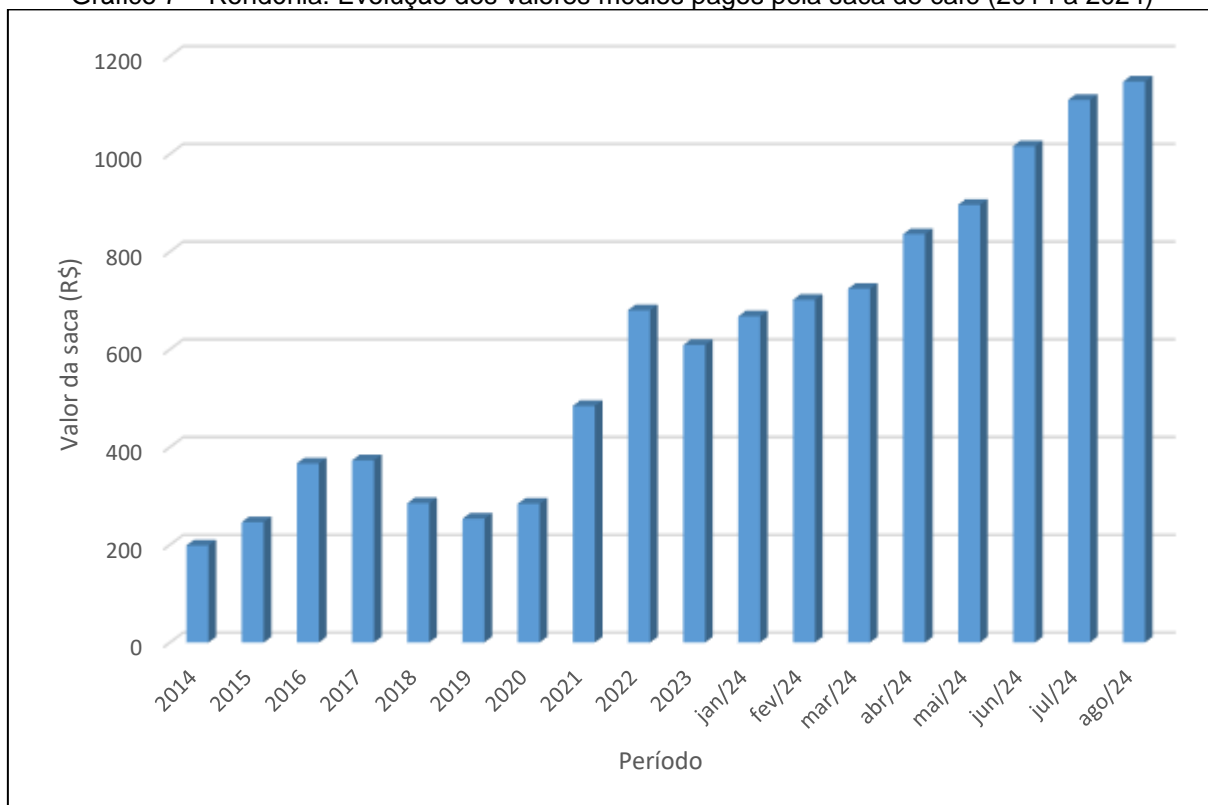
Fonte: SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ, 2024. Org.: o autor.

Os dados apresentados no quadro acima demonstram grande presença de agricultores de Novo Horizonte do Oeste com boas classificações no principal concurso de café do Brasil e que induzem a criação da ideia de que essa é uma terra de cafés especiais, quando na verdade, passa por um conjunto de fatores que integram a atividade. Por outro lado, a solidariedade orgânica (Santos, 2014b), resultante do reconhecimento de alguns agricultores familiares no município, estimula o compartilhamento de conhecimentos entre os agricultores, estimulando a adoção de técnicas e práticas de manejo do café, de forma a alcançarem produções com cafés de boa qualidade, e conseqüentemente, com melhores preços e mercado.

O que é possível verificar com as indicações do quadro acima é que o movimento formado por agricultores familiares e os agentes do círculo de cooperação do café, na difusão da ideia de produção de cafés especiais, tem alcançado resultados que indicam, no cenário nacional, a qualidade da produção estadual, promovendo

uma propaganda dessa atividade e inclusive a valorização do café que não se enquadra na categoria especial, ou seja o café *commoditie*, que atende o circuito espacial de produção do café tradicional e tem apresentado aumento no valor pago pelo mercado, como demonstrado no gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – Rondônia: Evolução dos valores médios pagos pela saca de café (2014 a 2024)



Fonte: EMATER/RO, 2024 Org.: o autor.

Os dados apresentados demonstram a constante evolução no valor pago aos agricultores produtores de café. Em 2014, o valor médio da saca era de R\$ 198,50, enquanto, em agosto de 2024, alcançou R\$ 1.148,04, representando um aumento de aproximadamente 478% em 10 anos. Portanto, ao comparar o estudo que realizamos entre os anos de 2015 e 2017 — que apontava um movimento de modernização técnica da cafeicultura em Rondônia a partir de 2010 (Santos, 2017; 2021) — com os dados apresentados, percebe-se que, a longo prazo, a gradual capacidade do agricultor familiar de modernizar sua produção, adotar inovações técnicas e aprimorar as práticas de manejo do café resultou no aumento do valor pago por sua produção.

É claro que no contexto apontado acima, existem outras variáveis que compõem o cenário atual de 2024, em intensa valorização da produção, como os problemas climáticos, que impactam na oferta do café robusta no mercado. Como em Rondônia, apesar da seca intensa, a produção irrigada manteve a produtividade. Os

agricultores, ainda não impactados fortemente pela seca, conseguem obter boas colheitas e comercializar sua produção com boa valorização.

Por fim, seja no circuito mais curto (em relação a intermediários) dos cafés especiais, seja no circuito espacial de produção tradicional da produção de *comodities* para atendimento do capital industrial, o café produzido em Rondônia pela agricultura familiar tem representado grande transformação espacial, com incorporação técnica, formação de áreas especializadas em café e uma relação social importante ao estimular os agricultores e suas famílias a permanecerem no campo, resistindo, em certo ponto, às investidas do agronegócio latifundiário de produção de grãos, demonstrando ter capacidade de participação em diversos mercados. É justamente esse protagonismo, do agricultor familiar no circuito espacial de produção do café, que buscaremos apontar no próximo tópico.

3.2.1 Circuito Espacial de Produção do café em Rondônia – protagonismo familiar

A partir da globalização e da amplificação dos mercados em escala internacional, as especializações da produção passaram a marcar as características territoriais pelo mundo, intensificando a divisão territorial do trabalho e as características produtivas de cada lugar, mas que estão interligadas ao mesmo processo e lógicas de diversos outros lugares (Frederico, 2014; Santos, 1994).

Desse contexto de globalização, passa-se à necessidade de compreender o uso e transformação do espaço a partir de uma escala global, o que Santos (1994) aponta, da não existência de circuitos regionais de produção, mas circuitos espaciais de produção. Portanto, entender o circuito espacial de produção do café em Rondônia, bem como todos os demais circuitos que trataremos neste trabalho, vai muito mais além do que analisar a forma de produção do produto, mas compreender que as dinâmicas envolvidas e os agentes componentes do processo, estão ligados a uma lógica muito mais ampla que a compreensão do lugar.

Tomando como ponto de partida a cafeicultura em Rondônia, uma análise de seu circuito espacial de produção envolve diversas etapas. O processo inicia-se na produção propriamente dita, seguida pela logística de transporte do campo para a área urbana, armazenamento e beneficiamento. Em seguida, ocorre a distribuição para os grandes centros, onde se concentram as principais indústrias torrefadoras do

país, e/ou o transporte para exportação. Além disso, o café percorre o caminho do comércio atacadista e varejista até chegar ao consumidor final.

Em Santos (2017; 2021), buscamos realizar esta espacialização do circuito produtivo do café em Rondônia, tomando por base o município de Cacoal, resultante da *psicosfera* criada em torno do município, intitulado “Capital do Café”, onde demonstramos a atuação de cada agente do círculo de cooperação na constituição do circuito. A diferença que propomos com este trabalho, em relação ao circuito espacial do café, é evidenciar a atuação da agricultura familiar nesse processo e, com isso, demonstrar a relevância da produção para as famílias produtoras e, como consequência, para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, o circuito é formado pelas seguintes etapas: produção e beneficiamento no estabelecimento rural familiar; venda para o capital comercial; venda para as indústrias, locais, nacionais ou exportação; comercialização. Essas etapas apresentadas representam o circuito espacial do café *commoditie*. Já o circuito dos cafés especiais é mais curto, com as seguintes etapas: produção, beneficiamento e, em alguns casos, a agroindustrialização do produto no estabelecimento rural familiar; intermediação das associações ou cooperativas da IG na exportação do café em grãos; comercialização em redes de cafeteria internacional e no comércio local.

Dessa forma, considerando as características atuais do circuito espacial de produção, verificamos que esse processo está mais amplo do que fora identificado outrora, pois com a participação no mercado de cafés especiais, a agricultura familiar rondoniense tem assumido um protagonismo maior no cenário nacional e internacional, sobretudo através da criação de sua própria marca e comercialização direta ao consumidor, encurtando as etapas do circuito e não necessariamente a escala de abrangência, como apresentado anteriormente sobre algumas marcas de café de Rondônia.

3.2.1.1. *Protagonismo do agricultor familiar no circuito espacial de produção do café robusta.*

Conforme já apontamos anteriormente, ao tratar sobre as características técnico-produtivas e comerciais da cafeicultura em Rondônia, bem como a constituição do circuito espacial de produção, a agricultura familiar é o principal

responsável pela existência do circuito. Essa condição é fruto da intencionalidade do agricultor familiar rondoniense, em usar o seu espaço com uma produção que lhe é cultural, proveniente de outras regiões e que, mesmo em momentos de baixas condições no mercado, mantinham o desenvolvimento desta atividade (Oliveira, 2022). Portanto, antes da existência de políticas públicas, impulsionadas pelo capital na revitalização da cafeicultura local, há o interesse do agricultor em desenvolver essa atividade.

Priorizando a perspectiva do protagonismo do agricultor familiar na existência do circuito espacial de produção do café em Rondônia, reforçamos que é sua atuação — aliada à disposição para compreender e adotar inovações técnicas, seja no manejo, seja na incorporação de tecnologia ao processo produtivo — que sustenta o interesse do capital na aquisição da produção local. Ou seja, enquanto a indústria impõe as normas para o mercado do café *commoditie*, o agricultor entende que, para manter a cultura do café, é necessário mudar a forma de produzir. Essa é uma característica do agricultor familiar: integrar o seu meio de produção, de vida e de reprodução social, à dinâmica do mercado (Wanderley, 2000).

No decorrer do trabalho de campo, que realizamos em diversos locais de Rondônia, como forma de compreender a atuação da agricultura familiar, visitamos ao menos 7 estabelecimentos familiares que atuam na produção de café e que se dispuseram a conversar conosco sobre a atividade. Importante reforçar a informação que destacamos na seção “Procedimentos Metodológicos” que essas conversas não possuem caráter estatístico, mas sim uma verificação *in loco* de algumas variáveis importantes em relação à cafeicultura em Rondônia.

O primeiro ponto que destacamos é o tamanho das propriedades produtoras de café em Rondônia, por ser prioritariamente familiares, são pequenos estabelecimentos e que destinam pequenas áreas para tal atividade. No decorrer de nossa pesquisa, os estabelecimentos visitados possuíam de 1,21 hectares a 10 hectares de área plantada de café. Além disso, apenas um agricultor tinha apenas a produção de café em seu estabelecimento, reforçando a ideia da policultura pela agricultura familiar.

Corroborando as informações adquiridas na pesquisa que desenvolvemos entre os anos de 2015 e 2017, observa-se que a cafeicultura está presente em estabelecimentos rurais de pequeno porte, com média de 25 hectares, sendo que a

área destinada a essa atividade corresponde, em média, a 3 hectares. Ou seja, a ampliação da cafeicultura em Rondônia e certa especialização da atividade pelo agricultor não tem modificado a estrutura agrária, com a transição de agricultura familiar para o agronegócio latifundiário. Pelo contrário, tem fortalecido a manutenção da família atuando na atividade, visto que demanda grande quantidade de força de trabalho.

O cenário também foi identificado no decorrer do campo realizado, pois, de todos os estabelecimentos visitados, aqueles que apresentavam a produção de café tinham três situações possíveis, que em alguns casos ocorriam de forma simultânea: 1) agricultores que possuíam o apoio da família, sobretudo dos filhos, no desenvolvimento da atividade; 2) agricultores com idade relativamente baixa, com condições físicas de trabalho na lavoura; e 3) agricultores com condições financeiras para contratar mão de obra ou alugar maquinários, sobretudo no período de colheita.

Na maioria dos estabelecimentos familiares que visitamos, predominavam as duas primeiras opções, ou seja, a cafeicultura em Rondônia tem um aspecto social importante, pois reforça a permanência dos agricultores no campo, dando continuidade à sucessão familiar na terra, que se torna uma resistência ao agronegócio. Já a terceira situação, onde o agricultor tem condições financeiras para contratação de mão de obra temporária, evidencia a condição da agricultura familiar em gerar trabalho e renda no campo, fomentando a economia municipal, sobretudo em pequenas cidades.

Em relação à condição técnica da produção de café em Rondônia, trata-se de um trabalho desenvolvido há mais de 10 anos no estado, com o objetivo de difundir melhorias no manejo e aprimorar as características técnicas da produção (Foto 5).

Foto 5 – Modernização técnica na cafeicultura em Rondônia (2024)



Legenda: A) e B) Cafezal com instalação de equipamentos de irrigação; C) Viveiro com instalação para criação de mudas de café clonal; D) Trabalhadores sendo orientados ao processo de colheita mecanizada do café robusta. Fonte: Trabalho de Campo.

Conforme apresentado nas imagens, verificamos, nos estabelecimentos, que todos possuem sistema de irrigação e conhecimentos no manejo das plantas de forma a alcançar melhor produtividade e qualidade na produção, alavancando a produtividade e tecnificando o espaço rural. Além disso, os viveiros criam estruturas para obter boas mudas, que contribuirão para a melhoria do produto. Para obter acesso ao conhecimento técnico, o trabalho desenvolvido em Rondônia contou sobretudo com a atuação dos agentes do círculo de cooperação: EMATER e Câmara Setorial do Café, que iniciaram a difusão das informações aos agricultores, seja através da assistência técnica direta nos estabelecimentos, seja através de dias de campo (Foto 6), que são eventos realizados para fazer demonstrações práticas aos agricultores.

Foto 6 – Cacoal: Dia de campo realizado pela EMATER como atividade extensionista de café (2017)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

Atualmente, a abrangência do serviço prestado pela EMATER, de assistência técnica e extensão rural, ainda é a principal existente, porém atende um público pequeno se considerado o quantitativo de estabelecimentos familiares no estado. Essa defasagem ocorre sobretudo devido à sua desestruturação no decorrer dos anos. Por outro lado, o SENAR tem ampliado sua atuação extensionista e de assistência técnica com agricultores familiares, alcançando também cafeicultores (Foto 7).

Foto 7 – Placa de identificação de assistência técnica ofertada pelo SENAR (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

No decorrer do trabalho de campo, identificamos algumas placas do SENAR Rondônia, informando sua atuação em alguns estabelecimentos, que não se restringiram ao café, mas também a outras atividades, sobretudo a pecuária de corte, entretanto não conseguimos entrevistar os agricultores. Em relação aos estabelecimentos que visitamos e conseguimos entrevistar os agricultores, dois eram assistidos pela EMATER e outro contrata assistência particular, enquanto os demais não possuem qualquer tipo de orientação oficial, buscando o conhecimento técnico a partir das relações com vizinhos e com os viveiristas, ou seja, uma relação de solidariedade orgânica (Santos, 2014b).

Por fim, em relação às impressões obtidas em campo, percebemos que em todos os casos a comercialização ocorre através de corretores ou o capital comercial local mais próximo, a exemplo, o agricultor de Ministro Andreazza comercializa sua produção na própria cidade, da mesma forma o agricultor de Novo Horizonte do Oeste, de São Miguel do Guaporé, de Ji-Paraná, de Cacoal e de Porto Velho. Ou seja, a cafeicultura movimenta a economia local, seja vendendo a produção para os atravessadores, seja realizando a torra e a venda do café com a própria marca.

No decorrer do campo, nos estabelecimentos rurais, escolhidos de forma aleatória, encontramos apenas um agricultor que produz um café especial, em Nova Londrina, distrito de Ji-Paraná e que tem sua marca comercializada de forma local. Apesar disso, conversamos com alguns outros agricultores que possuem cafés especiais no Estado, como o café Lagoa da Mata de Novo Horizonte do Oeste; café Dom Bento e Café da Luz em Cacoal. Todos possuem parte da produção para comercialização de cafés especiais e outra parte do café tradicional.

Nesse sentido, entendemos que a organização da cafeicultura em Rondônia, apesar da conquista da Indicação Geográfica que valoriza o produto estadual e dá visibilidade no mercado nacional e internacional, inclusive contribuindo no aumento do preço de comercialização, tende a predominar com a produção do café *commoditie*, com melhor qualidade, mas sendo negociado conforme as oscilações do mercado internacional.

Voltando para a questão da IG e da produção de cafés especiais, os agricultores que adentram esse cenário possuem produções quase artesanais de microlotes, destinados a atender todas as expectativas do mercado em relação à qualidade da bebida, sobretudo quando se pensa na agroindustrialização por parte do

próprio agricultor em seu estabelecimento, como no caso dos cafés apontados logo acima.

Por outro lado, alguns agricultores têm voltado a atenção para esse mercado, integrando-se à Associação CAFERON, que possui cerca de 10.400 agricultores associados e que é responsável por garantir as características do café das Matas de Rondônia, nome da Identificação Geográfica do café rondoniense. Atuando nesse cenário, um evento planejado pela CAFERON e realizado pela APEX Brasil, ocorrido em Cacoal no ano de 2023, reuniu cerca de 20 compradores de café de 11 países diferentes, aproximando os compradores da produção de cafés especiais local, com a comercialização de 3 mil sacas de café de 15 produtores, totalizando cerca de R\$ 4 milhões em negócios, com sacas sendo negociadas em até 4 mil reais, enquanto o valor médio do café *commoditie* à época, estava em torno de 600 reais (Viudes, 2023).

Portanto, a participação do agricultor familiar no circuito espacial de produção de cafés especiais refletem uma alternativa para ampliar sua participação na tomada de decisões em relação ao desenvolvimento da atividade no estado, seja criando sua própria marca e ganhando visibilidade através de concursos de qualidade do café, seja associando-se à CAFERON e produzindo para exportação com valor agregado pela qualidade da bebida. Há ainda a participação do circuito de café *commoditie*, apresentando valorização de mercado diante de uma produção com maior qualidade, sabendo que integrar este circuito não elimina a possibilidade de produção especial. Em ambos os casos, há uma produção espacial em torno de um processo de instalação de objetos técnicos ao espaço e de melhorias no manejo das práticas de cuidado da produção, refletindo na permanência das famílias no campo e certa resistência aos avanços do agronegócio latifundiário.

3.2.1.2. Diferentes instâncias participantes do circuito espacial de produção do café em Rondônia.

Como tratamos no início dessa seção, buscamos neste trabalho apresentar as características do circuito espacial de produção do café de Rondônia, a partir do protagonismo daqueles que são responsáveis por produzir a matéria prima que mantém o circuito, ou seja, os agricultores familiares. Porém, não poderíamos tratar do circuito sem analisar as demais instâncias que integram esse sistema e que

contribuem para a (re)adaptação do espaço geográfico no atendimento das demandas produtivas.

A primeira etapa, na qual, ao longo dos anos, o agricultor conseguiu alcançar protagonismo, envolve a adaptação técnico-produtiva da produção, incorporando ao espaço elementos que contribuam para o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade da produção. Além disso, a organização socioprodutiva na formação da CAFERON, articulando as políticas de fomento e a criação da IG, reforçam a participação desses agricultores não apenas atuando na lavoura, mas na definição dos rumos da organização do circuito espacial de produção do café.

Após a primeira etapa, o próximo agente dentro do circuito espacial de produção são os representantes do capital comercial, que compram o produto do agricultor através da cotação atual do preço da saca de café e revendem essa produção para as torrefadoras nacionais, escoando a produção para o centro-sul do país, onde se concentram a maioria dessas empresas.

Com a atual variação de preço do mercado do café, algumas empresas do capital comercial passaram a enfrentar algumas dificuldades, sobretudo por terem negociado no mercado futuro. Esta situação foi vista *in loco* no decorrer de nossa pesquisa, onde alguns representantes das empresas, afirmaram terem feito contratos no ano passado (2023) com torrefadoras de São Paulo e Paraná, para entrega esse ano (2024). Porém, o valor médio da saca de café no ano de 2023 era de R\$ 608,00, já em 2024 está acima de R\$ 1.000,00, ou seja, segundo os donos das máquinas de café que entrevistamos, estão trabalhando em prejuízo.

No cenário apresentado anteriormente, os cerealistas apontaram terem contrato com os agricultores, amarrando os valores aos preços que receberam. No entanto, com a valorização do café, os agricultores se negaram a entregar a produção nos valores mais baixos que o mercado. Assim, os representantes do capital comercial acabam pagando mais caro para o produtor, de forma a ter o produto e cumprir com as negociações com a indústria.

Também identificamos, por meio dessas pesquisas, que, no mercado de *commodities*, o capital comercial tende a agregar as despesas com logística e impostos ao valor pago ao agricultor. No entanto, neste ano específico, essa dinâmica se inverteu, conforme descrito acima. Por outro lado, sofre as manobras das indústrias

para a realização dos pagamentos dos fretes, esticando ao máximo para a efetivação dos valores aos cerealistas locais.

Outro ponto que agrega valor aos cerealistas é o processo de beneficiamento do café (Foto 8). São as chamadas máquinas de café, que realizam o processo quando o agricultor não consegue realizar em seu estabelecimento. A ampliação da cafeicultura no interior de Rondônia, resulta na instalação de diversas máquinas de café nas margens das rodovias (Figura 7 e Foto 9).

Foto 8 – Novo Horizonte do Oeste: Máquina de beneficiamento de café (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

Figura 7 –Cafeeiras (Capital Comercial) localizadas às margens das rodovias e linhas rurais na região central de Rondônia (2024)



Fonte: Google Maps, 2024.

Foto 9 – Novo Horizonte do Oeste: Cafeeira instalada às margens da RO – 010

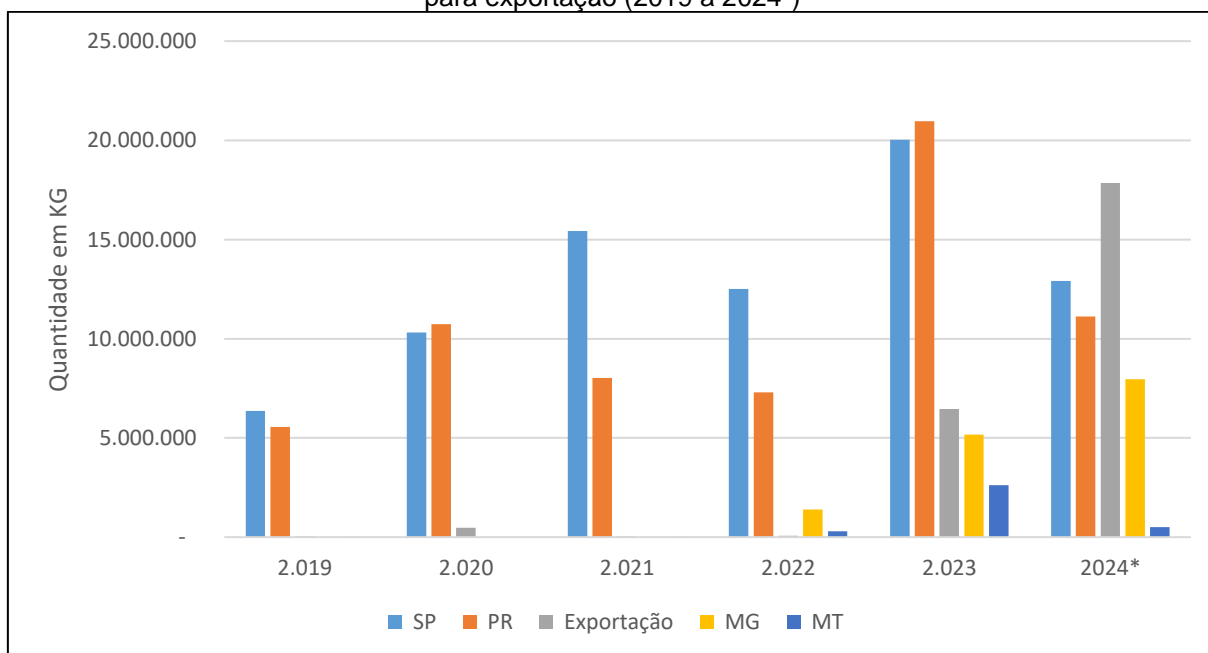


Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

A sequência de imagens acima evidencia a presença do capital comercial no espaço rondoniense, mais próximo dos agricultores e intermediando o trajeto da produção até a indústria ou a exportadora, que também se instala nos principais municípios do estado, sobretudo Cacoal, que é conhecida como “Capital do café”.

De acordo com os dados da SEFIN/RO, nos últimos 6 anos, os principais destinos do café produzido no estado foram São Paulo e Paraná, além da exportação (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Rondônia: Quantidade de café não torrado em grão (Kg) comercializado com outra UF ou para exportação (2019 a 2024*)

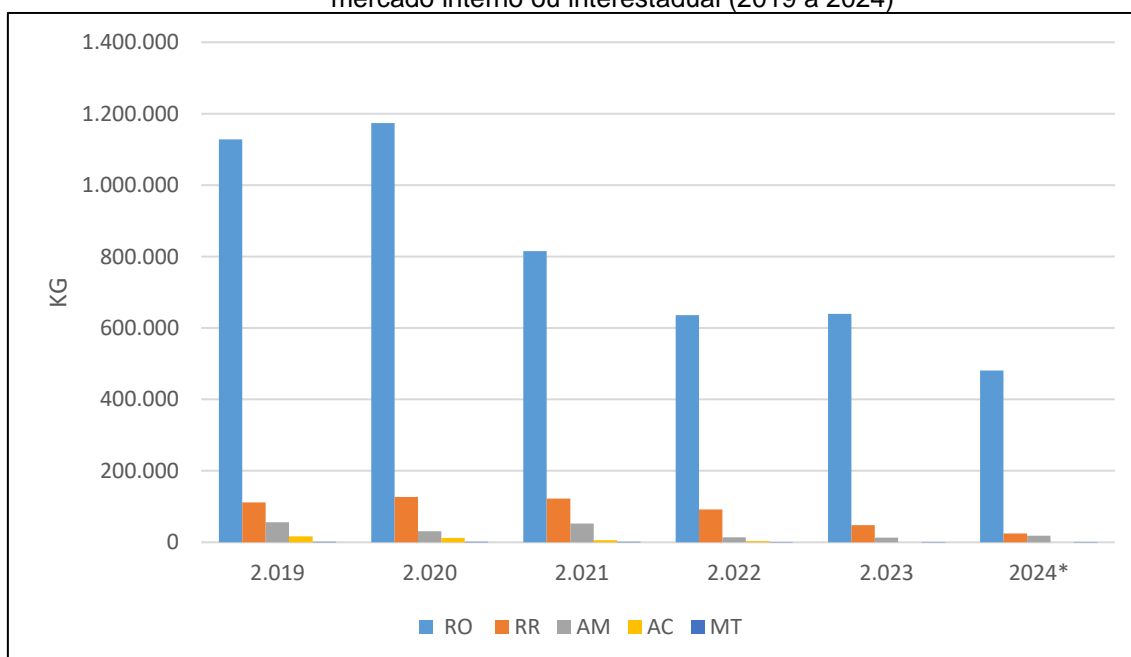


Fonte: SEFIN/RO (2024). Org.: autor. Nota (*): Os dados de 2024 referem-se ao período de 01/01/2024 a 31/01/2024.

Conforme as informações apresentadas no gráfico, no decorrer dos últimos anos verifica-se uma tendência de aumento nas transações comerciais de café para outras regiões do país, sendo os estados de São Paulo e Paraná os principais destinos. Além disso, outro ponto de grande relevância nos dados é o grande aumento na exportação em 2024, que está com dados parciais. Esse aumento pode ser resultado de dois motivos: 1) a diminuição na produção do Vietnã, que é um dos principais exportadores do café robusta, devido as questões climáticas (Lapham; Souza, 2024); e 2) aumento do interesse internacional pelo café da IG de Rondônia, diante das inúmeras propagandas feitas nesse mercado.

De toda forma, o café rondoniense atende às demandas do mercado nacional, sobretudo as indústrias torrefadoras de São Paulo e Paraná; o mercado internacional, ainda em pequena escala; e o próprio mercado regional através de indústrias locais, que também absorvem grande parte da produção local, abastecendo o comércio estadual e de outros estados, sobretudo na região Norte (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Rondônia: Quantidade de café torrado e industrializado no estado e comercializado no mercado interno ou interestadual (2019 a 2024)



Fonte: SIDIEC/RO, 2024. Org.: autor. Nota (*): Os dados de 2024 referem-se ao período de 01/01/2024 a 31/08/2024.

Os dados apresentados demonstram a pouca capacidade do café industrializado em Rondônia em alcançar novos mercados, isso porque é grande a concorrência com grandes conglomerados que atuam no mercado nacional e que possuem marcas consolidadas no gosto da população. Como forma de exemplificar a

concorrência com grandes grupos e suas marcas, utilizamos os dados da Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), que disponibiliza anualmente uma lista com as 100 maiores indústrias de café do país, conforme apresentamos parte desses dados no quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Dez principais torrefadoras de café do país e as duas indústrias de Rondônia entre as primeiras 100 do país

Colocação	UF	Indústria	Marcas
1°	CE	CAFE TRÊS CORAÇÕES S/A	3 corações; Santa Clara; Brasileiro; Três; Iguaçú; Fort; Itamaraty e mais 19 marcas.
2°	SP	JACOBS DOUWE EGBERTS BR COM. DE CAFES LTDA	Pilão; Senseo; Café do Ponto; Pelé; Caboclo; Damasco e L'OR.
3°	SP	MELITTA DO BRASIL IND. E COM. LTDA.	Café Melitta
4°	SE	INDS. ALIMENTS. MARATA LTDA.	Café Maratá e Puro (vendidos em 2023 para a Jacobs Dowe Egberts).
5°	MG	CAMIL ALIMENTOS S.A.	União; Seletto e Bom dia.
6°	PB	SAO BRAZ S_A IND. E COM. DE ALIMENTOS S.A	Café São Braz; Blend 53; Nordeste e Gostosin.
7°	MG	COOP. REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPE LTDA. – COOXUPE	Café Evoluto e Primá Qualitá.
8°	GO	CAFE RANCHEIRO AGRO INDL. LTDA.	Café Rancheiro.
9°	SP	MASSIMO ZANETTI BEVERAGE BRASIL LTDA	Segafredo Zanetti.
10°	MG	FOODS IND. E COM. LTDA	Também pertencente ao Jacob Dowe Egberts.
84°	RO	SABOR DO CAMPO COM. DE PRODS. ALIMENTICIO LTDA	Sabor do campo
97°	RO	CAFE KATUTA IMP. E EXP. LTDA	Katuta

Fonte: ABIC, 2023 e sites institucionais. Org. Autor.

A partir dos dados apresentados no quadro acima, verifica-se que as grandes indústrias torrefadoras centralizam as principais marcas do mercado, além do grande controle pela Jacob Dowe Egberts, que além da marca própria, adquiriu em 2023 o setor de cafés e chás da Maratá. Também é responsável pela Foods Ind. E Com. Ltda de Minas Gerais, ou seja, entre as 10 principais indústrias de café do país em 2023, é responsável pela 2°, 4° e 10° colocados no *ranking*. Por outro lado, das diversas marcas de Rondônia, apenas duas aparecem no *ranking* das 100 maiores indústrias de café do país, ocupando a 84° e 97° posições.

Diante desse cenário, ao analisar o mercado consumidor do circuito espacial de café em Rondônia, verifica-se nas prateleiras dos comércios uma divisão entre as marcas nacionais e as marcas locais, como demonstrado na foto 10.

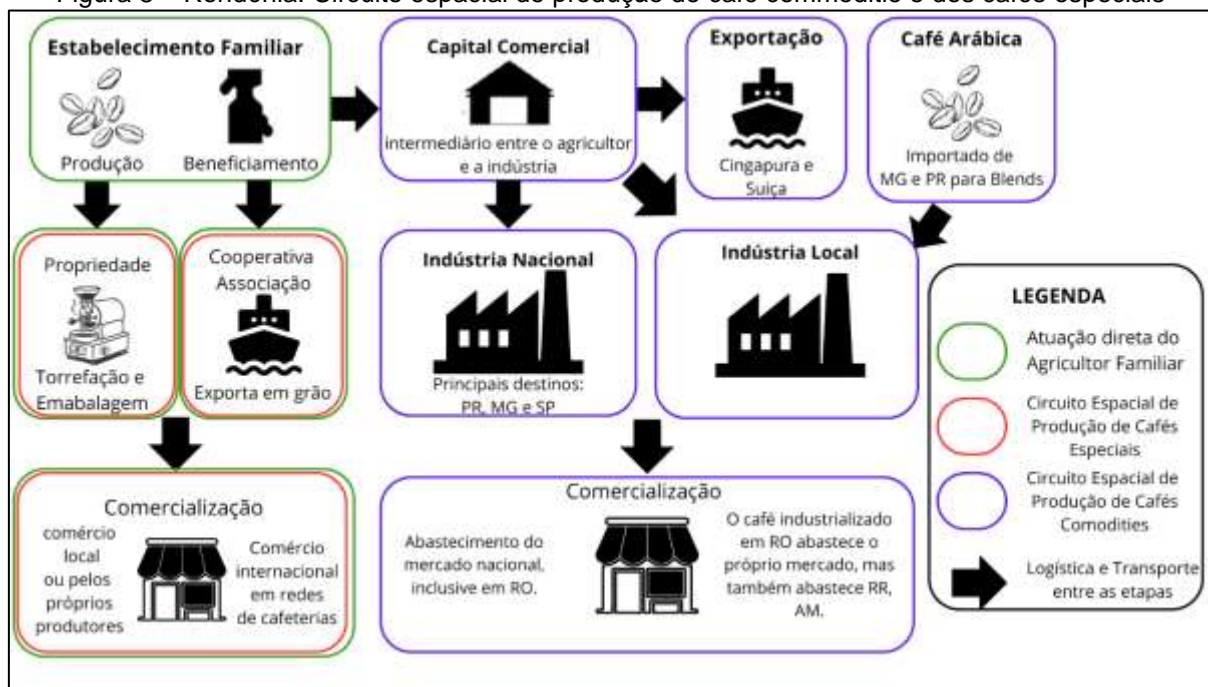
Foto 10 – Demonstração de Prateleira de supermercado com exposição de marcas de café



Fonte: Trabalho de Campo. Foto: autor.

A imagem em conjunto com a divisão apontada por nós, evidencia a preferência dos consumidores por marcas renomadas no mercado de cafés, como as que aparecem em destaque na foto, enquanto se percebe que as marcas rondonienses ocupam pequeno espaço na prateleira. A percepção sobre o mercado consumidor de café e todas as etapas de seu circuito espacial de produção, nos permite apreender que, apesar do intenso uso do território pelos agricultores familiares rondonienses, na produção de café, a atividade tem contribuído para o fortalecimento do capital industrial, que expande sua atuação em Rondônia comprando a produção, ou seja, os agricultores permanecem subordinados ao sistema capitalista e seus interesses, tendo seu rendimento oscilando conforme o mercado *commoditie* do café.

Por outro lado, a participação em mercados especiais de café, dá maior autonomia aos agricultores, que diminuem a intermediação entre a produção e o consumo, favorecendo sua atuação nesse circuito. Para exemplificar a organização do circuito espacial de café em Rondônia, ilustramos com a figura 8, a seguir.

Figura 8 – Rondônia: Circuito espacial de produção do café *commoditie* e dos cafés especiais

Fonte: Pesquisa de campo, SIDIEC/RO. Org.: autor.

Portanto, a partir do cenário apontado e ilustrado acima, podemos perceber que o circuito espacial de produção do café em Rondônia, de forma geral, fomenta o mercado nacional e internacional, demonstrando a capacidade da agricultura familiar em integrar-se ao mercado, sem deixar de manter a sua essência policultora e de uso do seu espaço como meio de sobrevivência. O circuito apresentado acima também demonstra a maior participação dos agricultores familiares nas etapas que envolvem os cafés especiais, possibilitando maior controle do circuito. Por fim, evidencia que aqueles que não conseguem participar desse mercado de cafés especiais, ficam à mercê do capital (comercial, industrial e financeiro), com a comercialização de sua produção e a volatilidade da *commoditie* nas bolsas de valores.

3.3 Mandiocultura em Rondônia: uma produção familiar

A mandioca é um produto que faz parte da cultura alimentar dos povos tradicionais do Brasil. De acordo com Barbosa, Silva e Meireles (2021), a mandioca já era consumida e domesticada há pelo menos 8 mil anos, quando da chegada dos europeus no séc. XV, sendo um produto originário da América do Sul.

O costume alimentar da mandioca se espalhou por boa parte da América a partir dos povos tradicionais, que se dispersavam no território brasileiro e tão logo os

européus chegaram à América, adotaram seu consumo como forma de nutrir as demandas e falta de pão e alimentos para a população (Farias; Seixas Filho; Miranda, 2019). Assim, a mandioca apresenta considerável valor cultural, histórico, econômico e social, sendo considerada “rainha do Brasil” dentre os produtos alimentares, devido aos inúmeros elogios atribuídos à sua importância nutricional para os povos (Ibidem, 2019).

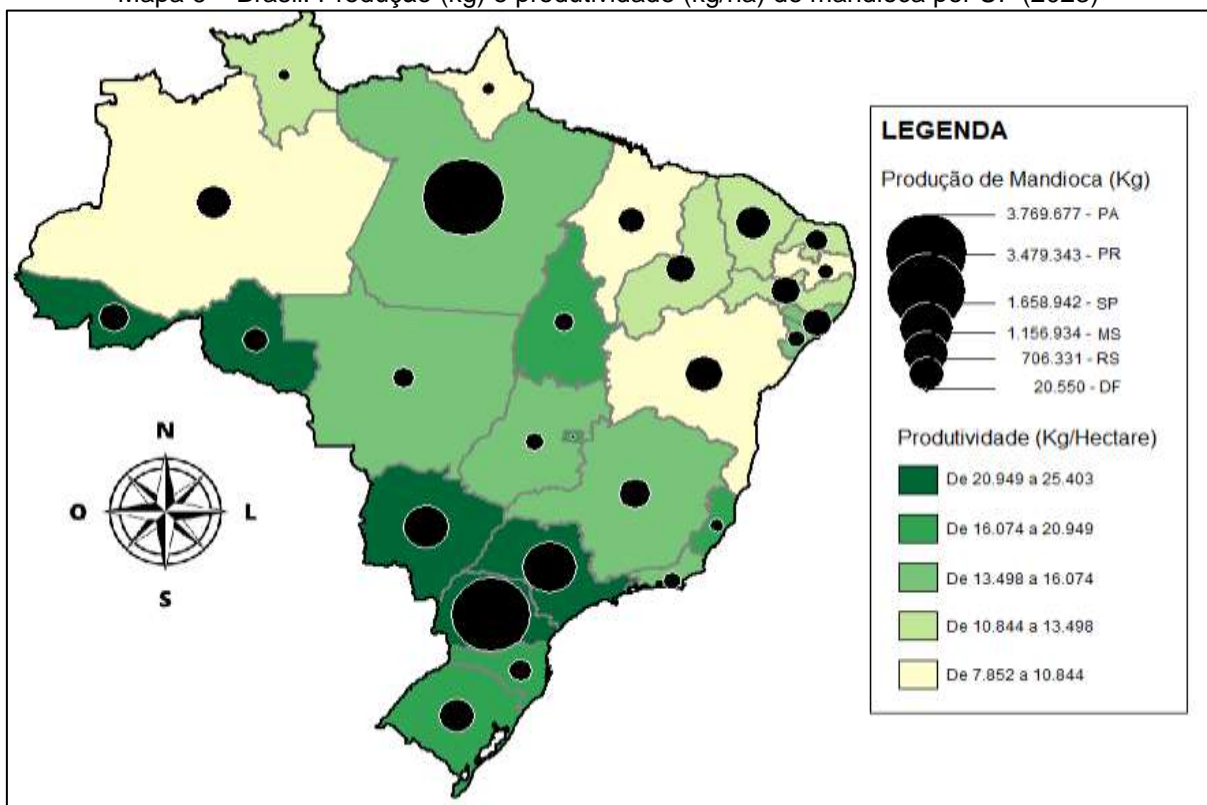
A cultura alimentar e produtiva da mandioca é bastante intensa nas regiões norte e nordeste do Brasil, porém, está distribuída em todo o território nacional, sendo inserida como patrimônio imaterial da cozinha brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A base da conquista do registro da mandioca como Patrimônio imaterial do Brasil começa pelas suas ótimas características como vegetal comestível já destacado pelos indígenas quando os portugueses chegaram ao Brasil, devido ao seu volume de carboidrato e sua rusticidade de cultivo superando situações difíceis e até adversas de solo e clima. Além disso, a mandioca apresenta uma grande capacidade de regeneração e de adaptação ecológica, sua grande capacidade de conservação em forma de farinha, podendo ser armazenada por meses a fio (Ibidem, 2019, p. 14).

As características da mandioca, apresentadas pelos autores e que serviram de base para seu registro como patrimônio imaterial no Brasil, destacam sua relevância social e cultural, pois é uma importante fonte de alimentação (Melo *et al.*, 2022), com fácil cultivo e capacidade de armazenamento, além de contribuir ecologicamente devido a sua capacidade de produção consorciada, não sendo necessário portanto ampliação do desmatamento e o pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, visto que é uma cultura sensível ao uso deste tipo de produto.

Nesse contexto histórico, a mandioca passou a ser uma produção praticada em todo o país, sobretudo por agricultores familiares. Os dados apresentados no mapa 6 demonstram a distribuição da produção e a produtividade desse produto por cada unidade federativa.

Mapa 6 – Brasil: Produção (kg) e produtividade (kg/ha) de mandioca por UF (2023)



Fonte: IBGE, 2023. Org.: o autor. Elaborado com Philcarto.

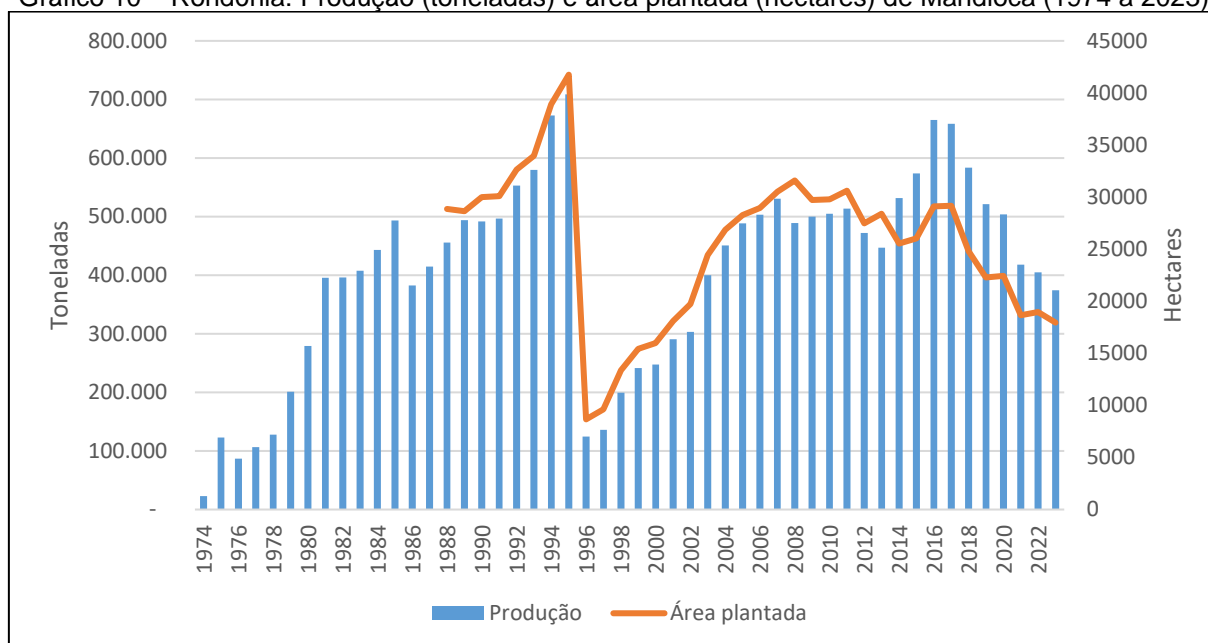
A partir dos dados presentes no mapa acima, percebe-se que o Pará é o estado com maior produção de mandioca no país, seguido por Paraná e São Paulo. O Estado de Rondônia aparece, no ano de 2023, como o 15º maior produtor de mandioca do país, com 374.483 toneladas do produto, um dado não tão expressivo para um estado com forte presença da agricultura familiar. Apesar disso, quando se analisa a produtividade (Kg/ha), os dados de Rondônia demonstram melhores resultados, estando na quinta posição, com uma produção de 20.949 kg/ha, à frente do Pará, que é o maior produtor do país, mas com um rendimento de apenas 15.050 kg/ha.

Dessa constatação, percebe-se que o estado de Rondônia e o Acre se destacam entre os estados da região norte em relação à produtividade, apesar de não despontarem entre os maiores produtores. Isso ocorre devido à introdução de novas técnicas ao processo produtivo, como adubação e até mesmo a mecanização (Smeraldi; Santos, 2021). A incorporação técnica a uma produção predominantemente familiar em Rondônia evidencia certa característica do mercado no interesse e fomento da atividade, incentivando o desenvolvimento de novas práticas produtivas. Esse processo transforma a caracterização do espaço familiar, além de modificar até mesmo o aspecto cultural envolvido na produção da mandioca,

que deixa de ter uma condição de produto de subsistência para um ter caráter de produto para comercialização, apesar de Smeraldi e Santos (2021) concluírem que a mandiocultura na Amazônia ainda está voltada para a subsistência.

Em relação à produção da mandioca no estado de Rondônia, área deste estudo, os dados do gráfico 10 apontam sua evolução, com base nos dados da produção agrícola municipal.

Gráfico 10 – Rondônia: Produção (toneladas) e área plantada (hectares) de Mandioca (1974 a 2023)



Fonte: IBGE, 2023. Org.: o autor.

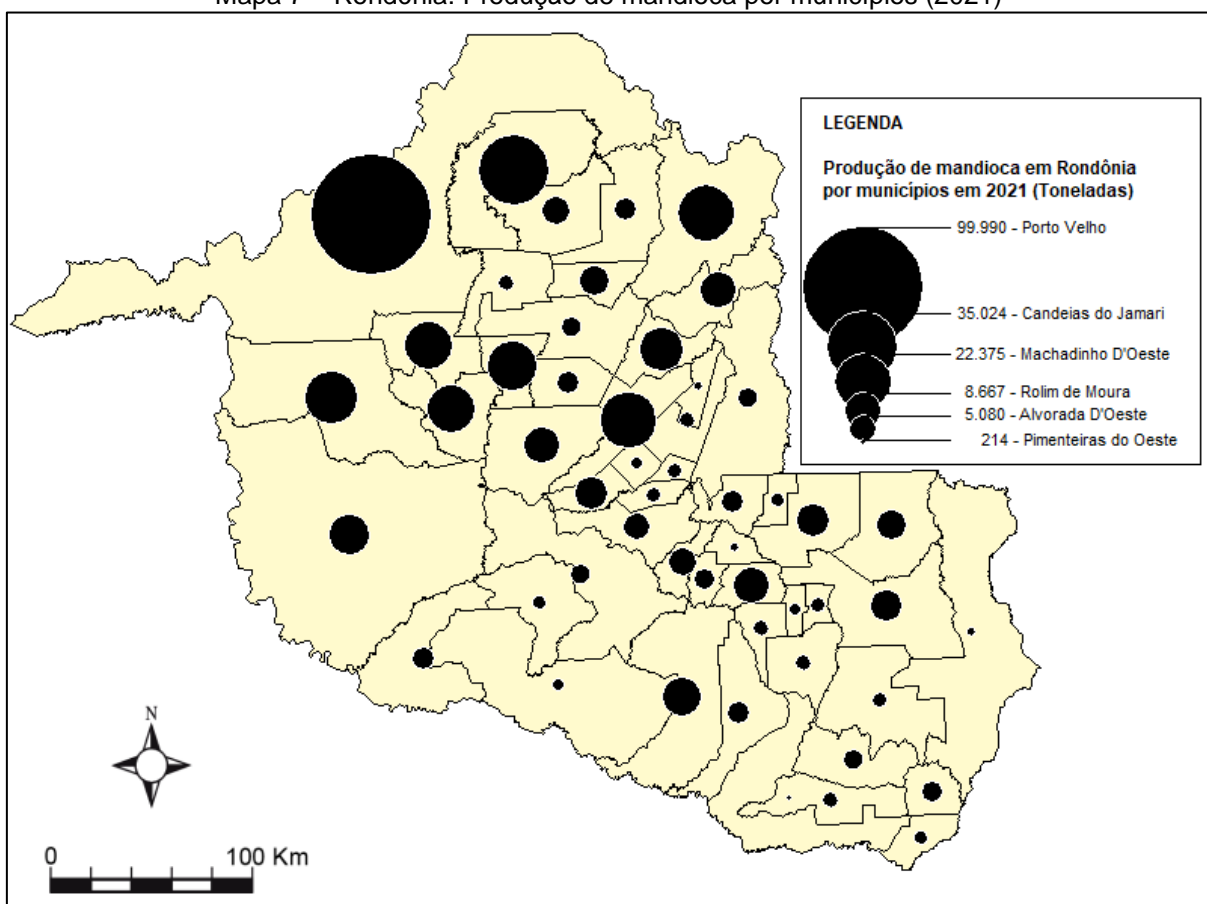
Os dados apresentados apontam que a mandiocultura obteve grande variação no decorrer do tempo em Rondônia, alcançando seu grande pico de produção no ano de 1995, com pouco mais de 708 mil toneladas de mandioca, mas seguido de grande queda para o ano seguinte, quando a produção ultrapassou pouco mais de 124 mil toneladas. A partir desse ano, o volume da produção retoma aumento atingindo seu novo ápice em 2016, com 664.928 toneladas, com posterior queda gradual ano a ano.

Em relação à área de produção, não há dados disponíveis anteriores ao ano de 1988, mas percebe-se, nos contornos da linha temporal, que a área apresenta certa constância em relação à quantidade produzida. Porém, a partir de 2014, na projeção apresentada pelo gráfico, há uma diminuição na área em relação à quantidade produzida, demonstrando melhoria na produtividade, apesar da tendência de redução da atividade no estado. Importante destacar que, apesar de inúmeras pesquisas, não conseguimos identificar as causas da drástica redução produtiva e de área no ano de 1996, podendo ser fruto de ajustes metodológicos na coleta dos dados

ou resultante de algum problema natural ou econômico que resultou na brusca redução.

Quando se analisa a produção de mandioca distribuída nos municípios de Rondônia, é possível verificar que todos os municípios possuem essa cultura, isso porque se trata de um alimento comum ao agricultor familiar, conforme apontam os dados do mapa 7.

Mapa 7 – Rondônia: Produção de mandioca por municípios (2021)



Fonte: IBGE, 2021c. Org.: o autor. Elaborado com Philcarto

Ao observar os dados contidos no mapa 7, percebe-se uma certa concentração da produção nos municípios localizados na porção mais ao norte do estado, de modo que é possível dividi-lo em duas partes. Os maiores produtores são Porto Velho, Candeias do Jamari e Machadinho D'Oeste, respectivamente. Apesar disso, a produção está distribuída por todos os municípios, pois esse alimento compõe o hábito alimentar do brasileiro.

Além da importância alimentar e cultural, com um aspecto de subsistência para os agricultores familiares, a mandioca também compõe o orçamento das famílias

produtoras, pois é o segundo em relação ao Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA), de acordo com o censo agropecuário 2017, conforme se verifica na tabela 12.

Tabela 12 – Rondônia: Cinco principais produtos do Valor Bruto da Produção Agrícola da agricultura familiar e sua participação em relação ao total (2017)

	VBPA da agricultura familiar (mil reais)	Participação (%) em relação ao total
Café	168.500	90,4
Mandioca	41.455	90,4
Soja	24.608	3,2
Milho	18.843	7,0
Banana	16.472	87,3

Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor

Portanto, a partir dos dados da tabela acima, fica evidente a relevância econômica da mandioca para o agricultor familiar de Rondônia, que é o principal responsável pelo cultivo desse produto no estado e, mesmo sendo um produto de baixo valor de mercado, corresponde à segunda maior renda da produção agrícola realizada por esse grupo.

Nesse sentido, consideramos de grande relevância a análise do circuito espacial de produção da mandioca, pois ela se apresenta como um importante item da cartela de produtos presentes nos estabelecimentos familiares de Rondônia, com grande possibilidade de crescimento, desde que haja as políticas públicas de fomento dessa produção. Cunha e Farias Neto (2023) apontam estudos desenvolvidos pela EMBRAPA Amazônia Oriental, no Pará, para o melhoramento genético da mandioca, como forma de aumentar a produtividade e o valor nutricional deste produto. Além disso, Carvalho *et al* (2011) aponta estudos da EMBRAPA na avaliação de clones de mandioca em Vilhena, já Passos *et al* (2018), também da EMBRAPA, apresenta estudo técnico sobre os sistemas de produção da mandioca como forma de orientação na melhoria da produtividade.

A partir dos estudos, verifica-se o desenvolvimento de pesquisas para a melhoria genética e técnica do processo produtivo. Além disso, Melo *et al.* (2018), ao estudar a cadeia produtiva familiar da mandioca em Rondônia, apontou que os municípios onde a EMATER realiza a maior quantidade de assistências às famílias são aqueles onde se concentram os investimentos do PAA. Nesse sentido, destacamos a relevância da atuação dos agentes do círculo de cooperação, no âmbito de pesquisa e extensão, para o fomento da mandiocultura em Rondônia e, em consequência, a valorização da agricultura familiar, pois sem as políticas, a agricultura

familiar passa a ser pressionada pelo agronegócio na implantação de *commodities*, como aponta estudo de Barbosa, Silva e Meireles (2021).

3.3.1 Circuito espacial de produção da mandioca em Rondônia

Conforme apontamos anteriormente, a cultura da mandioca ainda não apresenta tanta relevância em âmbito nacional. Porém, em se tratando de escala estadual, possui importância sobretudo aos agricultores familiares, que são responsáveis por 90% de sua produção (IBGE, 2017). Por não representar grande quantitativo da produção nacional, o circuito espacial de produção da mandioca em Rondônia apresenta uma característica mais regional, atendendo às demandas locais pelo produto, visto que seu consumo é elevado.

Para entender o circuito espacial de produção da mandioca, é preciso compreender suas características e seus subprodutos. A mandioca é um alimento de grande valor nutricional, tanto para humanos quanto para animais, podendo ser consumida cozida (uso da raiz) ou processada em diversos derivados, como goma de tapioca, polvilho, farinha, tucupi e fécula de mandioca (Smeraldi & Santos, 2021). Além disso, apesar de possuir diversas variedades de planta, são divididas em dois grupos: 1) mandioca-mansa ou de mesa, também conhecida como macaxeira ou aipim, comumente utilizada para cozimento da raiz, podendo ser comercializada de forma *in natura* ou descascada e congelada; 2) mandioca-brava ou de indústria, destinada à fabricação de farinhas, tucupi e gomas, além de outros possíveis usos (Cunha; Farias Neto, 2014; Melo *et al.*, 2022).

A partir dos dois grupos, identificamos duas etapas diferentes para o circuito espacial de produção da mandioca. A primeira etapa, envolvendo a produção da chamada mandioca mansa ou de mesa, normalmente mais curto, resultando em dois subprodutos, a mandioca *in natura* ou farinha de mandioca. No decorrer do trabalho de campo que desenvolvemos em diversos municípios de Rondônia, a partir de relatos dos técnicos da EMATER e da visita a alguns estabelecimentos familiares, identificamos que esse tipo de mandioca é mais produzido na porção centro-sul do estado.

A mandioca produzida pelos agricultores familiares e que serão comercializadas *in-natura*, assume dois caminhos possíveis: 1) Colheita pelo

agricultor, que comercializa em feiras e estabelecimentos comerciais na cidade próxima (Foto 11); 2) Comercialização da safra com agroindústrias familiares próximas, que realizam a colheita, descascam e embalam para comercialização congelada na rede comercial local.

Foto 11 – Ji-Paraná: Produção e colheita de mandioca por agricultor familiar para comercialização em feira urbana (2024)



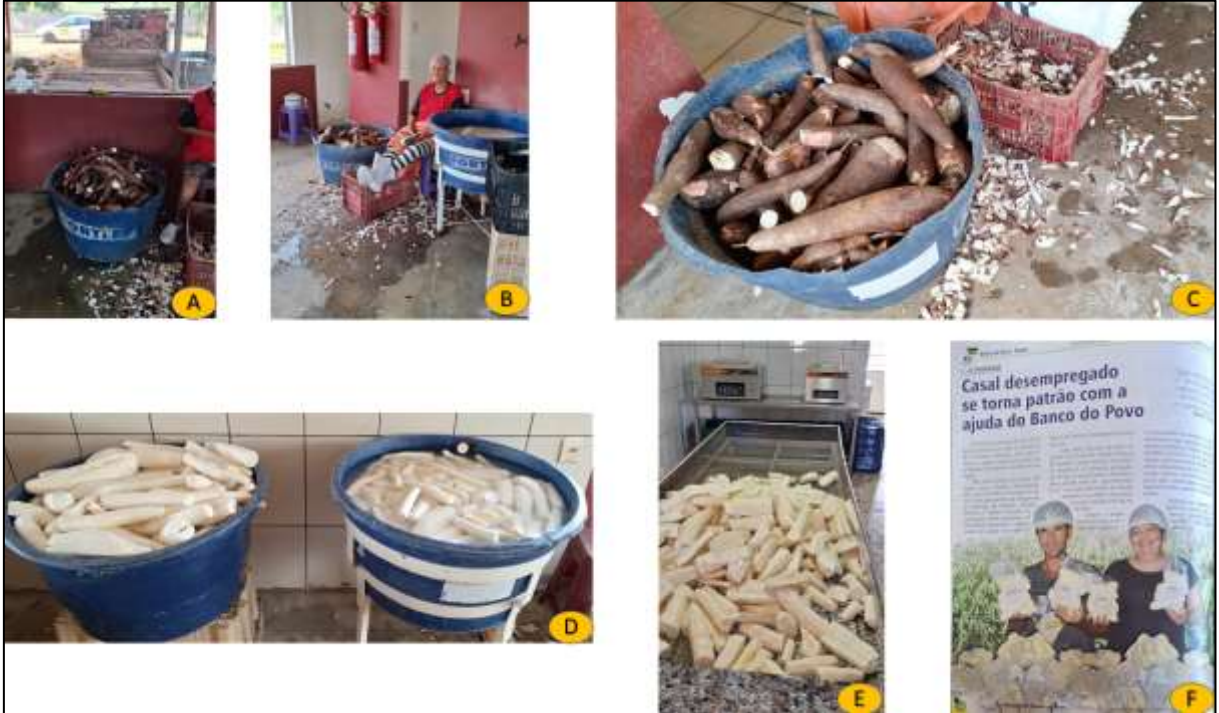
Legenda: A) Plantação de Mandioca com variação nos tamanhos das plantas; e B) e E) Mandioca com instalações para irrigação, favorecendo a produção em períodos de seca; C) Caixa com a mandioca colhida e que será comercializada na feira; D) Pé de mandioca após a retirada das raízes e que será reaproveitado para realização de novas plantações. Fonte: Trabalho de Campo.

A partir das imagens coletadas em campo, verifica-se que o agricultor possui certa programação para a realização da plantação e da colheita, perceptível a partir da variação no tamanho das plantas. O planejamento é importante para não faltar a oferta do produto aos consumidores. Outro ponto é a instalação de objetos técnicos ao espaço produtivo, auxiliando na irrigação e, conseqüentemente, na manutenção da produção nos períodos de seca. Por fim, destacamos a simplicidade do agricultor, que trabalha descalço e que realiza todo o trabalho sozinho.

De todos os estabelecimentos rurais que visitamos no decorrer do trabalho de campo, apenas 6 possuíam produção de mandioca. Desses, 4 produziam a mandioca para comercialização da raiz, sendo apenas a propriedade da foto 11, com comercialização da raiz *in-natura* diretamente na feira ou consumidor final. As outras 3 propriedades visitadas vendem sua safra para agroindústrias familiares, que

realizam a colheita e beneficiam a raiz, descascando, embalando e congelando, conforme as imagens da foto 12.

Foto 12 – Etapas da agroindustrialização de mandioca congelada em estabelecimento familiar (2024)



Legenda: A) Área de limpeza da mandioca ao chegar na agroindústria; B) e C) Descascamento da mandioca limpa, realizado de forma manual por apenas 1 funcionária; D) Mandioca descascada sendo higienizada para ser embalada; E) Mandioca limpa e cortada, aguardando ser embalada; F) Matéria na revista Banco do Povo de Ji-Paraná, anunciando a agroindústria familiar que foi financiada com linha de crédito para desenvolvimento do ramo. Fonte: Trabalho de campo. Fotos: autor.

Assim como foi representado nas imagens da foto 12, acima, a agroindústria de mandioca congelada em Rondônia é desenvolvida por agricultores familiares, que normalmente cultivam a mandioca, mas também adquirem de outras famílias, beneficiando o produto e abastecendo o mercado local.

No decorrer de nossa pesquisa em campo, visitamos duas agroindústrias familiares de mandioca: a que está representada nas fotos acima, localizada em Ji-Paraná e outra, em São Felipe D'Oeste, onde buscamos compreender a dinâmica e o funcionamento do circuito espacial de produção. Em ambos os casos e segundo o relato dos proprietários, é um mercado crescente devido à proibição da comercialização de mandioca com casca em supermercados. Por outro lado, também enfrenta grande quantidade de exigências de órgãos fiscalizadores, tanto em questão sanitária, como em relação a questões fiscais e documentais, sem nenhuma contrapartida do governo.

Também identificamos que, em alguns casos, a produção é do próprio estabelecimento onde se beneficia, diminuindo os custos e aumentando a margem do agricultor familiar. No entanto, para atender à demanda do mercado, a produção própria não é suficiente, sendo necessário adquirir a mandioca de agricultores regionais, formando o circuito espacial de produção. Nesses casos, a agroindústria compra e fica responsável por realizar a colheita e o transporte da produção, além de normalmente fornecerem aos agricultores as hastes para realizar a plantação, garantindo que o produto mantenha um padrão de qualidade.

Portanto, percebe-se que os agricultores familiares, que atuam com a produção de mandioca para comercialização *in-natura*, compõem um circuito espacial de produção regional, atendendo suas demandas de subsistência, fomentando comerciantes em feiras-livres e/ou agroindústrias familiares, que abastecem os principais supermercados da região onde está inserida, resultando em pequenos circuitos produtivos.

Por outro lado, a outra etapa do circuito espacial de produção de mandioca pode apresentar um caminho maior, pois envolve a produção de farinhas, gomas e féculas da mandioca. Nesse segundo trajeto, a produção sai dos estabelecimentos familiares para agroindústrias, em sua maioria familiares ou cooperativas, onde serão produzidos os subprodutos (farinhas, féculas e gomas). Dessas indústrias, passam pelos atravessadores, que em muitos casos, principalmente em relação à farinha, acabam comprando sacas de 50kg do produto e embalam para comercialização no comércio varejista (Ferronato; Alvarenga, 2016).

Em relação ao segundo circuito, ligado à produção de farinhas da mandioca, Ferronato e Alvarenga (2016) destacam a forte influência de farinhas oriundas dos estados do Paraná e Acre no mercado varejista de Rondônia, o que enfraquece a amplitude do produto rondoniense no mercado local. Os dados do Censo Agropecuário 2017 mostram a presença de agroindústrias familiares ligadas à produção de farinha e de goma de mandioca. Porém, quando comparada aos estados vizinhos da Região Norte, a atividade em Rondônia é relativamente baixa, conforme indicam os dados da Tabela 13.

Tabela 13 – Rondônia, Acre, Amazonas e Pará: Agroindústrias familiares de farinha e goma de mandioca em relação ao número de estabelecimentos, quantidade produzida (toneladas) e valor da produção (mil reais) (2017)

	Nº de estabelecimentos com agroindústria familiar		Quantidade produzida (toneladas)		Valor da produção (mil reais)	
	Farinha de mandioca	Goma ou Tapioca	Farinha de mandioca	Goma ou Tapioca	Farinha de mandioca	Goma ou Tapioca
Rondônia	1.015	38	3.478	47	13.185	279
Acre	11.312	1.481	34.658	1.352	61.499	4.900
Amazonas	46.271	23.795	91.268	5.137	236.106	15.688
Pará	72.766	3.474	242.232	3.853	609.985	11.511

Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor.

Uma análise comparativa entre a atividade agroindustrial da mandioca nos estados elencados demonstra a incipiente produção de transformação da mandioca em farinha e goma no estado de Rondônia. Os dados demonstram a importância da atividade nos estados do Pará e Amazonas, com grande quantidade de estabelecimentos agroindustriais familiares, além da quantidade produzida e do valor dessa produção.

Apesar dos indicadores apontarem uma produção baixa em Rondônia, os valores médios da produção, quando comparados aos demais estados, demonstram maior capacidade de agregar valor pelas agroindústrias rondonienses, como se verifica nos dados da tabela 14 abaixo.

Tabela 14 – Rondônia, Acre, Amazonas e Pará: Valores médios da produção⁵ de farinha e goma de mandioca por estabelecimentos (2017)

	Farinha de Mandioca (mil reais)	Goma ou Tapioca (mil reais)
Rondônia	12,9	7,3
Acre	5,4	3,3
Amazonas	5,1	0,6
Pará	8,3	3,3

Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor

Tomando por base os dados da tabela acima, verifica-se a condição de mercado do produto rondoniense, conseguindo agregar maior valor se considerado o valor médio de produção por estabelecimentos da agroindústria familiar, ou seja, apesar de enfrentar a concorrência com os produtos oriundos de outros estados, sobretudo do Acre com a conhecida farinha de Cruzeiro do Sul, o valor de mercado que se reverte à agroindústria familiar acaba sendo maior.

No decorrer das pesquisas de campo, visitamos algumas agroindústrias farinheiras no interior de Rondônia, onde se percebe que o trabalho é feito de forma

⁵ Considerando os valores brutos da produção e o número de estabelecimentos com agroindústria familiar apontados na tabela 13.

bastante rústica e simples, com alguns poucos maquinários para o desenvolvimento dos processos agroindustriais, conforme se verifica nas imagens da foto 13.

Foto 13 – Rondônia: Agroindústrias familiares de produção de farinha de mandioca (2024)



Legenda: A) Farinheira em São Miguel do Guaporé, com barracão fechado e com piso em cerâmica, em destaque a máquina para limpeza da mandioca; B) Farinheira no assentamento 14 de agosto em Ariquemes, no momento desativado; C) Farinheira em São Felipe D'Oeste, com maquinários adaptados pelo próprio produtor; D) Farinheira em Jaci-Paraná – Porto Velho, destaque para a baixa condição estrutural do estabelecimento. Fotos: autor.

A partir das imagens apresentadas, sobre algumas agroindústrias familiares produtoras de farinha em Rondônia, destacamos alguns relatos dos produtores, que apontam a dificuldade de introdução ao mercado, apoio político e fiscal, além da pouca ou nenhuma assistência técnica recebida. As propriedades representadas nas imagens A e C, apesar de estruturas simples, demonstraram um pouco mais de capacidade de automatizar alguns processos, facilitando a produção da farinha. Por outro lado, as farinheiras representadas nas imagens B e D, demonstram um trabalho mais artesanal e com estruturas mais simples.

A farinheira do assentamento 14 de agosto estava desativada no momento da visita, pois devido à pandemia, a organização coletiva do assentamento se desvaneceu, resultando no abandono, ao menos momentâneo, da produção. Já a farinheira de Jaci-Paraná, dentre as agroindústrias visitadas foi a única que produz farinha a partir da mandioca-brava, apresentando uma estrutura bem simplória, sem controle sanitário, como é possível verificar na foto, com cachorros junto ao trabalho sendo desenvolvido.

De acordo com alguns relatos dos responsáveis pelas agroindústrias visitadas, o trabalho de produção de farinha por estabelecimentos familiares em Rondônia apresenta algumas dificuldades de atuação dentro da cadeia produtiva: 1) A ampla introdução da farinha acreana de Cruzeiro do Sul no estado; 2) A saída do campo pelos filhos, dificultando a transição geracional na continuidade das atividades; e 3) Apoio do Estado no desenvolvimento e no fomento das atividades produtivas de derivados de mandioca. Essas foram as principais queixas apresentadas pelos produtores.

A concorrência com a farinha acreana, conforme apontamos anteriormente, exerce uma pressão em relação ao valor de mercado da farinha de mandioca, devido à relação de oferta e consumo. Porém, mesmo com a concorrência, o ganho no produto rondoniense é maior, visto que existe menor número de agentes intermediários. Apesar da possibilidade de maior ganho no valor do Kg da farinha, muitos agricultores deixaram de produzir pela concorrência. Outro ponto é a dificuldade de repassar o costume da produção de farinha aos filhos, visto que se trata de um trabalho penoso e com pouco retorno financeiro. Com isso, as novas gerações que ficam no campo, mesmo que produzam mandioca, não se interessam pela atividade de produzir a farinha, ou então acabam buscando novas alternativas de produção.

Por fim, os produtores familiares de farinha alegaram pouca assistência do Estado, tendo como principais questionamentos: falta ou pouca assistência técnica; baixa possibilidade de acesso ao crédito do PRONAF, relacionado também à deficiência na assistência para elaboração de projetos; e a falta de incentivo fiscal, que acaba elevando o valor do produto, impactando na capacidade de ampliação da produção ou até mesmo reinvestimento na agroindústria, favorecendo a comercialização de produtos externos.

Os relatos identificados em campo, nos permite entender que as políticas públicas de favorecimento à estruturação de agroindústrias rurais familiares não são suficientes para atendimento das demandas dos agentes envolvidos no circuito espacial de produção da mandioca e seus derivados. A falta de estímulo e apoio por parte do poder público dificulta a permanência do desenvolvimento da atividade, mesmo quando ela pode representar mercados promissores, como dos subprodutos

da mandioca, conforme apontam Smeraldi e Santos (2021), que podem agregar valores e melhores condições aos agricultores familiares.

Em relação a agregar valor e ampliar o circuito produtivo da mandioca e seus subprodutos, há algumas variações de produtos amazônicos que tem ampliado seu mercado a partir de inovações técnicas ou mercadológicas, com alguns exemplos: 1) A Fundação Amazônia Sustentável tem investido no comércio em *marketplace* virtual da farinha com indicação de origem Uarini (farinha com um formato oval); 2) No Acre houve a criação da IG da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul, que lhe confere maior capacidade de mercado; 3) O Tucupi tem alcançado mercados externos à Amazônia, como a região sul do país e até mesmo exportação, através de um tucupi de prateleira, desenvolvido pela empresa Manioca do Pará (Smeraldi; Santos, 2021).

As demonstrações de ampliação do mercado dos subprodutos da mandioca podem contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar, que consegue investir no aumento da produção da matéria-prima e ampliar as agroindústrias. Porém, reforçando o apontamento anterior, para que isso seja possível é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que fomentem e auxiliem a atividade familiar.

Ainda em relação às políticas públicas e fomento das diversas esferas estaduais que compõem o círculo de cooperação, Melo *et al* (2022) destacam a importância do cooperativismo no fortalecimento da mandiocultura em Rondônia, pois segundo os autores “o cooperativismo fortalece não apenas um aglomerado de agricultores familiares no cultivo da mandiocultura, mas o fortalecimento e o desenvolvimento local e territorial do espaço social em que habitam” (Ibidem, 2022, p. 320).

A organização coletiva na produção de mandioca e de seus subprodutos ainda é incipiente em Rondônia, porém, algumas agroindústrias criam suas marcas próprias, gerando uma identificação de seus produtos com os consumidores, dando visibilidade às suas agroindústrias e ampliando a possibilidade de mercado (Foto 14).

Foto 14 – Rondônia: Marcas de subprodutos de mandioca produzidos no estado (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

O conjunto de imagens demonstram duas situações distintas no desenvolvimento de subprodutos da mandioca. Na primeira imagem temos a valorização e a identificação do produto desenvolvido por um agricultor familiar, criando sua marca e demonstrando sua existência no mercado. A segunda imagem demonstra um subproduto da mandioca, também produzido por agricultores familiares, mas que a marca não identifica sua origem, apenas a empresa responsável pela sua distribuição. O problema identificado na segunda situação é a inclusão de atravessadores no circuito espacial de produção da mandioca, retirando do agricultor familiar sua visibilidade, que está bem representada na primeira imagem.

Essa invisibilidade do agricultor familiar é uma constante no circuito espacial de produção da mandioca e seus subprodutos, perceptível também nos comércios locais ou feiras livres, quando se encontra farinha de tapioca, tucupi e a própria farinha de mandioca embaladas em sacos plásticos transparentes, sem identificação de marcas. Os produtos são comprados em sacos grandes por atravessadores, que levam o produto à cidade para comercialização (Foto 15) (Ferronato; Alvarenga, 2016).

Foto 15 – Porto Velho: Estabelecimento no mercado central comercializando subprodutos de mandioca (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor

Percebe-se na figura acima, no canto esquerdo, os sacos fechados de farinha de mandioca, comercializados através dos intermediários, sem procedência de origem. Já em primeiro plano é possível perceber os diversos tipos de farinhas de mandioca que são comercializados, oriundos de diversos lugares de Rondônia e do Acre, mas que não possui uma identidade visual. Na foto 16 a seguir, em uma feira livre em Cacoal, a cena é semelhante.

Foto 16 – Cacoal: Barraca de subprodutos da mandioca em feira livre (2024)



Fonte: trabalho de campo. Foto: autor

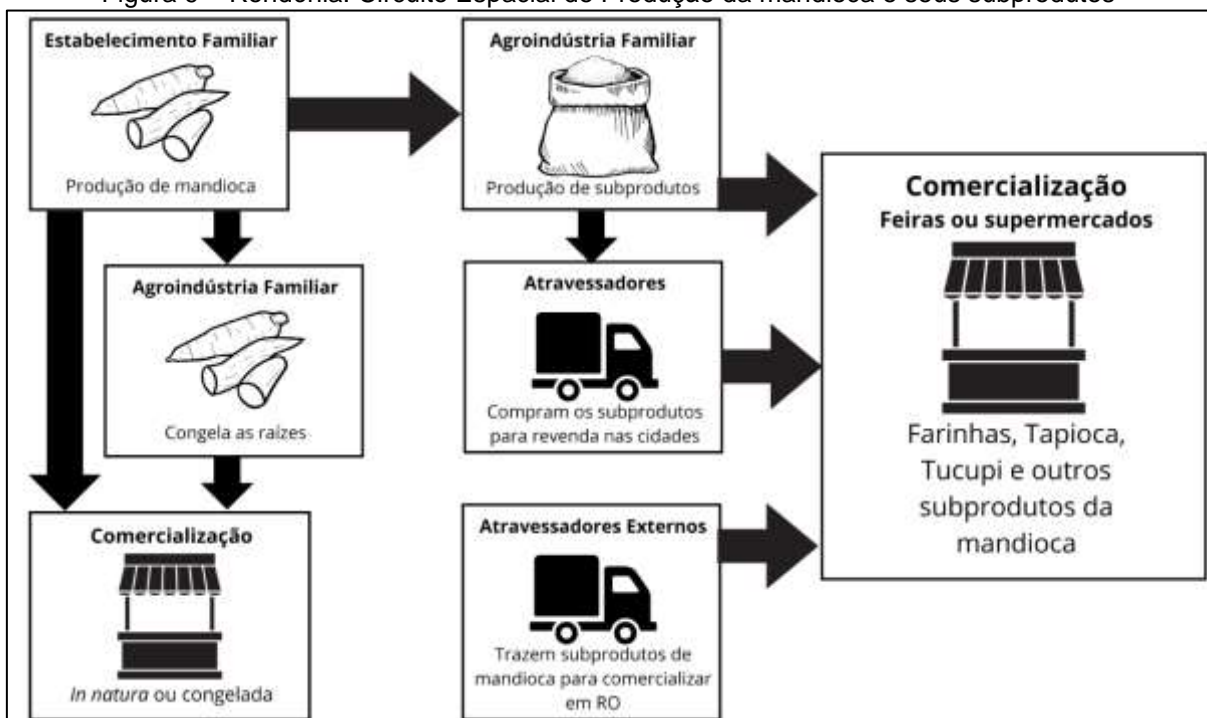
A foto acima demonstra barraca em feira livre de Cacoal, comercializando diversos subprodutos de mandioca: tapioca, farinhas e tucupi. De acordo com o comerciante, todos os produtos são oriundos de produção própria, em que ele planta e compra mandioca de produtores locais para fazer a produção. Apenas a farinha indicada na imagem com uma seta vermelha não é de sua produção, oriunda do Acre.

Portanto, com base na imagem apresentada, elencamos dois pontos que corroboram com a discussão feita até aqui: 1) apesar de produção própria e de banner apontando ser farinha da região, não há uma marca própria, reforçando o que apontamos anteriormente, sobre a invisibilização dos agentes que integram esse circuito espacial; 2) A farinha do Acre, comercializada na barraca e em tantas outras encontradas no decorrer dos trabalhos de campo, possui preço de comercialização menor do que àquelas farinhas que são produzidas localmente, ou seja devido à distância e os atravessadores que foram incluídos no circuito, os agricultores e agroindústrias familiares de Rondônia possuem um potencial de recebimento de lucro muito melhor do que os do Acre, ratificando os dados do censo agropecuário 2017, apresentado na tabela 13 acima, visto que englobam um circuito menor e com valor de comércio maior.

Sobre a segunda consideração, é importante deixar claro que não foi realizada uma pesquisa quantitativa sobre os valores de comércio nem sobre as diversas etapas do circuito envolvendo o Acre. No entanto, essa análise pode servir como referência para a definição de métricas relacionadas ao produto rondoniense. Desta feita, não nos empenhamos aqui em propor redução dos valores da produção local para a competitividade no mercado, mas demonstrar a sua capacidade de mercado e possibilidade de retorno através de renda às famílias envolvidas nesse circuito.

Portanto, após o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, de dados e da qualificação das informações em trabalho de campo, desenhamos o circuito espacial de produção da mandioca em Rondônia, conforme a figura 9 a seguir.

Figura 9 – Rondônia: Circuito Espacial de Produção da mandioca e seus subprodutos



Fonte: Trabalho de campo. Org.: autor.

A partir da compreensão do circuito espacial de produção da mandioca em Rondônia e de todo o contexto que envolve sua estruturação, com predomínio do trabalho desenvolvido por agricultores e agroindústrias familiares, torna-se perceptível a importância da estruturação do espaço rural pelos pequenos produtores no fomento dessa atividade, pois é uma das poucas atividades em que o próprio agricultor consegue atuar em quase todas as etapas do circuito e menor quantidade de atravessadores, representando maior autonomia e, conseqüentemente, obtendo maior renda, que reflete a reprodução social no campo pelos agricultores.

3.4 Pecuária em Rondônia: participação da agricultura familiar no circuito espacial de produção da carne e do leite

O desenvolvimento da pecuária bovina em Rondônia está relacionado ao contexto do processo de colonização dirigida, organizada pelo governo federal. Esse processo surgiu da necessidade de ocupação e transformação do espaço, em que a floresta seria substituída pela prática agropecuária, fomentando o mercado e a expansão da fronteira.

De acordo com Batista (2014), a prática pecuária no início da colonização era desenvolvida por grileiros, que eram capitalizados e possuíam condição técnica de

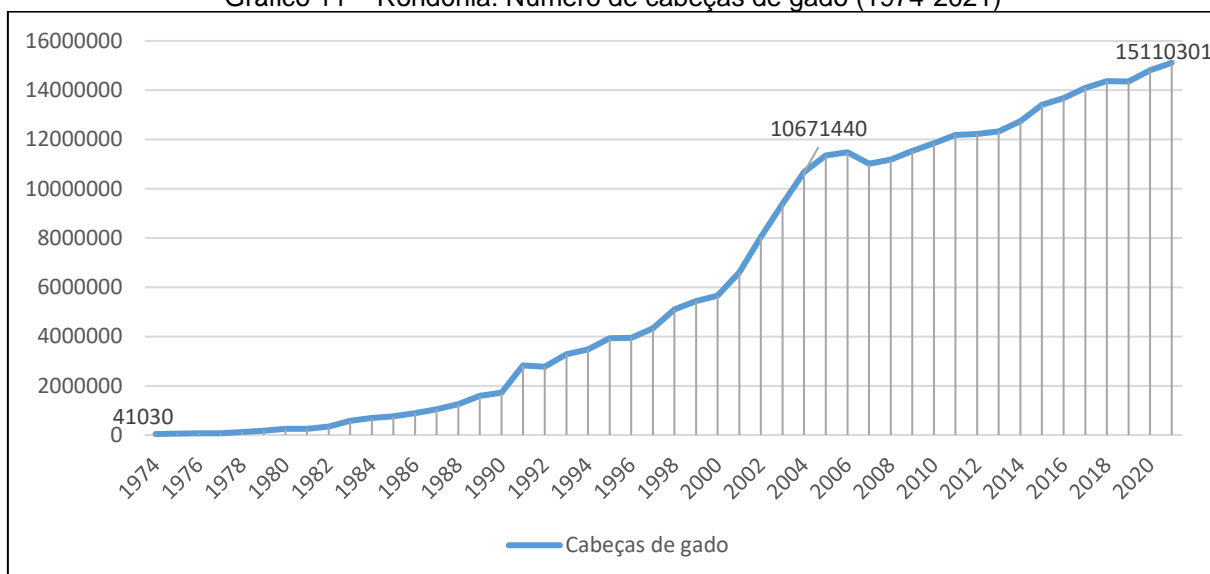
abrir grandes áreas de pastagens em meio à floresta. Os pequenos produtores, assentados nos projetos oficiais, também abriam áreas de pastagens, como forma de atender aos requisitos de dar uso aos lotes recebidos, mas era um gado de baixa qualidade, criado para atender às necessidades do abastecimento interno local.

Batista (2014) ressalta que, ainda na década de 1970, programas como Proterra e Polamazônia investiram no desenvolvimento da pecuária em Rondônia e, a partir de 1979, apesar da diminuição destes investimentos, políticas do governo estimularam a manutenção do crescimento a partir de melhorias genéticas. Na década de 1990 há a consolidação da introdução pecuária em Rondônia, a partir de infraestrutura e melhorias técnicas que culminam com o reconhecimento do MAPA no ano de 2002 (Ibidem, 2014).

Diante desse breve contexto, a pecuária se tornou importante atividade econômica praticada no espaço rural, sobretudo servindo como forma de expansão da fronteira no estado. A partir da introdução cada vez mais efetiva da soja no sul do estado, áreas onde predominavam a pecuária passaram a ser transformadas em lavouras de grãos para o agronegócio. Assim, a pecuária se expande para novas áreas a serem abertas, contribuindo com o alargamento da fronteira sobre florestas e o desmatamento (Costa Silva; Michalski, 2021; Michalski; Borges, 2022; Pfeifer *et al*, 2021; Taborda, 2015;).

Como forma de compreender a evolução da prática pecuária em Rondônia, os dados do gráfico 11 demonstram a evolução do número de cabeças no estado, a partir de 1974.

Gráfico 11 – Rondônia: Número de cabeças de gado (1974-2021)



Fonte: IBGE, 2021c Org.: o autor

De acordo com as informações contidas no gráfico, Rondônia apresentou intenso incremento de número de cabeças de gado entre os anos de 1974 e 2021, conforme apontam os dados de Produção da Pecuária Municipal do IBGE. No decorrer do período, apenas em meados dos anos 2000 é que se identifica uma redução no efetivo de cabeças, correspondente à redução do preço da arroba e à necessidade de abate de fêmeas como forma de compensação, diminuindo assim a quantidade de novos nascimentos (Taborda, 2015).

Em relação ao crescimento proporcional efetivo de cabeças de gado por área de pastagem, os dados históricos do censo agropecuário demonstram melhor aproveitamento do uso da terra, conforme se verifica na tabela 15.

Tabela 15 – Rondônia: Cabeças de gado por hectare de pastagem (1970 a 2017)

Ano	Cabeças de gado X área de pastagem (ha)
1970	0,6
1975	0,3
1980	0,5
1985	0,9
1995	1,5
2006	1,9
2017	1,7
Média Brasil (2017)	1,5

Fonte: IBGE, 2017.

No contexto apresentado na tabela 15, percebe-se que, a partir da década de 1990, há uma melhoria no aproveitamento da área de pastagem em Rondônia, ampliando-se para os anos seguintes. Os dados do censo agropecuário podem variar

devido à sazonalidade. Apesar de uma pequena redução entre 2006 e 2017, a média de Rondônia permanece acima da média nacional.

De acordo com Taborda (2015) e Pfeifer *et al* (2021), a pressão ambiental para redução de desmatamento, associado ao incremento tecnológico da produção, resultou em um crescimento vertical da atividade, com aumento do rebanho em menor área. Apesar disso, o desmatamento associado à abertura de novas áreas de pastagens ainda é recorrente, como se verifica no distrito de União Bandeirantes, em Porto Velho, nova fronteira interna em Rondônia (Costa Silva; Michalski, 2021).

A introdução da prática pecuária em Rondônia transforma o uso do território, com a transição do extrativismo vegetal e mineral, para uma característica agropecuária, conforme se verifica na foto 17.

Foto 17 – Rondônia: Espaço rural com a prática da pecuária (2024)



Legenda: A) Grande área de pastagem em Ji-Paraná; B) Estrutura coberta para disposição de alimentos ao gado, suplementando a alimentação de pastagem, em Teixeiraópolis; C) Área de pastagem sem existência de mata ciliar nas margens do rio, na zona rural de Novo Horizonte do Oeste; D) Boiada sendo deslocada entre estabelecimentos rurais em linha de Candeias do Jamari. Fonte: trabalho de campo. Foto: autor.

As imagens nos permitem ter uma compreensão dos reflexos da prática pecuária no espaço geográfico rondoniense, com a pouca presença de vegetação nativa, incorporação de objetos de infraestrutura no espaço, desrespeito às leis ambientais e certa rusticidade na logística de distribuição do gado entre estabelecimentos rurais. O conjunto de aspectos identificados em pesquisa de campo, tão facilmente encontrados no espaço rural de Rondônia, resulta em uma *psicosfera*

(Santos, 2014a) de naturalidade da atividade agropecuária, como se fosse inerente ao espaço recentemente habitado com os projetos de colonização (Lima; Florit, 2021).

Os autores destacam a lógica neoextrativista focada na exploração de recursos naturais e que abarcam passivos ambientais. Para eles, a indústria da carne pode ser considerada como parte desse paradigma neoextrativistas, por se pautar na premissa de reprimarização da economia, baseada em uma pecuária extensiva e que contribui com a expansão da fronteira e impactos ambientais (Ibidem, 2021).

A perspectiva neoextrativista fortalece em Rondônia a ideia de uma “vocação regional” para a prática pecuária, uma espécie de dom recebido por uma entidade divina, que naturaliza o desmatamento e a substitui o da floresta pelo avanço do agronegócio (Ibidem, 2021), conforme se identifica na propaganda da IDARON, disponível na foto 18.

Foto 18 – Adesivo em veículo da IDARON em alusão   naturalidade da pecuária em Rondônia



Fonte: trabalho de campo. Foto: o autor

Na fotografia, observa-se a tentativa de associar a prática pecuária   preserva o da floresta, ilustrada ao fundo da imagem. Há também uma men o   ausência de necessidade de vacina o contra febre aftosa. Contudo, estudos indicam que essa atividade pode contribuir para o aumento do desmatamento.

A ado o desse discurso e das políticas de fomento   pecuária, tem resultado na amplia o do rebanho bovino em Rondônia, como demonstrado anteriormente e envolvido diversos agentes do espaço rural, inclusive com a participa o efetiva da

agricultura familiar nessa atividade. Os dados da tabela 16 apontam para a participação da agricultura familiar e não-familiar nas diversas etapas da atividade pecuária.

Tabela 16 – Rondônia: Efetivo da pecuária bovina conforme as etapas do processo de criação, entre agricultura familiar, não-familiar e total e participação (%) de cada em relação ao total (2017)

	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar		Total
	Número de cabeças	Participação em relação ao total	Número de cabeças	Participação em relação ao total	Número de cabeças
Efetivo total	4.862.134	49,5%	4.964.883	50,5%	9.827.017
Em estab. com menos de 50 cabeças	793.089	87,7%	111.369	12,3%	904.458
Em estab. com mais de 50 cabeças	4.069.045	45,6%	4.853.514	54,4%	8.922.559
Vendidas em estab. com menos de 50 cabeças	180.858	87,6%	25.544	12,4%	206.402
Vendidas para cria, recria e engorda em estab. com mais de 50 cabeças	464.556	56,9%	352.470	43,1%	817.026
Vendidas para abate	337.547	25,5%	987.749	74,5%	1.325.296

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor

Os dados mostram que a agricultura familiar tem uma presença significativa na pecuária de corte em Rondônia, representando quase 50% do rebanho bovino. Particularmente, em estabelecimentos com mais de 50 cabeças de gado, sua participação é de 45,6%, enquanto em locais com menos de 50 cabeças, essa taxa sobe para 87,7%. Isso indica que pequenos criadouros são principalmente operados por agricultores familiares, provavelmente focados na cria do gado. Em grandes estabelecimentos, não há grande diferença entre a presença de produtores familiares e não-familiares.

Essa primeira análise, em relação às características dos estabelecimentos onde está presente a pecuária rondoniense, nos possibilita a percepção da importância da agricultura familiar para a atividade estadual. Batista (2014) destaca que, com a verticalização da atividade, a modernização e os níveis de exigência poderiam praticamente excluir o pequeno produtor da pecuária de corte, restringindo-se às primeiras etapas, de cria e recria e à atividade leiteira. Os dados do censo agropecuário demonstram que tal exclusão não se efetivou, sendo quase metade do rebanho estadual presente em estabelecimentos familiares.

Os dados sobre as vendas de gado mostram a confirmação da afirmação de Batista (2014), sobre o fim da atividade de cada grupo. A agricultura familiar é

responsável por 56,9% das vendas nas etapas de cria, recria ou engorda, mas apenas 25,5% das vendas para o abate, onde os lucros são maiores.

O contexto envolvendo a participação da agricultura familiar no circuito espacial de produção foi verificado no decorrer da pesquisa de campo, onde visitamos 15 estabelecimentos familiares, com atuação na pecuária de corte e destes, apenas 5 tem a pecuária de corte como sua principal fonte de renda, enquanto dos outros 10 agricultores, 8 possuem o leite como sua principal fonte de renda, 1 tem a aposentadoria e outro tem o café. Justamente estes cinco agricultores que possuem a pecuária de corte como principal fonte de renda, são aqueles que compram gado para a recria e engorda, destinando seu rebanho para o abate, enquanto os demais comercializam os bezerros com pecuaristas locais.

Em relação a essa constatação, buscamos nos dados do censo agropecuário as informações sobre o valor de venda dos bovinos para cria, recria e engorda, bem como o valor de venda para abate, conforme apresentados na tabela 17.

Tabela 17 – Rondônia: Valor de venda das cabeças de boi para cria, recria ou engorda e também para abate, entre agricultura familiar e não-familiar e média do valor por cabeça⁶ (2017)

	Agricultura Familiar		Agricultura não-familiar		Rondônia	
	Valor total (mil reais)	Média de valor por cabeça (R\$)	Valor total (mil reais)	Média de valor por cabeça (R\$)	Valor total (mil reais)	Média de valor por cabeça (R\$)
Venda de bovinos para cria, recria ou engorda	435.692	937	384.576	1.091	820.267	1.003
Venda de bovinos para abate	514.479	1.524	1.930.041	1.953	2.444.521	1.844

Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor

Constata-se, a partir dos dados apresentados acima, que apesar da maior participação proporcional da agricultura familiar na venda de gado para cria, recria ou engorda, o volume total da venda é menor do que o valor adquirido pela venda para abate. Essa condição é resultado do valor médio alcançado por cabeças. Enquanto na primeira situação o valor médio da venda é de R\$ 937,00, na segunda situação, o valor médio é de R\$ 1.524,00, porém, em ambos os casos, a agricultura familiar alcança menor valor agregado por cabeça, se comparado ao agricultor não-familiar e até mesmo à média estadual.

Taborda (2015) aponta que há ainda falta de especialização do produtor rondoniense, além da necessidade de melhorias tecnológicas, que apesar de estarem sendo incorporadas ao processo produtivo, ainda são baixos, o que provavelmente justifique o menor valor adquirido pelo agricultor familiar por cabeça de gado. Além disso, o agricultor não-familiar, por ser mais capitalizado, tem melhores condições de adequação às exigências do mercado, o que resulta em maior valorização de seu gado e, portanto, maior concentração de atuação nesse setor de engorda para o abate.

Dentre os agricultores visitados, aqueles que atuam exclusivamente na pecuária de corte, apresentaram maior rebanho e maior área de estabelecimentos, enquanto os agricultores que atuam principalmente na pecuária leiteira tem pequeno rebanho e áreas menores. Pensando também nesse aspecto das características dos estabelecimentos familiares que atuam na pecuária de corte, percebemos que são

⁶ Média calculada tomando por base os números de cabeças de gado apresentados na tabela 16 - Efetivo da pecuária bovina em Rondônia conforme as etapas do processo de criação, entre agricultura familiar, não-familiar e total e participação (%) de cada em relação ao total (2017), conforme a variável analisada.

estabelecimentos com pouca mão-de-obra na família, seja pela saída dos filhos da propriedade, seja por famílias novas e pequenas.

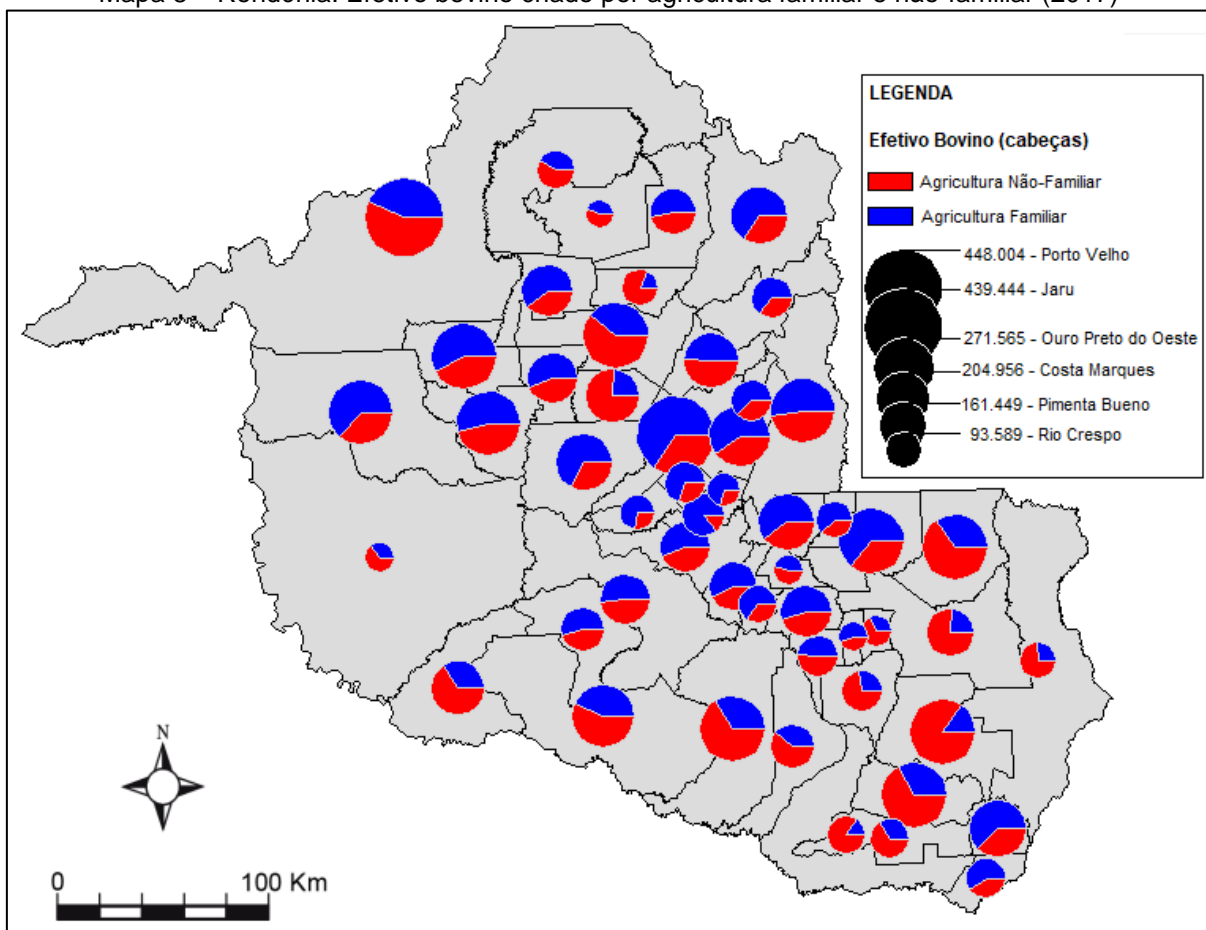
A participação relevante da agricultura familiar na pecuária está focada nas etapas iniciais do processo, pois não exige altos investimentos tecnológicos ou de mão-de-obra. Além disso, a prática da pecuária leiteira é predominantemente realizada em pequenos estabelecimentos, permitindo a implementação de uma atividade pecuária mista.

Essa prática é característica de propriedades que ainda não se especializaram na produção leiteira, desenvolvendo uma pecuária mista, pois os bezerros machos são mantidos no rebanho e comercializados posteriormente como novilhos ou bois, representando importante fonte de renda, normalmente vista como poupança, que pode ser utilizada em momentos de dificuldade financeira, ou mesmo em investimentos (Taborda, 2015, p. 59)

Assim, o pequeno produtor tem duas atividades importantes ligadas à pecuária, sendo uma no corte, comercializando os bezerros machos ou vacas que já não estão com boa produção de leite, como forma de um rendimento extra à sua atividade principal, que é a produção de leite, que abordaremos logo mais adiante no texto.

Considerando a distribuição espacial da pecuária em Rondônia em relação à participação da agricultura familiar e não-familiar, apresentamos o mapa 8 a seguir.

Mapa 8 – Rondônia: Efetivo bovino criado por agricultura familiar e não-familiar (2017)



Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor. Elaborado com Philcarto

De acordo com a espacialização da atividade pecuária em Rondônia, percebe-se, através do mapa apresentado, que o município de Porto Velho é o que possui o maior rebanho bovino do estado, de acordo com o censo agropecuário de 2017, seguido pelo município de Jarú. Os dados demonstram que na porção central do estado, no eixo da BR-364, há uma concentração do rebanho bovino, além de uma presença forte nos municípios mais ao norte como a capital do estado, Porto Velho, Nova Mamoré, Buritis e Rio Crespo, sendo essa uma região de expansão da fronteira, ilustrando o deslocamento da pecuária pela agricultura de grãos, conforme apontamos anteriormente.

Dos 52 municípios do estado, 29 têm a maior parte do rebanho em estabelecimentos familiares. Jarú, o segundo município com maior rebanho, possui 65,2% das suas 286.665 cabeças em pequenas propriedades.

Torna-se importante ressaltar que esse rebanho envolve o gado macho e fêmea e portanto, o rebanho de vacas que são utilizadas na ordenha de leite também

são contabilizadas, realçando a participação da agricultura familiar no efetivo bovino da porção central do estado.

A partir da compreensão da distribuição do efetivo bovino no estado, entre agricultura familiar e não familiar, começa a se delinear o trajeto do circuito espacial de produção da pecuária de corte em Rondônia. O gado passa por três etapas iniciais nos estabelecimentos rurais: cria, recria e engorda. Entretanto, nas propriedades familiares, predominam as duas primeiras etapas, sendo posteriormente comercializado para grandes fazendas, que darão continuidade à engorda e à posterior venda para o abate. Ainda assim, esse grupo não fica totalmente impossibilitado de atuar também na fase final de engorda.

O desenvolvimento da pecuária fomenta a transformação espacial com a instalação de objetos fixos e fluxos (Santos, 2014a), que contribuem para a efetividade da criação de gado. O conjunto de objetos técnicos não se restringem apenas ao estabelecimento agropecuário, mas também às estradas de escoamento das propriedades até as indústrias frigoríficas de abate; as próprias indústrias que, ao se instalarem, modificam o espaço com suas estruturas (Foto 19) e posteriormente os novos escoamentos, até a comercialização ou exportação.

Foto 19 – Indústria frigorífica instalada em Rondônia e que representa a reestruturação técnica do espaço geográfico (2024)



Fonte: trabalho de campo. Fotos: autor.

As instalações apresentadas na fotografia acima, demonstram o investimento do capital industrial da pecuária de corte em Rondônia, com a fixação no espaço geográfico de grande infraestrutura para captação do gado criado no estado, influenciando nas dinâmicas econômicas locais, enfraquecendo empresas regionais e monopolizando o território em favor do mercado internacional, o principal destino da carne produzida nesses grandes frigoríficos.

O interesse do capital industrial amplia a instalação de plantas frigoríficas, sendo que destas, 13 possuem registro no SIF (MAPA, 2023a) e 11 possuem registro no SIE, entretanto desses, apenas 9 estavam em atividade em 2021 (IDARON, 2021), conforme organizado no quadro 8 a seguir e distribuídos espacialmente conforme o mapa 9.

Quadro 8 – Rondônia - Indústrias frigoríficas de Abate bovino em atividade e com registro no SIF (2023) e SIE (2021)

SISTEMA DE INSPEÇÃO	NOME DO FRIGORÍFICO	CIDADE
SIF	Marfrig Global Foods S.A.	Chupinguaia
SIF	Frigomil Frigorífico Mil Ltda	Pimenta Bueno
SIF	Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda	Jaru
SIF	JBS S/A	Pimenta Bueno
SIF	JBS S/A	Vilhena
SIF	JBS S/A	São Miguel do Guaporé
SIF	JBS S/A	Porto Velho
SIF	Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S/A	Ji-Paraná
SIF	Distriboi - Industria Comércio e Transporte de Carne Bovina Ltda	Rolim de Moura
SIF	Distriboi - Industria Comércio e Transporte de Carne Bovina Ltda	Ji-Paraná
SIF	Minerva S. A	Rolim de Moura
SIF	Ozfrig Carnes do Brasil S/A	Ji-Paraná
SIF	Frigorífico Nosso Ltda	Cacoal
SIE	Frigorífico Rondônia Ltda	Ji-Paraná
SIE	Frigorífico Cacoal Ltda Epp	Cacoal
SIE	RO Carnes Eirelli – Me (Abatedouro)	Ariquemes
SIE	Frigorífico Krause	Alta Floresta D'Oeste
SIE	Lacerda Alimentos Ltda – Me	Porto Velho
SIE	Frigo VIW Indústria de Carnes Ltda	Jaci-Paraná
SIE	Frigorífico Santa Isadora Eirelli	Rolim de Moura
SIE	Frigorífico Frigoraça Ltda	Porto Velho
SIE	Frigorífico Norte Carnes Ltda	Machadinho D'Oeste

Fonte: MAPA, 2023a e IDARON, 2021 Org.: o autor

Mapa 9 – Rondônia: Distribuição espacial dos frigoríficos ativos com SIF (2023) e SIE (2021)



Fonte: MAPA, 2023a e IDARON, 2021 Org.: o autor Elaborado com Qgis

Conforme se percebe através dos dados do quadro e do mapa acima, nota-se que entre os frigoríficos com autorização de funcionamento do Sistema de Inspeção Federal, há um predomínio de grandes grupos, com destaque para o JBS S/A, que possui no estado quatro plantas frigoríficas de abate de boi. O selo SIF que apontamos anteriormente possibilita a comercialização da carne em esfera federal e para exportação, diferente do selo SIE, que autoriza a comercialização do produto em esfera estadual, no caso, os frigoríficos menores.

Em relação à atuação dos frigoríficos no circuito espacial de produção, no decorrer da pesquisa de campo, em entrevistas com representantes de alguns dos estabelecimentos, foi possível compreender um pouco da dinâmica de atuação, tanto na aquisição dos animais, como na comercialização da produção. De acordo com o que nos passaram, a maioria dos frigoríficos que possuem SIF, tem como principal fornecedor grandes estabelecimentos, abrangendo a compra desses animais em escala estadual, enquanto os menores frigoríficos, que possuem SIE, adquirem animais de agricultores familiares, principalmente vacas e bezerros, com uma área de abrangência mais local.

Ainda em relação aos frigoríficos visitados no decorrer da pesquisa de campo, entre aqueles que possuem SIF a maioria do destino de suas produções são para abastecimento do mercado externo. Nesse sentido, organizamos o quadro 9 a seguir, que nos permite compreender um pouco do caminho percorrido pela carne rondoniense no circuito espacial de produção da pecuária de corte.

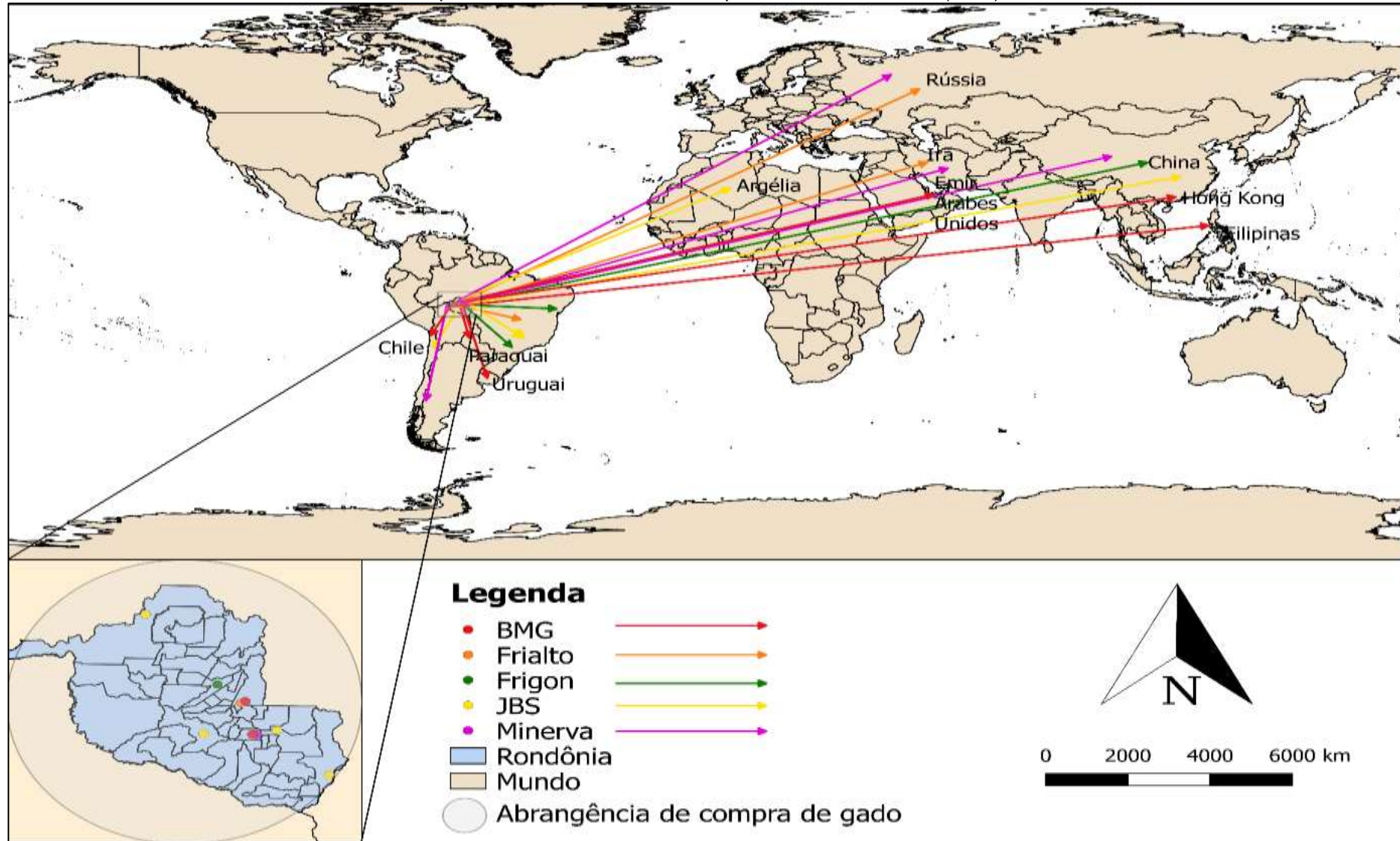
Quadro 9 – Principais destinos da produção de carne nos frigoríficos visitados em campo (2024)

Frigorífico	Destino da produção
Frialto – Ji-Paraná	30% mercado nacional 70% Internacional – Irã e Rússia
Frigorífico Irmãos Gonçalves – Frigon	50% mercado nacional – Sul, Sudeste e Nordeste 50% mercado internacional – China
JBS – Pimenta Bueno	Mercado Internacional – Chile e Argélia
JBS – Vilhena	Mercado Internacional – China
JBS – São Miguel do Guaporé	Mercado Internacional – Chile
JBS – Porto Velho	Mercado Nacional – distribuição através da central
Minerva – Rolim de Moura	Mercado Internacional – China, Irã, Rússia e Chile
BMG – Rolim de Moura e Ji-Paraná (Antigo Distriboi)	Chile, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Uruguai e Paraguai.
BMG – Cacoal	Mercado estadual até conseguir selo SIF

Fonte: Trabalho de campo. Org.: autor.

Conforme observado, as grandes empresas frigoríficas concentram o processo de industrialização da carne no estado de Rondônia, abrangendo a compra de gado em escala estadual. Após o processamento, essa carne é comercializada globalmente, resultando na significativa expansão do circuito espacial de produção de carne. Conforme detalhado no quadro 9, o principal mercado consumidor é o continente asiático, com alcance também na América do Sul, África e Europa (Mapa 10).

Mapa 10 – Fluxo mundial da carne produzida em Rondônia (2024)



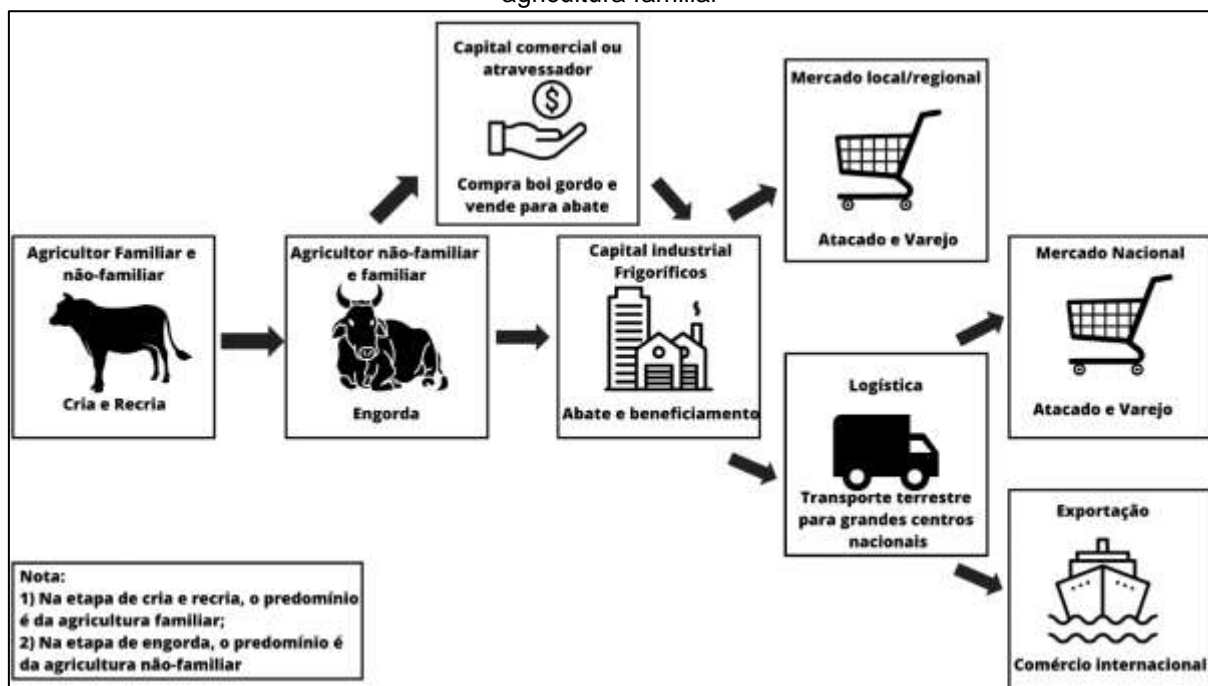
Fonte: Trabalho de campo. Org.: autor. Elaborado com Qgis

Além da produção para abastecimento do mercado nacional e, sobretudo, do internacional, como demonstrado no mapa acima, alguns frigoríficos em Rondônia têm atuado em projetos de produção de biodiesel a partir do sebo processado dos animais e do óleo usado. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que criou o selo “Combustível Social” através do Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, certificando as indústrias que adquirem um percentual mínimo de matéria-prima de agricultores familiares (Rodrigues, 2015). Dentre os critérios para aquisição do selo, as indústrias precisam fornecer assistência técnica gratuita aos agricultores familiares, firmar contratos individuais ou coletivos (cooperativas) e adquirir a matéria-prima desses agricultores familiares (Brasil, 2020).

De acordo com os representantes dos frigoríficos JBS e Minerva, com quem conversamos, a inclusão de agricultores familiares ao projeto profissionaliza-os à atividade pecuária, além do fortalecimento social à região onde estão inseridos, refletindo em benefícios sociais diretos aos agricultores, além de reflexos ambientais ao considerar a destinação para produção de biocombustíveis. De acordo com matéria publicada em 2021 pelo portal Giro do Boi, o programa criado pelo MAPA em 2016, em parceria com a Friboi, teve início em Rondônia, no município de São Miguel do Guaporé, justamente por ser uma região com predomínio de pequenos agricultores (Alves Neto, 2021). Apesar do pouco aprofundamento na variável de produção de biocombustíveis, dentro do circuito espacial da pecuária, entendemos que inserir agricultores familiares em uma lógica de fornecimento de matéria-prima para produção de biocombustíveis pode resultar em impactos ainda maiores ao abastecimento de alimento no mercado nacional, que reflete na soberania e segurança alimentar do país.

Portanto, para concluir a compreensão do circuito espacial de produção da pecuária de corte em Rondônia, especialmente no que diz respeito à participação da agricultura familiar, sua organização está representada na ilustração abaixo (Figura 10).

Figura 10 – Rondônia: Circuito Espacial de produção da pecuária de corte com a participação da agricultura familiar



Fonte: Trabalho de campo Org.: o autor

Considerando o circuito apresentado, percebe-se a abrangência e importância econômica da pecuária de corte em Rondônia, que amplia-se para atendimento do mercado internacional, movimentando uma diversidade de setores do capital em sua territorialização no estado e definindo as normas e estratégias do processo produtivo, como o caso do capital industrial internacional através de frigoríficos, o capital logístico e o capital comercial, que atua na intermediação da venda do boi gordo para o abate e nas redes de supermercados que comercializam a carne em atacado e varejo, tanto em escala local como em escala nacional.

Também a interferência do capital na política através de *lobby* e que interfere na promoção de políticas públicas trajadas de características socioambientais, como o caso do selo de biocombustível social, que interfere na dinâmica socioeconômica de reprodução dos agricultores familiares, mas que visa criar mecanismos para justificar benefícios fiscais às indústrias, bem como monopolizar o território ao impor suas normas de produção e promessa de aquisição da produção.

Por fim, apesar de toda a lógica que fomenta a transformação do espaço para atendimento do mercado da carne, a base do circuito tem predomínio na agricultura familiar, que atua na cria e recria, fornecendo para os pecuaristas o gado que será engordado e posteriormente vendido. Portanto, apesar de ser um mercado que fortalece a visão de agronegócio, o agricultor familiar exerce papel importante, apesar

de sua subordinação aos interesses do mercado e suas imposições. Ainda assim, com participação em um mercado globalizado, mantem-se em condição de agricultor familiar em pequenos estabelecimentos rurais.

3.4.1 Pecuária leiteira e o predomínio familiar

A pecuária leiteira em Rondônia acompanhou o aumento do efetivo rebanho bovino, conforme apontado anteriormente. De acordo com os dados do Censo Agropecuário, 88% da produção de leite no estado é proveniente da agricultura familiar e grande responsável por parte da renda das famílias, como apontam Brito *et al.* (2013).

Os dados da PPM do IBGE, apontam que em 2021, Rondônia produziu 741.053 mil litros de leite, sendo o principal produtor da região norte do país (IBGE, 2021c). Apesar disso, alguns estudos têm demonstrado a necessidade de melhoria técnica da atividade no estado, como manejo e sanidade do animal, melhoramento genético e qualidade do leite (Brito *et al.*, 2013), mas também o melhor conhecimento técnico por parte dos agricultores (Salman *et al.*, 2012). Taborda (2015) também destaca a necessidade de melhoria genética do rebanho, enquanto Dias (2008) aponta a falta de definição de um padrão genético do rebanho bovino.

O apontamento de necessidade de melhoria genética do rebanho, se define pela utilização de uma pecuária mista nos pequenos estabelecimentos. No caso, não se especializando da pecuária leiteira, mas tendo o leite como uma renda principal e a cria para o corte como uma alternativa financeira (Souza, Amin; Gomes, 2009; Taborda, 2015). Assim, o uso de uma raça de gado que não possua aptidão leiteira, reduz a quantidade produzida, conforme aponta o estudo de Salman *et al.* (2012), em que o rebanho estudado não possui boa produtividade devido à sua baixa aptidão leiteira.

No decorrer de nossa pesquisa em campo, em 11 estabelecimentos familiares que trabalham com a produção de leite, apenas 4 declararam possuir vacas de raças girolando ou holandesa, que possuem maior aptidão à produção de leite. Nos demais estabelecimentos as vacas são um cruzamento do nelore com a raça holandesa. O ponto reflete a intenção do agricultor familiar de melhorar seu rebanho por meio do cruzamento de raças, conforme apontam Miranda e Freitas (2009): “o acasalamento

de animais de raças diferentes é a maneira mais rápida de fazer melhoramento genético dos bovinos, reunindo em um só animal as boas características de duas ou mais raças” (p. 1). No entanto, os autores deixam claro que o cruzamento de vacas leiteiras com nelore não resulta em melhoria na produção de leite, pois o nelore é uma raça essencialmente de corte.

A indefinição do agricultor familiar na escolha de uma raça específica para o leite deve-se à instabilidade dos preços no mercado de leite e carne. Por isso, ele opta por uma raça cruzada que oferece valor tanto pelo leite quanto pelos bezerros.

Considerando tal necessidade do melhoramento genético do rebanho bovino de leite, o estado de Rondônia, através da SEAGRI, em conjunto com o SEBRAE, tem promovido um projeto chamado Inovatec, com ações voltadas à educação empreendedora e à melhoria genética, através de fertilização *in vitro* e inseminação artificial de embriões de alta qualidade genética, o que resulta em maior produção do leite (SEAGRI, 2023).

Além da melhoria genética do rebanho, as normas sanitárias exigem que os agentes do circuito espacial de produção do leite realizem adequações nas instalações físicas dos estabelecimentos para a retirada do leite. Nesse sentido, os estabelecimentos que possuem curral coberto, ordenhas elétricas e assistência técnica adequada, além de poderem receber mais pelo litro de leite, possui melhores condições de aumentar sua produção (Foto 20).

Foto 20 – Ji-Paraná: Curral coberto com instalações de ordenha elétrica em estabelecimento familiar (2024)



Fonte: trabalho de campo. Foto: autor.

Como se percebe na fotografia acima, a estrutura de ordenha do leite no estabelecimento visitado conta com a possibilidade de extração em quatro animais ao mesmo tempo, ampliando a agilidade do processo pelo agricultor familiar, além de condições sanitárias mais adequadas, livre do impacto da chuva e de contaminações no manuseio do leite retirado. Por outro lado, sabemos que a realidade apresentada na imagem não é a maioria no campo e no decorrer de nossa pesquisa, apenas 3 estabelecimentos visitados possuíam esse tipo de estrutura para a ordenha do leite. Segundo o Censo Agropecuário 2006⁷, apenas 562 estabelecimentos possuíam a ordenha mecânica em Rondônia (IBGE, 2006), entretanto atualmente deve haver um número muito maior.

As dificuldades para o agricultor familiar se adequar às inovações técnicas e normativas em uma cadeia produtiva, como a do leite, esbarram em condições financeiras de investir parte de seu sustento na aquisição de maquinários e infraestrutura, além do aspecto cultural de adaptar-se às novas práticas. Apesar disso, de forma coletiva, os agricultores se apoiam na tentativa de adaptação a algumas regras, como a necessidade do resfriamento do leite. No decorrer de nossa pesquisa, 6 estabelecimentos visitados possuíam o tanque de resfriamento para manutenção da produção, compartilhados com outros estabelecimentos vizinhos ou da cooperativa. A estrutura criada para a instalação dos tanques representa a modernização da atividade no espaço rural (Foto 21).

⁷ Os dados utilizados para esta referência são de 2006, pois o Censo Agropecuário de 2017 não inseriu no questionário este levantamento.

Foto 21 – Estruturas antigas e modernas de armazenamento do leite que será comercializado, presentes no espaço rondoniense (2024)



Legenda: A), B) e D) Tanques de resfriamento de leite em estabelecimentos familiares. C) Curral para ordenha de vacas, porém o balde de leite exposto nas margens da estrada sem nenhum tipo de resfriamento; E) Balde de leite em frente a estabelecimento familiar, sem sistema de resfriamento e nem suporte para não ficar diretamente no chão. Fonte: trabalho de campo. Fotos: autor.

As imagens representam a contradição existente nas condições econômicas e estruturais entre os agricultores familiares que participam do circuito espacial de produção do leite em Rondônia, evidenciando a existência de uma prática cultural de disponibilizar o leite para coleta em baldes na beira da estrada, enquanto outros possuem a infraestrutura adequada para a manutenção do produto coletado.

Portanto, apesar do volume da produção de leite em Rondônia e da sua relevância social, por contribuir economicamente com pequenos produtores na sua subsistência, o que percebemos é que o agricultor, em muitos casos, tem atuado sozinho, sem o apoio com assistência técnica e orientações para melhorias na prática de seu manejo, além de acesso ao crédito subsidiado para poder adequar as estruturas às normas do mercado. De acordo com o estudo desenvolvido por Souza, Amin e Gomes (2009), verificou-se que conforme se produz mais leite, o valor pago é maior, enquanto quem produz menos leite, possui menor valor recebido, resultando em perdas para o agricultor familiar. Entretanto, conforme apontado anteriormente, não é apenas a quantidade, mas também a qualidade do produto disponibilizado à indústria que influencia na variação do valor recebido pelo agricultor.

Em relação à questão dos valores, sempre houve grande discussão sobre esse tema no estado e diante da complicada relação de comercialização de preços do leite,

foi criado no estado CONSELEITE/RO, que tem seu estatuto publicado no ano de 2014 e que prevê como membros o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados de Rondônia (SINDILEITE), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (FAPERON) e a FETAGRO (CONSELEITE, 2014), tendo como objetivo a

busca proativa de soluções conjuntas, pelos produtores rurais e indústrias, para problemas comuns do setor lácteo rondoniense, por meio de uma relação mútua de confiança que visa uma maior clareza no estabelecimento de preços de referência para a matéria-prima leite (FETAGRO, 2023, s/p.)

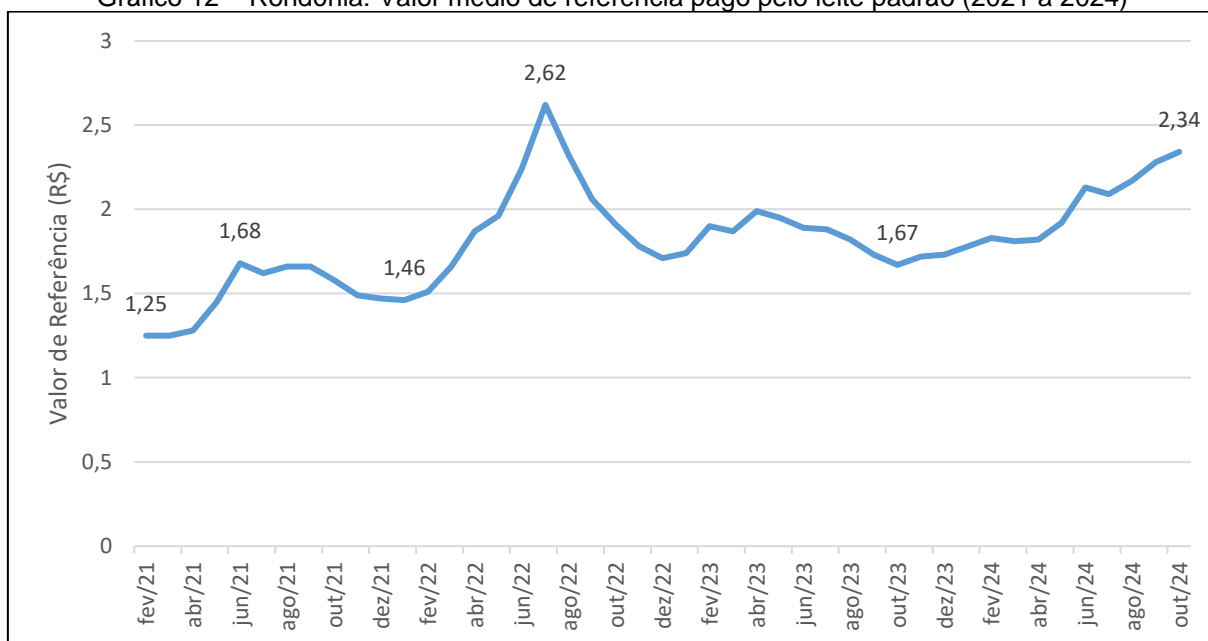
Portanto, a partir da criação do conselho, com participação dos agricultores nos estudos que definem os preços médios do leite, todo mês o CONSELEITE publica uma resolução com os valores de referência para o preço do leite, podendo variar conforme observação disposta nas resoluções e expostas a seguir.

O Conseleite Rondônia alerta que outros parâmetros são considerados pelo mercado para estabelecer o valor final do leite a ser pago ao produtor, tais como: 1. Fidelidade do produtor ao laticínio; 2. Distância da propriedade até o laticínio; 3. Qualidade da estrada de acesso a propriedade rural; 4. Temperatura do leite na entrega; 5. Capacidade dos tanques de resfriamento de leite da propriedade; 6. Tipos de ordenha; 7. Adicionais de mercado devido a oferta e procura pelo leite na região; 8. Sazonalidade da produção; 9. Condições sanitárias do rebanho; 10. Outros benefícios concedidos pelas indústrias (CONSELEITE, 2023, p.1)

Assim, apesar das diversas características técnicas de melhorias necessárias para o fomento da pecuária leiteira em Rondônia, bem como as alternativas criadas para resolver os conflitos pelo preço pago ao produtor pelo litro do leite, percebe-se a partir da observação constante na própria resolução do conselho e de nossa pesquisa em campo, que fatores como localização da produção em relação ao laticínio e da condição da estrada resultam em mudanças nos valores, ou seja, os objetos fixos e fluxos instalados no espaço com base nos interesses do mercado, resultam em implicações diretas aos agricultores. Além disso, a própria tecnificação do seu território, como formas de armazenamento, conforme apontado anteriormente, resultam na valorização de sua produção.

Os dados do gráfico 12 demonstram a variabilidade do valor médio de referência ao valor pago pelo leite em Rondônia.

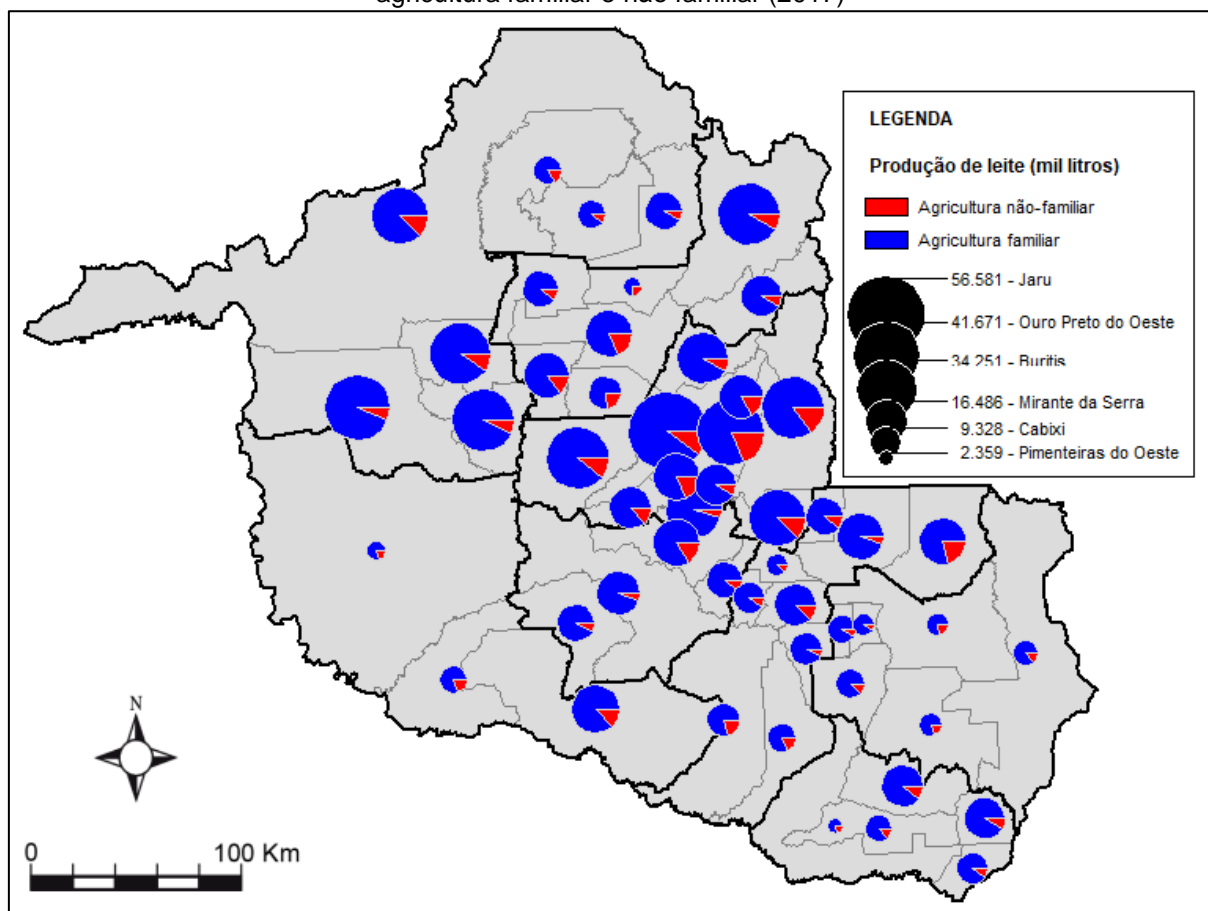
Gráfico 12 – Rondônia: Valor médio de referência pago pelo leite padrão (2021 a 2024)



Fonte: SEAGRI, 2024. Org.: autor

Percebe-se, no gráfico, uma tendência de alta do valor médio do leite, considerando que, em 02/2021 estava em R\$ 1,25 e em 10/2024 estava R\$ 2,34. Apesar disso, é possível identificar oscilações sazonais no valor pago, devido aos períodos de estiagem, que diminuem a produção e a oferta do leite no mercado, resultando em maior preço pago. Nesse contexto, considerando as diversas variáveis que impactam o preço do leite e que já foram apontadas, observa-se uma concentração da atividade em algumas regiões específicas do estado, como a bacia leiteira, identificada no mapa 11 a seguir.

Mapa 11 – Rondônia: Distribuição da produção leiteira por município em relação ao tipo de produtor, agricultura familiar e não familiar (2017)



Fonte: IBGE, 2017 Org.: o autor Elaborado com Philcarto

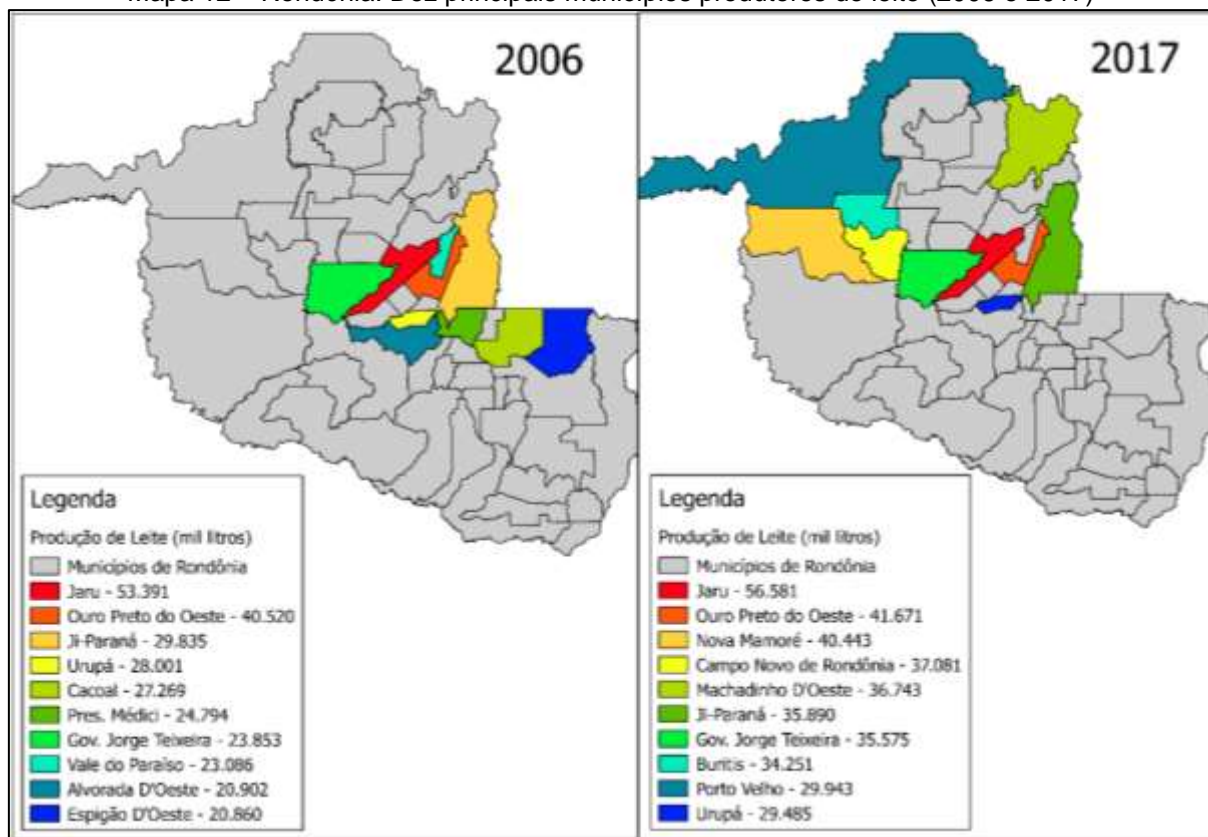
A partir da espacialização verificada no mapa 11, percebe-se certa concentração da atividade leiteira na porção central do estado, sobretudo envolvendo os municípios de Jaru e Ouro Preto do Oeste, que são conhecidos no estado como integrantes da bacia leiteira, que representa uma certa regionalização da produção.

Outro ponto a ser destacado no mapa, é a forte presença da agricultura familiar na atividade, como já apontado anteriormente, porém fica visível que nenhum município do estado tem maior parte da produção concentrada em produtores não-familiares, confirmando a superioridade de pequenos estabelecimentos na produção leiteira, que segundo o censo agropecuário, é praticada em 39.368 estabelecimentos rurais, sendo que desses, 35.576 são familiares (IBGE, 2017). Portanto, considerando o efetivo rebanho de vacas ordenhadas no estado de Rondônia, 588.217 cabeças, a média de vacas ordenhadas por estabelecimento rural é de quase 15 cabeças, número bastante baixo, mas que se encaixa na realidade dos agricultores familiares.

Apesar do mapa demonstrar certa concentração da atividade leiteira na porção central do estado, sobretudo na microrregião de Ji-Paraná, nos chamou a atenção os

dados de municípios da porção mais ao noroeste do estado, integrantes da microrregião de Porto Velho. Assim, elaboramos um mapa comparativo entre os 10 principais municípios produtores de leite em relação aos censos agropecuários de 2006 e 2017, disposto a seguir.

Mapa 12 – Rondônia: Dez principais municípios produtores de leite (2006 e 2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: o autor Elaborado com Qgis

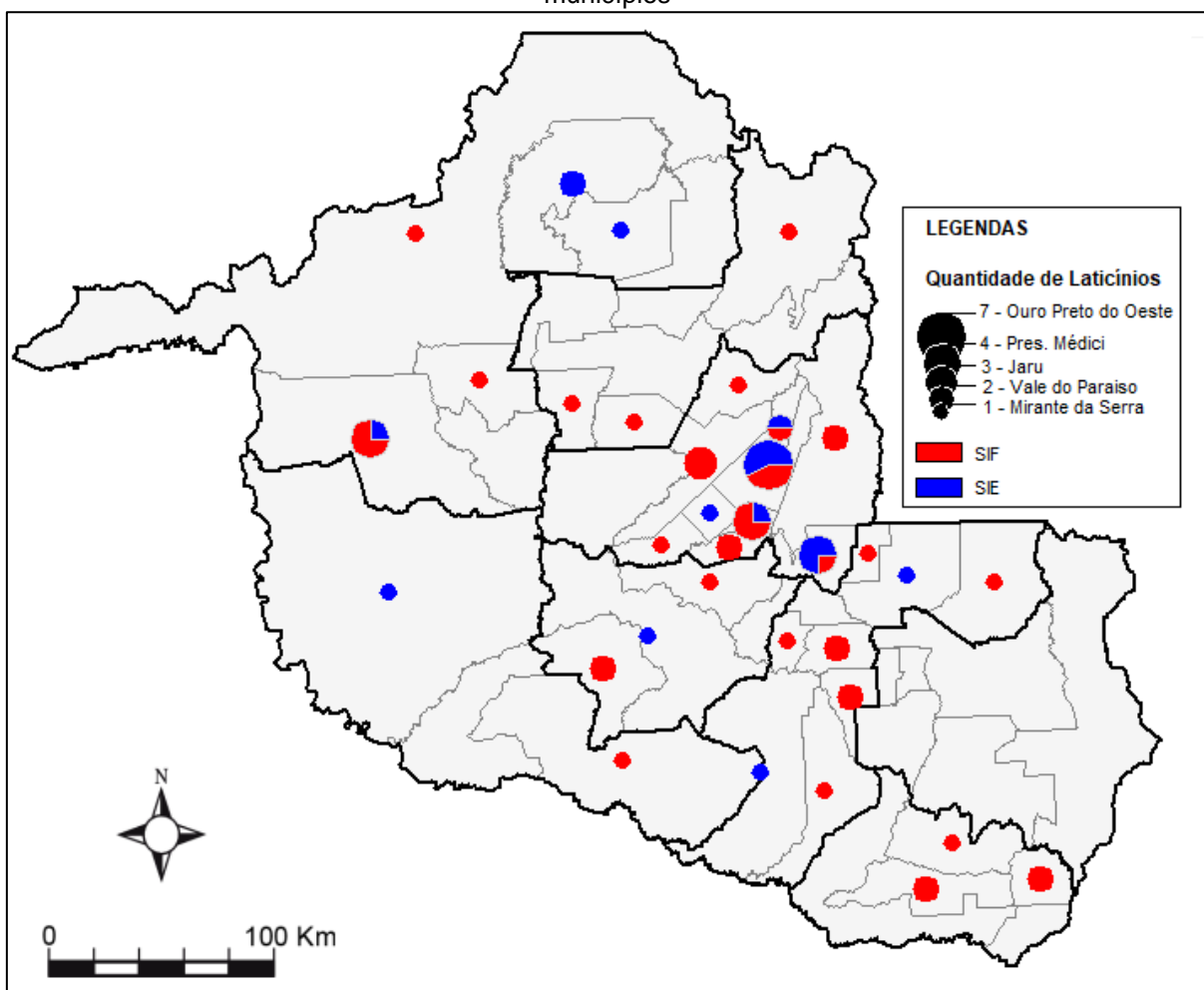
Compreende-se, a partir dos mapas, que no ano de 2006 havia maior concentração da atividade leiteira na região que já apontamos anteriormente, conhecida como bacia leiteira, nos entornos dos municípios de Jarú, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná. Porém, ao analisar o ano de 2017, observa-se uma maior dispersão da atividade para a microrregião de Porto Velho, que passou a contar com quatro municípios entre os dez maiores produtores de leite do estado. Em contraste, em 2006, nenhum município da região figurava na lista dos principais produtores.

Apesar da infraestrutura do circuito espacial de produção do leite estar concentrado na porção central do estado, com a ampliação da fronteira interna de Rondônia, conforme apontamos na seção 2 e a pecuária sendo um dos mecanismos de abertura de novas terras em meio a floresta para incorporação de pastagens, os agricultores familiares que estão migrando para as novas áreas de expansão da

atividade agropecuária, têm utilizado a pecuária leiteira como primeiro mecanismo de uso do território, forçando a ampliação do atendimento das indústrias de leite na captação do produto.

Portanto, ao analisar a dispersão dos laticínios em Rondônia, que possuem registro no SIF ou SIE, verifica-se que a maior concentração no entorno da tradicional região leiteira do estado, conforme se verifica no mapa 13.

Mapa 13 – Rondônia: Quantidade de laticínios registrados no SIF (2023) ou SIE (2021) por municípios



Fonte: MAPA, 2023b e IDARON, 2021 Org.: o autor Elaborado com Philcarto

De acordo com as informações do mapa apresentado, averígua-se que o município de Ouro Preto do Oeste possui a maior quantidade de indústrias de laticínios, com 7 no total, sendo 4 de abrangência estadual e 3 de abrangência federal. Posteriormente, aparecem os municípios de Nova Mamoré, Teixeiraópolis e Presidente Médici, cada um com 4 laticínios. Dos municípios que possuem maior concentração de indústria de laticínios, apenas Nova Mamoré está localizada fora da bacia leiteira, mas com 3 indústrias de abrangência federal e uma estadual.

Apesar do deslocamento do capital industrial acompanhando a produção, no decorrer de nossa pesquisa com alguns laticínios do estado, verificou-se que os de maior capacidade de industrialização, como Italac, Monte Verde, Miraela e Toya, possuem uma grande logística de captação de leite em grandes distâncias, sobretudo o primeiro, que buscam sua matéria-prima em todo o estado de Rondônia⁸.

Em relação à atuação do capital industrial no circuito espacial de produção do leite, este adquire o produto dos agricultores mediante contratos mensais, nos quais o valor tem como base o definido pelo CONSELEITE, acrescido de adicionais por qualidade, quantidade e localização, conforme apontado anteriormente. Dessa produção, a grande maioria dos laticínios produz derivados do leite para comercialização, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país, atendendo também a algumas demandas do mercado local.

A instalação do laticínio (Foto 22) interfere na dinâmica local, por estimular a atividade no espaço rural e fomentar a movimentação econômica através dos empregos. Por outro lado, o mercado de leite é muito dinâmico, podendo resultar em abandono da atividade e a permanência de infraestruturas formando rugosidades no espaço geográfico (Santos, 2014b).

⁸ Apesar da tentativa de conversar com algum responsável pelo laticínio Italac, não conseguimos realizar uma pesquisa com esta empresa, porém agricultores e funcionários de outros laticínios exaltaram a capacidade logística em buscar leite em todas as distâncias de Rondônia.

Foto 22 – Laticínio instalado no município de Rolim de Moura (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

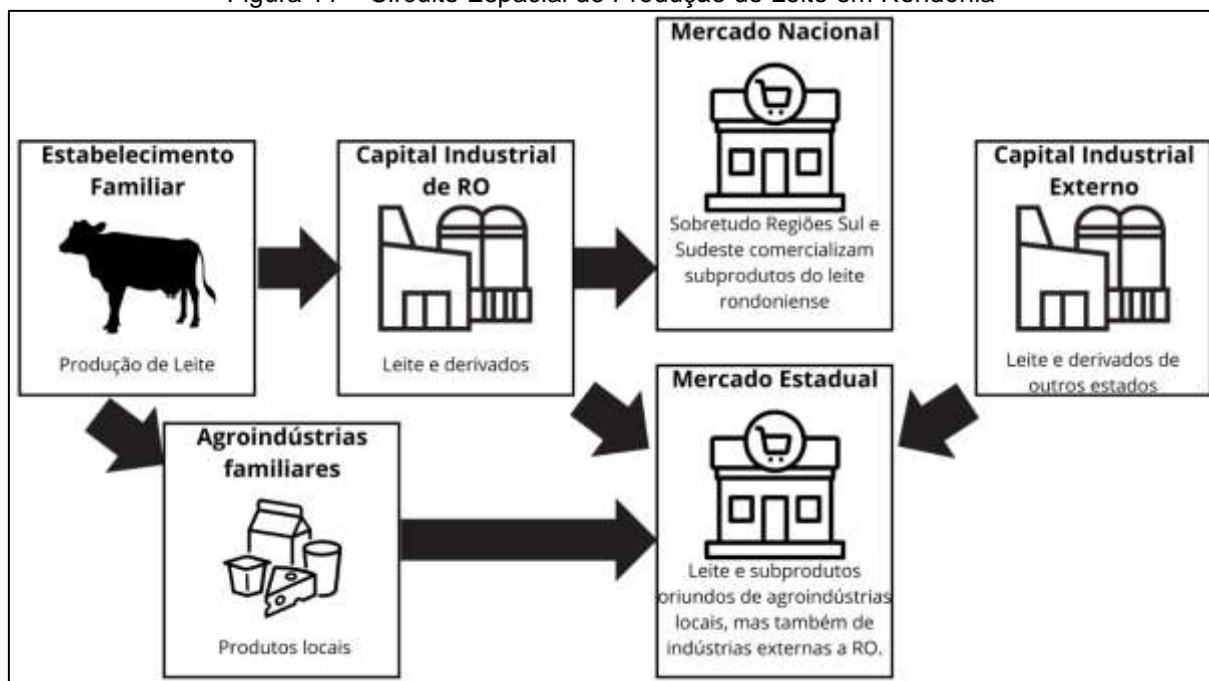
O laticínio apresentado na fotografia 22 possui uma infraestrutura simples se considerado ao Italac, porém representa grande relevância local, inclusive apresentando melhores possibilidades aos agricultores que possuem uma opção a mais para comercializar a sua produção e buscar melhores ganhos. Porém, é comum ao percorrer Rondônia, encontrar grandes e pequenas infraestruturas de laticínios que não possuem mais uma função definida, devido às dificuldades de se manterem ativos no circuito espacial do leite. Ocupando esse espaço menos corporativo do grande capital industrial, agroindústrias familiares também participam do circuito espacial de produção do leite em uma dinâmica mais local, produzindo iogurtes, queijos e até mesmo comercializando o leite, sem buscar a concorrência com os grandes *players* da cadeia produtiva, mas apresentando seus produtos aos consumidores locais.

Assim, o capital industrial envolvido no circuito espacial de produção leiteira reestrutura-se para acompanhar a produção. Embora ainda se concentre predominantemente nas proximidades de Jaru e Ouro Preto do Oeste - afinal, esses permanecem como os municípios de maior produção - tem igualmente se estabelecido em novas localidades mais próximas às zonas produtoras. Essa adequação decorre igualmente da necessidade logística de coleta do leite nas propriedades rurais, considerando o caráter perecível do produto.

Por fim, em relação ao circuito espacial de produção do leite em Rondônia (Figura 11), a quantidade de laticínios com registro no SIF demonstra a capacidade da produção estadual em atender o mercado nacional. Por outro lado, os dados de comércio exterior não apontam para exportação de produtos lácteos de Rondônia,

mas grande quantidade de leite e derivados que chegam no estado oriundos de outros estados do país. Nesse cenário, temos uma atividade importante para a agricultura familiar local, mas que não é autossuficiente, fornecendo leite para o abastecimento nacional, mas demandando produtos industrializados de outras regiões, refletindo a economia primarizada do Estado.

Figura 11 – Circuito Espacial de Produção do Leite em Rondônia



Fonte: Trabalho de campo. Org.: autor

Conforme apontado na figura 46, através da percepção compreendida sobre a organização do circuito espacial de produção do leite, a atuação do agricultor familiar é fundamental para a existência do circuito, visto ser o responsável principal pela produção da matéria-prima, além de estar buscando meios de criar certa autonomia através da criação de agroindústrias familiares que abastecem o mercado local. Por outro lado, assim como ocorre em outros grandes circuitos produtivos, o capital industrial e comercial possui grande capacidade de interferir na organização e direcionamento do abastecimento a partir de sua atuação na criação de infraestruturas ao espaço e controlando a produção local, subordinando os agricultores familiares à sua lógica.

4 ESPACIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PRODUTIVA E TECNOLÓGICA

Anteriormente, neste texto, discutimos uma consideração conceitual sobre o que é o espaço e a importância de sua análise no estudo geográfico, baseando-nos, sobretudo, na perspectiva miltoniana e ampliando essa análise para a concepção de espaço rural e formação socioespacial. Dando continuidade a essa abordagem conceitual, buscamos, nesta seção, demonstrar a efetiva espacialidade da agricultura familiar em Rondônia, a qual se reflete na produção do espaço geográfico do estado.

Baseando-nos em Massey (2008), entendemos a espacialidade como fruto das inter-relações sociais e culturais no espaço, de forma cumulativa às construções desenvolvidas ao longo da trajetória temporal do espaço analisado, sendo tempo e espaço co-constitutivos. Partindo dessa concepção, a organização espacial dos agricultores familiares em Rondônia não é um reflexo de sua atuação momentânea, mas um construto histórico-espacial que remete às intencionalidades dos diversos agentes, públicos e privados, que direcionaram as políticas territoriais de ocupação a partir da década de 1970 no estado.

A produção do espaço rural pela agricultura familiar em Rondônia também corresponde à capacidade dos agricultores familiares em desenvolverem suas relações sociais, atividades produtivas e adoção tecnológica, integrando-se a uma dinâmica mais global, porém também contribuindo para a construção do local, conforme discutimos anteriormente através dos circuitos produtivos. A perspectiva relacional entre o global e o local está presente em Santos (2014a) e em Massey (2008), ambos percebendo que a dinâmica se reflete na espacialidade, que está em constante construção.

Considerando tal perspectiva conceitual, sobre espacialidade e organização espacial, estruturamos nesta última seção da tese, algumas dimensões que demonstram a forma de atuação e produção do espaço a partir da atuação dos agricultores familiares no estado de Rondônia. Primeiramente analisamos os dados dos censos demográficos 2010 e 2022, comparando a evolução da população rural no período em conjunto com o avanço do agronegócio. Posteriormente, analisamos a distribuição dos estabelecimentos familiares no estado por microrregiões, o que nos

possibilita identificar o movimento de deslocamento da concentração familiar para as áreas de fronteira interna.

No segundo tópico, analisamos as principais produções da agricultura familiar nas microrregiões, pois entendemos que além dos 4 principais produtos já analisados anteriormente, a diversidade produtiva em pequenos estabelecimentos rurais representa importante forma na produção do espaço rural, bem como para o desenvolvimento local. Na terceira parte discutimos a organização social, em que através de organizações coletivas como sindicatos, associações, cooperativas e movimentos sociais, os agricultores criam vínculos e se fortalecem localmente em prol de demandas produtivas, territoriais, sociais e políticas.

Por fim, na última parte desta seção, realizamos uma comparação da condição tecnológica da agricultura familiar em relação aos dois últimos censos agropecuários, de forma a demonstrar a incorporação técnica ao espaço a partir da atuação familiar.

4.1 População rural e a espacialização da agricultura familiar em Rondônia

A presença da agricultura familiar no espaço rural rondoniense é marcante em todo seu contexto histórico (antigo e recente). Apesar da característica já ter sido discutida anteriormente, reservamos este momento da pesquisa como forma de demonstrar a distribuição espacial do agricultor no território rondoniense, onde com o passar do tempo e influenciado pelas dinâmicas agropecuárias globalizadas, tem sofrido pressão de agentes do agronegócio latifundiário, correspondendo em um dos fatores de êxodo rural e/ou fluxos migratórios para áreas de fronteira agropecuária no noroeste do estado, Acre e Amazonas.

Como apresentamos na subseção 2.3, a estrutura agrária de Rondônia tem demonstrado, ao longo dos anos, uma dinâmica caracterizada pela expansão da fronteira agropecuária e pelo aumento da concentração fundiária. Esse processo modifica tanto os padrões de uso do território quanto as formas de ocupação desses espaços. Enquanto as grandes e médias propriedades se dedicam à produção de *commodities* altamente tecnificadas e com reduzido uso de mão de obra, os agricultores familiares mantêm suas propriedades como meio de subsistência, caracterizadas por produção diversificada (embora geralmente com uma atividade principal) e pelo emprego predominante de força de trabalho familiar. Nesse contexto,

a ampliação da concentração fundiária e os incentivos à expansão do agronegócio latifundiário resultam no progressivo esvaziamento das áreas rurais.

Nesse sentido, comparando e analisando os dados dos Censos Demográficos 2010 e 2022, podemos obter uma primeira impressão sobre a ocupação populacional do espaço geográfico rondoniense, sobretudo para analisar o meio rural, conforme verificamos na tabela 18 a seguir.

Tabela 18 – Rondônia: População Rural e Urbana por microrregiões (2010 e 2022)

Unidade da Federação e Microrregião	2010		2022		Variação (%)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rondônia (TOTAL)	1.149.180	413.229	1.241.672	339.524	8,0	-17,8
Porto Velho (RO)	454.445	85.875	495.861	72.574	9,1	-15,5
Guajará-Mirim (RO)	50.931	20.438	47.667	20.633	-6,4	1,0
Ariquemes (RO)	114.615	56.535	120.894	49.923	5,5	-11,7
Ji-Paraná (RO)	202.912	92.554	214.268	68.036	5,6	-26,5
Alvorada D'Oeste (RO)	30.071	40.113	32.106	29.496	6,8	-26,5
Cacoal (RO)	151.755	76.457	168.877	61.588	11,3	-19,4
Vilhena (RO)	109.800	22.877	129.325	23.369	17,8	2,2
Colorado do Oeste (RO)	34.651	18.380	32.674	13.905	-5,7	-24,3

Fonte: IBGE, 2010 e 2022. Org.: o autor.

Os dados apresentados na tabela 18, acima, evidenciam um processo de esvaziamento do espaço rural rondoniense, pois enquanto a área urbana apresentou um aumento em 8% de sua população, a área rural presenciou um decréscimo de 17,8%. Quando se analisa também os dados das microrregiões de Rondônia, verificamos que, apenas em duas, a população rural obteve um incremento, sendo elas Vilhena e Guajará-Mirim, nas outras 6 houve redução no número de pessoas morando no campo. Por outro lado, a microrregião de Guajará-Mirim e de Colorado do Oeste, foram as únicas que obtiveram uma redução na população urbana.

Costa Silva (2023), analisando os dados preliminares do Censo demográfico, destacou o processo de formação de um eixo urbano em Rondônia e a centralização da população em torno da BR-364, principal eixo de fluxo no estado, onde os 11 municípios que possuem sede às margens da rodovia concentram 65% da população total, enquanto os outros 41 municípios concentram apenas 35% da população estadual.

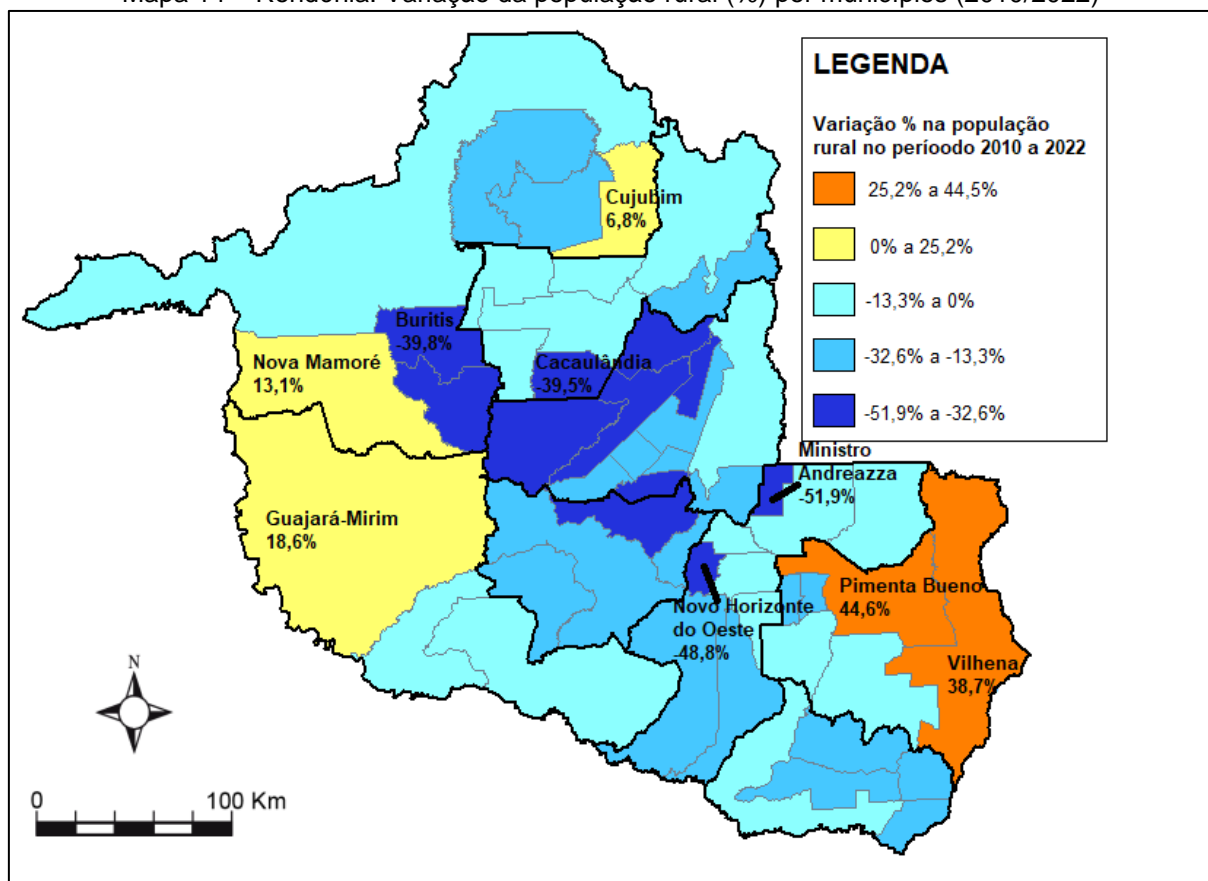
Com a ampliação da população urbana nas maiores cidades de Rondônia e uma redução grande na população rural, percebe-se o processo de transição da forma de uso econômico do espaço estadual, onde o rural passa a ficar cada vez mais vazio para atender ao agronegócio, que concentra terras, empurrando os agricultores para novas fronteiras ou para os centros urbanos. Enquanto isso, as cidades se incham ao

receber essa população que sai do campo, sem infraestrutura para atender às demandas sociais resultantes desse fluxo.

Portanto, o processo de expansão da fronteira agropecuária sobre a Amazônia, iniciada em Rondônia na década de 1970, onde no princípio predominava um efetivo contingente populacional rural, agora tem se consolidado como um espaço voltado para o fomento do agronegócio latifundiário produtor de *commodities* em detrimento dos agricultores familiares.

Os dados apresentados no mapa 14 a seguir mostram a variação na população rural por municípios, entre os censos agropecuários de 2010 e 2022. No mapa, fica visível que a redução da população rural foi predominante em praticamente todos os municípios de Rondônia.

Mapa 14 – Rondônia: Variação da população rural (%) por municípios (2010/2022)



Fonte: IBGE, 2022. Org.: autor. Elaborado com Philcarto.

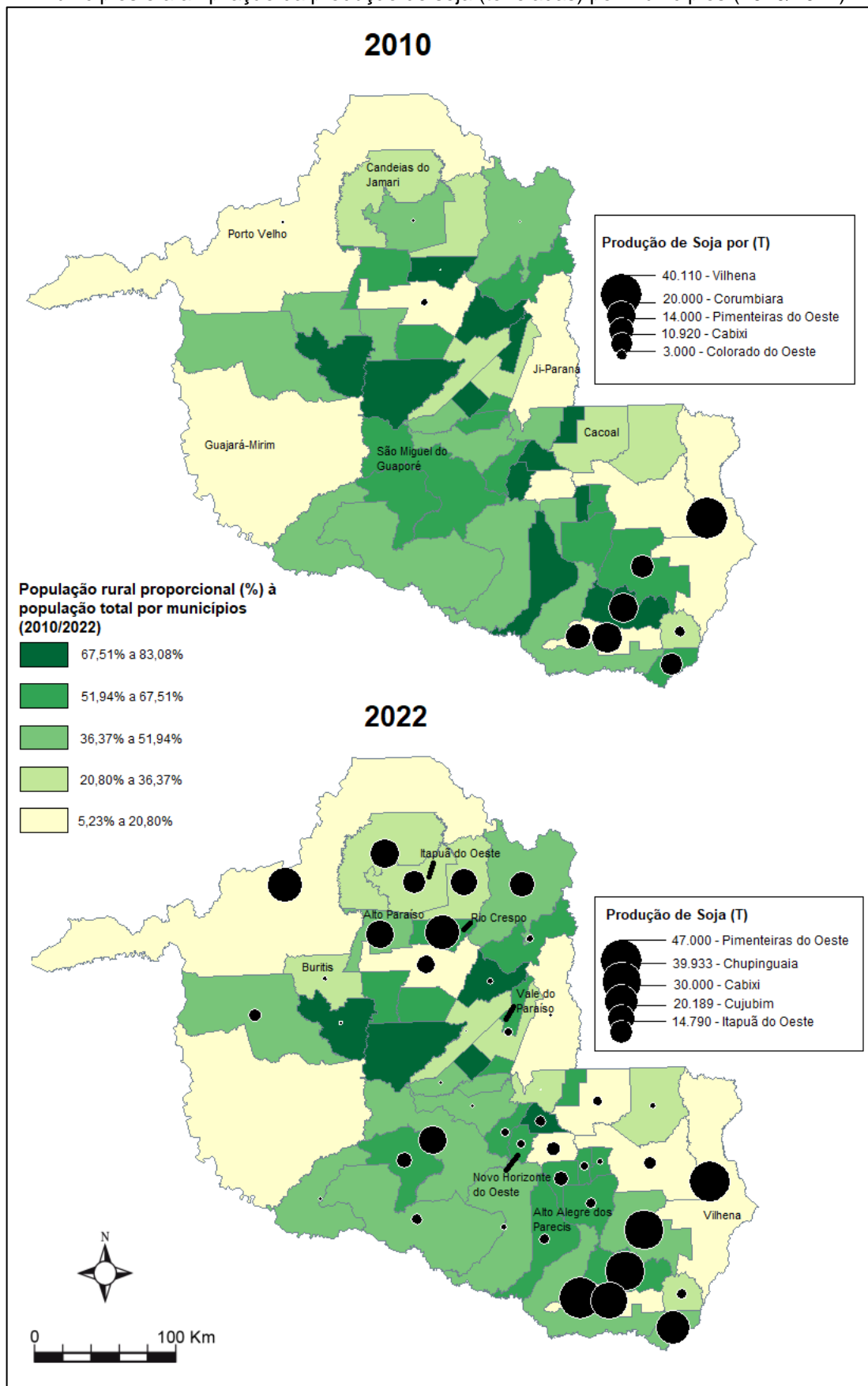
A partir de uma análise das informações presentes no mapa 14, é possível identificar que apenas 5 municípios não tiveram redução na sua população rural. Por outro lado, os municípios que tiveram maior redução estão localizados próximos a cidades maiores, como Ministro Andreazza e Novo Horizonte do Oeste, que estão

próximos a Cacoal e Rolim de Moura, respectivamente, ou em área de expansão do agronegócio, como Buritis e Cacaulândia.

Dentre os municípios que tiveram aumento da população rural, Pimenta Bueno obteve maior acréscimo, 1.964 pessoas (44,6%), seguido de Vilhena, com 1.543 pessoas (38,7%), Nova Mamoré, 1.246 pessoas (13,1%), Guajará-Mirim, 1.201 pessoas (18,6%) e Cujubim, 329 pessoas (6,8%). O aumento apresentado não corresponde um movimento cidade-campo, mas fruto de migrações intraestaduais, sobretudo nos municípios de Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Cujubim, que estão localizados em região de expansão da fronteira agropecuária.

Já o município de Vilhena, conhecida por ser um polo do agronegócio em Rondônia, apesar de figurar entre os municípios que tiveram um aumento na população rural, não corresponde a uma inversão da estrutura agrária concentradora, pois permanece sendo o município com o menor percentual de população rural em comparação à população total, conforme demonstrado no mapa 15 a seguir.

Mapa 15 – Rondônia: Comparação da população rural em relação a população total (%), por municípios e a ampliação da produção de soja (toneladas) por municípios (2010/2022)



Fonte: IBGE, 2022. Org.: autor. Elaborado com Philcarto.

A partir das informações apresentadas no mapa 15, em conjunto com o mapa 14, compreendemos que, apesar da redução da população rural em praticamente todos os municípios, no período intercensitário (2010/2022), principalmente os menores municípios que não estão no eixo da BR-364 apresentam um predomínio da população rural, corroborando ao que fora afirmado anteriormente por Costa Silva (2023). Também se percebe que os municípios maiores, como Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Cacoal, possuem uma baixa taxa percentual de população rural.

Outra compreensão possível, a partir do comparativo presente no mapa 15, é a possibilidade de uma correlação entre a expansão da soja e a redução gradativa da população rural. Nos municípios mais ao norte e noroeste do estado, apesar do grande aumento da produção de soja, não é muito perceptível essa redução, pois trata-se de uma área de expansão da fronteira. Então, ao mesmo tempo que a soja chega, novas áreas e estabelecimentos estão sendo formados. Porém, ao analisar os municípios do Vale do Guaporé e da Zona da Mata, fica mais perceptível a redução da população rural e o aumento da produção de soja.

Apesar da correlação apontada, trata-se apenas de uma variável que possa estar impulsionando o contínuo êxodo rural ocorrido em Rondônia, não permitindo que assumamos de forma definitiva que as reduções percentuais da população rural no estado estejam somente relacionadas à expansão da soja. De acordo com Portela e Vesentini (2009) existem alguns motivos individuais que levam ao êxodo rural: I) Aumento da família e impossibilidade de sustento pelo tamanho da terra, sucessão familiar ou questões de divisão da terra para herdeiros; II) Pressões de grandes propriedades sobre pequenos estabelecimentos; e III) Perspectiva de melhoria nas condições de vida no meio urbano.

A correlação apontada nos dados e a afirmação de Portela e Vesentini (2009) sobre a pressão exercida por grandes propriedades sobre os pequenos agricultores foram identificadas ao longo de nossa pesquisa de campo. Observou-se que o avanço do agronegócio latifundiário sobre áreas anteriormente predominadas por agricultores familiares tem contribuído para o êxodo rural e o esvaziamento do campo.

Como exemplo da pressão exercida pelos latifundiários, em entrevista com um agricultor familiar no município de São Miguel do Guaporé, este relatou que seu vizinho de propriedade (Foto 23) realizou uma aplicação indiscriminada de agrotóxicos em sua terra. Quando questionado, o fazendeiro ofereceu R\$ 1,3 milhão para que ele

vendesse sua propriedade e comprasse terras no Amazonas. Outro relato, também ocorrido no município de São Miguel do Guaporé, veio de um agente da Emater, que apontou uma grande redução no número de estabelecimentos familiares em algumas linhas rurais. Destacou que, onde havia muitos agricultores cadastrados pela agência há poucos anos, atualmente há apenas soja.

Foto 23 – Estabelecimento rural familiar que tem fazenda de soja na fundiária e que sofreu pressão para venda das terras (2024)



Fonte: Trabalho de Campo. Foto: autor.

A paisagem da fotografia 23, onde o agronegócio se aproxima e pressiona os agricultores familiares a venderem suas terras para uma nova forma de uso do território, está cada vez mais frequente no espaço rural rondoniense, bem como a paisagem na fotografia 24 a seguir, onde em várias linhas rurais é possível encontrar placas de venda de estabelecimentos rurais familiares.

Foto 24 – Candeias do Jamari: Placa indicando um sítio familiar à venda, tendo como vizinho a plantação de grãos (2024)



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor.

A proximidade a grandes fazendas produtoras de *commodities* impacta a capacidade produtiva do agricultor familiar, pois muitas vezes a dispersão do agrotóxico aplicado proporciona a perda de culturas e o surgimento de novas pragas, além da contaminação da água e do solo, citando apenas alguns impactos. Diante disso, imagem como essa, de estabelecimentos familiares à venda, são cada vez mais comuns nas linhas rurais.

Além do êxodo rural impulsionado pela pressão do agronegócio, o aumento da família e a dificuldade de realizar a sucessão familiar na terra também tem sido um importante fator encontrado na zona rural de Rondônia, reafirmando aquilo que Portela e Vesentini (2009) apontaram. Em nosso trabalho de campo, esse também foi um tema constantemente apontado por agentes do círculo de cooperação, sobretudo pelos técnicos da Emater. De acordo com esses técnicos, que estão mais próximos das famílias, três processos ocorrem neste sentido: 1) muitos filhos não se sentem parte dos estabelecimentos por não possuírem dinheiro, assim buscam alternativas de trabalho em fazendas e/ou nas cidades. 2) Também ocorre o crescimento da família e/ou os filhos se casarem, buscando outros lugares para morar por não ter o compartilhamento da terra pelos pais. 3) Por fim, com apenas os pais ficando nos estabelecimentos e o avanço da idade, não conseguem mais trabalhar nas terras, vendendo para ir viver nas cidades.

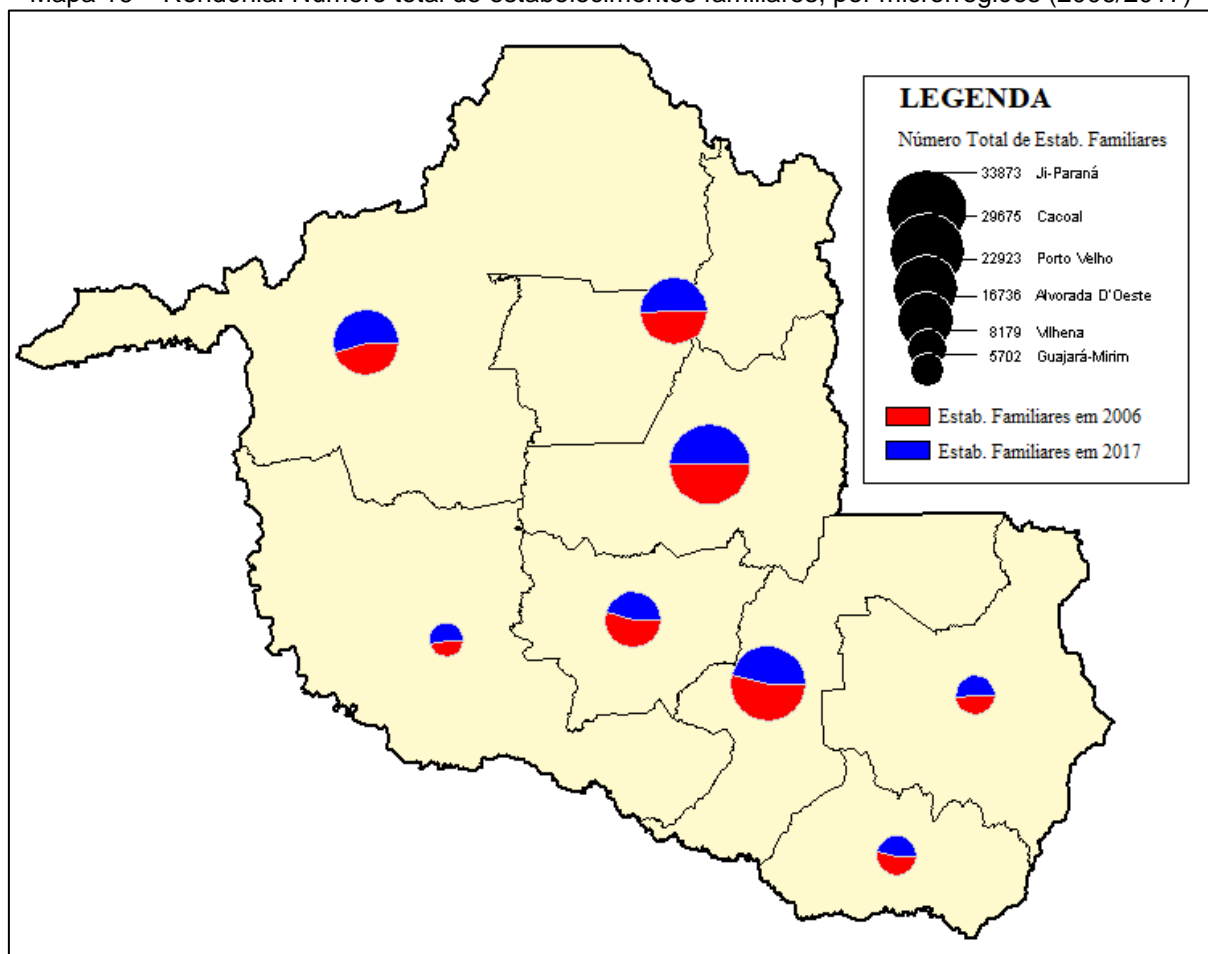
Portanto, as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares em promover a sucessão familiar e de suportarem as pressões do agronegócio com suas

chuvas de veneno, contribuem em grande parte com o esvaziamento do espaço rural, corroborando com Costa Silva (2023), que aponta que dentre diversos fatores para a redução da população rural em Rondônia, a produção de *commodities* e o mercado de terras são uma importante variável.

Tendo em vista o processo de urbanização se solidificando na dinâmica populacional estadual e a expansão do agronegócio também cada vez mais presente na organização socioespacial local, torna-se importante analisarmos qual o espaço ocupado pela agricultura familiar em Rondônia, tanto no sentido territorial, identificando onde há a maior concentração desse grupo, como o espaço político/econômico/social, percebendo como estes tem se organizado, atuado e sido percebido pelo poder público estadual.

Utilizando os dados do censo agropecuário 2017, podemos perceber que apenas 3 microrregiões apresentaram uma redução no número de estabelecimentos familiares comparado com o censo agropecuário de 2006, conforme apresentado no mapa 16 a seguir.

Mapa 16 – Rondônia: Número total de estabelecimentos familiares, por microrregiões (2006/2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor. Elaborado com Philcarto.

A primeira percepção em relação aos dados apresentados no mapa é a maior concentração dos estabelecimentos familiares nas microrregiões de Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Porto Velho e Alvorada D'Oeste (essa última com uma menor quantidade, mas também ocupando uma menor área). Por outro lado, as microrregiões de Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim, apresentam menor quantidade de estabelecimentos familiares. Outro dado importante, a partir das informações presentes no mapa, é em relação ao aumento ou redução no número de estabelecimentos familiares no período intercensitário, onde percebe-se que as microrregiões de Cacoal, Alvorada D'Oeste, Colorado do Oeste e Ji-Paraná apresentaram diminuição no período. Por outro lado, as microrregiões de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes e Vilhena apresentaram aumento.

As microrregiões de Ji-Paraná e Cacoal apresentam grandes semelhanças, pois foram os locais onde ocorreu a maior concentração de assentamentos familiares durante o período de colonização dirigida pelo Inca na década de 1970, seja por meio

dos PICs ou dos PARs. Esse fato explica por que essas duas microrregiões possuem o maior número de estabelecimentos familiares no estado.

Por outro lado, a comparação entre os dois últimos censos agropecuários revela um certo esgotamento no número de estabelecimentos familiares nessas áreas. Ji-Paraná apresentou uma pequena variação (-185 estabelecimentos), enquanto a microrregião de Cacoal registrou a maior redução no estado (-2.289 estabelecimentos). Assim, apesar da contínua reprodução social dos agricultores familiares, muitos estão buscando terras em outras regiões ou promovendo o êxodo rural, além dos impactos da expansão do agronegócio nessas localidades, conforme apontado anteriormente.

Outras duas microrregiões que apresentaram redução no número de estabelecimentos familiares foram Alvorada D'Oeste e Colorado do Oeste. Enquanto a primeira demonstra uma transição na forma de uso do território, com o avanço da soja — conforme verificado no mapa da figura 48 —, sobretudo nos municípios de São Miguel do Guaporé e Seringueiras, a segunda microrregião possui um histórico de concentração fundiária e conflitos por terra, como o marcante caso de Corumbiara. Esse município, inclusive, foi o que apresentou a maior redução no número de estabelecimentos familiares na região, totalizando uma perda de 189 estabelecimentos.

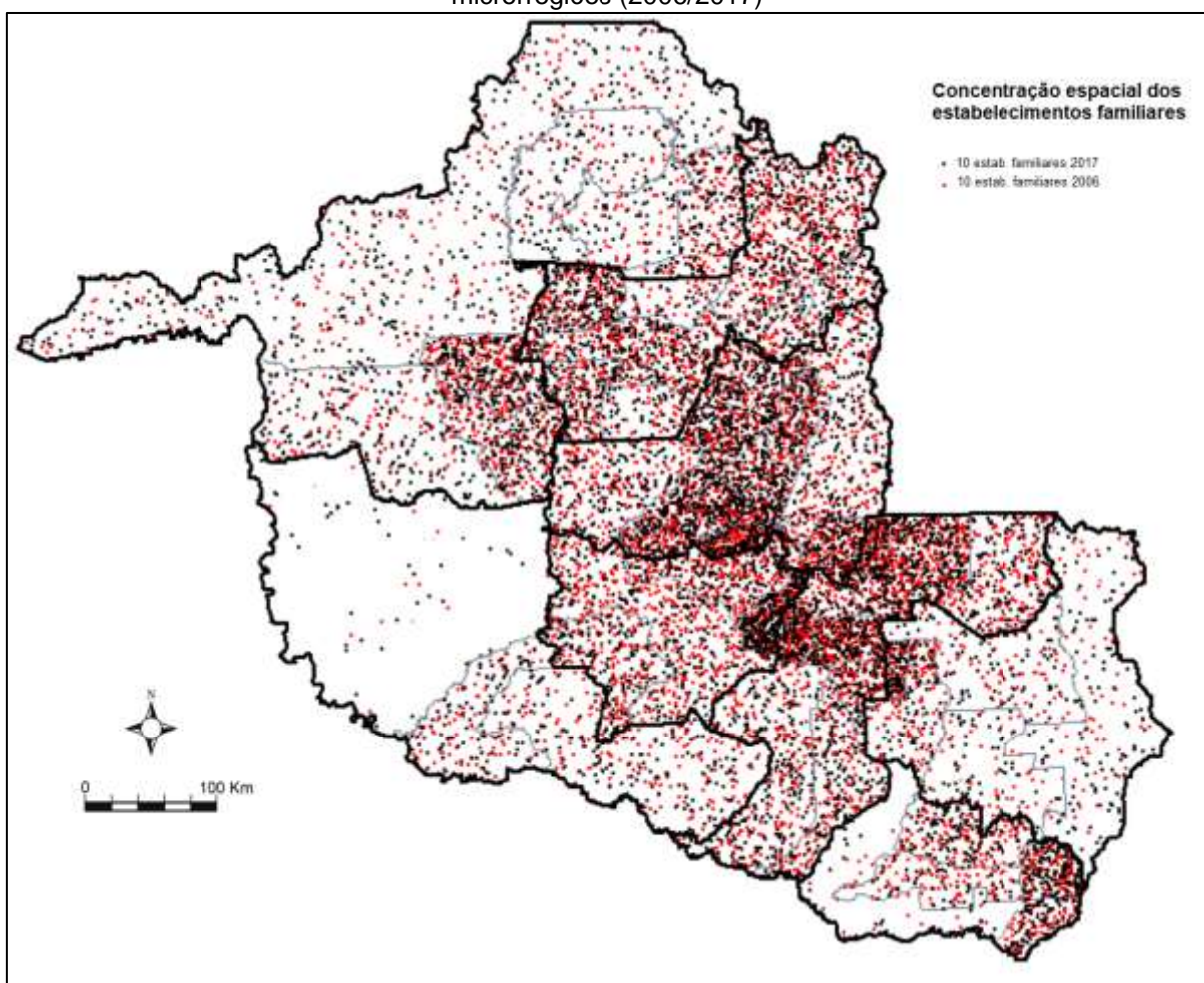
As microrregiões de Ariquemes e Vilhena tiveram, no período de colonização, a destinação de terras maiores e por isso nunca foram a região de maior concentração de pequenos estabelecimentos. Porém, no comparativo entre os censos apresentaram leve aumento no número de propriedades familiares: 322 e 253 respectivamente. Não representa uma mudança na estrutura agrária dessas microrregiões, mas um importante indicativo de que é possível ampliar o acesso à terra para agricultores familiares. Ainda em relação às particularidades municipais dessas microrregiões, em Ariquemes o aumento ocorreu apenas em 3 municípios, Alto Paraíso, Vale do Anari e Cacaúlândia. Já na microrregião de Vilhena, a redução ocorreu justamente nos menores municípios em que há o predomínio de pequenos agricultores como: Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe D'Oeste.

Por fim, as últimas duas microrregiões, Porto Velho e Guajará-Mirim, foram as que apresentaram maior aumento no número de estabelecimentos familiares, 2.417 e 460 respectivamente. A expansão da fronteira interna em Rondônia tem ocorrido

precisamente nessas duas microrregiões, com um significativo aumento no número de novos estabelecimentos familiares. Esse crescimento se destaca, sobretudo, nos municípios de Porto Velho, que registrou 1.447 novos estabelecimentos, e Nova Mamoré, com 679, na primeira microrregião, além do município de Guajará-Mirim, que contabilizou 335 novos estabelecimentos.

O mapa 17, a seguir, possibilita visualizar a espacialização da agricultura familiar em Rondônia, demonstrando o movimento de deslocamento territorial desse grupo no decorrer do tempo, mesmo que de forma lenta.

Mapa 17 – Rondônia: Concentração espacial dos estabelecimentos familiares, por municípios e microrregiões (2006/2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor. Elaborado com Philcarto. Nota: A distribuição dos pontos não corresponde a localização exata de estabelecimentos, mas uma distribuição aleatória que demonstre a concentração conforme a quantidade de estabelecimentos familiares nos municípios.

É possível identificar, no mapa acima, que tanto no ano de 2006 (pontos em vermelho), como em 2017 (pontos em preto), a maior concentração de agricultores em Rondônia é na porção central, sobretudo nos municípios que tiveram a execução

dos PIC's e PAR nos projetos de colonização do Incra. Além do aspecto histórico da ocupação recente de Rondônia, essa região possui uma condição geomorfológica não propícia à produção de grãos, o que não a torna alvo do avanço do agronegócio.

Fica perceptível também o esvaziamento da microrregião de Colorado do Oeste, com maior concentração de pontos vermelho do que preto, evidenciando o que já destacamos anteriormente. No outro oposto de Rondônia, temos um movimento de avanço da territorialização dos agricultores familiares nas microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, com ampliação do número de pequenos estabelecimentos, evidenciado através do aumento no número de pontos em preto (2017), quando comparado aos pontos em vermelho (2006).

4.2 Produção agropecuária da agricultura familiar em Rondônia: abastecimento do mercado interno e desenvolvimento local

Caracterizada pela prática da policultura, a agricultura familiar possui em seus estabelecimentos uma diversidade produtiva. É verdade que, com a incorporação de tecnologias no processo produtivo e a formação de circuitos produtivos em grandes escalas com a participação dos agricultores, passa a existir uma tendência de maior especialização, conforme apontamos anteriormente.

Apesar da lógica cada vez mais presente de identificação do espaço rural com os estabelecimentos familiares, ainda é possível afirmar a predominância da diversidade na atuação dos pequenos agricultores. Isso ocorre porque, devido a questões econômicas, esse grupo geralmente busca variadas fontes de renda.

Relacionado ao que apontamos na subseção anterior, a dificuldade dos agricultores familiares em realizar a transição da gestão dos estabelecimentos familiares para os filhos e, em consequência, a sucessão familiar das terras, leva ao êxodo rural desses filhos, que buscam nova forma de sustento para suas recém-formadas famílias. Assim, com menos mão de obra nas terras, muitos tem reduzido sua atuação na agricultura, destinando seus esforços na pecuária leiteira e de corte.

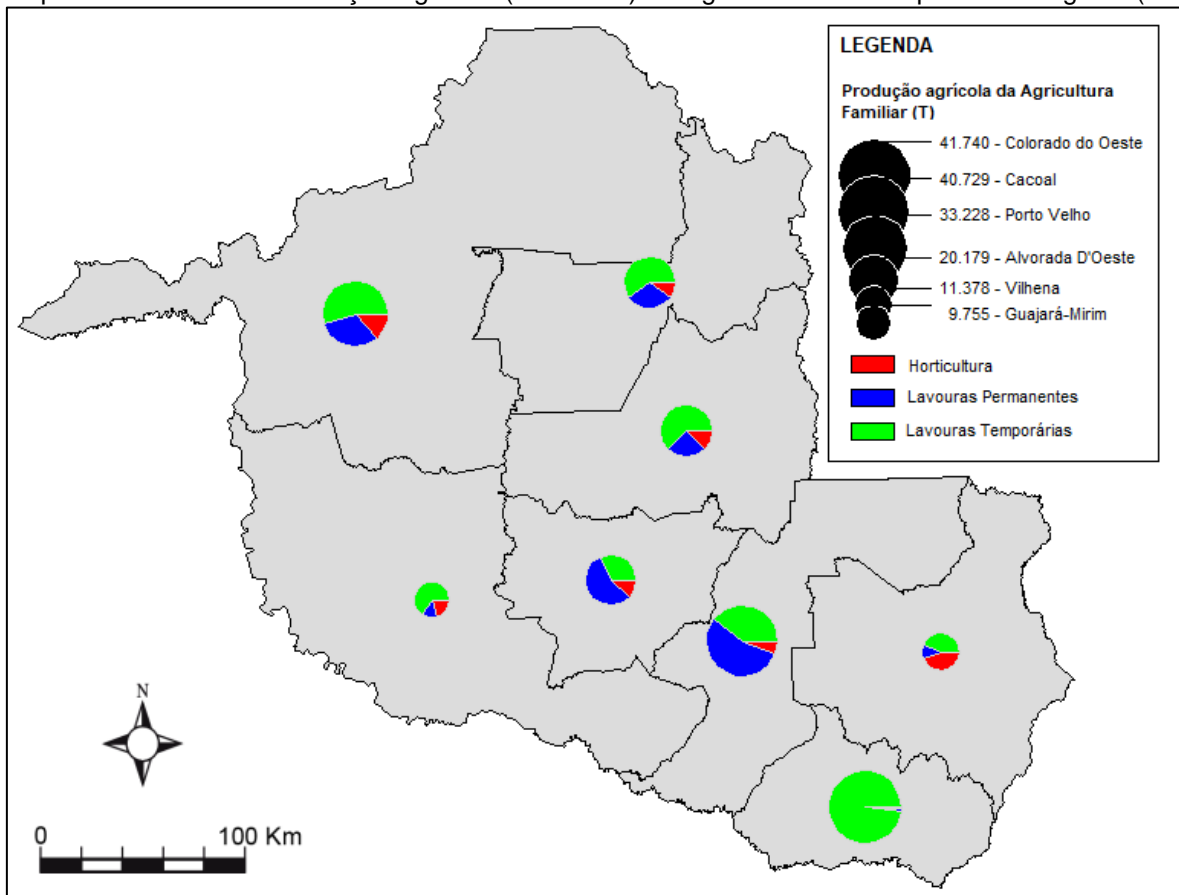
A situação foi amplamente observada ao longo de nossa pesquisa de campo. Dos estabelecimentos familiares visitados, apenas três, que atuavam na pecuária leiteira e/ou de corte, tinham os filhos trabalhando em conjunto com os pais. Além disso, nesses casos, havia outras atividades além da pecuária. Nos demais

estabelecimentos, era visível nos relatos que a diminuição da mão de obra familiar e o envelhecimento levou os agricultores a atuarem com a pecuária e/ou reduzir a diversidade produtiva em seus estabelecimentos.

Por outro lado, os estabelecimentos onde a prática agrícola era a principal produção, mesmo que predominando uma, como: mandioca, café ou cacau, existia também áreas para a produção de horticultura ou fruticultura, que contribuíam para a ampliação da renda familiar. Nesses estabelecimentos era constante a presença da família atuando no desenvolvimento das atividades, inclusive complementando com agroindústrias de farinha e de café.

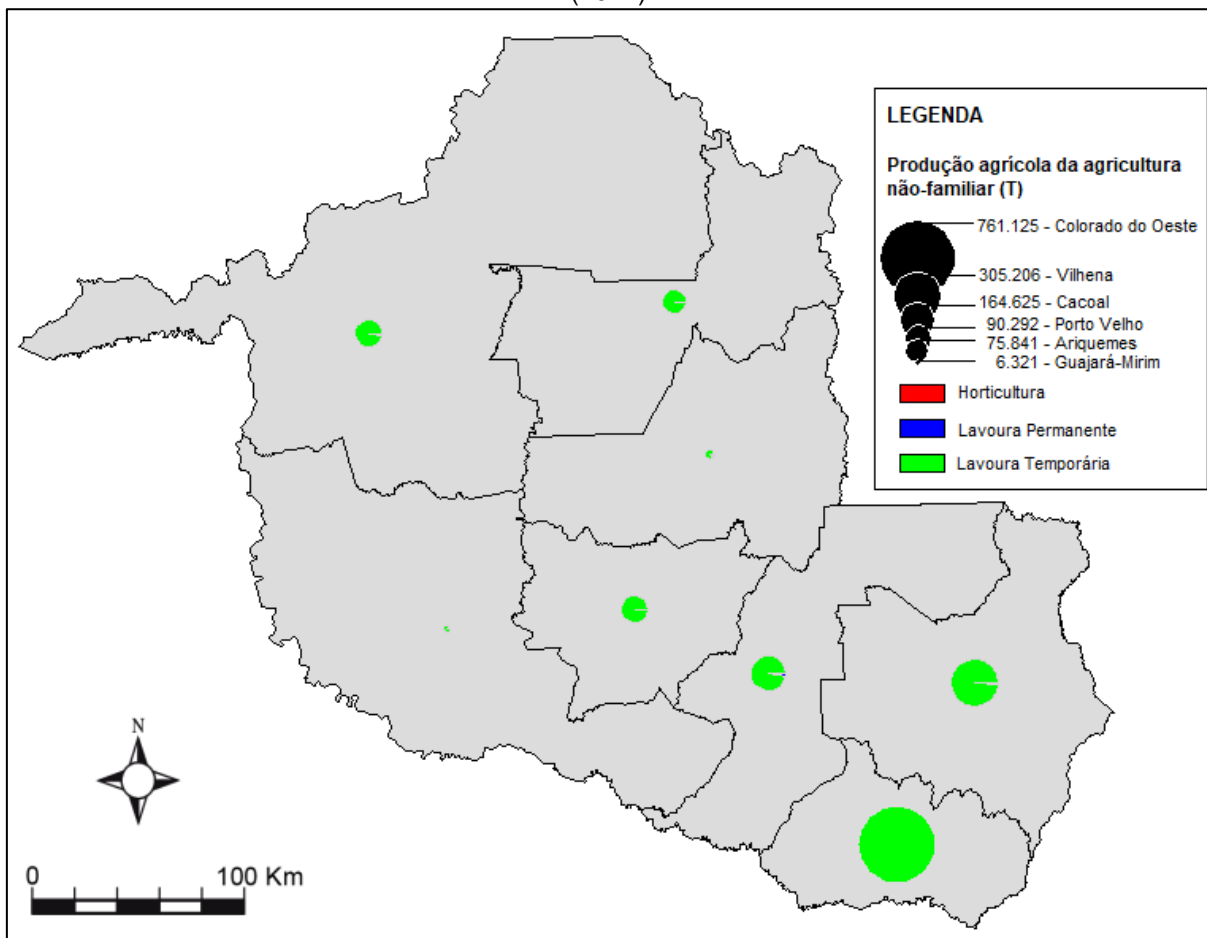
Entendida a forma de organização do uso do território pelos agricultores familiares, buscamos apresentar a espacialidade das diversas atividades agropecuárias em Rondônia conforme as microrregiões, possibilitando ampliar a percepção sobre a distribuição agropecuária em Rondônia além daqueles produtos apontados anteriormente nos círculos de cooperação, inclusive comparando com a capacidade de atuação do agronegócio. Portanto, para iniciar a comparação, apontamos nos mapas 18 e 19 a diversidade produtiva da agricultura familiar e não-familiar.

Mapa 18 – Rondônia: Produção agrícola (toneladas) da agricultura familiar por microrregiões (2017)



Fonte: IBGE, 2017 Org.: autor. Elaborado com Philcarto

Mapa 19 - Rondônia: Produção agrícola (toneladas) da agricultura não-familiar por microrregiões (2017)



Fonte: IBGE, 2017 Org.: autor. Elaborado com Philcarto

Na comparação entre as informações apresentadas nos mapas 18 e 19, fica visível a diferença na diversidade do uso do espaço a partir das representatividades familiares e não-familiares. A diversidade dos tipos de práticas agrícolas, desenvolvidas por cada grupo, são um importante reflexo da policultura praticada pelos diferentes grupos em seus estabelecimentos.

O mapa da agricultura familiar evidencia a diversidade de áreas de produção em praticamente todas as microrregiões, à exceção de Colorado do Oeste, onde predomina a lavoura temporária e um processo de monopolização do território pelo agronegócio de produção de grão (Oliveira, 2007), sobretudo soja (18.917 toneladas) e milho (14.962 toneladas), subordinando os agricultores familiares à lógica da produção de *commodities*. Excluindo a exceção da microrregião, as demais apresentam além da lavoura temporária, onde predominam a mandioca e o milho, a importante atuação na horticultura, com legumes e verduras para abastecimento das

idades locais, bem como das lavouras permanentes, onde além do café, há a produção de variados tipos de frutas.

Como forma de identificar os principais produtos agrícolas da agricultura familiar em cada microrregião, organizamos a tabela 19, a seguir, onde apontamos as 4 maiores produções familiares em cada microrregião.

Tabela 19 – Rondônia: Principais produções agrícolas (toneladas) da agricultura familiar por microrregiões (2017)

Microrregião de Porto Velho					
	1°	2°	3°	4°	Produção Total
Horticultura	Cebolinha – 967	Couve – 540	Milho Verde – 450	Coentro - 359	4.492
Lavoura Permanente	Banana – 4.920	Café – 3.068	Cupuaçu – 1.209	Maracujá – 339	10.392
Lavoura Temporária	Mandioca – 10.653	Milho (grão) – 2.468	Arroz – 1.727	Cana de açúcar – 917	18.344
Microrregião de Guajará-Mirim					
Horticultura	Inhame – 1.042	Cará – 650	Milho Verde – 95	Alface – 56	1.986
Lavoura Permanente	Banana – 675	Café – 392	Urucum – 285	-	1.352
Lavoura Temporária	Mandioca – 4.562	Milho (grão) – 790	Cana de açúcar – 362	Melancia – 218	6.417
Microrregião de Ariquemes					
Horticultura	Cará – 694	Milho Verde – 183	Alface – 180	Quiabo – 127	2.009
Lavoura Permanente	Banana – 2.896	Café – 2.554	Cacau – 247	Urucum – 174	6.268
Lavoura Temporária	Mandioca – 3.666	Soja – 3.486	Milho (grão) – 1.595	Arroz – 1.112	12.553
Microrregião de Ji-Paraná					
Horticultura	Alface – 491	Milho Verde – 331	Tomate – 320	Pepino – 232	2.617
Lavoura Permanente	Café – 1.882	Banana – 1.112	Cacau – 1.091	Limão – 177	5.023
Lavoura Temporária	Mandioca – 5.441	Milho (grão) – 2.049	Milho (forrageiro) – 1.967	Cana de açúcar – 1.238	12.856
Microrregião de Alvorada D'Oeste					
Horticultura	Cará – 1.726	Inhame – 283	Alface – 98	Cebolinha – 70	2.432
Lavoura Permanente	Café – 9.539	Maracujá – 1.007	Urucum – 533	Banana – 147	11.317
Lavoura Temporária	Arroz – 2.395	Mandioca – 1.010	Soja – 904	Milho (grão) – 721	6.430
Microrregião de Cacoal					
Horticultura	Tomate – 629	Alface – 295	Pepino – 239	Abobrinha – 215	2.506
Lavoura Permanente	Café – 14.116	Banana – 2.384	Mamão – 1.901	Limão – 980	22.316
Lavoura Temporária	Milho (grão) – 6.624	Mandioca – 2.261	Milho (forrageiro) – 1.889	Feijão (todos tipos) – 1.778	15.907
Microrregião de Vilhena					

Horticultura	Pepino – 2.286	Tomate – 755	Pimentão – 645	Abobrinha – 295	5.004
Lavoura Permanente	Banana – 726	Café – 452	Laranja – 75	Limão – 44	1.380
Lavoura Temporária	Milho (grão) – 2.935	Mandioca – 1.052	Melancia – 389	Cana de açúcar – 221	4.994
Microrregião de Colorado do Oeste					
Horticultura	Tomate – 150	Alface – 57	Milho Verde – 40	Abobrinha – 32	395
Lavoura Permanente	Banana – 235	Urucum – 185	Laranja – 59	Cacau – 33	545
Lavoura Temporária	Soja – 18.917	Milho (grão) – 14.962	Milho (forrageiro) – 4.004	Cana (forrageira) – 611	40.800

Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor.

A partir dos dados apresentados, podemos entender um pouco da espacialização produtiva da agricultura familiar, percebendo a diversidade em cada microrregião e os impactos ocasionados pelo agronegócio na subordinação dos agricultores, sobretudo nas microrregiões de: 1) Colorado do Oeste, onde a horticultura e lavouras permanentes possuem pouquíssima representatividade e a lavoura temporária tem o predomínio da produção de *commodities*; 2) Ariquemes, onde o agronegócio tem avançado e, assim como em Colorado, subordinado os agricultores familiares à produção de *commodities*, apesar de ser um processo de transição, pois ainda há relevante produção de lavouras temporárias como café e cacau, além da horticultura; e por fim, 3) a microrregião de Alvorada D'Oeste, que também possui grande representatividade na produção de lavouras permanentes como café e maracujá, além da horticultura, mas que também demonstra o avanço do milho e soja entre os agricultores familiares, sobretudo no município de São Miguel do Guaporé.

A microrregião de Vilhena apresenta uma característica interessante, quando analisada a produção agrícola dos agricultores familiares, pois apesar do baixo número de estabelecimentos desse grupo, possui considerável diversidade em sua produção, inclusive podendo ser interpretada como uma forma de resistência ao avanço da soja, pois em toda a microrregião, apenas 3 estabelecimentos produzem soja, diferentemente do que ocorre em Colorado do Oeste.

Muito semelhante em diversos aspectos, as microrregiões de Cacoal e Ji-Paraná também compartilham da diversidade produtiva em horticultura, lavouras permanentes e lavouras temporárias. Na microrregião de Guajará-Mirim, percebemos pouca diversidade e produção, mas isso é reflexo da baixa ocupação de estabelecimentos na microrregião, que ainda mantém grande área de reservas

indígenas e áreas de proteção, com a produção de mandioca sendo a principal atividade agrícola. Por fim, a microrregião de Porto Velho demonstra também grande diversidade de produção na horticultura, predomínio das frutas nas lavouras permanentes e mandioca, milho e arroz nas lavouras temporárias.

Enquanto na produção agrícola há a diversidade na atividade desenvolvida, nos pequenos estabelecimentos rurais, quando se analisa a atividade pecuária, não fica tão evidente tal diversidade. Apesar da existência de outras espécies animais além do gado, a pecuária bovina é predominante nos estabelecimentos rurais em Rondônia, conforme já discutimos anteriormente. A Tabela 20 apresenta os dados do efetivo animal nas microrregiões e no estado de Rondônia, conforme as principais espécies criadas.

Tabela 20 – Rondônia: Efetivo animal conforme as principais espécies criadas, entre agricultores familiares e não-familiares, por microrregiões (2017)

Microrregião de Porto Velho						
	Bovinos	Galinhas, frangos e similares	Suínos	Equinos	Ovinos	Total de cabeças
Agric. Familiar	879.625	479.848	36.495	14.570	6.949	1.438.160
Não Familiar	794.731	287.949	12.141	8.329	6.332	1.165.637
Microrregião de Guajará-Mirim						
Agric. Familiar	211.164	94.569	8.097	2.543	3.238	325.641
Não Familiar	336.799	25.890	2.826	2.159	2.528	371.393
Microrregião de Ariquemes						
Agric. Familiar	637.880	404.353	31.613	10.973	4.547	1.097.025
Não Familiar	707.819	88.166	6.042	6.244	5.893	819.675
Microrregião de Ji-Paraná						
Agric. Familiar	1.396.976	635.413	51.605	28.428	8.249	2.138.755
Não Familiar	824.927	107.837	11.407	10.436	5.553	969.427
Microrregião de Alvorada D'Oeste						
Agric. Familiar	374.461	241.579	21.233	6.544	4.093	653.141
Não Familiar	303.850	31.975	4.946	3.017	2.738	348.994
Microrregião de Cacoal						
Agric. Familiar	794.570	1.075.628	38.051	10.522	4.871	1.937.812
Não Familiar	861.754	1.731.092	10.658	6.586	6.160	2.624.931
Microrregião de Vilhena						
Agric. Familiar	205.156	379.905	14.049	3.001	1.619	610.177

Não Familiar	633.791	458.064	5.463	3.898	3.882	1.108.327
Microrregião de Colorado do Oeste						
Agric. Familiar	362.302	175.018	24.135	6.974	3.859	577.190
Não Familiar	501.212	44.922	6.129	3.340	4.479	563.753
Rondônia						
Agric. Familiar	4.862.134	3.486.313	225.278	83.555	37.425	8.777.901
Não Familiar	4.964.883	2.775.895	59.612	44.009	37.565	7.972.137

Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor.

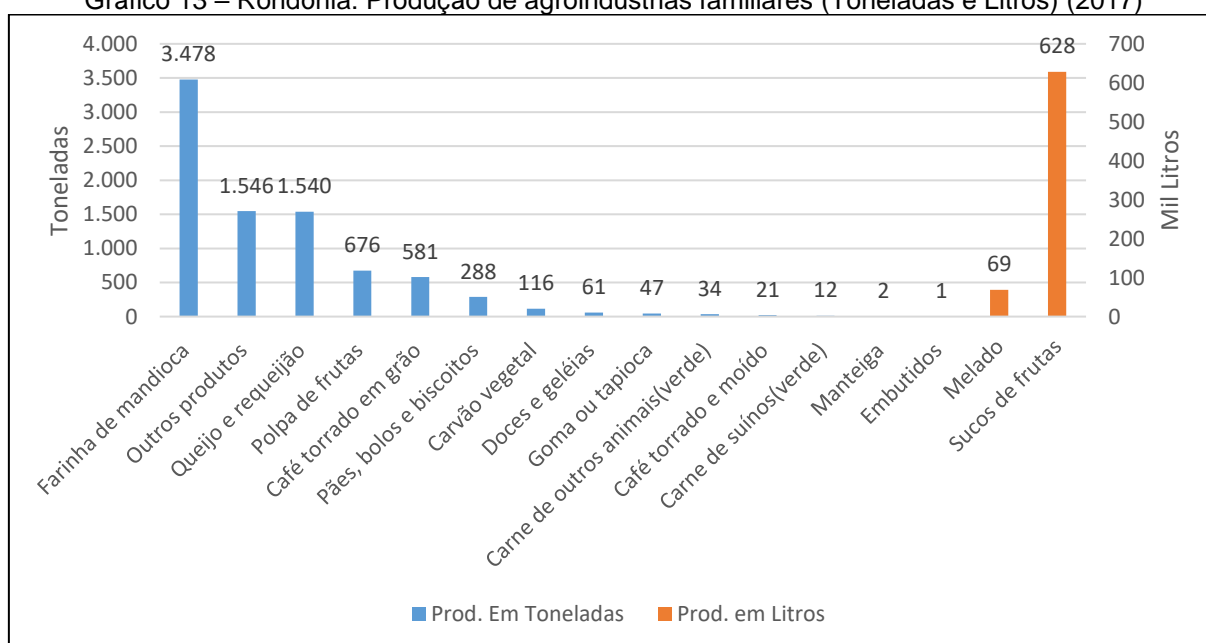
Com base nas informações do Censo Agropecuário de 2017, apresentadas na tabela 20, evidencia-se que a pecuária bovina é a principal criação de animais no estado, havendo grande similaridade no efetivo animal entre os diferentes tipos de estabelecimentos. Nas microrregiões de Porto Velho, Ji-Paraná e Alvorada D'Oeste, observa-se que o número de cabeças em estabelecimentos familiares é superior ao dos estabelecimentos não familiares. Esse fenômeno pode estar relacionado à expressiva criação de vacas para a produção de leite pelos agricultores familiares nessas regiões, o que resulta em muitos bezerros, que posteriormente abastecem as fazendas pecuaristas e os mercados de carne.

Em relação aos frangos, galinhas e similares, os principais criadores são os agricultores familiares: 6 das 8 microrregiões do estado, à exceção de Cacoal e Vilhena, devido à presença do frigorífico Globoaves, em Espigão D'Oeste, com elevada demanda de animais para abate/dia, sendo o município com maior número de cabeças por não-familiares (1.006.710), seguido do município de Cacoal (442.377) e Vilhena (429.936). Considerando as criações de suínos e equinos, a predominância em todas as microrregiões é de atuação dos agricultores familiares. Em relação à criação de ovinos, o número de cabeças no estado é baixo. Apenas nas microrregiões de Porto Velho, Ji-Paraná e Alvorada D'Oeste o efetivo é maior entre os agricultores familiares. Entretanto, o total estadual é praticamente igual entre os dois grupos.

Além da criação de animais para abate e comercialização, há ainda os subprodutos oriundos da criação de animais, como mel, lã, ovos e ovos de codorna, com o leite se destacando como o principal produto em Rondônia, sobretudo praticado pela agricultura familiar, como demonstramos na figura 42. Enquanto a agricultura familiar foi responsável por 792.494 mil litros no ano de 2017, a não-familiar produziu cerca de 107.488 mil litros no mesmo ano (IBGE, 2017).

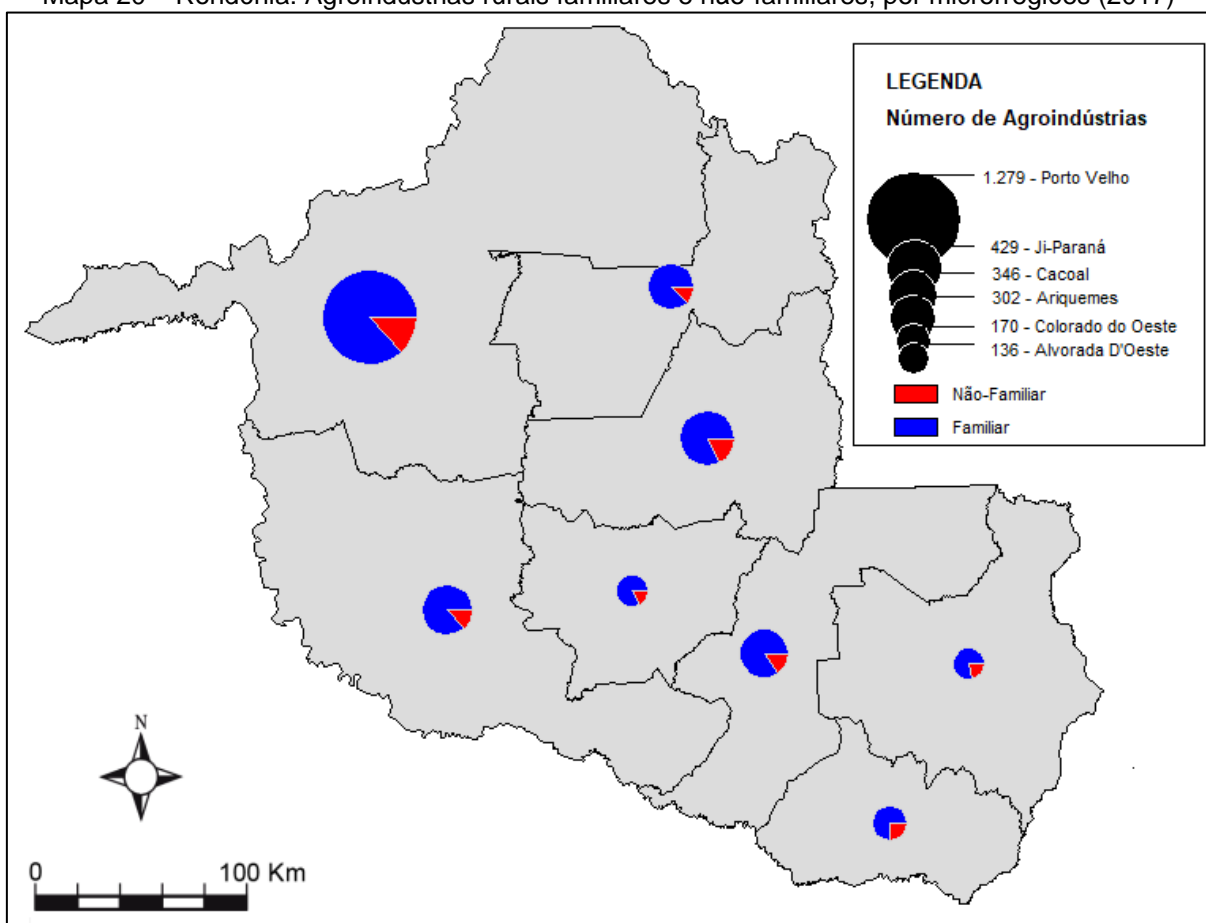
Por fim, no que diz respeito à espacialização das atividades desenvolvidas por agricultores familiares em Rondônia, destacam-se as agroindústrias, onde ocorre a verticalização da atividade produtiva, agregando valor ao que foi produzido no estabelecimento. Diante da diversidade de produções e suas distintas unidades de medidas (Toneladas e litros), além da falta de dados claros do IBGE, sobre quanto se produz nesses estabelecimentos, por municípios e microrregiões, apresentamos no gráfico 13 algumas das principais produções das agroindústrias familiares em Rondônia, além do mapa 20, com o quantitativo do número de estabelecimentos que possuem agroindústrias familiares e não-familiares.

Gráfico 13 – Rondônia: Produção de agroindústrias familiares (Toneladas e Litros) (2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor.

Mapa 20 – Rondônia: Agroindústrias rurais familiares e não-familiares, por microrregiões (2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor. Elaborado com Philcarto.

Os dados apresentados no gráfico 13 demonstram a ampla atuação de agricultores familiares também no processo de verticalização da produção. Além de agregarem valor àquilo que produzem no próprio estabelecimento, fomentam a atividade nos estabelecimentos vizinhos, pois muitas vezes necessitam comprar matéria-prima além do que produzem, criando um pequeno circuito local, abastecendo os municípios imediatos à sua localização, bem como os vizinhos.

Em relação aos produtos das agroindústrias familiares, percebemos que estão relacionados justamente às atividades da produção agropecuária em que os agricultores atuam, como a mandioca (farinhas e tapioca), leite (queijo, requeijão e manteiga) e frutas (geleias e sucos).

O número de estabelecimentos familiares com agroindústrias é um aspecto de grande relevância, pois, no estado, 85% dessas agroindústrias são familiares. O predomínio também é observado nas microrregiões, sendo que apenas em Colorado do Oeste a proporção é inferior a 80%, correspondendo a 78,2%. Quanto à

agroindústria rural familiar mais presente em cada microrregião, sua distribuição segue conforme os dados da Tabela 21.

Tabela 21 – Rondônia: Agroindústria rural familiar com maior número de estabelecimentos por microrregião (2017)

Microrregião	Tipo de Produto	Número de Estabelecimentos
Porto Velho	Farinha de Mandioca	560
Guajará-Mirim	Farinha de Mandioca	211
Ariquemes	Queijo e Requeijão	84
Ji-Paraná	Queijo e Requeijão	108
Alvorada D'Oeste	Farinha de Mandioca e Queijo e Requeijão	24 cada
Cacoal	Queijo e Requeijão	116
Vilhena	Queijo e Requeijão	54
Colorado do Oeste	Queijo e Requeijão	43

Fonte: IBGE, 2017.

A grande quantidade de agroindústrias de farinha de mandioca, nas microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, reforçam a questão cultural do hábito alimentar amazônico no consumo de subprodutos da mandioca, conforme já apontamos na seção 3. Já a produção de queijo e requeijão, nas demais microrregiões, demonstram a verticalização a partir da grande quantidade produzida de leite no estado pelos pequenos agricultores, conforme também discutimos na seção 3.

Portanto, percebe-se que apesar da agricultura familiar se desenvolver em pequenos estabelecimentos rurais, a pluriatividade, característica do modo de vida e produção desses agricultores, ainda está presente na forma de uso de seus territórios, mesmo com a tendência de especialização produtiva e a modernização técnica.

4.3 Organização social e técnica do espaço pela agricultura familiar

Tomando por base a compreensão da espacialidade ocupada pela agricultura familiar em Rondônia e sua importante atuação na produção do espaço, contrapondo-se ao modo homogeneizante do agronegócio latifundiário, consideramos importante entender a organização social e técnica desse espaço pelos agricultores familiares.

O meio rural não é apenas um espaço de produção agropecuária para os agricultores familiares, mas também um espaço de reprodução social. Assim, entender a capacidade de inserir novas tecnologias à produção, mas também de organizar-se socialmente, em conjunto com a sua distribuição e o que se produz no campo, refletem a espacialidade desses grupo no meio rural rondoniense.

Utilizando as informações disponíveis no censo agropecuário de 2017, sobre as características dos estabelecimentos agropecuários, organizamos a tabela 22, a seguir, com algumas das condições técnicas para o desenvolvimento da prática agropecuária pelos agricultores familiares.

Tabela 22 – Rondônia: Adoção de técnicas/tecnologias (%) ao processo produtivo por agricultores familiares, por microrregiões (2017)

Microrregião	Energia Elétrica	Fez Adubação	Correção de solo	Preparo de solo	Uso de Agrotóxicos	Irrigação	Tratores
Porto Velho	88,9%	10,8%	9,1%	24,5%	42,7%	4,6%	6,3%
Guajará-Mirim	85,6%	9,9%	6,5%	32,7%	35,4%	4,1%	7,3%
Ariquemes	92,9%	9,9%	8,5%	13,9%	42,1%	2,9%	4,6%
Ji-Paraná	95,8%	7,5%	5,7%	19,6%	45,4%	3,3%	4,7%
Alvorada D'Oeste	95,8%	36,9%	18,5%	37,2%	68,6%	26,5%	5,2%
Cacoal	92,5%	33%	8,9%	28,4%	69,6%	21,7%	7,7%
Vilhena	91,9%	16,7%	14,1%	30,7%	44%	10,5%	9,6%
Colorado do Oeste	88,1%	13,2%	10,4%	29,8%	48,2%	3%	8,7%

Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor.

A partir dos dados apresentados, buscando uma análise geral sobre a organização técnica do espaço rural dos agricultores familiares, o acesso à energia elétrica por grande percentual da população do campo, em todas as microrregiões, refletem a efetividade de uma política pública do governo federal e intitulada Luz Para Todos, com início em 2003 e que, através de vários decretos no decorrer de 20 anos, tem sido ampliada para abranger grande parte da população rural no país.

Com a evolução técnica do mundo inteiro, o acesso à energia elétrica para a população no campo não reflete apenas o acesso à luz para iluminar as residências, mas também incorporação de inovações tecnológicas, desenvolvidas para melhorias do processo produtivo, como: ordenhas elétricas, tanques de resfriamento para manutenção de leite, equipamentos de irrigação, dentre várias outras tecnologias possíveis.

Considerando a questão da irrigação, os dados demonstram um baixo acesso por parte da agricultura familiar em todas as microrregiões. No entanto, nas microrregiões de Alvorada D'Oeste e Cacoal, o percentual de acesso a esse aparato técnico é maior, principalmente porque a cultivar de café clonal, amplamente produzida nos municípios dessas regiões, depende da irrigação, o que resulta em um uso mais intenso desses recursos tecnológicos. Por outro lado, nas demais microrregiões com o predomínio de pecuária, não há grande investimento para irrigação de pastos por agricultores familiares, refletindo no baixo percentual de uso.

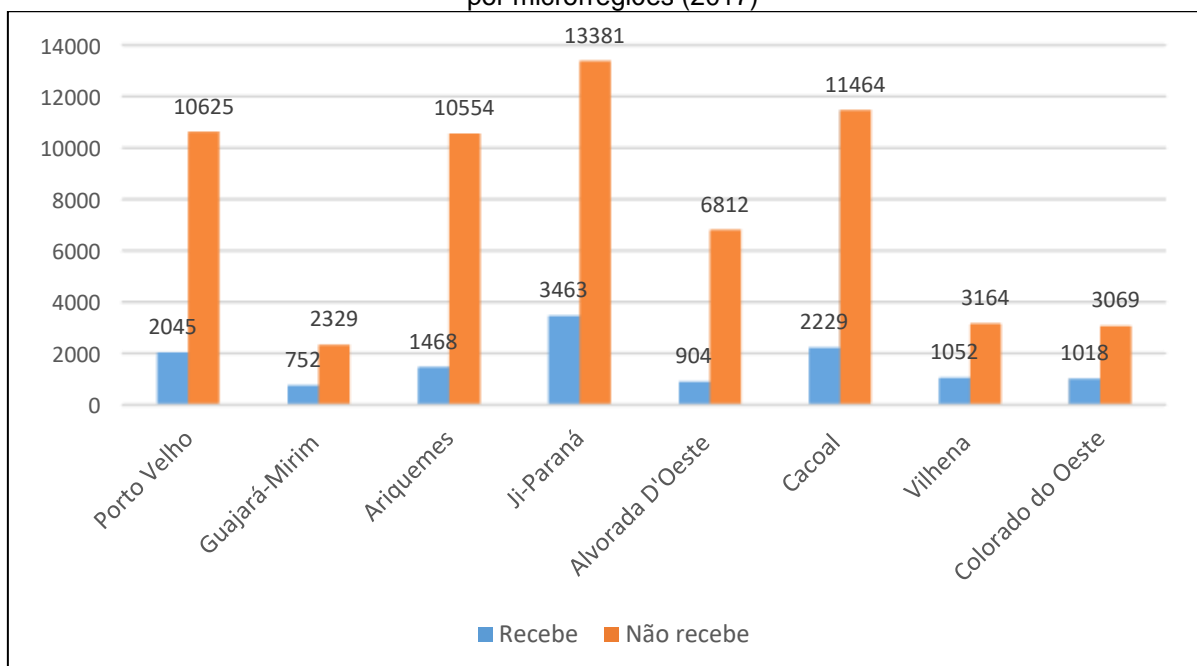
O percentual de estabelecimentos rurais familiares com acesso a tratores também é bastante baixo em todas as microrregiões. Analisando os dados do censo agropecuário, bem como as percepções da realidade local a partir dos trabalhos de campo, nos levam a obter algumas interpretações desse baixo percentual. 1) O elevado valor do maquinário agrícola em geral é um empecilho para o agricultor familiar investir e que será utilizado em pequenos estabelecimentos, priorizando o uso da mão-de-obra familiar e/ou a tração animal; 2) A topografia de muitos estabelecimentos rurais familiares, sobretudo na porção central do estado, não é favorável à utilização de maquinários agrícolas; 3) As associações rurais normalmente possuem esses maquinários, que são adquiridos através de compra coletiva ou conseguidas a partir de emendas políticas.

Portanto, diferentemente dos latifúndios do agronegócio, que são geridos por grandes grupos e que possuem capital para investimento em diversos tipos de máquinas agropecuárias, o agricultor familiar possui um capital muito menor para o reinvestimento nos seus estabelecimentos, pois a renda extraída da terra é revertida em sua maioria na manutenção dos custos de vida da família.

Em relação às técnicas de manutenção da terra para a produção, como adubação, correção e preparo do solo, percebe-se baixo percentual de uso pelos agricultores familiares, em todas as microrregiões, apesar do maior uso de adubação nas microrregiões de Alvorada D'Oeste e Cacoal, pelos mesmos motivos apontados anteriormente para o uso de irrigação. Alvorada D'Oeste também é a microrregião que apresenta maior uso de correção e preparo do solo para a produção, sendo que estas informações de preparo do solo já demonstram maior adesão em praticamente todas as microrregiões, à exceção de Ariquemes e Ji-Paraná, onde predominam a prática pecuária.

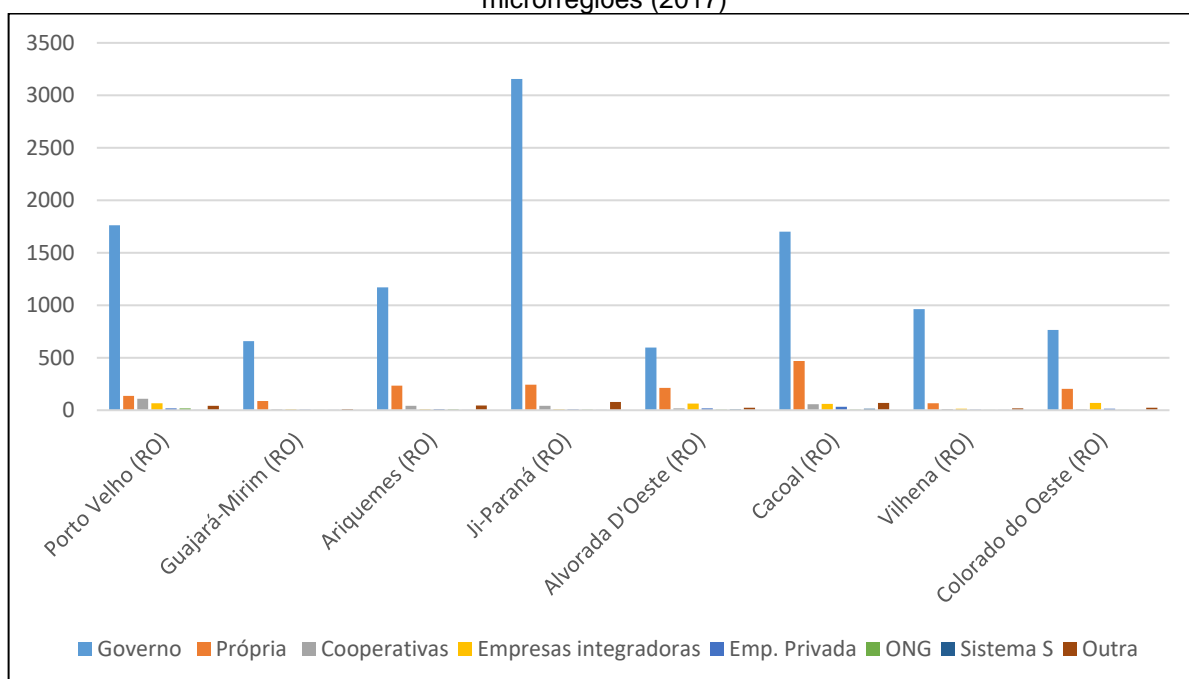
Por fim, em relação aos dados apresentados na tabela 22, percebemos um uso alto de agrotóxicos pela agricultura familiar. Apesar de possuírem maior sensibilidade à questão ambiental e pouco capital para uso desses produtos, que possuem um custo elevado, o uso de agrotóxico indiscriminado se efetiva pela baixa capacidade de realização do manejo do solo para a produção agropecuária e a intenção em ampliar a produção. Outro ponto que reflete o elevado uso de agrotóxico é o baixo acesso à assistência técnica recebida pelos agricultores familiares, conforme verificamos nos gráficos 14 e 15 a seguir.

Gráfico 14 – Rondônia: Estabelecimentos familiares que recebem e não recebem assistência técnica, por microrregiões (2017)



Fonte: IBGE, 2017. Org.: autor

Gráfico 15 – Rondônia: Origem da orientação técnica recebida por agricultores familiares, por microrregiões (2017)



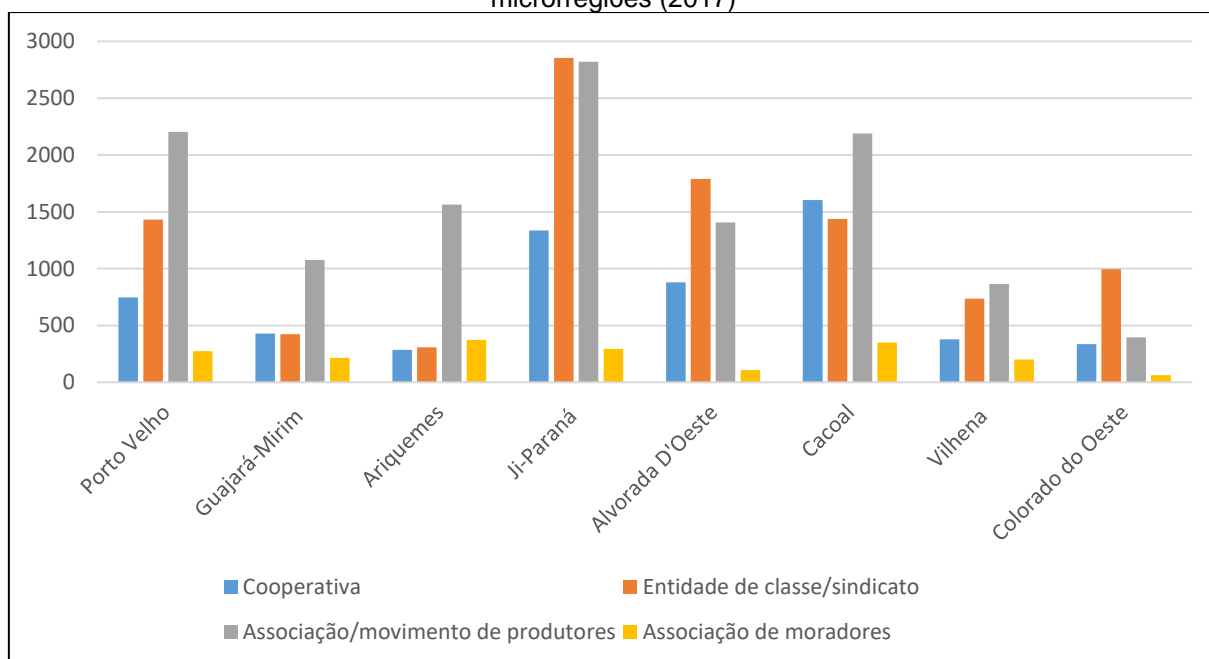
Fonte: IBGE, 2017 Org.: autor.

A partir das informações do censo agropecuário 2017, apresentadas nos gráficos 14 e 15, verifica-se a baixa assistência alcançada pelos agricultores familiares em Rondônia, ou seja, a utilização de recursos técnicos, adoção de inovações no manejo produtivo e no cuidado da terra e dos animais se dá de forma quase que autônoma, sem auxílio, um processo que reforça uma solidariedade orgânica (Santos,

2014a). Os dados também evidenciam a falta de uma política pública sólida por parte do governo estadual no fortalecimento da agricultura familiar, pois a Emater que deveria dar a assistência aos agricultores familiares e que, segundo os dados do gráfico 15, ainda é quem mais consegue chegar no agricultor, tem apresentado um estágio de sucateamento, o que dificulta a expansão de suas ações.

Atuando no campo de forma autônoma, sem uma efetiva política de extensão rural, a principal forma de organização social pelos agricultores familiares é através de associações rurais, sindicatos e cooperativas, de forma a se estruturarem e conseguirem ampliar sua capacidade de comercialização e de melhorias no processo produtivo, além de assistência social. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, dos 74.329 estabelecimentos familiares em Rondônia, apenas 25.389 possuem algum tipo de associação, ou seja, 34%, distribuídos conforme informado no gráfico 16, a seguir.

Gráfico 16 – Rondônia: Distribuição dos tipos de associações feitos pelos agricultores familiares, por microrregiões (2017)

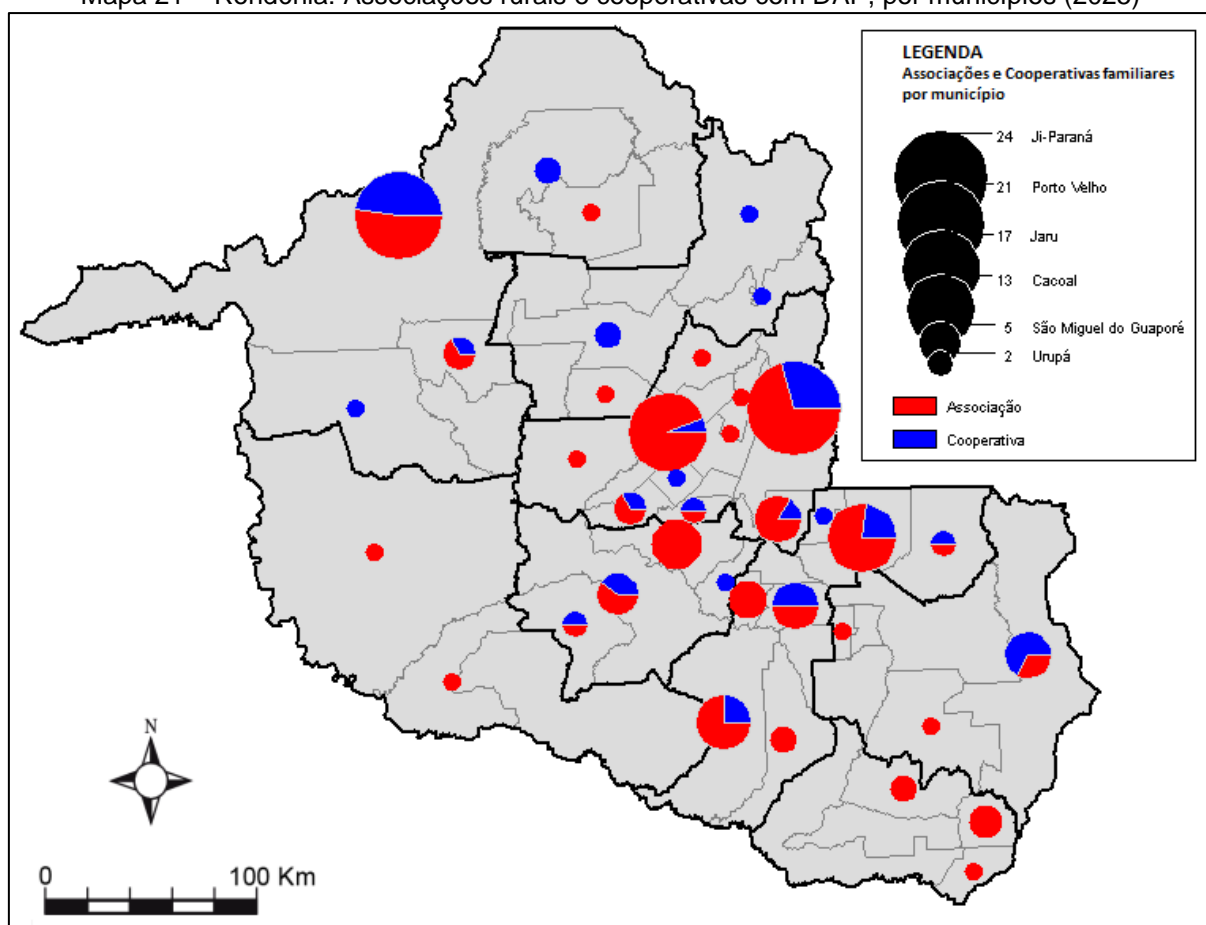


Fonte: IBGE, 2017 Org.: autor

A principal forma de organização social dos agricultores familiares em Rondônia é através das associações e movimentos de produtores rurais, predominando com grande frente nas microrregiões de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes e Cacoal. Já em Vilhena, apesar de ser a principal forma de organização, é pequena a diferença em relação às filiações a sindicatos, que são a maioria em Colorado do Oeste e em Ji-Paraná e Alvorada D'Oeste. Por fim, percebemos, nos dados, a principal organização cooperativa na microrregião de Cacoal.

Dessa análise, compreendemos que a organização em associações é a que possui maior organização coletiva, até mesmo pela proximidade, pois em sua maioria são organizadas nas linhas rurais e tem uma convivência entre os associados. As cooperativas demandam maior capacidade de organização coletiva por parte dos agricultores familiares e acabam resultando em maior dificuldades de associação. O mapa 21 demonstra a distribuição das associações rurais e cooperativas com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), por municípios em Rondônia.

Mapa 21 – Rondônia: Associações rurais e cooperativas com DAP, por municípios (2025)



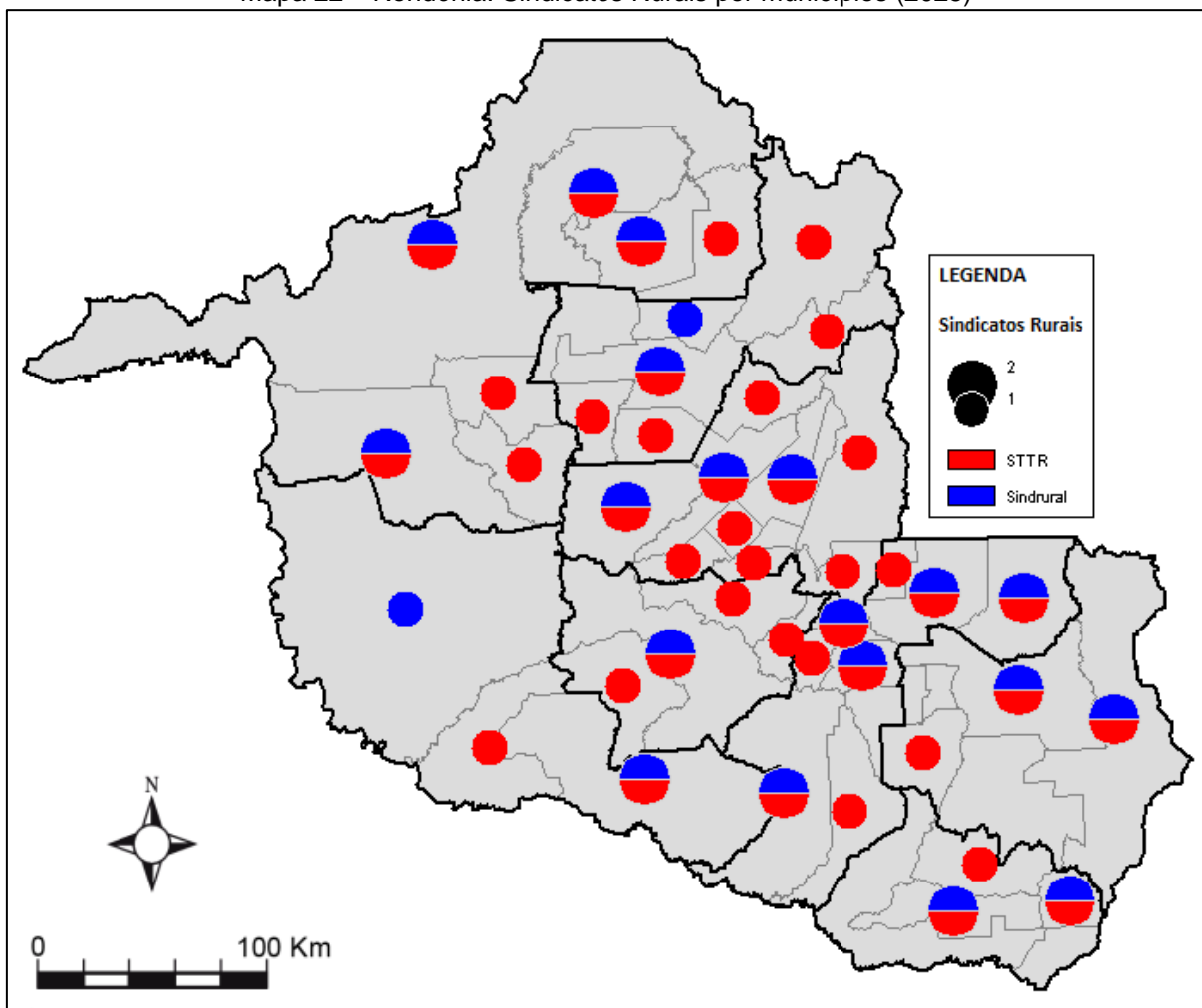
Fonte: MDA, 2025. Org.: autor. Elaborado com Philcarto.

Os dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mostram as Associações Rurais e Cooperativas que possuem aptidão ao Pronaf, ou seja, organizações coletivas formadas por agricultores familiares e por isso foram utilizadas. Destacamos que existem outras associações rurais formadas por agricultores familiares, mas que não estão organizadas em um sistema para captação de dados, por isso não constam no mapa apresentado. De toda forma, fica visível a maior capilaridade das associações em comparação às cooperativas.

Além da estruturação organizacional para o fomento e valorização da produção familiar no meio rural, há ainda a organização como classe sindical. Hoje, em Rondônia, existem dois sindicatos que recebem esses agricultores: o STTR, que em sua maioria é filiado à Fetagro e tem uma atuação na valorização do agricultor familiar, com pautas voltadas para a resistência mediante ao avanço do agronegócio; e o Sindicato dos Produtores Rurais (Sindrural), ligado ao Senar e à CNA, tendo uma atuação voltada na formação profissional dos agricultores e especificamente produtiva, ligado à perspectiva do agronegócio.

A localização desses sindicatos mostra um predomínio do STTR em Rondônia, bem como uma ampla abrangência do Sindrural, que evidencia a disputa ideológica de cooptação da agricultura familiar pelo agronegócio, como discutido no decorrer desta tese (Mapa 22).

Mapa 22 – Rondônia: Sindicatos Rurais por municípios (2025)



Fonte: Fetagro e Faperon, 2025. Org.; autor. Elaborado com Philcarto.

O mapa demonstra grande distribuição sindical que recebe a agricultura familiar no estado de Rondônia, seja o STTR ou o Sindrural. Fica evidente a maior capilaridade do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que busca a efetiva valorização dos agricultores familiares como classe social no campo, defendendo os direitos e contribuindo para sua manutenção no campo.

Dessa forma, o espaço ocupado pela agricultura familiar é organizado conforme suas necessidades e demandas, incorporando novos aparatos técnicos/tecnológicos, compartilhando de forma orgânica seus saberes, demandando políticas públicas de assistência social, organizando-se coletivamente, seja para superação de dificuldades locais, seja para melhor capacidade de adentrar ao mercado e, por fim, organizando-se como classe social no campo, que utiliza do espaço para produzir e comercializar, mas, sobretudo, como meio de vida e de reprodução social. Nesse sentido, buscamos nesta seção, demonstrar a espacialidade da agricultura familiar, composta por diversidade produtiva, incorporação técnica e organização social no decorrer do tempo e em constante movimentação conforme as dinâmicas territoriais agrárias se desenvolvem no estado de Rondônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço rondoniense apresenta um mosaico de configurações em torno das atividades agropecuárias, que tem resultado na popularização de uma *psicosfera* do agronegócio como norteador do desenvolvimento econômico estadual.

A primarização da economia e a propagação de uma ideia que valoriza o agronegócio latifundiário como pujante e principal responsável pela produção, torna a análise da realidade do espaço rural rondoniense um importante campo para as ciências humanas, pois há uma diversidade de agentes territoriais atuando com base nos seus interesses e na forma como entendem o mundo, resultando, em algumas situações, em conflitualidades.

A valorização da perspectiva do agronegócio como “Agro” é bastante comum nas instituições públicas, enquanto a atuação da agricultura familiar, como responsável por grande parte das atividades produtivas do estado, acabam sendo invisibilizada por essa aglutinação terminológica. Portanto, entender a diferença conceitual e prática existente entre agricultura familiar e o agronegócio latifundiário foi um dos objetivos apresentados nesse trabalho. Pensando nisso, compreendemos as diversas nuances que caracterizam os agricultores familiares, sobretudo diferenciando-se do agronegócio latifundiário, a partir de sua organização e reprodução socioespacial.

A agricultura familiar contribui muito para o desenvolvimento rural e dos municípios locais, sendo responsável pelo abastecimento de alimentos, dando uma função social ao espaço rural, que além de ser um espaço de produção agropecuária, é o *locus* de vida do agricultor e que, portanto, acaba exercendo um tratamento mais cauteloso com seu bem e com a natureza em seu entorno.

Por outro lado, o agronegócio latifundiário atende uma lógica global do mercado de *commodities*, expandindo a lógica monocultora e de produção em larga escala, com grande uso de agrotóxicos e acelerando o desmatamento. O agronegócio também reflete o esvaziamento do campo e da concentração fundiária, além do predomínio de grandes *holdings* que se territorializam, modificando as dinâmicas econômicas locais e regionais.

De forma geral, é a partir do avanço da globalização aos diversos lugares do planeta, acompanhado da lógica do agronegócio, que impõem-se a necessidade de

criação de diversos objetos ao espaço geográfico, com fixos e fluxos, que possibilitem a circulação da produção e, conseqüentemente, a formação de circuitos espaciais de produção. No entanto, apesar desses circuitos estarem relacionados às lógicas globais da economia, os agricultores familiares também conseguem se inserir nesses circuitos e participarem através de produções cada vez mais tecnificadas, pois, diferentemente do que se compreendia, de que o agricultor familiar é uma população pobre no campo, esse se mostra cada vez mais apto a se adaptar às transições técnico-produtivas, sem perder sua essência familiar, que tem na terra seu modo de vida.

Portanto, demonstramos nesse trabalho justamente a capacidade da agricultura familiar em incorporar novas formas de produção à sua lógica organizacional, devendo ser entendida como uma oposição ao agronegócio latifundiário, pois dá vida ao campo, produz com diversidade e com melhor uso do território. Nesse sentido, destacamos a necessidade de diferenciar a compreensão entre o agricultor familiar e o agronegócio ou agro.

A ocupação e territorialização do agricultor familiar em Rondônia está ligado ao contexto da formação socioespacial do estado, que foi estimulada pelos projetos de colonização do governo federal na década de 1970 e resultou na transformação do espaço natural da floresta amazônica, em um espaço técnico, com a introdução da prática agropecuária como modo de uso do território, promovendo uma grande metamorfose e inserindo neste espaço povos diversos, com predomínio de pequenos produtores, mas que também possibilitou a ação de grileiros, madeireiros e posseiros.

Apesar do discurso de realização de uma reforma agrária, o que ocorreu em Rondônia foi a expansão da fronteira agropecuária, sendo a agricultura familiar apenas a herança desse processo de ocupação da floresta.

Desde o início das políticas de colonização em Rondônia, predominou o interesse no uso de recursos primários, ampliando as escalas do extrativismo vegetal e mineral, mas também incorporando a prática agropecuária como modelo econômico para o desenvolvimento regional. É a partir dessas intencionalidades impostas pelos agentes envolvidos no projeto de colonização, que se territorializa em Rondônia, de forma imaterial, a ideia de uma “vocaçãõ” à agropecuária, presente até os dias atuais no estado, conforme apontado no decorrer do texto.

Nesse contexto de fomento à agropecuária, Rondônia tem se tornado importante fornecedor de produtos primários para o mercado brasileiro e até mesmo para o exterior, sobretudo através das *commodities* de grãos e de carne. Porém, não é apenas desse agronegócio que vive o espaço rural rondoniense, afinal, como apontado anteriormente, a agricultura familiar que dá vida ao campo representa importante papel produtivo e econômico.

É justamente nesse aspecto que buscamos entender a participação da agricultura familiar em Rondônia, integrando importantes circuitos espaciais de produção e contribuindo para a formação de círculos de cooperação no entorno de suas atividades, o que reflete na produção do espaço geográfico estadual e no desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Portanto, os circuitos produtivos correspondem às etapas da produção até chegar ao consumidor, enquanto os círculos de cooperação são as instituições que atuam no fomento e desenvolvimento de inovações para a atividade primária em questão. Em relação a Rondônia, entendemos que dos diversos possíveis circuitos espaciais de produção existentes, a agricultura familiar tem grande importância e participação em quatro situações, sendo elas: Circuito Espacial de Produção do Café, da Mandioca, da Pecuária Bovina de Corte e da Pecuária Bovina de Leite.

O circuito do café atrai a atenção do capital comercial local/regional e do capital industrial, que compra o produto rondoniense para atender a demanda interna do país. Além disso, a melhoria técnica e da qualidade do produto estadual tem atraído o mercado internacional, sobretudo em relação aos chamados cafés especiais, após a conquista do Indicador Geográfico de Denominação de Origem “Robustas Amazônicas - Matas de Rondônia”.

Assim, a atividade familiar de produção de café em Rondônia é responsável pela criação de um fluxo material e imaterial, que fomenta a economia local e contribui com a produção do espaço para atendimento das demandas desse nicho de mercado na região. Apesar de não serem todos os agricultores familiares que conseguem aderir ao mercado de cafés especiais, a demonstração global do café rondoniense como um produto de qualidade, resultou em maior participação no mercado nacional do café *commoditie*, melhorando o preço do produto comercializado pelos agricultores. Apesar disso, o lado negativo desse processo é que a grande maioria dos agricultores ainda permanecem refém do capital industrial, comercial e da oscilação dos preços na bolsa

de valores, sendo o caminho mais viável a organização em cooperativas e o direcionamento para o mercado de cafés especiais.

O aspecto positivo desse circuito espacial de produção do café é que a organização dos agricultores familiares, em parceria com os agentes do círculo de cooperação, tem impulsionado a valorização do território familiar. Esse processo tem sido marcado pela reestruturação técnica e modernização da produção, pela valorização da força de trabalho familiar e, conseqüentemente, pela permanência dos jovens no campo. Também percebemos, através da pesquisa em campo, que, com a modernização e aumento da produtividade, o agricultor não demanda grande área para possuir uma safra boa, “liberando” espaço no estabelecimento para novas atividades, alimentando a essência policultora do agricultor familiar.

Outro circuito espacial de produção que analisamos na pesquisa, focando na atuação da agricultura familiar, foi a produção de mandioca. No caso, o circuito produtivo que se forma tem caráter regional, pois a produção estadual não tem grande abrangência, centralizando no produto *in natura* para consumo cozida ou como farinha e seus derivados.

A produção de mandioca em Rondônia está presente em todos os municípios do estado, sendo uma produção que demonstra a condição policultora do agricultor familiar, pois em quase todos os estabelecimentos há um espaço plantado do produto. Obviamente que, na grande maioria, quantidades pequenas apenas para o abastecimento da família, não sendo contabilizado nas relações comerciais. Apesar do conjunto que não é contado nos dados, a mandiocultura está presente entre os principais produtos da agricultura familiar no estado, muito também pelo aspecto cultural da região norte nos subprodutos, como goma de tapioca, tucupi e a farinha de mandioca.

Por possuir menor abrangência, o circuito espacial de produção da mandioca demonstra maior capacidade de atuação do agricultor familiar em todas as etapas do circuito, desde a produção na lavoura, até a comercialização. Seja na produção da raiz ou de seus subprodutos, há agricultores familiares atuando nesse setor. Apesar de se tratar de um circuito regional, ele possibilita maior autonomia aos agricultores, reduzindo a influência de representantes do capital comercial e de grandes indústrias. Dessa forma, é um circuito que representa importante atuação do agricultor familiar,

mas imprime pouca influência estrutural no espaço, por envolver mercados mais localizados.

Em relação à pecuária bovina, a agricultura familiar também possui participação em dois circuitos, a pecuária de corte e de leite. Na primeira, a atuação se dá principalmente nas etapas iniciais, cria e recria, porque o foco principal do agricultor familiar é na produção de leite, ou seja, a comercialização é dos bezerros machos após o desmame, quando então estes são vendidos para grandes pecuaristas realizarem a engorda e comercializarem para o abate.

Apesar de a pecuária de corte desempenhar um papel secundário para a maioria dos agricultores familiares, alguns fatores têm levado determinados produtores a direcionar maior atenção a essa atividade, abandonando a agricultura e a pecuária leiteira. Entre os fatores identificados ao longo da pesquisa, destacam-se a diminuição das famílias e o envelhecimento dos chefes sem o suporte dos filhos, o que resulta em menor disponibilidade de mão de obra familiar. Além disso, como a criação de animais para cria, recria e engorda demanda menos força de trabalho, essa atividade torna-se mais viável de ser executada, mesmo nos pequenos estabelecimentos que esses agricultores possuem.

Outro aspecto que influencia no aumento ou na diminuição de agricultores familiares na pecuária de corte é a oscilação de preços da arroba do gado. Assim, quando os valores são altos e o leite está em baixa, acabam vendendo as vacas para o abate, resultando em uma inversão da lógica, mantendo um efeito ioiô.

Portanto, apesar da carne produzida em Rondônia ser também uma *commodity* do agronegócio, a participação da agricultura familiar é considerável, justamente por ter no gado uma espécie de poupança para sustento das famílias. Também é a pecuária o principal mecanismo utilizado na abertura de novas áreas de produção, sobretudo em áreas de expansão da fronteira.

Por fim, a pecuária leiteira é desenvolvida principalmente pela agricultura familiar em Rondônia, estimulando a estruturação do espaço através da instalação de laticínios de abrangência estadual e nacional. Além disso, o Estado tem criado políticas públicas de incentivo à melhoria genética do rebanho, com programas de inseminação artificial, apesar de não conseguir alcançar grande contingente de agricultores, que utilizam da raça cruzada para tentar melhorar a sua quantidade de leite produzida.

A necessidade de atendimento às normas sanitárias e as exigências do mercado consumidor tem levado a uma reestruturação técnica na produção de leite, com a adoção de ordenhas mecânicas e/ou elétricas, currais estruturados e limpos e abrigos para os tanques resfriadores, que ficam às margens das estradas rurais.

Os agricultores familiares que atuam na pecuária leiteira, tem na atividade uma espécie de salário mensal, pois é uma atividade constante e que provém para os estabelecimentos uma renda contínua, diferente de outras atividades em que as rendas são sazonais. Assim, mesmo com a diminuição dos jovens no campo e com o envelhecimento da população rural, a melhoria técnica da ordenha tem possibilitado que os agricultores familiares permaneçam na atividade.

Portanto, a realidade do espaço rural rondoniense dá conta de um espaço heterogêneo, composto por agricultores familiares que atuam em diversas atividades agropecuárias, abastecendo os mercados locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Mesmo quando esses agricultores familiares estão inseridos em circuitos espaciais de produção de *commodities*, como a pecuária de corte, a forma de organização e reprodução social evidenciam a diferença de categoria em relação ao agronegócio latifundiário.

Nesse sentido, a espacialidade da agricultura familiar apresentada na última seção, demonstra a amplitude alcançada pelo grupo na reprodução socioespacial, solidificando-se em áreas tradicionais da colonização dirigida recente, mas também ocupando espaços nas áreas de fronteira. A espacialidade também fica evidente na diversidade produtiva, representada pela policultura, indo além dos quatro produtos que analisamos os circuitos espaciais de produção. Por fim, a capacidade de contribuir com a produção do espaço geográfico pela agricultura familiar, se dá através da incorporação técnica, adoção de tecnologia, criação de demandas de políticas públicas de assistência técnica e da organização coletiva no campo.

Portanto, sabemos que as dificuldades para a efetiva valorização do agricultor familiar não se limitam à oposição ao modelo monocultor do agronegócio, mas também decorrem da subordinação ao capital comercial e industrial. Esses setores influenciam e definem as regras de desenvolvimento dos circuitos espaciais de produção, além de deterem o poder de direcionar a criação e o investimento em políticas públicas. Como consequência, isso se reflete diretamente nas condições e possibilidades de melhoria para esses pequenos produtores.

Por outro lado, o *lobby* exercido pelo agronegócio, na criação da *psicosfera* do agro, como o principal motor da economia brasileira é avassalador para a representatividade e visibilidade do agricultor familiar, como agente que não apenas vive de sua terra, mas vive em sua terra, com capacidades extraordinárias para promover um desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável, desde que se fortaleçam e desenvolvam políticas públicas para isso. Assim, entendemos que esta tese contribui com a forte agricultura familiar rondoniense, bem como traz algumas provocações que demandam pesquisas futuras sobre estes agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ABIC, Associação Brasileira da Indústria de café. **Relação das 100 maiores indústrias de café**. 2023. Disponível em: <https://estatisticas.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2023/> Acesso em: 15 set. 2024.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão n. 702, Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf Acesso em: 30 set. 2023.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012, 296p.

ABRÃO, J. A. A.; BRISKIEVICZ, M.; MEIRA, S. G. Territorialidade e Temporalidade. *In*: SAQUET, M. A. (org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

AGRO FRATERNAL. Movimento do setor Agro para arrecadação e doação de alimentos: Resultados. **Agro Fraternal**, 2022. Disponível em: <https://agrofraternal.com.br/resultados.php> Acesso em: 01 dez. 2022.

ALVES NETO, J. L. Programa de incentivo ao biodiesel leva inclusão e renda a pequenos pecuaristas. **Giro boi**, 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://girodoboi.canalrural.com.br/pecuaria/programa-de-incentivo-ao-biodiesel-leva-inclusao-e-renda-a-pequenos-pecuaristas/> Acesso em: 10 nov. 2024.

AMARAL, J. **Mata Virgem**: Terra Prostituta. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

AMARAL, J. Sociedade & Natureza na construção da Amazônia. *In*: AMARAL, J. J. de O.; OLIVEIRA, V.; ALBUQUERQUE, H. L. de. **Território, Identidade na Amazônia e Outras Reflexões**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017, p. 15-30.

ARACRI, L. A. S. Circuitos Espaciais de Produção, Círculos de Cooperação e a Modernização do Setor Agrícola Brasileiro. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 47-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63437> Acesso em: 10 out. 2023.

ARZENO, M. B. *et al.* Discusiones en torno a las políticas públicas para la soberanía alimentaria y la agricultura familiar en Misiones (Argentina). **Mundo Agrário**, Buenos Aires, v. 16, n. 32, Ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1515-59942015000200005 Acesso em: 30 set. 2023.

BARBOSA, X. de C.; SILVA, L. F. F.; MEIRELES, S. L. R. Comida de verdade: uma análise da contribuição socioeconômica da produção de mandioca (*manihot esculenta crantz*) no Território Rural de identidade Rio Machado/RO. **Campo-território**, Uberlândia, v. 16, n. 43, p. 400-420, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/61974> Acesso em: 20 jun. 2023.

BARRIOS, S. Dinâmica Social y espacio. **CENDES**, Caracas: Universidade de Venezuela, 1976.

BATISTA, J. F. **A evolução da pecuária bovina em Rondônia e sua influência sobre a configuração territorial e a paisagem**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36885> Acesso em: 26 jun. 2023.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira – uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. *In*: VIEIRA, I. C. G. (org.). **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica, v.3, ed. 1, Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BINSZTOK, J. Agricultura familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia. *In*: **Geografias**, Belo Horizonte, v. 02, n. 1, p. 22 – 33, jan./jun. 2006. Disponível em:

<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/14> Acesso em: 17 set. 2014.

BINSZTOK, J.; WERNECK, C. Trajetórias camponesas: do centro-sul à fronteira agrícola da Amazônia meridional. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 199-223, 2021. Disponível em:

<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/247> Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL, Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020. Institui o Selo Biocombustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, e sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas. **Diário Oficial da União**, ed. 204, seção 1, p. 2, Brasília, DF: Poder Executivo, 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.527-de-22-de-outubro-de-2020-284690266> Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL, Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, p. 8.353, Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.279%2C%20DE%2014,obriga%C3%A7%C3%B5es%20relativos%20%C3%A0%20propriedade%20industrial.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,obriga%C3%A7%C3%B5es%20relativos%20%C3%A0%20propriedade%20industrial.&te

[xt=V%20%2D%20repress%C3%A3o%20%C3%A0%20concorr%C3%Aancia%20de sleal](#) Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL, Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, p. 1, Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 12 jan. 2020.

BRITO, L. G. *et al.* Perfil da pecuária leiteira em Rondônia. Congresso Internacional do Leite, 12; Workshop de políticas públicas, 12; Simpósio de sustentabilidade da atividade leiteira, 13, Porto Velho, 2013. **Anais** [...], Porto Velho, EMBRAPA, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.EMBRAPA.br/digital/bitstream/item/93631/1/Resumo-Perfil-Pecuarria-RO-Final-2.pdf> Acesso em: 11 jul. 2023.

CAMACHO, R. S. A Barbárie Moderna do Agronegócio-Latifundiário-Exportador e suas implicações socioambientais. **Agrária**, São Paulo, n. 13, p. 169-195, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45578> Acesso em: 10 out. 2023.

CANAL RURAL. Iniciativa da CNA apura informações que distorcem imagem do agro em livros escolares. **Canal Rural**, 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/iniciativa-da-cna-apura-informacoes-que-distorcem-imagem-do-agro-em-livros-escolares/> Acesso em 16 nov. 2022.

CARDOSO, A. S. R.; SOUSA, R. Á. D. de; REIS, L. C. O agro é tech, é pop, é tudo: o (des)velar dessa realidade. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 34, n. 71, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p836> Acesso em: 07 nov. 2022.

CARDOSO, M. A. O “agro” é desemprego e intensificação do trabalho no EDR de Araçatuba-SP! **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 20, n. 1, jan.- abr. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6048/pdf> Acesso em: 28 out. 2021.

CARVALHO, J. Muda o estado, muda o status. **Cafés de Rondônia**: sabor e qualidade que vêm da Amazônia, Porto Velho, ano 2, p. 10 a 14, 2017. Disponível em: <https://archive.globalcoffeeplatform.org/assets/files/Resources/National-Platforms/Cafes-de-Rondonia-2017-BOOK.pdf> Acesso em: 12 jun. 2020.

CARVALHO, J. O. M. *et al.* Avaliação de clones de mandioca no município do Vilhena – RO. In: Congresso Brasileiro de Mandioca, 14; Feira Brasileira da mandioca, 1, 2011, Maceió. Mandioca: fonte de alimento e energia. **Anais** [...]. Maceió, Abam: SBM, 2011. Disponível em: <https://www.EMBRAPA.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/914617/avaliacao-de- clones-de-mandioca-no-municipio-de-vilhena---ro> Acesso em: 12 jun. 2023.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: **Sociedade & Natureza**,

Uberlândia, n.3, v. 22, dez. 2010, p. 461-474. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336> Acesso em:
 18 ago. 2015.

CHAGAS, A M. das. A violência estrutural dos conflitos agrários no Brasil. *In: Conflitos no campo*: Brasil 2021, Goiânia: CPT nacional, p. 113-124, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021> Acesso em: 06 dez. 2022.

CONAB, **Série histórica de estoques públicos**, outubro/2022, Brasília: CONAB, 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/index.php/estoques/estoques-por-produto> Acesso em: 15 nov. 2022.

CONSELEITE, Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do estado de Rondônia. **Estatuto Social**, 2014. Disponível em:
<http://FETAGRO.org.br/conseleite/792-estatuto> Acesso em: 10 jul. 2023.

CONSELEITE, Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do estado de Rondônia. **Resolução Maio/2023**. 2023. Disponível em:
<https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Resolucao-Conseleite-RO-Maio-23-ASSINADO.pdf> Acesso em: 12 jul. 2023.

CONTINI, E.; ARAGÃO, A. **O agro alimenta 800 milhões de pessoas**. 2021. Disponível em:
<https://www.EMBRAPA.br/documents/10180/26187851/Popula%C3%A7%C3%A3o+alimentada+pelo+Brasil/5bf465fc-ebb5-7ea2-970d-f53930b0ec25?version=1.0&download=true> Acesso em: 17 out. 2022.

COSTA SILVA, R. G. Das margens do madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970 – 1995). *In: SILVA, A. de A.; SILVA, M. das G. S. N.; COSTA SILVA, R. G. (orgs.). Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas*. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012.

COSTA SILVA, R. G. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014a. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/84534/87447/118619> Acesso em: 22 set. 2015.

COSTA SILVA, R. G. Espaço, Sociedade e Natureza em Rondônia. **GeoAmazônia**, Belém, v. 1, n. 2, p. 144-165, 2014b. Disponível em:
https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25 Acesso em: 15 abr. 2015.

COSTA SILVA, R. G. Amazônia Globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins**, n. 23, 2015. Disponível em:
<http://confins.revues.org/9949?lang=pt#tocto1n1> Acesso em: 09 nov. 2015.

COSTA SILVA, R. G. Da apropriação da terra ao domínio do território: as estratégias do agronegócio na Amazônia Brasileira. *In*: COSTA SILVA, R.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. da (orgs.). **Amazônia**: Dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 25-48.

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *In*: **Conflitos no campo**: Brasil 2021, Goiânia: CPT nacional, p. 104-112, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021> Acesso em: 06 dez. 2022.

COSTA SILVA, R. G. A maioria dos municípios rondonienses perdem população no Censo Demográfico 2022. **GTGA Comunicação Científica**, Porto Velho, UNIR, 03 de abr. de 2023. Disponível em: https://gtga.unir.br/uploads/81837305/GTGA_comunica/GTGA_01.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A. A caminho do norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). *In*: COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A.; SANTOS, T. R. S. (orgs.). **Geografias de Rondônia**: território, fronteira e educação, Porto Velho: Temática editora e PPGG/UNIR, 2021.

COSTA SILVA, R. G.; SUAVE, M. P.; NEVES, J. G. Geografia, livro didático e educação: problematizações da temática agrária no ensino fundamental. *In*: COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A.; SANTOS, T. R. S. (orgs.). **Geografias de Rondônia**: território, fronteira e educação, Porto Velho: Temática editora e PPGG/UNIR, 2021.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo: Brasil 2021, Goiânia: CPT nacional, 2022, 269p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021> Acesso em: 06 dez. 2022.

CPT; KANINDÉ. (Org.). **Áreas protegidas de Rondônia em perigo** - A luta dos povos da floresta na defesa dos seus Territórios. Brasília: Ecam, 2021. Disponível em: https://gtga.unir.br/uploads/81837305/arquivos/Caderno_Areas_Protegidas_de_Rondonia_em_Perigo_949620053.pdf Acesso em: 18 abr. 2023.

CRUZ, T. A. O processo de formação das comunidades quilombolas do vale do Guaporé. *In*: Simpósio Nacional de História, 27, Natal, 2013. **Anais** [...] Anpuh Brasil, Natal, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363526533_ARQUIVO_COMUNIDADESQUILOMBOLAS1.pdf Acesso em: 15 ago. 2024.

CULTIVO de soja no Brasil avança em áreas de desmatamento. Ecodebate, 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/12/08/cultivo-de-soja-no-brasil-avanca-em-areas-de-desmatamento/> Acesso em: 14 dez. 2022.

CUNHA, E. A. A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia. *In*: Simpósio Nacional de História, 28, Florianópolis, 2015. **Anais** [...] UFSC:

Florianópolis, 2015. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397453_ARQUIVO_ARECE_NTEOCUPACAO-editado.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.

CUNHA, E. F. M.; FARIAS NETO, J. T. Melhoramento Genético da mandioca para o estado do Pará. *In*: MODESTO JÚNIOR, M. de S.; ALVES, R. N. B. (orgs.). **Cultura da Mandioca**: Apostila. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, p. 45-52, 2014.

Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.EMBRAPA.br/digital/bitstream/item/112346/1/Apostila-Mandioca.pdf> Acesso em: 17 jun. 2023.

DAVID, C. de. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuições à dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. *In*: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis Editora, 2008, p. 15-38.

DAVIRON, B.; PONTE, S. **The coffee paradox**: global markets, commodity trade and the elusive promise of development. Londres: Zed Books, 2007. 295p.

DEGRANDI, J. O.; SILVEIRA, R. L. L. O conceito de Formação Socioespacial e sua Potencialidade Analítica e Metodológica para a compreensão do Desenvolvimento. *In*: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 5. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em:

<https://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/98.pdf> Acesso em: 12 out. 2023.

DIAS, A. de A. **A participação da atividade leiteira na geração de renda na agricultura familiar do município de Presidente Médici (RO)**. 2008. 94 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2008. Disponível em:

https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/712/1/Ademilson%20de%20A.%20Dias_Participa%20a%20atividade%20leiteira.pdf Acesso em: 15 jun. 2023.

DONADIA JR, E. M. *et.al.* Pandemia e solidariedade: uma análise sobre os impactos das políticas neoliberais no campo e a participação social do campesinato. *In*: BISPO, R. C.; ALCÂNTARA, M. H. M. **Ensino e pesquisa no Instituto Federal de Rondônia: experiências multidisciplinares**, São Carlos: Pedro & João editores, 2022.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951695003> Acesso em: 29 nov. 2022.

EMATER. **Resposta a solicitação feita no e-SIC**. 2024.

EMATER. **Pesquisa Semanal de Preços**. 2024. Disponível em: <http://www.EMATER.ro.gov.br/EMATERro/pesquisa-de-preco/> Acesso em: 15 set. 2024.

EMBRAPA, Módulos fiscais. **Código florestal: adequação ambiental da paisagem rural**, 2022. Disponível em: <https://www.EMBRAPA.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> Acesso em: 15 out.

FABRINI, J. E. Latifúndio e Agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1 – dossiê, p. 35-62, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/1643/1579/4906> Acesso em: 10 out. 2023.

FAGUNDES, J. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural no município de Cerrito/RS: o cenário atual e as perspectivas futuras. *In*: ALVES; F. D.; DO VALE, A. R. (org.). **Faces da Agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**, Curitiba: Appris, 2016, p. 146-169.

FAPERON, Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia. **Sindicatos**. 2025. Disponível em: <https://sistemafaperon.org.br/sindicatos/> Acesso em: 12 fev. 2025.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA e OMS. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2023**: Urbanização, transformação dos sistemas agroalimentares e dietas saudáveis no *continuum* rural-urbano. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3017en> Acesso em: 07 out. 2023.

FARIAS, V. de S.; SEIXAS FILHO, J. T.; MIRANDA, M. G. **Mandioca: valor histórico, cultural e gastronômico**, v. 1, n. 1 Rio de Janeiro: Epitaya E-books, 2019. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/25> Acesso em: 19 jun. 2023.

FATORELLI, M. L. O agronegócio e a dívida pública. **Auditoria cidadã da dívida**, 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/> Acesso em: 13 out. 2022.

FAVARETO, A. *et. al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 348-381, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/6275/4808> Acesso em: 29 nov. 2022.

FEARNSIDE, P. M. **A ocupação humana de Rondônia**: impactos, limites e planejamento. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1989/A%20Ocupacao%20Humana%20de%20Rondonia.pdf Acesso em: 28 mar. 2023.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Agronegócio e a Reforma Agrária. **Revista Nera**, Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf Acesso em 18 nov. 2022.

FERREIRA, M. M. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. In: SILVA, A. de A.; SILVA, M. das G. S. N.; COSTA SILVA, R. G. (orgs.). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia**: Reflexões geográficas. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012.

FERREIRA, P.; GÓES, B.; DUARTE, M. 'Mães do Agro' são recebidas pelo MEC para pedir visão mais positiva do setor nos livros escolares. **O globo**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/maes-do-agro-sao-recebidas-pelo-mec-para-pedir-visao-mais-positiva-do-setor-nos-livros-escolares-25229030> Acesso em: 16 nov. 2022.

FERRONATO, M. L.; ALVARENGA, F. R. P. (col.). Cadeias produtivas da sociobiodiversidade no Centro-Sul de Rondônia. In: PACHECO, W. L. **Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade para negócios sustentáveis na região Centro-Sul de Rondônia**. Porto Velho: Ecam, 2016, p. 76-116. Disponível em: <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Vis%C3%A3o-Estrat%C3%A9gica-RO1.pdf> Acesso em: 17 jun. 2023.

FETAGRO, Federação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado de Rondônia. **CONSELEITE – Quem somos**. 2023. Disponível em: <http://FETAGRO.org.br/conseleite> Acesso em: 10 jul. 2023.

FETAGRO, Federação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado de Rondônia. **Lista de sindicatos filiados à Fetagro**. 2025.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: perfil da produção de base agroecológica no município de Pelotas/RS. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/yCdXxm7tx6BgCm3vCQgMYGv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 out. 2023.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Grifos – Unochapecó**, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 74-93, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5919> Acesso em: 20 set. 2023.

FREDERICO, S. Lógica das *commodities*, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, Campinas, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/x5mZfY> Acesso em: 18 ago. 2015.

FREDERICO, S. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. **Mercator**, Fortaleza, n. 1, v. 13, p. 37-48, 2014. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1037/527> Acesso em: 18 ago. 2015.

FREDERICO, S.; BARONE, M. Circuito Espacial Produtivo e Círculos de Cooperação do café *fairtrade*: análise da associação dos agricultores familiares do córrego D'antas (ASSODANTAS), Poços de Caldas/MG. **Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil**, 8, Salvador, 2013, p. 7-18. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/3377> Acesso em: 18 ago. 2015.

FREDERICO, S; CASTILLO, R. Circuito Espacial Produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Revista ciência geográfica**, Bauru, n. 3, v. 10, p. 236-241, 2004.

FURTADO, L. Finapop consolida horizontes de investimentos para a agricultura familiar camponesa. **MST**, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/28/finapop-consolida-horizontes-de-investimentos-para-a-agricultura-familiar-camponesa/> Acesso em: 21 dez. 2022.

GIRARDI, G. *et al.* Agronegócio e extrema direita impulsionam máquina de *fake News* sobre aquecimento global. **Agência Pública**, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/agronegocio-e-extrema-direita-impulsionam-maquina-de-fake-news-sobre-aquecimento-global/> Acesso em: 26 set. 2023.

XICO GRAZIANO. O agro está puxando a economia brasileira em 2021, escreve Xico Graziano. **Poder 360**, 2021. Disponível em <https://www.poder360.com.br/opinia/o-agro-esta-puxando-a-economia-brasileira-em-2021-escreve-xico-graziano/> Acesso em: 31 out. 2022.

HENTZ, C.; ARISTIDES, M. J. S; HESPANHOL, R. A. M. Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura no Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, ed. Especial I – XXII ENGA, p. 38-60, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/7436/5760> Acesso em: 30 set. 2023.

HESPANHOL, R. A. M.; COSTA, V. M. H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. *In*: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (orgs.). **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teorética – AGETEO, p. 157-172, 2002.

HIGINO, D. O agro é o motor que impulsiona a economia. **CNA Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/o-agro-%C3%A9-o-motor-que-impulsiona-a-economia> Acesso em: 18 out. 2022. <http://www.sintape.org.br/sistema/file/doc/publivro/rural.pdf> Acesso em: 07 abr. 2015.

IBGE. **Áreas territoriais**. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura->

<territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto> Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao> Acesso em: 15 jan. 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> Acesso em: 15 fev. 2023.

IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial> Acesso em: 10 jan. 2025.

IBGE. **Censo demográfico**, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/censo-demografico-2022> Acesso em: 15 jul. 2023.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2021c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2021> Acesso em: 12 out. 2022.

IDARON, **Estabelecimentos registrados no SIE/RO**, 2021. Disponível em: <http://www.IDARON.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/ESTAB.-SIE-2021.pdf> Acesso em: 12 jul. 2023.

IFRO, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Campus Cacoal comemora reconhecimento da Indicação Geográfica “Matas de Rondônia” pela BSCA – cafés especiais do Brasil**. 2022. Disponível em: [https://portal.IFRO.edu.br/cacoal/noticias/12912-campus-cacoal-comemora-reconhecimento-da-indicacao-geografica-matas-de-rondonia-pela-bsca-cafes-especiais-do-brasil#:~:text=A%20Indica%C3%A7%C3%A3o%20Geogr%C3%A1fica%20\(IG\)%20%22,Oeste%2C%20Rolim%20de%20Moura%2C%20Santa](https://portal.IFRO.edu.br/cacoal/noticias/12912-campus-cacoal-comemora-reconhecimento-da-indicacao-geografica-matas-de-rondonia-pela-bsca-cafes-especiais-do-brasil#:~:text=A%20Indica%C3%A7%C3%A3o%20Geogr%C3%A1fica%20(IG)%20%22,Oeste%2C%20Rolim%20de%20Moura%2C%20Santa) Acesso em: 13 jun. 2023.

KAGEYAMA, A. A. Rural e ruralidade. In: **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 15-49.

KOHLHEPP, G. Tipos De Colonização Agrária Dirigida Nas Florestas Brasileiras: Exemplos Históricos. **Fronteiras**: Journal of Social, Technological and Environmental Science v. 4, n. 3, p. 102-121, 2015. Disponível em:

<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1414/1295>

Acesso em: 10 mar. 2023.

LACOOOP Brasil. **Cooperativa dos agricultores familiares da Amazônia**. 2023.

Disponível em: <https://www.lacooop.coop.br/lacooop-brasil/> Acesso em: 12 jun. 2023.

LAPHAM, J.; SOUZA, F. Porque o preço do café está disparando no mundo – e o que uma fruta fedorenta tem a ver com isso. **BBC News Brasil**, 22 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0qz03d0p0zo> Acesso em: 27 set. 2024.

LÉNA, P. Ritmos e estratégias de acumulação camponesa em áreas de colonização: um exemplo de Rondônia. **Boletim Museu Pará Emílio Goeldi**, n. 7, v. 1, Belém, 1991. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/164> Acesso em: 12 maio 2024.

LIMA, C. C.; FLORIT, L. F. A indústria da carne em Rondônia como paradigma neoeextrativista de desenvolvimento. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 24, n. 3, p. 57-80, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8847> Acesso em: 29 jun. 2023.

LIMA, L. G. Considerações sobre a financeirização na agricultura global: o perigo do agronegócio. In: SANTOS, J. de L.; RAMOS FILHO, E. da S.; SANTOS, L. R. S. (orgs.). **Ajuste espacial do capital no campo**: questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNer comunicação, 2019, p. 13-35.

LOBÃO, M. S. P.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento rural na Amazônia brasileira: níveis e distribuição regional na década 2000. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 23, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/DGYNVgYV873bRZtxBVB7STB/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 24 set. 2022.

LOURENZANI, A. E. B. S. *et al.* **Indicações geográficas e agricultura familiar no Brasil**. XV Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão Tecnológica, 2013.

Disponível em:

<https://repositorio.altecasociacion.org/bitstream/handle/20.500.13048/1102/Indica%C3%A7%C3%B5es%20geogr%C3%A1ficas%20e%20agricultura%20familiar%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 13 jun. 2023.

MANZANAL, M. *et al.* Agricultura familiar y Soberania alimentaria. Diversidades territoriales de las políticas públicas em Misiones y Buenos Aires (Argentina).

Eutopia, Buenos Aires, n. 6, p. 11-24, Dez. 2014. Disponível em:

<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1375> Acesso em: 30 set. 2023.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relação de estabelecimentos**.

Abatedouros e frigoríficos com SIF. 2023a. Disponível em:

<https://www.abrafrigo.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Rela%C3%A7%C3%A3o-de-Abatedouros-Frigor%C3%ADficos.pdf> Acesso em: 12 jul. 2023.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relação de estabelecimentos**. Laticínios com SIF. 2023b. Disponível em: <https://www.EMBRAPA.br/documents/1355090/35052914/Banco+de+Dados+SIGSIF+Laticinios/cce6f567-2344-a259-383b-b880e44c6c03> Acesso em: 12 jul. 2023.

MAPA. **Exportações do agronegócio fecham 2022 com U\$ 159 bilhões em vendas**. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas> Acesso em: 07 out. 2023.

MARRADI, A. Método como arte. **Papers**, ed. 67, p. 107-127, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/39002271.pdf> Acesso em 10 fev. 2020.

MARX, K. **O capital**, v.1, São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312p.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Extrato DAP – CNPJ**. 2025. Disponível em: <https://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP> Acesso em: 10 fev. 2025.

MEDEIROS, C. M. S. V. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de presidente prudente nos anos 1980-90**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19032004-172610/pt-br.php> Acesso em: 16 dez. 2020.

MELO, C. J. M.; *et al.* A cadeia produtiva familiar da mandioca em Rondônia: contextualização, desafios e perspectivas com a adoção do cooperativismo. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 9, n. 13, p. 313-328, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2968/4283> Acesso em: 15 abr. 2023.

MENDONÇA, M. L. R. F. de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013, 217 f. Tese (doutorado em geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26062013-114407/pt-br.php#:~:text=Modo%20capitalista%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20e,do%20conceito%20de%20agroneg%C3%B3...&text=Esta%20tese%20investiga%20fator es%20que,a%20ser%20difundido%20como%20agroneg%C3%B3cio>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MICHALSKI, A.; BORGES, L. R. M. A geografia das fronteiras no município de Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo e os reflexos da negligência da gestão territorial do Estado de Rondônia. **Ambientes**: Revista de geografia e ecologia política, Francisco Beltrão, v. 4, n. 2, p. 71-144, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/29919> Acesso em: 25 jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIRALHA, W.; HESPANHOL, R. A. de M. A Agricultura Familiar no município de Alvares Machado – SP. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1 n. 4, p. 39-60, 2002. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/issue/view/443/pdf_7 Acesso em: 20 set. 2023.

MIRANDA, J. E. C. de; FREITAS, A. F. de. Raças e tipos de cruzamento para produção de leite: heterose ou vigor de híbrido. **Circular Técnica 98**, EMBRAPA: Juiz de Fora, ago. 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.EMBRAPA.br/digital/bitstream/item/65294/1/CT-98-Racas-e-tipos-de-cruzamentos.pdf> Acesso em: 11 nov. 2024.

MITIDIEIRO JR; M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf> Acesso em 13 out. 2022.

MONTEIRO, J.; BARBOSA, C. Um reconhecimento: Agro é tudo, como diz aquela propaganda! **Portal Agro: Agronegócio na Amazônia**, 2020. Disponível em: <https://portaldoagro.com/2020/12/09/agro-e-tudo-como-diz-aquela-propaganda/> Acesso em: 18 out. 2022.

MORAES, A.C.R. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. São Paulo: PPG USP, 1985.

MOREIRA, V. S.; MEDEIROS, R. M. V. Reflexões sobre o território e a territorialidade para compreender o despertar de um movimento social. *In*: SAQUET, M. A. (org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

MST. MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia. **Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/#:~:text=Assim%2C%20por%20meio%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o,2%20milh%C3%B5es%20de%20marmitas%20solid%C3%A1rias>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NAS CINZAS da floresta. Produção: Channel Four, Central Independent Television. Direção: Adrian Cowell, 1983. Vídeo: 52 min. Título original: In the ashes of the forest. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uwxq16WqdXE> Acesso em: 10 jun. 2020.

NIEDERLE, P. A. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. *In*: NIEDERLE, P. A. (Org.). **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 23-54.

NUVENS de veneno. Produção: Terra Firme, VideoSaúde, MP2 Produções. Direção e roteiro: Beto Novaes. 2013. Vídeo (22:41min). Disponível em: <https://youtu.be/jZ1QUAXFags> Acesso em: 14 dez. 2022.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/473/447> Acesso em: 15 nov. 2022.

OLIVEIRA, A. U. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Sem Terra**, São Paulo, v. 6, n.24, p. 14-19, 2004. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=6974> Acesso em: 22 fev. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. Colóquio Internacional de Geocrítica, 12, 2012, Bogotá. **Actas do XII Colóquio**. Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> Acesso em: 30 ago. 2018.

OLIVEIRA, J. A.; BACCARIN, J. G.; FERREIRA, D. A. de O. A fragmentação da agricultura familiar: e o processo de construção de políticas públicas. Encontro da Rede de Estudos Agrários, 5, 2015, Alfenas. **Anais** [...]. Alfenas: Unifal, 2015, p. 131-140. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/wp-content/uploads/sites/140/2021/05/jonatannea131-140.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, M. H. R. A pertinência contemporânea dos estudos rurais na geografia: a produção do conhecimento em geografia agrária no Boletim Paulista de Geografia (2001-2020). In: FONSECA, A. I. A. et al (orgs.). **O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural: os dez anos do REA frente à diversidade do rural brasileiro**. Montes Claros: Editora Caminhos Iluminados, p. 10-35, 2022.

OLIVEIRA, S. J. de M. e VENEZIANO, W. Aspectos econômicos da produção de café na região central do estado de Rondônia. Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil, 2, 2001, Vitória, **Anais**[...] Resumo expandido, p. 2123-2129. Disponível em: <http://www.sapc.EMBRAPA.br/antigo/index.php/ii-simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil/> Acesso em: 10 fev. 2015.

OLIVEIRA, V. de; AMARAL, J. J. de O. Amazônia e o processo de colonização da fronteira agrícola: o caso de Rondônia. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 20-45, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/155269#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20central%20da%20pesquisa,econ%C3%B4mica%20do%20Estado%20de%20Rond%C3%B4nia> Acesso em: 28 mar. 2023.

PADULLA, L. F. L. O agro é tóxico! **Le monde diplomatique Brasil**, 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-agro-e->

[toxico/#:~:text=Muita%20propaganda%20%C3%A9%20lan%C3%A7ada%20nos,popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20maneira%20geral](#). Acesso em: 28 out. 2021.

PAIVA, L. N. Q. de; TREVISAN, R. Ariqueles (RO) e o arq. Antonio Carpinteiro: projeto e projetista de uma cidade nova em franjas de colonização. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, 20, 2023, Belém, **Anais** [...] Artigo, p. 1-15. Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-09.pdf> Acesso em 10 dez. 2024.

PASSOS, A. A. *et al.* **Cultivo da mandioca no estado de Rondônia**. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2018. Disponível em: <https://www.EMBRAPA.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1102386/cultivo-da-mandioca-no-estado-de-rondonia> Acesso em: 10 jun. 2023.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**, 2. ed. São Paulo: editora Unesp, 2012, 353p.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no mundo e no Brasil: descentralização, privatização e financiamento**, 2008.

PEREIRA, H G; ROMEIRO, G. Comunicação: o agro é nosso. *In*: RODRIGUES, R (org.). **Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo**. Piracicaba: ESALQ, 2018, p. 367-378. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/biblioteca/pdf/AgroePaz.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

PFEIFER, L. F. M. *et al.* Caracterização da pecuária em Rondônia. *In*: SALMAN, A. K. D.; SCHILINDWEIN, J. A.; PFEIFER, L. F. M. (orgs.). **Avanços da pecuária na Amazônia: pesquisas em desenvolvimento regional em Rondônia**. Porto Velho: Eudfro, 2021, p. 10-37. Disponível em: <https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Colecao%20pos%20UNIR/04%20Avancos%20da%20pecuaria%20na%20Amazonia.pdf> Acesso em: 03 fev. 2023.

POMAR, M H. Antes do agro, Brasil era grande importador de alimentos? Pera lá que não é bem assim. **O joio e o trigo**, 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/09/antes-do-agro-brasil-era-grande-importador-de-alimentos-pera-la-que-nao-e-bem-assim/> Acesso em: 28 out. 2021.

POMPÉIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xjhwQdTB5jVzgPqjnSCfGvQ/?lang=pt> Acesso em: 28 out. 2021.

POMPÉIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POMPÉIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 57, edição especial – Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, p. 175–198, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/77248> Acesso em: 13 de out. 2022.

PORTELA, F.; VESENTINI, J. W. **Êxodo rural e urbanização**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Editora consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O Agro é tudo, mas só conta a metade. **IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos**, 2020. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/o-agro-e-tudo-mas-so-conta-metade> Acesso em: 17 out. 2022.

RODRIGUES, K. Cidades brasileiras apresentam alto índice de agrotóxico na água da torneira. **Jornal da USP**. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cidades-brasileiras-apresentam-alto-indice-de-agrotoxico-na-agua/> Acesso em: 14 dez. 2022.

RODRIGUES, M. Agricultura familiar e produção de biodiesel: uma análise no norte mato-grossense. **Race**, Joaçaba, v. 14, n. 3, p. 889-904, set./dez., 2015. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race> Acesso em 10 nov. 2024.

RONDÔNIA. **R Rondônia Rural Show**, 2023. Disponível em: <https://rondoniaruralshow.ro.gov.br/> Acesso em 12 abr. 2023.

ROSA NETO, C. e COLLARES, D. G. A importância da agricultura familiar no contexto do agronegócio café em Rondônia. Congresso da SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais[...]** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, p. 1 – 17. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/144711/> Acesso em: 17 set. 2015.

ROSA, J. O agro não é pop. **ABMRA – Associação brasileira de marketing rural e agro**, 2018. Disponível em: <https://abmra.org.br/o-agro-nao-e-pop/> Acesso em: 17 out. 2022.

SALMAN, A. K. D. *et al.* **Caracterização das unidades de produção familiar participante do projeto silvopastoril em Rondônia**. Circular técnica 126, Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2012. Disponível em: <https://www.EMBRAPA.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/960447/caracterizacao-das-unidades-de-producao-familiar-participante-do-projeto-silvapastoril-em-rondonia> Acesso em: 10 jul. 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. E. O agro é tech-pop-tudo e as desigualdades socioespaciais em uma cidade do agronegócio no cerrado: Primavera do leste – MT. **Revista Georaguaiá**, Barra do Garças, v. 8, n. 1, p. 71-84, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6984> Acesso em: 28 out. 2021.

SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SANTOS, E. V. M.; HESPANHOL, R. A. de M. As múltiplas leituras do Espaço Rural. **Acta Geográfica**, Boa Vista, ed. Especial Geografia agrária, p. 81-101, 2013. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/1955> Acesso em: 28 set. 2023.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 7. reimp. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014a.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2014b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, T. R. S. **Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/RO**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação Mestrado em Geografia - PPGG. Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto velho. 2017. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1648> Acesso em: 12 set. 2020.

SANTOS, T. R. S. **Geografia do café em Rondônia: análise do circuito espacial e dos círculos de cooperação em Cacoal/RO**. Curitiba: Appris, 2021.

SANTOS, T. R. S.; COSTA SILVA, R. G. Cafeicultura em Rondônia: Circuito Espacial de Produção, Modernização e Subordinação. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 145-163, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/28267> Acesso em: 10 jun. 2018.

SANTOS, T. R. S.; COSTA SILVA, R. G. Modernização e as regiões do café em Rondônia. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 15, n. 38, p. 124-147, 2021. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/4878/3412> Acesso em: 28 dez. 2021.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 4, p. 88-131, 2010. Disponível em <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/832.pdf> Acesso em: 10 jun. 2021.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabalho, n. 145. Grupo de Trabalho: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.

Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf Acesso em: 27 ago. 2020.

SCHNEIDER, S.; NIERDELE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2008, p. 989-1016. Disponível em: http://simposio.cpac.EMBRAPA.br/simposio_pc210/projeto/palestras/livro.pdf Acesso em: 10 set. 2022.

SEAGRI, Secretaria de Estado da Agricultura. **Projeto Inovatec promove melhoria genética do rebanho leiteiro em Rondônia**, 2023. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/projeto-inovatec-promove-melhoria-genetica-do-rebanho-leiteiro-de-rondonia/> Acesso em: 10 jul. 2023.

SEAGRI, Secretaria de Estado da Agricultura. **Valor de referência do leite em Rondônia**. 2024. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/seagri/institucional/programaproleite/preco-referencia/> Acesso em: 12 nov. 2024.

SEMANA Internacional do Café. **Prêmio Coffee of the year**. 2024. Disponível em: <https://semanainternacionaldocafe.com.br/coffee-of-the-year> Acesso em: 10 out. 2024.

SIDIEC, Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia. **Panorama de Movimentação de Produtos por CNM – NFE**. 2024. Disponível em: <https://sidiec.sefin.ro.gov.br/ords/f?p=157:31>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, A. L. de A.; ALVES, F. D. Análise da dinâmica socioespacial da agricultura familiar no distrito de Vivelândia, Carmo do Rio Claro/MG. *In*: ALVES; F. D.; DO VALE, A. R. (org.). **Faces da Agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016, p. 34-54.

SILVA, L. D. de A.; FONSECA, A. I. A. Desenvolvimento sustentável e políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil e no norte de MG. *In*: ALVES; F. D.; DO VALE, A. R. (org.). **Faces da Agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016, p. 110-124.

SILVA, R. **Cafeicultura da Amazônia recebe primeira denominação de origem para cafés canéforas sustentáveis do mundo**. EMBRAPA, 2021. Disponível em: [https://www.EMBRAPA.br/busca-de-noticias/-/noticia/62622381/cafeicultura-da-amazonia-recebe-primeira-denominacao-de-origem-para-cafes-caneforas-sustentaveis-do-mundo#:~:text=O%20dia%201%C2%BA%20de%20junho,e%20conilon\)%20sustent%C3%A1vel%20do%20mundo](https://www.EMBRAPA.br/busca-de-noticias/-/noticia/62622381/cafeicultura-da-amazonia-recebe-primeira-denominacao-de-origem-para-cafes-caneforas-sustentaveis-do-mundo#:~:text=O%20dia%201%C2%BA%20de%20junho,e%20conilon)%20sustent%C3%A1vel%20do%20mundo) Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, R. K. *et al.* **Desenvolvimento de um modelo de identidade de marca para indicações geográficas: uma aplicação à IG Matas de Rondônia**. Seminários em

Administração, 2022. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.EMBRAPA.br/bitstream/doc/1151683/1/199.pdf>: Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, V. V.; COSTA SILVA, R. G. Amazônia, Fronteira e Áreas Protegidas: dialética da expansão econômica e proteção da natureza. **AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)**, São Paulo, v. 25, p. 1-21, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/ZYHyCdFRLgZcDFnjDBPsrMN/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, V. V.; COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. G. P. A estruturação da fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas. **Geographia Opportune Tempore**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 67-82, 2019. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/37193> Acesso em: 12 dez. 2021.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Revista Ciência geográfica**, Bauru, n. 1, v. 15, p. 4-12, 2011.

Disponível em:

https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_ve rsao_internet/AGB_dez2011_01.pdf Acesso em: 12 jan. 2016.

SMERALDI, R.; SANTOS, M. Mandioca: entre subsistência e negócio. **Amazônia 2030**, n. 19, nov. 2021. Disponível em:

https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Mandioca_Entre_Subistencia_e_Negocio.pdf Acesso em: 22 jun. 2023.

SOB a pata do boi: como a Amazônia. Produção: ((o)) eco e Imazon. Direção: Marcio Isensee e Sá, 2018. Vídeo (49 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=P9wxDs5nvmw> Acesso em: 15 fev. 2021.

SOUZA, F. de F., *et. al.* **Características das principais variedades de café cultivadas em Rondônia**. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2004. Disponível em:

<https://www.EMBRAPA.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/906832/caracteristicas-das-principais-variedades-de-cafe-cultivadas-em-rondonia> Acesso em: 18 fev. 2016.

SOUZA, M. A. de S. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 3, n. 10, 2019.

Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5814> Acesso em: 13 out. 2022.

SOUZA, M. M. O. de; PESSÔA, V. L. S. A contrarreforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In: Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 5, 2009, Campo Grande. **Anais[...]** Campo Grande: UFMS, 2009. Disponível em:

http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf
Acesso em: 31 mar. de 2016.

SOUZA, M. P.; AMIN, M. M.; GOMES, S. T. Agronegócio leite: características da cadeia produtiva do estado de Rondônia. **Revista de administração e negócios da Amazônia – RARA**, Porto Velho, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/4> Acesso em: 11 jul. 2023.

SOUZA, W. K. do A. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: a (re) afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 4. reimp. São Paulo: UNESP, 2004.

STARTAGRO. Porque a globo criou a campanha “agro é tech, agro é pop”. **STARTAGRO**, 2017. Disponível em: <https://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/> Acesso em: 05 set. 2022.

TABORDA, J. M. M. **Desenvolvimento da pecuária bovina no estado de Rondônia**: contextualização histórica e indicadores zootécnicos. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e meio ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2237> Acesso em: 12 abr. 2023.

TERRABRASILIS; INPE. **Incremento anual no desmatamento (2008/2021)**. 2022. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/geonetwork/srv/eng/catalog.search#/metadata/b75b83db-8026-43f9-9537-ee1dfa308158> Acesso em: 20 nov. 2022.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/S4kPCXGG7bvBZNFkSQ8ZWkz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 nov. 2022.

TODOS A UMA SÓ VOZ. Percepções sobre o agro: o que pensa o brasileiro. **Todos a uma só voz**, 2022. Disponível em: <https://materiais.todosaumasovoz.com.br/percepcoes-sobre-o-agro> Acesso em: 19 out. 2022.

VIRGULINO, A. P. **Gestão integrada sustentada de sistemas agroflorestais com Cacaueiro**: Um Estudo do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2008.

VIUDES, P. Robustas amazônicas avançam fronteiras e conquistam novos mercados em ação inédita. **EMBRAPA Notícias**, 05 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.EMBRAPA.br/busca-de-noticias/-/noticia/83257981/robustas-amazonicos-avancam-fronteiras-e-conquistam-novos-mercados-em-acao-inedita?p_auth=yqlpGfiJ Acesso em: 24 set. 2024.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, 2000. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105#:~:text=realizada%20pelos%20movimentos%20sociais%20rurais,rural%20ou%20retomo%20%C3%A0%20terra>. Acesso em: 09 ago. 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2003.

Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238> Acesso em: 29 ago. 2022.